

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MÁRCIO JOSÉ PEREIRA

**SENTIMENTOS, RESENTIMENTOS E VIOLÊNCIA: A AÇÃO DA POLÍCIA POLÍTICA NO
PARANÁ EM RELAÇÃO AOS INDIVÍDUOS DE ORIGEM GERMÂNICA (1942 – 1945)**

CURITIBA

2017

MÁRCIO JOSÉ PEREIRA

**SENTIMENTOS, RESENTIMENTOS E VIOLÊNCIA: A AÇÃO DA POLÍCIA POLÍTICA NO
PARANÁ EM RELAÇÃO AOS INDIVÍDUOS DE ORIGEM GERMÂNICA (1942 – 1945)**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História, no Curso de Pós-Graduação em História, na linha de pesquisa **Intersubjetividade e Pluralidade: Reflexão e Sentimento na História**, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Roseli T. Boschilia

CURITIBA

2017

MÁRCIO JOSÉ PEREIRA

**SENTIMENTOS, RESENTIMENTOS E VIOLÊNCIA: A AÇÃO DA POLÍCIA POLÍTICA NO
PARANÁ EM RELAÇÃO AOS INDIVÍDUOS DE ORIGEM GERMÂNICA (1942 – 1945)**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História, no Curso de Pós-Graduação em História, na linha de pesquisa **Intersubjetividade e Pluralidade: Reflexão e Sentimento na História**, da Universidade Federal do Paraná.

Curitiba, ____ / ____ / _____

Profa. Dra. Roseli Terezinha Boschilia (Orientadora)
Universidade Federal do Paraná

Profa. Dra. Ana Paula Vosne Martins (Presidente da Banca)
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Rafael Athaides
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Niltonci Batista Chaves
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Sérgio Odilon Nadalin
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Marcos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Pereira, Márcio José

Sentimentos, ressentimentos e violência: a ação da polícia política no Paraná em relação aos indivíduos de origem germânica (1942 – 1945) / Márcio José Pereira – Curitiba, 2017.
283 f.

Orientadora: Roseli Terezinha Boschilia

Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Sentimentos. 2. Violência - História. 3. Perseguição política – Paraná. 4. Alemães – Paraná. 5. Dops – Paraná – 1942-1945. I. Título.

CDD 320.98162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós Graduação em HISTÓRIA
Código CAPES: 40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **MARCIO JOSE PEREIRA**, intitulada: "**Sentimentos, ressentimentos e violência: a ação da polícia política no Paraná em relação aos indivíduos de origem germânica (1942-1945)**", após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua

APROVAÇÃO.

CURITIBA, 07 de Março de 2017.

ANA PAULA VOSNE MARTINS
Presidenta da Banca Examinadora (UFPR)

NILTON BATISTA CHAVES
Avaliador Externo (UEPG)

RAFAEL ATHAIDES
Avaliador Externo (UFMS)

SERGIO ODILON NADALIN
Avaliador Interno (UFPR)

MARCOS GONÇALVES
Avaliador Interno (UFPR)

Para Amabile, que mudou minha forma
de perceber o mundo.

AGRADECIMENTOS

Uma tese é feita de muitos lugares e muitas pessoas, ao menos essa foi assim, teve suas primeiras linhas digitadas ainda no quarto da maternidade, um dia após eu ter experimentado uma alegria singular; segurar em meus braços minha filha Amabile, começava ali uma dupla paternidade. Impactado pela felicidade de poder viver essa experiência, recordo de ter aproveitado o sono da mãe, minha esposa Ana Paula e da filha, para começar a transformar em texto aquilo que por hora era só um emaranhado de possibilidades e documentos. Diante dessa recordação, sinto-me impelido a agradecer de alguma forma essa força/entidade suprema, cujas múltiplas representações e crenças, me pareceram tangenciar às alegrias que tenho recebido na vida e se posso nomeá-lo, aproveito para ressaltar, que para chegar até aqui: só por Deus!!!

O trabalho que resultou essa tese de doutorado contou com muitos cúmplices, cujos nomes estão vinculados a inúmeros fatores, que vão desde a influência na confecção da tese, na definição dos documentos, nas orientações e debates sobre os possíveis rumos que daríamos à esses personagens e fatos históricos aqui analisados, até pessoas que com paciência dividiram seu tempo afetuoso comigo, suportaram os dias difíceis e auxiliaram-me com seu tempo para que eu pudesse fazer do meu tempo essa pesquisa.

Tentarei nomear alguns desses compartimentos, sem o compromisso de me recordar de todos, logo, antecipo o que geralmente vem escrito no final: todos e todas que se sentirem minimamente responsáveis por esses resultados aqui apresentados, por favor se não citados, sintam-se carinhosamente envolvidos, lembrando-os que essas responsabilidades podem torná-los criminalmente imputáveis.

Especialmente gostaria de agradecer a minha orientadora, Prof. Dra. Roseli T. Boschilia, que não só me acolheu entre os seus orientandos e orientandas, mas me proporcionou uma experiência ímpar que influenciará toda minha carreira docente, um exemplo de paciência ao fomentar o diálogo, de mostrar que algumas vezes escolheríamos um caminho ruim, mas que nenhuma caminhada era inválida. Auxiliou em todas as dúvidas e não faltou com sinceridade quando preciso, e o mais importante, mostrou-nos como é importante poder contar com o apoio de alguém, cuja experiência, compreensão e dedicação é para com tudo que se propõe na vida. Agradeço pelo seu exemplo de mulher, historiadora, profissional e amiga.

Outra mulher que merece um agradecimento especial é minha companheira de vida, esposa e mãe da minha filha, Ana Paula Rigoldi, que divide uma história comigo há dez anos. Acompanhou-me nessa caminhada desde o mestrado, à docência no ensino fundamental e médio, agora no doutorado e na busca de um lugar 'ao sol' na carreira docente em nível superior. Agradeço pela paciência, pelo sacrifício e por tentar entender como é complexa a vida na pós-graduação. O suporte foi fundamental para que eu chegasse até aqui, o amor mais ainda.

Agradeço também a minha pequena Amabile, que nesses dois anos me faz uma pessoa melhor, me faz rir, se emocionar e sentir o amor em plenitude, amor gratuito e verdadeiro. Meu agradecimento também é um pedido sincero de desculpas, ser pai, professor e doutorando, tudo ao mesmo tempo me fez ausente muitas vezes, inclusive quando estava perto de ti pequenina, espero que possa compensar de alguma forma, com amor, carinho e muito afeto esses dias tribulados.

Aos professores que compuseram minha banca, em primeiro lugar ao Prof. Dr. Rafael Athaides, pessoa ímpar, que dividiu comigo as agruras da graduação e nunca deixou de me incentivar a continuar com a pesquisa, hoje além de um profissional competente, tenho a satisfação de dizer que contribuiu de maneira relevante na qualificação, dando um aprimoramento relevante as questões por nós levantadas. Ao Prof. Dr. Marcos Gonçalves, que proporcionou uma aproximação da pesquisa com Foucault, mesmo que timidamente procuramos dar vazão as excelentes contribuições que o mesmo fez na qualificação. Ao Prof. Dr. Sérgio Odilon Nadalin, com quem tive oportunidade de cursar uma disciplina no doutorado e ser contemplado com inúmeras informações sobre os alemães no Paraná. Ao Prof. Dr. Niltonci Batista Chaves, que disponibilizou seu tempo e seu saber para participar da banca e por fim, agradecer a Profa. Dra. Ana Paula Vosne Martins, que prontamente nos contemplou com sua presença presidindo a banca.

Aos familiares queridos que sabiam que eu vivia corrido por algum motivo e que respeitavam as minhas necessidades de se fazer ausente. Pai, Seu José, obrigado pelo esforço de um homem trabalhador, que sem muita 'instrução' como sempre diz, tentou ver os filhos ir o mais longe possível. Mãe, Dona Nilza eu nunca vou cansar de ouvir a senhora contar que até bem perto do dia em que eu nasci, ainda estava subindo escada para colher laranja, pois sei que só assim pude subir essas escadas e acreditar que de degrau a degrau, alcançaremos nossos sonhos. Meu irmão, Junior, obrigado pelas conversas sobre qualquer outra coisa que não fosse

tese e pelo hardcore nacional. Andressa, minha irmã caçula, você é um exemplo para mim, de perseverança, de força e de conduta, teu futuro está sendo construído com a tua luta e no que puder te auxiliar, estarei sempre contigo. Minha avó, Dona Santa, sei que a saúde já lhe falta ao longo dos seus quase 90 anos, mas lhe sobra amor e carinho desde que me entendo por gente, obrigado.

Tenho uma família muito particular, como todas as outras, mas a minha tem pessoas que amo e que fazem tudo parecer mais fácil, agradeço em especial ao Jair e a Luzia, que sempre forneceram o amparo necessário para que tudo desse certo, o amor que tem para conosco, não tem preço. À Kelly, só posso dizer que o carinho, a ajuda e a compreensão que tem demonstrado foram cruciais, bem como, os papos animados sobre as possibilidades de ter uma depressão na carreira docente, séries, filmes e músicas, sem os quais já teríamos surtado. Denise e Ângelo, minha comadre e meu compadre, que alegria tenho em poder agradecê-los pelo carinho, aproveito para agradecer o Miguel, pelo sorriso e pela alegria que ele nos proporciona com cada nova descoberta.

‘Eu tenho muitos amigos, discos e livros...’, embora confesso que o meu muito é qualitativo e não quantitativo, dos meus amigos mais estimados quero agradecer ao David Antonio de Castro Netto, um irmão que a vida me presenteou, sujeito singular e cuja amizade é um verdadeiro tesouro. Roberval Torino, amigo precioso que em momentos delicados, sempre tinha um tempo para uma pedalada, cujo resultado era sempre um alívio na carga de stress. Mara Maschio, quantas coisas aprendi contigo, quanto repouso encontrei em ti, quando toda tristeza se fazia presente nessa Curitiba cinza, amiga tua história é vencedora de muitos Oscars, me felicita de ser lembrado nela naquelas letras miudinhas dos créditos; Ozias Paese Neves, amigo de orientação, amigo de vida, dividir os bancos dos créditos do doutorado contigo foi uma oportunidade, tê-lo como amigo, um achado. Natália Cristina de Oliveira, ‘amada’ que sorte a minha, poder ser seu amigo, partilhar as preocupações, as risadas, fazer análise psicanalítica prática na vida alheia e na nossa e principalmente enxergar com realidade tudo que está acontecendo a nossa volta. Claudia Hoffmann, amiga que se fez presente e que sempre me motivou a não desistir dos meus objetivos. Delton Felipe, tornou-se nos últimos anos figura importante e amigo inquestionável, daquelas pessoas que se importam de verdade e que não tem medo de dizer a esse mundo estranho que muita coisa precisa mudar.

Listo aqui, embora com muito medo de deixar de escrever algum nome, amigos e amigas que partilham do meu dia-a-dia e complementam essa felicidade: Fabiane Freire, Marcos Coelho, Fábio Borges, Bruna Plath, William André, Larissa Donato, Valéria Postali, Luciano Ferreira, Talita Secorum, Mariana Moran, Suzana Morgado, Samilo Takara, Pamela Faeti, Luciane Carvalho, Carmem Librik, Fábio Scarpin, Luiz Carlos, Anadir dos Reis, Michele Tupich, João Lorin, Giuliano Nigro, Janaina Oliveira Torino, Claudia Veronez, Rogerio Cortez, William Ornei, Regiane Ornei, Mayara Agostinho, Gilberto Beto, Evandro Colli, Maria Rita, Franciele Lima, Emerson Rogério, Aline Sampaio, Fernando Pinheiro. Meus amigos de Colegiado de História da UNESPAR de Campo Mourão: Claudia Priori, Bruno Lontra, Fabio Hahn, Ricardo Marques, Anderson Ribeiro, Joana Medrado, Astor Weber, Carlos Poyer, Patrícia Castelo Branco, Douglas Facci, Jorge Junior; entre muitos outros.

Também a professores que muito contribuíram em minha formação nesse processo de doutoramento, Marion Brepohl, Euclides Marchi, Carlos Roberto Antunes (in memorian), Renata Senna Garrafoli, Karina Belloti, todos da UFPR. Um agradecimento especial a Maria Cristina, secretária da Pós. Aos professores Dr. Célio Juvenal Costa e Dr. Sezinando Luiz Menezes, por me oportunizarem espaço físico e boa amizade no Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP), na Universidade Estadual de Maringá.

À CAPES, que fomentou economicamente essa pesquisa.

Antes que seja solicitado ao autor a confecção de um 'índice onomástico', finalizo, reiterando essa tese é de todos que nela, de alguma forma, se sentirem presentes... obrigado!!!

“Mas quando mais nada subsiste de um passado remoto, após a morte das criaturas e a destruição das coisas, sozinhos, mais frágeis, porém, mas vivos, mais imateriais mais persistentes, mais fiéis, o odor e o sabor permanecem ainda por muito tempo, como almas, lembrando, aguardando, esperando, sobre as ruínas de tudo o mais, e suportando sem ceder, em sua gotícula impalpável, o edifício imenso da recordação.”

Marcel Proust

**SENTIMENTOS, RESENTIMENTOS E VIOLÊNCIA: A AÇÃO DA POLÍCIA
POLÍTICA NO PARANÁ EM RELAÇÃO AOS INDIVÍDUOS DE ORIGEM
GERMÂNICA (1942 – 1945)**

RESUMO

Na presente pesquisa procuramos compreender os desdobramentos da ação institucionalizada da polícia política paranaense, representada pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/PR), buscando encontrar na documentação investigada sinais de ressentimento político e social em relação aos indivíduos de origem germânica, bem como, aclarar quais comportamentos e condutas serviram como fontes provocadoras e abalaram as relações entre a comunidade brasileira e aqueles imigrantes, entre 1942 e 1945. Partindo dos pressupostos analíticos propostos por Norbert Elias, pretendemos entender se a ação repressiva realizada pela polícia política era apenas um desdobramento do projeto nacionalista de Vargas, se partia do princípio de suspeição, comum entre países que estiveram em lados opostos durante a Segunda Guerra Mundial ou, se havia indícios da existência de um processo de negação desse elemento alemão (enquadrado na dualidade estabelecidos/outsideiros), através de sentimentos reativos como o ressentimento. Também, nos valemos de uma posição teórico-metodológica que estuda a inserção e os efeitos dos sentimentos na política, especialmente inspirada nos estudos de Pierre Ansart. Delimitamos como objeto de análise as pastas temáticas e individuais da antiga Delegacia de Ordem Política e Social, oriundas do Arquivo Público do Estado do Paraná, no período de 1942 -1945, uma vez que, elas mantêm documentação produzida pela DOPS/PR e também pelos indivíduos que foram detidos, documentos pessoais como depoimentos, cartas e relatos que nos permitiram pinçar elementos para pensarmos os objetivos propostos nesse projeto.

Palavras-chave: Repressão, alemães, DOPS/PR, Paraná, Segunda Guerra Mundial

FEELINGS, RESENTMENTS AND VIOLENCE: THE POLITICAL POLICE ACTION IN PARANÁ AGAINST INDIVIDUALS OF GERMANIC ORIGIN (1942 – 1945)

In the present research, we seek to understand the consequences of the institutionalized action of the political police of Parana, represented by the Political and Social Order Office (DOPS / PR), seeking to find in the investigated documentation signs of political and social resentment towards individuals of German origin, to clarify which behaviors and behaviors served as provocative sources and shook the relations between the Brazilian community and those immigrants, between 1942 and 1945.. It also sought to clarify which behaviors and behaviors served as provocative sources and shook the relations between the Brazilian community and immigrants of German origin. Based on the analytical assumptions proposed by Norbert Elias, we intend to understand if the repressive action carried out by the political police was only a development of the nationalist project of Vargas, based on the principle of suspicion common among countries that were on opposing sides during World War II or, if there were indications of the existence of a denial process of this German element (framed in duality established / outsiders), through reactive feelings like resentment. Also, we use a theoretical-methodological position that studies the insertion and effects of feelings in politics, especially inspired by the studies of Pierre Ansart. We delimit as object of analysis the thematic and individual briefcases of the former Political and Social Order Office, originating from the Public Archive of the State of Paraná, in the period 1942-1945, since they maintain documentation produced by DOPS/PR and by the Individuals that were detained, personal documents such as statements, letters and reports that allowed us to pinch elements to think about the goals proposed in this project.

Keywords: Repression, Germans, DOPS/PR, Paraná, Second World War

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- 'DROPIING THE PILOT' ILUSTRAÇÃO DE JOHN TENNIEL	41
FIGURA 2 DE BRY, THEODORE. MENSCHENFRESSERLEUTEN.....	55
FIGURA 3 DE BRY, THEODORE. DRITTE BUCH AMERICAE.	55
FIGURA 4 - ANÚNCIO DA CLÍNICA DE VALDEMAR GRUMMT	140
FIGURA 5 MEMBROS DA NSDAP/PR COM HANS GARBERS.	160
FIGURA 6 NÚCLEO DA NSDAP/SC – UNIÃO DA VITÓRIA	182
FIGURA 7 ATESTADO MÉDICO DE MARTA MARIA LUIZA MÜELLER	210

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 ENTRADA DE IMIGRANTES TEUTOS NO BRASIL (1820-1939).....	45
TABELA 2 IMIGRANTES GERMÂNICOS NA AMÉRICA (1820-1909).....	47
TABELA 3 PRONTUARIADOS PELA DOPS/PR NA CATEGORIA PROFISSIONAIS LIBERAIS E ARTESÃOS	122
TABELA 4 PRONTUARIADOS PELA DOPS/PR NA CATEGORIA COMERCIANTES E INDUSTRIAIS	145
TABELA 5 PRONTUARIADOS PELA DOPS/PR NA CATEGORIA FUNCIONÁRIOS ESTRATÉGICOS	168
TABELA 6 PRONTUARIADOS PELA DOPS/PR NA CATEGORIA AGRICULTORES E LAVRADORES	178
TABELA 7 LISTA DE EXPRESSÕES CRIADAS POR GENNY KLEIN PARA INFORMAR HEINRICH KLEIN SOBRE OS ACONTECIMENTOS DURANTE SEU TEMPO DE DETENÇÃO.....	184
TABELA 8 PRONTUARIADOS PELA DOPS/PR NÃO ENQUADRADOS EM CATEGORIAS PROFISSIONAIS	186

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 IMIGRAÇÃO TEUTA PARA O BRASIL (1820 - 1939)	44
--	----

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 CAPA DE PRONTUÁRIO - GUILHERME ROETTGER	270
ANEXO 2 FOLHA DE ANOTAÇÕES E ANTECEDENTES - HENRIQUE KLEIN....	271
ANEXO 3 AUTO DE BUSCA E APREENSÃO - GUSTAVO GAASE	272
ANEXO 4 AUTO DE DECLARAÇÕES - HILDA KRUEGER	273
ANEXO 5 TABELA PROSOPROGRÁFICA POR CATEGORIAS DE ANÁLISE	275
ANEXO 6 QUESTIONÁRIO ELABORADO PELA DOPS/PR	280
ANEXO 7 QUESTIONÁRIO RESPONDIDO POR HENRIQUE MARQUARDT	281

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 – SER ALEMÃO MIGRANTE: ENTRE O AMOR À PÁTRIA ALEMANHA E A VONTADE DE PROSPERAR NO BRASIL	35
1.1 A UNIFICAÇÃO TARDIA – DA DERROCADA DEMOCRÁTICA AO <i>KAISERREICH</i>	36
1.2 PARA ONDE FORAM OS ALEMÃES? POLÍTICAS MIGRATÓRIAS PÓS-1871	43
1.3 O MEDO DE SER PROLETÁRIO EM SUA PRÓPRIA PÁTRIA	49
1.4 O AUMENTO DEMOGRÁFICO NO CAMPO, A AUSÊNCIA DE ESPAÇOS CULTIVÁVEIS E A INVASÃO DE TRABALHADORES NÃO CAPACITADOS DO LESTE EUROPEU	51
1.5 VONTADE DE COLONIZAR? O HOMEM GERMÂNICO É UM FASCINADO PELO NOVO?	53
1.6 O ALEMÃO MIGRANTE, ENTRE O AMOR AO BRASIL E O MODO DE SER ALEMÃO	57
2 – OS FRUTOS DA GRANDE GUERRA: GERMANISMO E NACIONAL-SOCIALISMO COMO ASSÉDIOS POLÍTICOS	70
2.1 O ALEMÃO INDESEJÁVEL. A VIRADA DO SÉCULO XIX E A DESCONSTRUÇÃO DA IDEIA DO ALEMÃO LABORIOSO	72
2.2 OS PRIMEIROS ATOS LEGAIS DE EXTRADIÇÃO E REJEIÇÃO DE IMIGRANTES NO BRASIL	78
2.3 A GRANDE GUERRA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS ALEMÃES NO PARANÁ	86
2.4 OS ASSÉDIOS POLÍTICOS: COMO O PANGERMANISMO E O NACIONAL SOCIALISMO AGIRAM NEGATIVAMENTE NA CONSOLIDAÇÃO DAS COMUNIDADES ALEMÃS E NA SUA INSERÇÃO NA VIDA POLÍTICA	97
3 – BRASILEIRO, ALEMÃO, SUSPEITO: VIVER NO PARANÁ SOB A LÓGICA DA DESCONFIANÇA	116
3.1 “EU TAMBÉM FUI SÓCIO DESSE CLUBE. ” PROFISSIONAIS LIBERAIS E ARTESÃOS: UMA REPUTAÇÃO ANTES E DEPOIS DO ESTADO NOVO	120
3.1.1 “É natural que seja um afeiçoado fervoroso do nazismo. ” – O representante da Chimica Bayer, Gustavo Gaase.	123
3.1.2 Henrique Marquardt, o alfaiate brasileiro que foi ‘costurado’ pela polícia política	127

3.1.3 “Cale a boca, pois você não é Chefe! ” Ricardo Kempfer: o dentista que saiu voluntariamente do partido, mas não escapou da DOPS/PR	133
3.1.4 “Tenho a dizer que sou brasileiro nato e não um poltrão! ” Valdemar Grummt, o caso do professor brasileiro acusado de nazi-integralismo	139
3.2 COMERCIANTES E INDUSTRIAIS: QUEM TEM MEDO DAS AÇÕES POPULARES CONTRA O EIXO?	144
3.2.1 “O término da guerra não deve servir de pretexto para que se esqueça o passado” Bernard Meyer e o pedido do apagamento das memórias do cárcere	148
3.2.2 Filantropia nazista, Hans Garbers e auxílio financeiro a NSDAP/PR e a casa refúgio na Serra do Mar	156
3.2.3 Não foi possível dar ‘um jeitinho’ para escapar da prisão: o alemão naturalizado brasileiro Otto Braun e sua relação conturbada com a polícia política	161
3.3 “PERIGOSOS MEMBROS DA 5ª COLUNA”: FUNCIONÁRIOS ALEMÃES EM CARGOS CONSIDERADOS ESTRATÉGICOS	165
3.3.1 Perseguiu funcionários brasileiros? Albert Blum, o gerente alemão afastado da Cia. Telefônica Paranaense	169
3.3.2 Herbert Ruhle: Um brasileiro ‘nazista’, em uma empresa considerada reduto da NSDAP no Paraná	173
3.4 “MARCOU A VACA COM A SUÁSTICA”: AGRICULTORES, LAVRADORES E TRABALHADORES DO CAMPO	175
3.4.1 O agricultor alemão não filiado: Helmut Jung e as incertezas trazidas às colônias pelo Nacional-Socialismo	179
3.4.2 Um lavrador engenhoso: Heinrich Andreas Klein e a forma inusitada elaborada pela mulher do mesmo para lhe repassar informações na prisão	181
3.5 WER DU BIST? INDIVÍDUOS SEM ENQUADRAMENTO ESPECÍFICO NAS CATEGORIAS PROPOSTAS	185
4 – A POLÍCIA POLÍTICA COMO VEÍCULO DO RESENTIMENTO ENTRE NACIONAIS E ESTRANGEIROS NO PARANÁ: UM EMARANHADO DE SENTIMENTOS	187
4.1 ADESÃO, PERTENÇA E SEGUIMENTO AO LÍDER. ADOLF HITLER E GETÚLIO VARGAS NOS DEPOIMENTOS DE PRESOS POLÍTICOS NO PARANÁ DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	189
4.2 DEPOENTES PRÓ-NAZISMO. TENTATIVAS DE ENTENDIMENTO DO SUJEITO QUE SE INTITULA NAZISTA DEPOIS DA PROIBIÇÃO LEGAL DA NSDAP NO BRASIL E OS PEDIDOS DE AUXÍLIO A VARGAS E MANOEL RIBAS	198

4.3 INVEJA, MEDO, ÓDIO E DENÚNCIAS ANÔNIMAS, ESTRUTURANDO REDES DE DELAÇÃO: A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL COMO ÁLIBI PARA A AGRESSÃO	212
4.4 A VERGONHA COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE SOCIAL: NACIONAIS E ESTRANGEIROS NA MIRA DA POLÍCIA POLÍTICA	225
4,5 PODE O RESENTIMENTO PERTURBAR O CONVÍVIO COTIDIANO?	234
CONSIDERAÇÕES FINAIS	244
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	252
DOCUMENTOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ	262
ANEXOS	269

INTRODUÇÃO

‘Ao se estudar as emoções, não se busca tomar o homem a nu. ’

Christophe Prochasson

A década de 1940 foi convulsionada por eventos políticos que transformaram a percepção da história, eventos que nem sempre são passíveis de uma análise que prima pela busca de racionalidade em todas as ações humanas, cabendo ao historiador dar abertura para o estudo das afetividades, das paixões e dos aspectos emocionais que envolvem o campo político.

O Paraná desse período estava, politicamente, sob a égide da interventoria de Manoel Ferreira Ribas (1932 – 1945), homem de confiança do presidente Getúlio Vargas, que buscava manter o alinhamento do estado com a federação, deslocando os discursos regionais, comuns nos estados do Sul, para um discurso centralizador e vinculado ao apelo nacionalista. Enquanto interventor, Ribas teve capacidade de lidar com esses regionalismos, embora num primeiro momento tenha sido relativamente preterido pela ‘elite intelectual e política’ paranaense, uma vez que, toda sua carreira havia se construído no Rio Grande do Sul.

Márcia D’Alessio sustenta que, a criação das interventorias auxiliou na centralização dos discursos e da política administrativa; entendemos que para além das questões acima relatadas, ainda contribuiu para o despertar de um sentimento coletivo, sentimento esse idealizado na identidade nacional e no pensamento progressista e modernizador do Estado Novo.

Longe de ser apenas uma reorganização técnica-funcional do aparelho estatal, a centralização político-administrativa foi, acima de tudo, uma disputa por hegemonia entre o poder central e interesses regionais, de onde surgiu um novo Estado tentando construir-se a partir de uma visão totalizante de sociedade. A difusão de uma ideia de um todo nacional buscava unificar interesse de grupos e classes, transformando a fragmentação, em qualquer de suas manifestações, no grande inimigo do país.¹

Esse todo nacional, desejado pelo discurso, precisava ser concretizado no cotidiano, agregando grupos distintos e homogeneizando-os, tarefa complexa, mas que precisava ser realizada para um alinhamento com o ‘grande’ projeto nacional de Vargas. O alinhamento total da população com o governo era o mínimo esperado por Vargas e seus interventores e não seria possível obter resultados positivos em relação a isso se ocorresse um grande descontentamento popular.

¹ D’ALESSIO, Marcia Mansor. Estado-nação e construções identitárias. In: BRESCIANI, M.; BREPOHL, M. (Orgs.). **Razão e Paixão na Política**. Brasília: UNB, 2002, p. 163.

Para Ribas os paranaenses deveriam ser responsáveis por sua nação e exemplos de cidadãos. Se entendemos que “não aceitar a responsabilidade pela realidade em que vivemos é, ao mesmo tempo, nos desobrigarmos da tarefa de transformá-la, colocando na mão do outro a possibilidade de agir”², podemos afirmar que a população paraense, fortemente representada pelos habitantes da capital, foram participantes ativos desse processo de nacionalização proposto por Vargas, mesmo tendo que encarar escassez e dificuldades ainda não percebidas fora do período de guerra.

Pensar o Paraná nesse momento, exigia dar visibilidade não só aos grupos nacionais, mas aos inúmeros grupos de origem imigrante. Esses grupos conquistaram espaços importantes, gradativamente, a partir da sua chegada no início do século XIX, disputando lugares com grupos até então ‘estabelecidos’. Nosso enfoque principal se dará nas relações entre nacionais e indivíduos de origem germânica, buscando entender como esses sujeitos passaram de despercebidos trabalhadores migrantes à subversivos seguidores de uma potência estrangeira expansionista.

A presente pesquisa visa compreender os desdobramentos da ação institucionalizada da polícia política paranaense, representada pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/PR), procurando encontrar na documentação investigada sinais de ressentimento político e social em relação aos indivíduos de origem germânica, entre 1942 e 1945. Ainda, pretendeu aclarar quais comportamentos e condutas serviram como fontes provocadoras de ressentimento e abalaram as relações entre a comunidade brasileira e os imigrantes de origem germânica entre 1942 e 1945. Partindo dos pressupostos analíticos propostos por Norbert Elias, pretendemos entender se a ação repressiva realizada pela polícia política era apenas um desdobramento do projeto nacionalista de Vargas, se partia do princípio de suspeição, comum entre países que estiveram em lados opostos durante a Segunda Guerra Mundial ou, se havia indícios da existência de um processo de negação desse elemento alemão (enquadrado na dualidade estabelecidos/outsideers), através de sentimentos reativos como o ressentimento.

Ainda, nos valem de uma posição teórico-metodológica que estuda a inserção e os efeitos dos sentimentos na história, especialmente inspirada nos estudos de Pierre Ansart. Delimitamos como fontes as pastas temáticas e individuais

² TORO, José Bernardo. O que é mobilização social. In: TORO, J. B. & WERNECK, N. M. D. **Mobilização Social**: Um modo de construir a democracia e a participação. UNICEF, 1996, p. 8.

da antiga Delegacia de Ordem Política e Social, oriundas do Arquivo Público do Estado do Paraná, no período de 1942 -1945, uma vez que, elas mantem documentação produzida pela DOPS/PR e também pelos indivíduos que foram detidos, documentos pessoais, como depoimentos, cartas e relatos que nos permitiram pinçar elementos para pensarmos os objetivos propostos nesse projeto.

Essas tensões urbanas, entre imigrantes e brasileiros, surgem como representação de um espaço múltiplo; a cidade permeia um cenário de múltiplas experiências pessoais e coletivas. De um lado, o indivíduo de origem alemã que passou de solução a perigo, e do outro o brasileiro, que impunha através de atos violentos a necessidade de uma mudança nas relações étnicas para a manutenção de uma raça brasileira, incitado principalmente pelas ações políticas desdobradas pelo Estado Novo.

Apresentados esses dados iniciais, parece-nos de máxima importância resgatar estes elementos do anonimato da história paranaense. Apoiados pelo gradativo crescimento intelectual dessa perspectiva de análise dos sentimentos dentro do cenário historiográfico nacional, resolvemos pensar as relações sociais, políticas, econômicas e afetivas entre os imigrantes de origem alemã e a sociedade brasileira estabelecida no Paraná durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Intencionamos apresentar e debater os seguintes aspectos:

a) Quais motivos conduziram o elemento alemão a deixar seu país, justamente no momento em que o mesmo dava uma guinada rumo ao 'progresso' e a industrialização e como se construiu a imagem do 'alemão laborioso' no Paraná?;

b) Quais as consequências da Grande Guerra, do germanismo e do Nacional-Socialismo na desconstrução da figura do indivíduo de origem germânica no Paraná e como se deu a transformação da percepção coletiva em relação ao indivíduo de origem germânica a partir desses fatores?;

c) Mostrar a como a relação desses indivíduos com a DOPS/PR pode ser percebida através da documentação, observando uma amostragem das pastas individuais na perspectiva de 'história de vida' para alicerçar um debate teórico sobre os sentimentos;

d) O papel da Delegacia de Ordem Política e Social como propulsora do ressentimento entre nacionais e indivíduos de origem germânica e como alguns sentimentos reativos, como o ódio, a vergonha e a inveja, foram percebidos na documentação organizada pela DOPS no Paraná.

DAS FONTES UTILIZADAS NESSA PESQUISA

Ao selecionar um arcabouço documental, o historiador toma uma decisão paradoxal, uma vez que, voluntariamente decide quais fontes são mais adequadas para responder suas questões e embasar suas hipóteses, ao mesmo tempo em que, involuntariamente, pode tornar-se refém do suporte documental nomeado, se não tomar cuidados necessários ao tencionar as informações obtidas através da análise das fontes. Não desejamos aqui levantar um debate sobre quais ou com quantas fontes o historiador deve lidar para afirmar que a sua pesquisa está concluída, ou que, suas hipóteses estão a contento encerradas, mas sim, de uma forma prática enunciar aquilo que Michel de Certeau³ chama de “operação historiográfica”, uma espécie de atenção especial que todo historiador possui, a preocupação em definir uma espécie de “moldura” que oriente o trabalho, contribuindo consideravelmente para a obtenção de êxito em qualquer pesquisa, independente da sua disciplina.

A tarefa que nos delega o pensador francês é amplamente desejável e igualmente difícil de ser efetivada, uma vez que, não é de hoje que deixamos essas questões “do fazer” para outros campos científicos. Em tempo, desejamos ressaltar que a discussão que segue é pragmática e tem como principal intuito revelar o conteúdo das fontes selecionadas e os motivos que levaram as escolhas específicas de nomes; ainda, pretende-se apresentar a seguir as decisões tomadas acerca da quantidade de pastas que foram selecionadas dentro de um volume maior.

Os documentos que serviram como fonte para essa pesquisa são provenientes do Arquivo Público do Paraná, criado pela Lei número 33 sancionada pelo conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcellos, então presidente da província, em 7 de abril de 1855. A principal finalidade do arquivo era reunir a memória impressa e manuscritas sobre história e a geografia da província do Paraná. O Arquivo Público do Paraná recebeu diferentes denominações ao longo dos anos e foi conduzido por inúmeras secretarias até chegar a sua situação atual.

³ GIARD, 2012, p. 9. A historiadora Luce Giard, depositária e editora dos escritos de Michel de Certeau, introduz o pensamento de Certeau em um texto chamado “Um caminho não traçado”, texto que precede a obra “História e Psicanálise: Entre ciência e ficção” de Michel de Certeau, que ressalta a necessidade do historiador criar métodos e expor formas de pesquisa em História que não ficassem absolutamente vinculados a outras disciplinas, esquecendo da historicidade.

Hoje, além de reunir a documentação referente à memória do poder público, tem a responsabilidade de executar a administração da política relativa ao patrimônio documental do Estado. Por meio da organização, guarda e conservação dos documentos gerados pelo Poder Executivo, promove o acesso rápido e seguro às informações de interesse da administração pública e do cidadão.⁴

A documentação levantada para pesquisa é oriunda do acervo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR) que foi recolhido ao Arquivo Público do Paraná a partir do Decreto Estadual 577 em 1991. O acervo em sua totalidade é composto por pastas organizadas tematicamente e também por fichas de cidadãos investigados pela referida delegacia entre os anos 1937 a 1989.⁵ O arquivo em sua totalidade também conta com as pastas individuais, espécies de dossiês organizados a partir do indivíduo que fora convidado a prestar esclarecimentos, que foi detido ou teve tramitação entre outros órgãos do aparato da polícia política. Entre os exemplos mais conhecidos, podemos encontrar pastas individuais de ex filiados do Integralismo, ex partidários comunistas, de imigrantes, descendentes e indivíduos de origem germânica, que foram vinculados as potências do Eixo durante o conflito mundial e todos aqueles que foram considerados pela DOPS/PR como ameaças à Segurança Nacional, durante seu período de atuação no Paraná.

Levantamos inicialmente toda documentação referente aos anos de 1937 a 1945, tendo como objetivo localizar nomes de elementos de origem germânica que foram detidos pela DOPS/PR acusados de cometer crimes contra a ordem política ou a segurança nacional. Entre alemães, brasileiros, alemães naturalizados e elementos de outros países foram selecionadas noventa (90) pastas individuais para essa pesquisa.

Também foram levantadas Pastas Temáticas que faziam referência ao período. Nesses “dossiês” organizados pela DOPS/PR/PR dispomos de conjuntos documentais produzidos e apreendidos por agentes em suas diligências, documentos organizados por temas considerados relevantes para as investigações. Entre as sessenta e quatro (64) pastas levantadas, destacamos as pastas das delegacias

⁴ Arquivo Público do Estado do Paraná – Disponível em sítio eletrônico: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=25> Último acesso em: 27.dez.2014.

⁵ Idem

regionais de polícia, dos consulados dos países beligerantes, dos clubes de convivência de estrangeiros, entre outras.

DA METODOLOGIA ADOTADA

Trabalhar com os arquivos da polícia política proporciona um entendimento amplo não só do *modus operandi* da instituição, mas também a percepção do desdobramento dessas ações policiais e da aplicação das normas e leis no cotidiano. A partir da leitura das pastas individuais procuramos entender o *métier* policial, o funcionamento das vigilâncias, a ação das diligências e o processamento documental a partir dos depoimentos e dos autos realizados. Sobre a definição dessa tipologia de fontes para a História, concordamos com Bauer e Gertz

Numa definição ampla, pode-se afirmar que arquivos da repressão são conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas, **durante períodos não democráticos**⁶. Em sua maioria, os arquivos da repressão se compõem de registros elaborados ou incorporados a partir da ação policial cotidiana (fichas pessoais, depoimentos, prontuários, dossiês, relatórios, informações, ordens de busca e prisão etc.), mas também de documentos roubados (livros, publicações, correspondências pessoais, documentos de organizações etc.), ou de declarações tomadas em interrogatórios que desrespeitavam tanto os códigos penais (duração do interrogatório, horário em que eram feitos, presença de testemunhas etc.) quanto os direitos humanos (torturas físicas e psicológicas). (grifo nosso)⁷

Nesses conjuntos documentais são expostas as trocas de documentação e informação entre diferentes órgãos, fator que permite ao historiador um contato maior com esferas distintas do mecanismo repressivo; dados de diferentes localidades, de secretárias subordinadas a gabinetes governamentais e documentação sigilosa também fazem parte dessas pastas. Para além das trocas, esse tipo de material possibilita o mapeamento das conexões e redes de auxílio mútuo entre diversas camadas da hierarquia, bem como, o acesso a documentos que necessariamente não estariam à disposição do pesquisador se fossem arquivados separadamente.

⁶ Essa regra não é completamente válida para o Brasil. Um exemplo apenas bastaria para desconstruir o argumento que somente períodos não democráticos produzem arquivos repressivos. A maior quantidade de informações sobre o PCB no Paraná foi sequestrada pela DOPS/PR no período do pós-Estado Novo, ou seja, justamente em um período de redemocratização.

⁷ BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Arquivos policiais de extintos regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, v. 1, p. 173-194, 2009, p. 177

A ampla documentação produzida pela polícia política brasileira constitui um promissor acervo para pesquisa em História. Não obstante, esse tipo de fonte necessita de uma adequada abordagem para que o historiador não cumpra um papel coadjuvante na análise, permitindo que a fonte ganhe contornos de verdade inalterável.

É preciso reiterar que a produção desses documentos ocorreu em um período da história do país, quando os direitos democráticos estavam provisoriamente suspensos, um momento em que aflorava grande ‘convocação’, por assim dizer, para a pertença a brasilidade. Logo, é pertinente que o historiador amplie os olhares para as subjetividades e para os sentimentos que afloraram em determinadas situações da história nacional.

O historiador Enrique Serra Padrós, chama atenção,

Em relação ao uso das fontes, cautela semelhante ao uso dos testemunhos e dos jornais deve ser manifestada no tratamento dado aos denominados documentos oficiais, cuja lógica interna (informação, contra-informação, pontos de vista, etc.) pode capturar o leitor desatento prejudicando seu discernimento quanto à avaliação dessa documentação específica levando-o a uma aceitação tácita de que o seu conteúdo é expressão imediata de veracidade.⁸

As questões da civilidade, da nacionalidade e do pertencimento percorrem uma linha tênue, espécie de condição sensível, em que “o governo de si é um componente essencial do poder, o mais seguro entrave à desordem, um fundamento do governo dos outros, o complemento necessário da lei”⁹. Diversos signos do sensível figuram nessa documentação, como a excitação, o excesso de patriotismo, o ressentimento, a inveja, o perjúrio, a delação, entre outros.

Portanto, cabe ao historiador ser cauteloso e procurar conhecer minimamente o funcionamento do órgão ou aparelho repressivo que produziu o documento que está sendo analisado; ainda, estar atento às datas de produção dos documentos, bem como, fazer uma correta contextualização entre o conteúdo do documento e a conjuntura do período. Pensando nas condições sensíveis presentes nesse acervo documental, entendemos que tais cuidados são necessários, pois a documentação presente nesses acervos reúne dimensões éticas que precisam ser avaliadas.

⁸ PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.30-45, jun. 2009, p. 39.

⁹ HAROCHE, Claudine. **A condição sensível**: formas e maneiras de sentir no Ocidente. Rio de Janeiro: Contracapa, p. 25

Os interrogatórios, por exemplo, são casos de registros que foram produzidos em situações delicadas, uma vez que, é necessário considerar a possibilidade de coerção física ou psicológica para a obtenção dos dados. Nem todo depoimento era obtido a partir da livre opção do indiciado. Vale ressaltar que, ao ler qualquer documento produzido pela DOPS/PR esta condição não estará explícita.

Padrós, reforça a necessidade de compreendermos no que se constitui os arquivos da repressão,

Quanto aos arquivos da repressão, estes podem conter duas categorias de documentos. De um lado, o conjunto de objetos roubados das vítimas ou expropriados de organizações que foram alvo da violência estatal, como documentos, livros, fotos, objetos, atas de reunião, fichários de associados, panfletos e outros materiais. Do outro lado, estão os documentos repressivos propriamente ditos, ou seja, aqueles produzidos pelas forças de segurança durante as ações repressivas (batidas policiais, seqüestros, interrogatórios, torturas, etc.): dossiês, fichas, pastas, pedidos de informação ou de busca, confissões, ordens de serviço, etc.¹⁰

No caso da documentação da DOPS/PR, encontramos nas pastas individuais uma mescla dos conjuntos arquivísticos sugeridos por Padrós. Essas pastas organizadas pelo Arquivo Público do Paraná mantiveram a ordem estabelecida pelos funcionários da DOPS/PR, preservando muitas vezes originais e cópias de documentos, cartas manuscritas em alemão e suas respectivas traduções, fotos e marcações do indivíduo investigado e toda a documentação oficial sobre a investigação.

Durante o processo de levantamento e triagem das fontes foi possível determinar que alguns documentos eram padronizados, bem como, atestar que, com exceção de alguns casos todas as pastas continham alguns elementos documentais constantes, são eles: a) Capa do prontuário: onde se apresentam os dados iniciais do implicado, o número do prontuário, nome completo, nacionalidade e naturalidade, endereço, data de nascimento, filiação, profissão e se era alfabetizado [ANEXO 1]; b) Folha de anotações e antecedentes: espécie de índice cronológico dos eventos que conduziram o sujeito a investigação e como a mesmo se desdobrou a partir de então [ANEXO 2]; c) Auto de busca e apreensão: relatório realizado pelo agente da DOPS/PR logo após a realização da diligência na residência ou ambiente de trabalho do investigado; apresenta detalhadamente os itens que foram retidos pela polícia, com

¹⁰ PADRÓS, 2009, p. 40

data, local e lista dos pertences confiscados [ANEXO 3]; d) Auto de declaração: consideramos o documento de maior relevância, uma vez que, expressa as informações prestadas pelo indiciado; embora o mesmo seja redigido por um escrivão em uma linguagem específica e mantendo um padrão na ordem das informações, podemos perceber como o sujeito em condições desfavoráveis se posiciona perante as acusações [ANEXO 4]. Nesse ponto é que julgamos necessária uma análise das possíveis subjetividades que aparecem nesses documentos, ainda que mediadas.

Grosso modo, esses quatro documentos estão presentes em todas as pastas averiguadas. Contudo, as informações não são homogêneas, pois muitos processos não foram devidamente preenchidos e lacunas ficaram abertas, como o local de nascimento do suspeito, seu endereço, filiação e, quando estrangeiro, a data em que chegou ao Brasil, etc. As outras partes que compõem as pastas não apresentam um padrão: cartas, recortes de jornais, ofícios, memorandos, documentação oficial que era trocada por inúmeros órgãos que iam das delegacias regionais até o gabinete presidencial.

Qualquer documento que fosse considerado prova contra o indiciado era mantido: fotos, atas de clubes, documentos pessoais, cartas para familiares, etc. O universo documental encontrado nessas pastas individuais é bastante heterogêneo e constitui um problema ao historiador se não for bem triado e devidamente problematizado.

Iniciado o levantamento, nós nos deparamos com cento e três pastas, que, após uma revisão mais elaborada, foram reduzidas a noventa, pois algumas delas não apresentavam a capa do prontuário, os dados dos indiciados ou não permitiam identificar a quem pertenciam. A partir da quantidade esparsa de documentos ou pela significativa ausência deles optamos por eliminar essas treze pastas que não permitiriam qualquer avanço à pesquisa. Entre as noventa pastas que elegemos, sessenta são de alemães natos, vinte de brasileiros, quatro naturalizados; quatro de nacionalidades distintas e duas de nacionalidade não especificada.

É certo que, embora houvesse muita expectativa quanto ao conteúdo que estas pastas nos guardavam, temos ciência que esses documentos não são portadores de verdades cristalinas, bem como, possuidores de uma legitimidade. O que procuramos com essa documentação é atuar com muita cautela para entendermos que parte dessas informações foram elaboradas por funcionários estatais, foram dadas por depoentes desejosos de escapar 'das garras' do aparato

repressivo, etc. Informações que foram obtidas ou transmitidas de acordo com simpatias, relações sociais/econômicas e interesses. O que temos certeza é que “a procura de tantas respostas e a superação dos entraves que persistem no tempo exigirão atenta e contínua atuação do historiador do presente e das suas ferramentas analíticas e metodológicas.”¹¹

DOS ASPECTOS TEÓRICOS

A questão formulada por Bresciani e Ansart: “Como compreender e explicar a intensidade de uma emoção coletiva e suas consequências, a persistência de um apego, a violência de um amor ou de ódios políticos?”¹² Servirá como premissa norteadora para pensarmos a década de 1940 no Paraná, período de extrema relevância política e que foi marcado pela ideia de um nacionalismo em construção, fomentado pelo governo Vargas. Frente a recusa de muitos intelectuais em enfrentar as particularidades das experiências cotidianas, nos colocamos desejosos de utilizarmos-nos das discussões sobre as afetividades, sobre as paixões e ódios no campo político, com o objetivo de refletir sobre os desdobramentos desses sentimentos na ação coletiva e na experiência do cotidiano.

Os teóricos do estudo das afetividades na política se mostram preocupados em não dar vazão a um discurso dicotômico entre os conceitos de razão e paixão; buscam romper esse constructo de que só é possível fazer história colocando os conceitos em campos distintos, para, ao contrário, compará-los, baseados na proposta de Norbert Elias. Parte-se da valorização das análises de sociedades no tempo, suas rupturas e permanências, considerando tanto a emergência do sujeito como princípio e valor, quanto a razão e os sentimentos. Ambos, enquanto dimensões da subjetividade, não obedecem a oposições binárias, nem são excludentes entre si, pois deles decorrem atitudes, práticas, linguagens e discursos, cuja efetivação se manifesta em espaços públicos e/ou privados.

Partindo dessas mesmas inquietações é que nos prontificamos a analisar as afetividades e paixões políticas que emanam da obediência ao líder, examinando casos relatados pela Delegacia de Ordem Política e Social, seção Paraná, sobre

¹¹ PADRÓS, 2009, p. 44

¹² BRESCIANI, Maria Stella; ANSART, Pierre. Apresentação. In: BRESCIANI, M.; BREPOHL, M. (Orgs.). **Razão e Paixão na Política**. Brasília: UNB, 2002, p. 7.

indivíduos de origem germânica que durante o período mais pulsante da repressão, entre 1942 e 1945, alegavam fidelidade Alemanha, cujo Adolf Hitler era o líder que personificava a ‘mãe-pátria’. Ao mesmo tempo, refletimos sobre os casos de brasileiros, que afetados por uma onda nacionalista personificada na figura do líder Getúlio Vargas, saíram às ruas de Curitiba para ‘fazerem justiça’, depredando inúmeros comércios e residências de elementos considerados ‘do Eixo’.

Abordaremos as discussões a partir de um viés interdisciplinar, em que a História está onipresente em todos os estudos, mas abre campo profícuo para a Psicologia Social, Sociologia, Filosofia e Psicanálise. Como arcabouço teórico nos valeremos de estudos recentes sobre os sentimentos na História, escritos de Pierre Ansart, Éugene Enriquez, Norbert Elias, Claudine Haroche, Marion Brepohl, Marcia Naxara, Maria Stella Bresciani, Peter Gay, entre outros que nos permitem caminhar sob a fronteira tênue entre a história e os estudos psicanalíticos.

Os estudos que relacionam a política com as questões da subjetividade encontram-se envoltos por um pensamento que prefere eliminar de seu campo de observação as experiências cotidianas – os sentimentos – em detrimento da possibilidade de filtrar apenas o que é racionalmente manifestado. Concordamos com Ansart quanto à complexidade do tema ao mesmo tempo em que:

[...] podemos acrescentar que uma maior atenção às sensibilidades, aos fenômenos difusos das emoções e das paixões sociopolíticas levar-nos-ia a pensar sobre as temporalidades particulares da história, como mostram as precipitações de acontecimentos durante este período.¹³ **Essa atenção pode nos auxiliar a aprender as estranhas mudanças de práticas, em que vemos, por exemplo, uma comunidade aparentemente pacífica se transformar, em alguns dias e mesmo em algumas horas, em sociedade de resistência.** [...]¹⁴

O historiador francês Christophe Prochasson enfatiza a necessidade de conhecermos melhor os mecanismos simbólicos que impulsionam a vida política, e que os historiadores precisam realizar mais tentativas de se estudar os ‘motores emocionais’ das práticas políticas e sociais. Destaca que não se trata de reduzir o estudo histórico dos sentimentos a uma aproximação da literatura, “a dimensão

¹³ Ansart refere-se ao período da Revolução de 1848, porém, seu pensamento permite-nos pensar em outros momentos de ruptura política, como a eclosão da Primeira ou da Segunda Guerra Mundiais.

¹⁴ ANSART, Pierre. Das identidades de ofício à identidade de classe: um devir paradoxal? In: SEIXAS, J.; BRESCIANI, M.; BREPOHL, M. (Orgs.). **Razão e Paixão na Política**. Brasília: UnB, 2002, p. 215.

sensível do vínculo político faz parte das inquirições daqueles que observam e analisam a política, ainda que, sem dúvida, de forma insuficiente”¹⁵

Pensar a atuação da DOPS/PR, como veículo do ressentimento entre imigrantes alemães e cidadãos paranaenses/brasileiros, só se tornou possível através do contato com os referenciais acima citados. Nesses estudos, o ressentimento tem um lugar no mecanismo político, tem lugar nas manifestações populares, nos partidos e na própria ideologia política. A política tem lugar cativo na formação dos ressentimentos e é justamente essa interação paradoxal entre o político e o ressentimento que nos interessa.

Sob essa ótica, pudemos perceber como essa interseção entre o sentimento e o político pode suscitar situações paradoxais a partir, por exemplo, de um mesmo discurso: ao mesmo tempo em que determinado discurso reúne uma fatia da população ao redor da causa nacional e a torna portadora de sentimentos odiosos em relação àqueles que são considerados “alienígenas”, marginaliza a outra fatia, que passa a sofrer e cultivar esses sentimentos de exclusão e a ressentir-se desse meio que a oprime.

Pierre Ansart utiliza o conceito de ressentimento, teorizado a partir de Nietzsche e Elias, para tratar do ódio interiorizado e metamorfoseado na formação de regimes autoritários ou totalitários. No entanto, o próprio Ansart esclarece que é preciso “atentar à diversidade das formas de ressentimento e falar de ressentimentos no plural em não de um ressentimento que tomaria as dimensões de uma essência universal.”¹⁶

Paul Zawadzki¹⁷ participa desse debate fazendo uma análise do ressentimento e da igualdade e sua contribuição para uma antropologia filosófica da democracia, como forma passional de um ferimento moral, por meio do sentimento de indignação, que indica uma certa ideia de justiça: a emergência da democracia dá origem a um novo conflito, colocando em confronto concepções divergentes de justiça e legitimidade. Produz ao mesmo tempo duas grandes formas de ressentimento, de

¹⁵ PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: Primeiras aproximações. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p.305-324, jul. 2005, p. 310.

¹⁶ ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004, p. 19

¹⁷ ZAWADZKI, P. O ressentimento e a igualdade: contribuição para uma antropologia filosófica da democracia. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004, p. 371-390.

significados opostos igualitário e anti-igualitário. De um lado, os sentimentos de igualdade – justificados pela democracia – apontariam para os excluídos-aviltados, de outro lado, os senhores de visão hierárquica tradicional (ou meritocracia) aviltados pela pretensão de igualação. Essa sistemática, pode ser entendida, pelo que Prochasson intitula ‘regime emocional do regime político’, um sistema emocional particular que dota as estruturas políticas de peculiaridades que devem ser respeitadas, sejam elas, emoções coletivas, dos grupos naturais (homens e mulheres), das classes, das regiões, das instituições, dos partidos e das nações.¹⁸

Para pensarmos as questões que tangem o caráter paradigmático do indivíduo de origem alemã, nos valeremos dos estudos realizados por Norbert Elias, com o fito de compreendermos as configurações e redes de interdependência entre esses indivíduos. Procuraremos estabelecer parâmetros para sujeitos que conviviam de modo aparentemente harmônico sem eleger “estabelecidos” e “outsiders” dentro dessa coletividade

Prochasson ainda nos alerta que é possível abordar os sentimentos como matéria prima, como combustível da história, porém, precisamos entender que os vestígios esparsos com que lidamos, podem não nos permitir a reconstituição de um perfil psicológico, mas, “é perfeitamente possível analisar o complexo emocional que interage com o indivíduo, neste caso, é lícito examinar seus modos de inserção em um universo emocional singular, e a gestão das paixões que lhe é própria.”¹⁹

É necessário tomar cuidado com a amplitude do debate, uma vez que essas questões têm lugar comum não só na História, mas também na Sociologia e na Psicanálise. Imbuídos a contribuir com o crescimento dos estudos históricos vinculados aos sentimentos, concordamos com Prochasson, que é preciso renovar o olhar sobre a História Política, também sob a ótica das emoções, afinal,

Fontes não faltam. De alto a baixo da vida política, elas podem ser tomadas tanto no seio do jogo parlamentar, quanto nos meandros de um grafite, tanto nas memórias e lembranças dos homens de política, onde ao fim se desenlaça toda uma história, como em pleno coração dos arquivos judiciários, onde jaz todo um discurso político que não é isento de importância. Trata-se apenas de dar uma nova atenção a textos tão frequentemente lidos, e tão apressadamente comentados, para assim revelar uma parte do segredo da política.²⁰

¹⁸ PROCHASSON, 2005, p. 317 - 318

¹⁹ PROCHASSON, 2005, p. 313

²⁰ PROCHASSON, 2005, p. 314

Delimitar o tema e estabelecer os recortes se torna substancial para que no fim tenhamos êxito. Advogar a favor de uma história dos sentimentos na política “não é defender a ideia de autonomia dos autores, nem crer que o emocional constitua o vínculo político, em detrimento de todo o cognitivo.”²¹ Essa prática consiste, em nossa opinião, em ampliar o escopo dos questionamentos, de explorar fontes que podem ter sido exploradas anteriormente, mas conferir-lhes nova ótica, é o que Pierre Rosanvallon já criticava em seu “Por uma história do político²²”. Estamos, contudo, cientes do que Ansart adverte como obrigações do historiador que resolve trabalhar com as questões do sensível: “Certamente é muito mais difícil traçar a história de ódios do que a história de fatos objetivos”²³

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Estruturamos essa pesquisa para ser apresentada em quatro capítulos. No primeiro capítulo “Ser alemão migrante: entre o amor à pátria Alemanha e a vontade de prosperar no Brasil”, objetivamos abordar em linhas gerais o processo que conduziu milhares de alemães a deixarem o seu país em busca do que entendiam por melhores condições de vida em outros países, como o Brasil. Intentamos discutir um breve panorama do que foi a Alemanha pré unificação, bem como entender, como após o processo de unificação em 1871, muitos optaram por não acompanhar os possíveis desdobramentos econômicos, políticos e sociais que seriam ocasionados por ela, aumentando abruptamente os números da migração. Ainda, gostaríamos de tratar do caráter de subserviência que foi caracterizado no alemão como elemento laborioso e morigerado e colocar em evidência alguns exemplos de imigração individual e coletiva para ilustrarmos os motivos que conduziram esses alemães a se ‘aventurarem’ no solo brasileiro.

No segundo capítulo, “Os frutos da Grande Guerra: germanismo e Nacional-Socialismo como assédios políticos”, intencionamos apresentar um debate sobre questões que permeiam a construção de uma ideia de indesejabilidade em relação ao indivíduo de origem estrangeira no Paraná, ocasionado principalmente pelas alterações da percepção do elemento imigrante pelos intelectuais do Instituto Histórico

²¹ PROCHASSON, 2005, p. 323

²² ROSANVALLON, Pierre. Por uma história do político. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

²³ ANSART, 2004, p.28

e Geográfico Brasileiro (IHGB) na virada do século XIX para o século XX. Procuramos contextualizar o panorama nacional em relação a imigração estrangeira e como as primeiras medidas restritivas para controlar esse processo foram institucionalizadas. Colocamos em evidência nesse capítulo dois fatores caros ao nosso trabalho, o germanismo e o Nacional-socialismo e os tratamos como fomentadores do assédio político dentro das comunidades germânicas, situação que fomentou um acirramento de ânimos em relação a presença do imigrante de origem germânica em todo o Brasil, influenciando negativamente a coexistência desses grupos sociais distintos também no Paraná.

No terceiro capítulo “Brasileiro, alemão, suspeito: Viver no Paraná sob a lógica da desconfiança, ” impossibilitados de analisar caso a caso, optamos por selecionar um pequeno percentual das pastas individuais, no intuito de estabelecermos interfaces entre essas ‘histórias de vida’ que foram pinçadas pelo poder. Aproveitamos para apresentar uma divisão em categorias para facilitar a análise, o que clarifica de certa forma nossa escolha metodológica de buscar no micro, possibilidades de compreensão do macro (processo).

No quarto e último capítulo “A polícia política como veículo do ressentimento entre nacionais e estrangeiros no Paraná” desejamos analisar como a DOPS/PR pode ser entendida como veículo propagador do ressentimento entre nacionais e estrangeiros, principalmente entre 1942 e 1945. Para alcançarmos explicações que deem conta desse objetivo, procuraremos apresentar pontos de reflexão sobre o papel do carisma dos líderes, da obediência dos seguidores, mostrando através de excertos documentais que mesmo diante do revés da prisão alguns investigados se afirmavam nazistas ou simpatizantes de Hitler. Nesse capítulo, enfatizaremos o papel da inveja, do ódio, da vergonha, do medo e do ressentimento na construção de um panorama não favorável aos indivíduos de origem imigrante, cujos países combatiam pelo Eixo.

1

**SER ALEMÃO MIGRANTE: ENTRE O AMOR À
PÁTRIA ALEMANHA E A VONTADE DE
PROSPERAR NO BRASIL**

Nesse primeiro capítulo, objetivamos apresentar, em linhas gerais, o processo que levou milhares de alemães a deixarem sua pátria buscando melhores condições de vida em outros países, como o Brasil. Desejamos apresentar um breve panorama do que era a Alemanha pré-1871, quando as propostas de um regime liberal e democrático foram deixadas de lado em 1849, em nome de um projeto militarista e reacionário, tomado como necessário para a unificação do Estado-Nação. Buscamos também, estender a análise ao período pós-1871, entendendo que as saídas de alemães para o Brasil, aumentaram abruptamente após a unificação.

Buscaremos identificar nesses processos esse perfil de servilismo e labor que era defendido como intrínseco à personalidade alemã, tornando-os imigrantes ideais para substituir a mão de obra escrava, tendo em vista o iminente fim da escravidão no Brasil. Embora não tenhamos condições de delimitar a quantidade exata de alemães que imigraram, tentaremos enfatizar como esses primeiros agrupamentos se organizaram dentro da dinâmica imigratória. Alguns grupos se mantiveram coesos a elementos típicos da antiga pátria, enquanto outros, menos privilegiados economicamente, buscaram adesão imediata ao grupo receptor, objetivando principalmente a sobrevivência da família ou do indivíduo imigrante.

Finalmente colocaremos em evidência alguns exemplos de imigração individual e coletiva, exemplos que representam esse desejo pelo novo e que nos permite pensar os motivos que levaram a emigrar dentro do contexto histórico do século XIX. Esse primeiro capítulo irá introduzir alguns elementos de um grande debate sobre a presença teuta no Brasil, conduzida pelos intelectuais ligados ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Como veremos, tais intelectuais, iniciaram uma espécie de inversão discursiva no Brasil ainda no final do século XIX e no início do XX, quando o alemão passou a ser questionado sobre sua condição de imigrante ideal. O labor e a morigerança passaram a ser ofuscados pelo enquistamento, pela conduta não assimilável e pela representação do medo no questionável “Perigo Alemão”.

1.1 A UNIFICAÇÃO TARDIA – DA DERROCADA DEMOCRÁTICA AO KAISERREICH

A formação do Estado alemão apresenta-se para a História de uma maneira peculiar, uma vez que destoa, de certa forma, do processo contínuo de transformação

em Estados como França, Inglaterra, Suécia, etc., onde a sociedade medieval, diante do desequilíbrio de forças, compactou-se em monarquias absolutas. A equidade de forças existente entre os príncipes locais e a dinâmica das lutas de eliminação de interesses internos, atrasou, ou tornou mais lento esse processo de unificação.

Elias²⁴ assevera que, no caso da Alemanha, o equilíbrio de forças afastou-se gradualmente do nível de integração representado pelo imperador e inclinou-se a favor de príncipes regionais, em contraste com a constante centralização do poder dos outros países europeus. Havia ainda um outro problema que persistiria até a metade do século XIX: a existência de dois projetos políticos distintos, sendo um liberal e democrático, protagonizado por uma fraca burguesia e pelos ecos da vaga revolucionária que agitou a Europa em 1848, e outro, militarista e reacionário, encabeçado por Bismarck, ministro-presidente da Prússia.

Os pedidos de transformação social, de soberania do povo, de igualdade social e de abolição das classes sociais existentes foram aniquilados pelo exército prussiano em 1849, bem como, o sonho de uma nação democrática alemã. Parte desse declínio do projeto liberal se deu em virtude da desistência da alta burguesia à luta, por receio do radicalismo do povo, preocupada em perder seus espaços – que já não eram absolutamente sólidos. Assim, os burgueses abandonaram os revolucionários e apoiaram os militares no processo de unificação nacional.

A preferência pelo modelo militar²⁵ pode ser explicada pela própria vivência do Estado alemão, que lutava constantemente para defender seus limites fronteiriços, haja vista que, tropas de países vizinhos insistiam em tomar-lhes territórios. Elias entende que esse processo é uma das peculiaridades da formação do elemento alemão, para ele essas repetidas tentativas de invasão: *“produziu uma reação, entre os alemães que levou a conduta militar e as ações bélicas a serem altamente respeitadas e, com frequência, idealizadas”*.²⁶

Tendo o apoio da alta burguesia, as elites conservadoras da Prússia passaram a comandar militarmente o processo de unificação do Estado alemão; entre

²⁴ ELIAS, Norbert. **Os Alemães**: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 18.

²⁵ Essa peculiaridade belicista, destacada por Elias, pode ser uma das possíveis explicações para que num futuro próximo os alemães, em 1933 tenham dado apoio a Adolf Hitler: A fim de mobilizar alguns setores das massas, precisavam de um homem cujas estratégias bélicas e retórica estivessem mais de acordo com as necessidades desses grupos. Assim, deram a Hitler sua chance. (ELIAS, 1997, p. 21)

²⁶ ELIAS, 1997, p. 20

1850 e 1870 um rápido desenvolvimento econômico forneceu condições evidentes para a unificação. A política alemã, segundo Isabel Loureiro²⁷, reveste-se de um princípio norteador, que é a anexação de territórios e a defesa das fronteiras. Entre 1862 e 1871 foram anexados diversos principados e cidades livres, foram tomados territórios na França, Dinamarca e Áustria, tornando a Alemanha uma potência em ascensão, uma confederação sob a égide da política institucional militar e autoritária da Prússia.

O *Kaiserreich*, o Estado nacional alemão, militar e autoritário seria decretado em 18 de janeiro de 1871, quando Guilherme, então rei da Prússia, aceitou em Versalhes o título de Imperador alemão. A sociedade alemã, fortemente influenciada pelos preceitos prussianos, seria dominada por um forte sentimento de obediência e tradição militar. De acordo com Loureiro:

A disciplina se estendia a todos os cidadãos. [...] O *Kaiserreich* era assim uma sociedade formada de indivíduos disciplinados, treinados para obedecer às ordens do alto sem questioná-las, como exigia o imperador Guilherme II (1859 – 1941). [...] Não por acaso, os estudiosos da época são unânimes em apontar no alemão médio traços de submissão e servilismo em relação aos de cima, compensados pela agressividade com os de baixo. É com essa matéria-prima psíquica que será montada a massa amorfa dos “pequenos nazistas”.²⁸

Bismarck soube utilizar-se de uma estratégia de exaltação do espírito nacionalista, soube bem incutir no povo alemão a ideia de tessitura do Império Alemão, a partir de uma suposta continuidade, uma vez que, no imaginário político que fizera parte do teatro da unificação, o momento propiciado pelo chanceler era um desdobramento do Sacro Império Romano-Germânico²⁹.

Mesmo quando os intuitos unificadores da Revolução de 1848 fracassaram e a Alemanha pareceu ainda mais fragmentada, Bismarck conseguiu impetrar uma série de ações militares com muito sucesso e que foram fundamentais para a reorganização e unificação dos estados germânicos, sendo essas respectivamente: Guerra dos Ducados (1864), Guerra Austro-prussiana (1866) e a Guerra Franco-prussiana (1870 – 1871).³⁰

²⁷ LOUREIRO, Isabel. **A Revolução Alemã**, 1918-1923. São Paulo: Edit. Unesp, 2005, p. 23-24.

²⁸ LOUREIRO, 2005, p. 25

²⁹ Também conhecido por Sacro Império Romano da Nação Alemã

³⁰ PARADA, Mauricio. **Formação do mundo contemporâneo: O século estilhaçado**. Petrópolis/RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2014. (Série História Geral), p. 56-57.

A política externa de Bismarck buscava assumir múltiplas alianças com outras potências europeias. O sistema de parcerias por ele engendrado era complexo, mas possuía um objetivo único: manter a Alemanha como potência sem envolvê-la em outra guerra.

Bismarck era um burocrata, filho orgulhoso de um *junker*³¹ prusso. Conseguiu manter-se no cargo às custas em um imperador fraco como Guilherme I, que inúmeras vezes ameaçava renunciar para conseguir o aval imperial para suas manobras políticas. Era contrário a saída de indivíduos alemães para países como o Brasil e o Canadá. Entendia que esses países estavam sob o domínio direto dos Estados Unidos, país que mantinha uma relação diplomática favorável para com a Alemanha, mas que destoava em inúmeros aspectos políticos e culturais. Ao mesmo tempo, Bismarck dizia: “um alemão que abandona seu país, como um velho casaco, não é mais alemão, e eu não tenho mais interesse nele como um homem da minha terra”.³²

Independente das preferências e opiniões oficiais do chanceler, algumas levas aportaram no Brasil, principalmente se utilizando de um decreto do Império Brasileiro, o Ato Adicional³³ de 1824, que liberava – ou conferia poder – às províncias para decidir se a recepção desses elementos estrangeiros era benéfica ou não para o crescimento econômico das mesmas³⁴. Santa Catarina e Rio Grande do Sul conduziram um processo de larga abrangência, inclusive legalizando todos os atos de atração de imigrantes brancos da Europa. O Paraná foi receptor de levas de re-imigração das duas províncias precursoras a partir da década de 1850 e ainda recebeu imigrantes diretamente do Volga na década de 1870, imigrantes que se

³¹ Membros da nobreza constituída por grandes proprietários de terras nos estados alemães anteriores e durante o 2.º Reich (1871-1918). Essa aristocracia latifundiária teve importante papel na construção do Reino da Prússia, a partir do século XVIII.

³² BRUNN, 1971, p. 127 apud BREPOHL, Marionilde. **Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Curitiba: SAMP, 2014, p. 22.

³³ O Ato Adicional deu poder para as províncias decidirem sobre a imigração de elementos estrangeiros, bem como, estabeleceu que todos os esforços, inclusive os financeiros ficariam custeados por elas e não mais pelo Império. Ao ser delegado às províncias essa decisão, D. Pedro I passou a ser menos pressionado pela elite latifundiária contrária ao financiamento da colonização no Brasil. Porém, mesmo fazendo parecer que não era um interesse imperial a chegada de uma grande massa de imigrantes brancos oriundos da Europa, os grandes proprietários descontentes com a grande despesa que o processo gerava, conseguiram ter voz no Parlamento, que a 15 de dezembro de 1830, aprovaram na Lei do Orçamento a suspensão de todos os créditos para a colonização estrangeira. O período de 1830 a 1840 de grande estagnação econômica, conduziria a abdicação de D. Pedro I e ao Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, que criaria a Regência Una, buscando efetivar um processo de reforma e reorganização política do Brasil.

³⁴ Cabe-nos ressaltar que essa primeira fase de imigração é moderada, acontece em um ritmo pequeno e em alguns casos não apoiadas pelo Estado, será principalmente a partir de 1840 e 1850 que os fluxos migracionais aumentarão de maneira considerável e o Brasil passará a ser um destino destacado entre os imigrantes alemães.

instalaram principalmente na região dos Campos Gerais. No caso paranaense, o marco inicial da imigração alemã ocorreu em 1829, quando ainda vinculado à província de São Paulo, receberam famílias imigrantes da região do Trier e foi fundada a Colônia de Rio Negro, na divisa com Santa Catarina,

A manutenção do poder de Bismarck se tornou insustentável com as mortes de Guilherme I em março e de Frederico III, sucessor direto de Guilherme em junho de 1888. O novo imperador, com vinte e nove anos não compactuava com os planos de Bismarck e pressionou para que o mesmo renunciasse, fato que se efetivou em 1890, quando o ex-chanceler portava seus setenta e cinco anos.

Sua saída, foi marcada pela clássica charge de John Tenniel, publicada no jornal britânico *Punch* em 29 de março de 1890, com o título "*Dropping the pilot*". Tenniel sagazmente mostrava o jovem imperador debruçado sobre a borda de um navio espiando a saída do velho chanceler. A Alemanha tomaria outros rumos e não precisaria mais dos métodos de Bismarck.



Figura 1- 'Dropping the Pilot' ilustração de John Tenniel publicada no *Punch*, em 29/03/1890. Disponível em: http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_image.cfm?image_id=1691, último acesso em 08/01/2016

Para além do legado positivo deixado por Bismarck, o Estado alemão que permanecia após sua renúncia tinha características autoritárias; estava eivado de conflitos políticos e tensões sociais, que tornar-se-iam ainda mais evidentes a partir das ações imperialistas impetradas pelo jovem Guilherme II.

A figura pública do 'imperador moço' não era de popularidade expressiva. Alguns autores o analisaram como homem de pouca capacidade política, com inúmeros problemas de personalidade, incapacidade de governança e que se valia de um pequeno séquito de conselheiros para pautar suas decisões mais importantes.

Elias³⁵ relata que Guilherme II preocupava-se acintosamente com a manutenção do rigor comportamental e com um evidente distanciamento entre as classes alemãs. Em outros termos, dedicava-se mais à manutenção da distinção entre nobres e não-nobres, do que com a efetiva unificação do povo alemão. Algumas práticas que se acentuaram a partir do governo de Guilherme II,

Quando comparecia a um baile, o velho Kaiser gostava de ser, por vezes, apresentado a pessoas desconhecidas e bater um papo com elas. Já Guilherme II mantinha distância. [...] Guilherme II gostava do autorretrato de sua própria grandeza e dignidade através do cerimonial.³⁶

Não obstante, o fomento exacerbado dos 'bons costumes' por Guilherme II, gerou ainda mais tensões sociais entre a população. Esta não entendia a incapacidade do Kaiser em estabelecer padrões positivos para a industrialização e para o crescimento do comércio, uma vez que, todo seu tempo era tomado em separar as classes dominantes das classes dominadas por alguma frivolidade nobre.

Os eventos políticos que se desdobraram no momento posterior à ascensão de Guilherme II, sobretudo com a chegada do século XX, precipitaram a queda do Imperador e proporcionaram os marcos iniciais da Primeira Guerra Mundial. Percebemos que existiam ali, já engendrados, fatores internos e externos a serem considerados pela unificação, bem como, problemas que conduziram a Alemanha ao protagonismo no conflito bélico mundial de 1914.

³⁵ ELIAS, 1997, p. 78 – 79

³⁶ ELIAS, 1997, 80

1.2 PARA ONDE FORAM OS ALEMÃES? POLÍTICAS MIGRATÓRIAS PÓS-1871

O Brasil já buscava o estabelecimento de relações comerciais e políticas com a Alemanha ainda antes da unificação, principalmente no que tange às práticas de imigração incentivada. Já década de 1820, alguns brasileiros influentes como o Visconde de Abrantes, proferiam discursos acalorados em Berlim, ressaltando a validade da presença de elementos de origem germânica na composição do povo brasileiro.

Os primeiros movimentos imigratórios, ainda na década de 20 do século XIX, são acanhados e se dirigem ao sul do Brasil. As levas serão cada vez maiores a partir de 1850, quando a situação da mão de obra escrava no Brasil começa a dar indícios de falência; pressões internas e revoltas contínuas, agregadas às pressões externas encabeçadas pela Inglaterra, são sinais evidentes que o trabalho compulsório não se sustentará por muito tempo.

A partir da metade do XIX, os números crescem e tornam-se relevantes. Sabemos que os números oficiais³⁷ entre 1848 e 1899 ultrapassam a casa dos sessenta e cinco mil imigrados, quantidade que só será menor se comparada ao período entre guerras, quando entraram no Brasil mais de setenta e cinco mil imigrantes de origem teuta, principalmente entre 1920 e 1929.

De modo a ilustrar e tornar evidente essa informação, apresentamos, em um gráfico comparativo, as informações sobre o total da imigração teuta para o Brasil a partir de dois autores especialistas no tema. Jeffrey Lesser aponta um total de 179.033 imigrantes, enquanto Rene Gertz aponta para 233.392 imigrado (aproximadamente trinta por cento acima do número relatado por Lesser). Advertimos que Gertz levanta dados de imigração entre 1820 e 1939, enquanto Lesser considera os números somente a partir de 1880, entendendo que somente a partir da unificação alemã ocorrida em 1871, possibilitou-se contabilizar a quantidade de imigrantes alemães ao Brasil.

³⁷ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/alemaes.html> Último acesso: 04.ago.2016

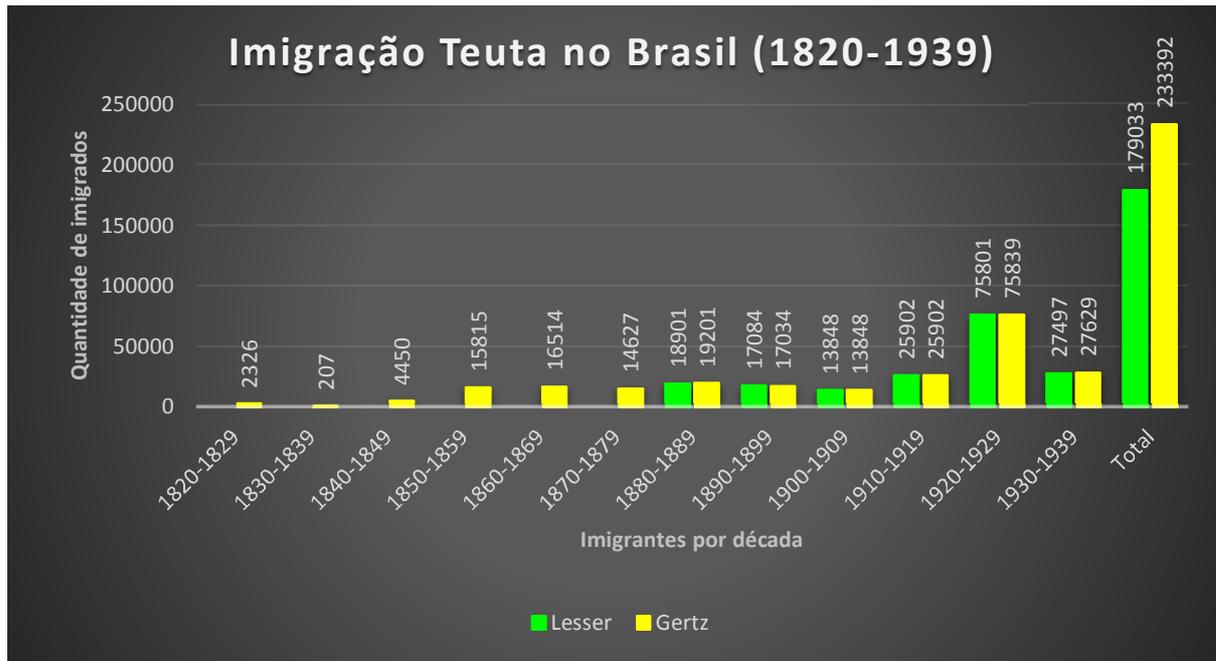


Gráfico 1 Imigração Teuta no Brasil (1820 - 1939)³⁸

Em uma tabela comparativa entre autores distintos que discutem a imigração alemã para o Brasil, podemos evidenciar a afirmativa acima. Gertz, para construir uma estimativa dos grupos de imigrantes no Brasil, utiliza-se da lista elaborada por Neiva & Carneiro na obra "Imigração e colonização no Brasil" de 1950. Já Lesser utiliza-se de uma variada fonte de dados que compreende desde os quadros estatísticos econômicos e financeiros do Tesouro Nacional, passando pela Revista de Imigração e Colonização, até dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; trata-se, em nossa opinião, de uma referência mais atualizada nos estudos de imigração no Brasil.

³⁸Dados comparados a partir de informações obtidas em: LESSER, Jeffrey. A negociação da identidade nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora da UNESP, 2001. GERTZ, Rene. O Fascismo no Sul do Brasil: Germanismo, nazismo e integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

Tabela 1 Entrada de imigrantes teutos no Brasil (1820-1939)

Período	Quantidade de teutos - Lesser	Quantidade de teutos - Gertz
1820 – 1829	-	2.326
1830 – 1839	-	207
1840 – 1849	-	4.450
1850 – 1859	-	15.815
1860 – 1869	-	16.514
1870 – 1879	-	14.627
1880 – 1889	18.901	19.201
1890 – 1899	17.084	17.034
1900 – 1909	13.848	13.848
1910 – 1919	25.902	25.902
1920 – 1929	75.801	75.839
1930 – 1939	27.497	27.629
Totais	179.033	233.392

Fonte: PEREIRA, 2015, p. 130.

Em tempo, gostaríamos de apontar que, os números de saída não batem necessariamente com os dados de entradas. Dificilmente existirá consenso sobre a quantidade efetiva de imigrantes no Brasil, de forma que os números aqui apontados são potenciais e frutos de estudos seriamente embasamento, mas não podem dar garantia da exatidão dos dados. Considerar a heterogeneidade dos emigrantes, é uma condicionante prudente ao historiador, haja vista que, o próprio padrão de elemento de origem germânica, poderá recair em aceitarmos os suíços alemães, os morávios, os austríacos e os teutos do Volga russo, como parte fundante do todo.

Isto posto, é preciso assinalar que se equivocam os que atribuem apenas ao governo imperial brasileiro e a seus agentes políticos a iniciativa no Brasil. Consideramos quatro elementos fundamentais para entendermos o de migração contínua pós unificação, são eles respectivamente:

a) o medo da proletarização, a partir da dinâmica da expropriação das terras e do êxodo rural alemão para as cidades recém industrializadas;

b) o aumento considerável da população alemã pós 1870, devido às mudanças da gestão familiar e pelo fato do ambiente citadino não proporcionar oportunidades para famílias muito numerosas;

c) as mudanças do sistema de proteção alfandegária, que ao mesmo tempo em que beneficiava as indústrias, dava abertura para a entrada maciça de trabalhadores estrangeiros do leste europeu. Estes se somavam com numerosos camponeses em retirada do campo e diminuía as perspectivas salariais, alimentando assim uma massa de mão-de-obra ociosa, e

d) atração pelo exótico, uma vez que, as propostas de ocupar terras brasileiras, muitas vezes estavam vinculadas a promessas fantasiosas, a visões edênicas e a impossibilidade de fracasso.

Os fatores relatados acima ocorrem de maneira independente e concomitante, tanto no processo de emigração espontânea, como nas fomentadas pelas sociedades colonizadoras e nas ações do governo imperial brasileiro. O aumento da população alemã está relacionado ao complexo fenômeno da transição demográfica, que produz uma considerável população redundante. De acordo com Wilson Maske:

Os imigrantes alemães trouxeram um padrão econômico que influiu decisivamente, sobre a cultura do Brasil meridional, pois eram, em geral camponeses habituados com a exploração capitalista das terras, produzindo não apenas para própria subsistência, mas também para atender as exigências de um mercado em crescente demanda por variados produtos.³⁹

Vale lembrar que o Brasil não era o destino privilegiado dos alemães, embora fosse o segundo maior. É absurdamente diminuto, se compararmos com a quantidade de teutos que foram para os Estados Unidos. Ao observarmos os números de entrada de imigrantes alemães nas Américas, no período entre 1820 e 1909, veremos que mais de 90% desembarcou nos EUA; gradativamente as levas de re-imigração, oriundas principalmente dos Estados Unidos, reposicionaram o Canadá, dando ao mesmo números mais relevantes quando tratamos da imigração alemã. Alguns países na América Central também receberam teutos, como é o caso do México, da Guatemala e de El Salvador. Entre os países sul americanos não listados, o Chile, a Colômbia, o Paraguai e o Uruguai apresentam uma pequena contribuição na receptividade aos elementos de origem germânica

³⁹ MASKE, Wilson. Brasil e Alemanha: Imigração e imperialismo (1871 – 1918). Passo Fundo-RS: **História Debates e Tendências**. v. 14, n. 1, jan. /jun. 2014., p. 184-185.

Um outro detalhe é que os números de chegada nos países listados destoam em até 30% a mais do que os números listados como saída na Alemanha. Em alguns casos os números de entrada apresentados pelos órgãos de controle dos EUA superam sozinhos em quantidade, o total de emigrados de origem germânica para outro país. O que nos faz pensar, primeiro na impossibilidade de ter quantidades cuja confiabilidade nos permita pensar em números absolutos; segundo a imigração fora da oficialidade também pode representar um fator relevante na discrepância dos números.

Marion Brepohl, ao analisar a tabela abaixo [Tabela 2] chama a atenção para o fato de países como os EUA registrarem os imigrantes a partir da língua. De acordo com a autora:

O número de saídas da Alemanha não coincide com a soma dos diversos países de destino pela imprecisão de seus registros. No caso dos Estados Unidos nas décadas de 1870, 1880 e 1890, o número de imigrantes registrados é superior ao de emigrados. Isto se deve ao fato de que nos Estados Unidos registram-se os imigrantes segundo o idioma e não a nacionalidade, resultando, portanto, numa estimativa que indiscriminava alemães, austríacos, suíços e outros. Além destas distorções, ressalte-se a existência de um pequeno contingente populacional que se dirige para a Ásia e África do Sul, não sendo considerado nessas estatísticas pela sua inexpressividade numérica.⁴⁰

Tabela 2 Imigrantes germânicos na América (1820-1909)

Período	Saídas	Entradas			
	Alemanha	EUA	Brasil	Canadá	Argentina
1820 – 1829	28.000	7.000	7.000	--	--
1830 – 1839	172.300	152.500	12.000	--	--
1840 – 1849	469.300	343.600	--	--	--
1850 – 1859	1.075.000	951.700	18.000	26.700	--
1860 – 1869	832.900	787.500	13.700	25.700	1.300
1870 – 1879	622.800	718.200	17.000	1.300	3.800
1880 – 1889	1.342.500	1.453.000	21.600	3.900	14.200
1890 – 1899	529.800	505.200	12.500	12.900	8.700
1900 – 1909	279.700	341.500	17.500	18.600	19.300
TOTAL	5.352.300	5.260.200	119.300	89.100	47.300

Fonte: MARSCHALK, Peter. **Deutsche Überseewanderung im 19. Jahrhundert**. Stuttgart: Ernst Lettverlag, 1973, p. 50 *apud* MAGALHÃES, 2014, p.20.

⁴⁰ MAGALHÃES, 2014, p. 20

É necessário ressaltar a partir da tabela apresentada por Brepohl, uma distinção importante que está relacionada ao padrão da cultura política do imigrante de origem alemã, principalmente nas levas imigrantes pós 1848. A historiadora irá ressaltar a existência de dois grupos distintos em um mesmo processo, os *Reichdeutscher* (alemão do reino) e os *Neudeutscher* (alemães novos). Os primeiros são oriundos de gerações de indivíduos que vivenciaram o processo de unificação e sofreram influência de um projeto de criação de uma identidade nacional pautado na literatura, no ensino primário, por práticas consideradas mais eruditas e pela presença marcante da religião.

Os *Reichdeutscher*, principalmente os pastores vinculados a essa geração causaram inúmeras insatisfações entre os teuto-brasileiros, haja vista que, havia uma percepção de que esses sujeitos eram censores das práticas festivas dos colonos e também dos seus hábitos cotidianos; eram tratados como exageradamente “assimilados”, ignorantes e pouco capazes das práticas eruditas apreciadas por essa leva de imigrantes.⁴¹

Já os *Neudeutscher*, são os alemães que nasceram na Alemanha já unificada e imigraram nas primeiras décadas do século XX, mantiveram as tradições vinculadas ao ‘ser alemão’ e a importância da língua e da igreja, porém, entendiam-se como indivíduos culturalmente superiores em relação aos demais; essa geração compreendia aqueles que imigraram num cenário político de humilhação e decadência econômica, resultados diretos da derrota alemã na Grande Guerra.

De acordo com Brepohl:

Aqueles eram imigrantes que haviam conhecido os horrores da guerra, a fome, a perda de entes queridos. Assistiram à mutilação de diversos territórios de seu país, a perda de colônias, a imposição de grande dívida de reparação. Sentiam-se humilhados no plano internacional pelo tratado de Versalhes e, no plano interno, experimentaram um clima de temor e insegurança, provocado pelas perdas materiais e pela instabilidade política. Eles vieram, mas trouxeram em suas bagagens, muito provavelmente, o sentimento de derrota e o desejo de um dia retornar à pátria.⁴²

Sobre as segmentações internas dentro da comunidade alemã que irão se formar no Paraná após essas grandes levas, cabe a divisão apresentada por Lucas

⁴¹ BREPOHL, 2014, p. 32

⁴² BREPOHL, 2014, p. 31

Martins Sorentino, principalmente no que tange ao idioma, afinal poloneses, russos e alemães eram enxergados como idênticos para os agentes da imigração brasileira.⁴³

Além das diferenças dos vários territórios de origem entre os falantes de língua alemã, seus descendentes, dos católicos e luteranos (entre estes e aquele várias outras subdivisões e “ordens”), há os “refugiados” políticos (socialistas e liberais, que emigraram por razões políticas ligado ao malogro de 1848), os Brummers, Reichsdeutsch (alemães do império, cidadãos alemães), os Neudeutsche (novos alemães), sem contar a ascensão social de vários teutos (criando diferença de classe entre o teutos no Brasil), a remigrarão para cidades, o crescimento das próprias zonas de colonização chegando a se tornarem até municípios médio porte, isso pra não falar de poloneses e russos que a certos olhos luso-brasileiros tanto quanto aos precários registros da época muitas vezes passavam também por alemães.⁴⁴

Apresentaremos a seguir, uma outra condicionante que consideramos importante para explicar a busca de outro país para fixar residência, por parte dos alemães: o rápido processo de industrialização que seria imposto após a unificação.

1.3 O MEDO DE SER PROLETÁRIO EM SUA PRÓPRIA PÁTRIA

O acelerado processo de industrialização em que se encontrava a Alemanha logo após sua unificação trouxe alterações consideráveis para aqueles que tinham como exclusiva fonte de renda, o trabalho no campo. É certo que, à medida que esse sistema de instalação de indústrias evoluiu, os movimentos sindicais se fortaleceram e novos questionamentos foram levantados sobre as condições de trabalho na Alemanha. Porém, a grande massa oriunda do campo enfrentava outro problema: não conseguia se enxergar nesse ambiente industrial.

Deixar o campo não se tratava, para o alemão, de uma simples mudança geográfica; significava um abandono do próprio *ethos*, das formas de organização de trabalho e família e das práticas com seus semelhantes. Mudar, naquele momento de transição, era flertar com o desconhecido. Esse medo de se proletarizar está vinculado à perda de controle sobre o próprio trabalho: na cidade, trabalhando na indústria, não

⁴³ Essa é uma grande problemática que envolve a imigração alemã para o Brasil, haja vista, que as regiões da Silésia (que fazem parte da atual Polônia e da República Tcheca) e do Volga (que corta parte do território russo), podem ter fornecido indivíduos imigrantes que foram contabilizados pela polícia de fronteira como alemães, fato que prejudica a precisão dos números encontrados no IBGE e nas inúmeras tabelas que foram fornecidas sobre essa temática.

⁴⁴ SORRENTINO, Lucas Martins. **Panorama crítico de algumas obras literárias e científicas sobre os imigrantes alemães e descendentes escritas entre 1900-1945**. 2012. 89 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

se tem controle sobre a produção, os preços e o lucro, apenas se sabe que receberá uma determinada quantia por hora trabalhada.

Pierre Villar discorreu sobre esse medo da proletarização nos primórdios da Inglaterra capitalista, quando os campos foram tomados pelos cercamentos e a população, obrigada a se deslocar para as cidades:

Na Inglaterra, a pequena propriedade e o gozo dos direitos contribuíram para desenvolver, a partir do século XIV, uma classe rural precocemente comprometida na produção artesanal e na comercialização dos produtos. Por essa mesma razão, a diferenciação entre aldeãos ricos e pobres e o incentivo de grandes lucros conseguidos sobre os campos de pastagem, devido a extensão da indústria de lã, trouxeram como consequência uma expulsão em massa dos pequenos agricultores durante os séculos XV e XVI e uma apropriação sistemática de suas parcelas, ao mesmo tempo que das terras comunais, pelos grandes proprietários. O despovoamento, o empobrecimento dos campos, são descritos de forma dramática, [...] Expropriação – proletarização, a perfeita separação, mediante a violência legalizada, do produtor com seus meios de produção.⁴⁵

Em seus estudos sobre as mudanças demográficas e alterações sociais e culturais ocasionadas pela inserção do elemento imigrante no Brasil, Sérgio Odilon Nadalin⁴⁶ se preocupou em apontar essas transições no curso do tempo (durações) e também no curso geracional. Muitas famílias de imigrantes buscavam países como o Brasil para se estabelecerem como colonos, mas havia grande esperança de se manter 'incólume', mesmo em terras distantes, o modo de vida alemão.

O Estado brasileiro tinha apreço por essa característica agrícola dos imigrantes, como é possível perceber no artigo 5º do Decreto nº 1584, de dois de abril de 1855, "a colonização se fará em regra por famílias, especialmente agricultores"⁴⁷. O governo deixava clara sua preferência por imigrantes que tivessem como ocupação principal a lida do campo, uma vez que, não interessava ao império trazer imigrantes para ocupar outros postos de trabalhos. A legislação do século XIX permitia que até 5% dos imigrantes tivessem ocupações de artesãos, o restante deveria ser majoritariamente empregado no campo.

⁴⁵ VILAR, Pierre. A formação burguesa e a passagem do feudalismo ao capitalismo. In SANTIAGO, Theo. **Do feudalismo ao capitalismo**: uma discussão histórica. Trad. João Baptista Machado. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1992, p. 40.

⁴⁶ NADALIN, Sergio Odilon. História e demografia: elementos para um diálogo. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP, 2004.

⁴⁷ BRASIL, Artigo 5º do Decreto nº 1584 de 2 de abril de 1855. In: IOTTI, Luiza Horn (org). Imigração e Colonização: Legislação de 1747 – 1915. Porto Alegre: EDUCS, 2001.

O medo de não conseguir prover a família no ambiente citadino contribuiu para a saída de alemães em um fluxo contínuo após a unificação. Para o historiador alemão Klaus Richter, essa migração exerceu uma dupla função no Estado Alemão,

Pelo fato de a população nativa ser de “raça inferior”, garantissem [garantiriam] que a etnia, cultura, língua e nacionalidade dos imigrantes ficassem [ficariam] preservadas. Ao longo prazo, fornecessem [forneceriam] matéria prima para a Alemanha, e, no início não desenvolvessem [desenvolveriam] indústria própria, dependendo, portanto, da importação da Alemanha.⁴⁸

A partir dessa perspectiva, percebemos que essa saída de alemães para o exterior produzia, ainda, um outro benefício: a diminuição da mão de obra excedente nas cidades recém industrializadas na Alemanha.

1.4 O AUMENTO DEMOGRÁFICO NO CAMPO, A AUSÊNCIA DE ESPAÇOS CULTIVÁVEIS E A INVASÃO DE TRABALHADORES NÃO CAPACITADOS DO LESTE EUROPEU

Ainda objetivando estabelecer marcos relevantes para explicar a saída considerável de alemães logo após o período da unificação, entendemos que o aumento significativo da população alemã foi relevante, uma vez que, demograficamente a Alemanha cresceu três quartos em pouco mais de quarenta anos: de 41 milhões de habitantes em 1871 para 67,7 milhões de habitantes em 1914, já contabilizadas as saídas durante o período. Se comparássemos com outro país europeu, a França, por exemplo, veríamos que esta cresceu de 36 milhões para pouco mais de 40 milhões no mesmo período, alcançando a marca de pouco mais de 11%.

O que nos chama a atenção, para além dos números, é a localização dessa taxa de crescimento, uma vez que ela ocorre no campo e não na cidade, que crescia desordenadamente. O ambiente rural já havia sido gradativamente invadido por máquinas agrícolas e, com espaços cultiváveis cada vez mais diminutos, não tinha capacidade de dar vazão a esse alto índice demográfico.

Diante do exposto, podemos conjecturar que restavam duas alternativas aos camponeses: a) migrar para a cidade e tentar a sorte trabalhando na indústria; e/ou

⁴⁸ RICHTER, Klaus. **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do Interior de Joinville e Blumenau**. Florianópolis: Ed. da UFSC, Ed. da FURB, 1986, p. 13

b) emigrar para países que ofereciam oportunidades de continuar trabalhando no mesmo segmento, o rural.

O crescimento populacional foi acompanhado por outros dois índices positivos: o primeiro é o aumento da expectativa de vida e, o segundo, a erradicação do analfabetismo na Alemanha. A maciça entrada de mulheres e jovens no mercado de trabalho, não prejudicou as obrigações para com o ambiente escolar. Assim, a meta de alfabetização foi mantida na era Bismarck, embora em alguns cantões da Alemanha, a erradicação do analfabetismo não significava nada além do mínimo em escrita e leitura. Essa ideia de que 100% dos alemães foram alfabetizados passa por essa constatação: havia um padrão mínimo tolerável para não comprometer a meta.

A população carecia de formação superior e técnica, mas a necessidade de sobrevivência, não permitia que se destinasse mais tempo “aos estudos”. Mesmo assim os números do país, em 1870, são invejáveis quando o assunto é a taxa de analfabetismo. Se compararmos com o Brasil do mesmo período, perceberemos a grandiosidade do feito alemão e a carência de maior investimento e controle na educação no outro extremo. No Brasil entre 1900 e 1920 o analfabetismo passou de 74,5% da população nacional para 75,5%: houve crescimento, mas na taxa de analfabetos.

Diante de um quadro adverso, de falta de espaços cultiváveis, excesso de mão de obra no campo, más colheitas, baixa remuneração e com a redução dos preços dos produtos agrícolas, permanecer no campo, definitivamente se apresentava como proposta inviável, até para aqueles mais otimistas. Ao mesmo tempo, quando se mudavam rumo às cidades, acabavam por contribuir para o aumento do ‘exército de reserva’, fato esse que automaticamente, garantia aos proprietários industriais a oferta de salários menores diante da concorrência por uma vaga.

Além do salário diminuto, os trabalhadores urbanos alemães tinham que concorrer com a presença desleal de operários oriundos do Leste europeu, que, ainda menos capacitados que os recém-chegados do campo, engrossavam as fileiras de desempregados e em muitas oportunidades, trabalhavam pela metade do preço que um alemão. Acreditamos que essa prática de trazer imigrantes do leste europeu, foi fomentada pelos próprios industriais, uma vez que serviria como elemento regulatório, elemento de pressão ao trabalhador nativo, que deveria aceitar as condições e salários compatíveis aos que os outros aceitavam.

O que passou a ser ofertado como mínimo salarial no final do XIX, não era suficiente nem para alimentar uma família com quatro elementos. Aquelas famílias oriundas do campo e compostas por sete a nove elementos, tenderia a passar fome ou contar com algum tipo de amparo alheio ou governamental.

Essa dinâmica, longe de apenas modificar as relações de consumo, permitenos pensar as mudanças no comportamento sexual, na regulação das taxas de natalidade e na própria configuração das famílias. Naquele contexto, um ou dois filhos eram mais que suficientes; a mulher ganhava uma projeção diferente e a figura do *pater famílias* vai perdendo força.

“Fazer a América” parecia ser a alternativa que fazia mais sentido, em todos os aspectos, dentro dessa dinâmica selvagem que se instalava na Alemanha; dinâmica esta, que, aumentava as taxas de lucros, ao perder trabalhadores capacitados, em detrimento da arregimentação de mão de obra barata e sem instrução no Leste europeu. Em tempo, queremos assinalar que, rumar com toda a família para o Brasil, não significava estar à salvo de qualquer crise financeira, mas sim uma alternativa, um mal menor, por assim dizer, para o panorama que se desdobrava na Alemanha.

Concordamos com Emílio Willems⁴⁹, quando ele assevera que os alemães imigrantes abandonavam uma sociedade rural que se secularizava, uma cultura cujas mudanças ainda estavam em curso e um mercado promissor de trabalho na indústria. Logo, mudar-se repentinamente para o Brasil era prevenir-se do imprevisível, era trocar um horizonte de perspectivas pelo exótico.

1.5 VONTADE DE COLONIZAR? O HOMEM GERMÂNICO É UM FASCINADO PELO NOVO?

Alguns autores insistem em retratar o alemão como portador de um certo fascínio pela aventura. Não são escassos os casos em que o imigrante de origem germânica é retratado como desbravador, afoito pelo novo e apto a colonizar. Imperativos morais de espíritos expansionistas e religiões nacionalistas de uma pátria europeia foram transplantados como um apêndice de uma história alemã, que se desenrolaria naturalmente no sul do Brasil. Uma história que traz à tona a memória de

⁴⁹ WILLENS, Emílio. **A aculturação de alemães no Brasil**. Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1980.

um passado étnico, de uma educação virtuosa, de trabalho árduo, da infância ao declínio da velhice, de uma vida com regras, ilibada pela percepção obediente da disciplina.⁵⁰

Quantos alemães não desejaram ser um outro Hans Staden? A visão mais corrente do mercenário alemão é que ele veio ao Brasil, por aqui batalhou, manejando canhões, amando as índias e fazendo riqueza lutando ao lado dos portugueses. O fascínio pelos relatos de Staden, se davam principalmente pelos textos repletos do terrível, do trágico e do exótico. Porém, os textos e as imagens, não eram suficientes. Como a história era inconcebível para os europeus, foram utilizados outro recurso para convencer os leitores mais incrédulos. O próprio Staden fora ilustrado, protagonizando as mais terríveis situações, em fantásticas ilustrações que mostravam as práticas de canibalismo testemunhadas por ele. Era como se o alemão estivesse ali, no meio dos eventos, como testemunha fiel dos costumes exóticos daquele povo.⁵¹

Esse tipo fantasioso – representado nas figuras abaixo – pode ter contribuído para o despertar da colonização. Vale ressaltar que essa abordagem, é delicada e pouco discutida entre os intelectuais que pensaram a imigração no Brasil logo no seu início. Estudos posteriores irão conferir uma certa atribuição – parcela de culpa? – Ao desejo de desbravar do alemão, como parte do sucesso dessa empreitada.

⁵⁰ BIEHL, João Guilherme. A guerra dos imigrantes: o espírito alemão e o estranho Mucker no Sul do Brasil. **Psicanálise e colonização**, p. 148-168.

⁵¹ RAMINELLI, Ronald. Um alemão na Terra dos Canibais: A experiência de Hans Staden no Brasil fascinou os europeus e serviu de modelo para relatos de aventuras. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 18, mar/2007.



Figura 2 DE BRY, Theodore. Menschenfresserleuten.. Disponível em:
<https://historiadeamerica.files.wordpress.com/2009/06/cannibals-23232.jpg?w=600>



Figura 3 DE BRY, Theodore. Dritte Buch Americae. Disponível em:
<https://sites.google.com/site/canibalismo2012/canibalismo-en-america>

Em estudos “caracterológicos” realizados sobre o Paraná, podemos perceber essa assertiva em diversos trechos. Werner Aulich⁵² ressalta que é justamente o anseio pelo novo que não permitiu aos colonos alemães ficarem apegados ao passado recente:

Ao “anseio pelo novo” como força ativa, de tendência vivificada por certa espontaneidade e intensidade, opõe-se o “apego ao passado” como elemento passivo e estacionário, modificado e diferenciado, por sua vez, em muitos sentidos pela qualificação, direção e intensidade das “particularidades trazidas”. [...] O desejo, enfim, de desenvolver o seu modesto estilo de vida na direção indicada, é o que corresponde à ambição cultural, trazida pelo colono germânico que qualificaríamos de “bom”. [...] Não será esse homem apenas produtor de matéria prima agrícola e sim, por força das suas exigências culturais, também será sempre, de sua parte, um comprador de produtos citadinos, constituindo, assim, um fator importante na circulação da vida econômica moderna.⁵³

O “homem alemão”, em resumo, não veio para ser coadjuvante, mesmo constituindo uma minoria populacional. De acordo com Abeck, os alemães foram cruciais na composição do grande mosaico que se consistiu no ‘progresso’ do futuro Estado:

Muitos descendentes de alemães participaram desse empreendimento pioneiro no mais autêntico sentido da palavra. O homem germânico, desde as eras mais remotas, vem sentindo na alma esta mágica atração pelo desconhecido, pelo inexplorado. À semelhança do que se vem repetindo em muitas outras regiões, também aqui ele se aprestou para abrir as primeiras picadas, atravessando pântanos e rios, abrindo as primeiras clareiras. Existem numerosos relatos sobre a epopeia da história paranaense.⁵⁴

Outras obras podem ser referenciadas destacando o zelo e o labor dos alemães no Paraná, com destaque para o livro “Os alemães no Paraná” do Pastor Wilhelm Fugmann. O autor tem como premissa dar ênfase a essa figura do alemão como desbravador, civilizado, percussor de boa conduta, de forma a ratificar o discurso do mito do imigrante pioneiro.

Essa abordagem do alemão como imigrante bem-sucedido não é completamente errônea. Não obstante, ela é pouco problematizada diante no número

⁵² Filósofo alemão, escreveu “O Paraná e os alemães: estudo caracterológico sobre os imigrantes germânicos”, em língua alemã e traduzido por Franz Metzler. A publicação foi motivada pelas comemorações do centenário da emancipação político-administrativa do Estado do Paraná, em 1953, em versão bilíngue.

⁵³ AULICH, Werner. **Alemães no Paraná: estudo histórico e caracterológico**. Curitiba: Comissão de festas do Grupo Étnico Germânico do Paraná, 1953, p. 66.

⁵⁴ ABECK, Helmuth. **A colaboração germânica no Paraná nos últimos 50 anos (1929 –1979)**. Curitiba: Casa Romário Martins, 1980, p. 21.

de estudos que inserem os grupos étnicos alemães como tema central. Em publicação recente⁵⁵, oportunizamos um pequeno debate sobre a presença teuta no Paraná, questionando as visões tradicionais sobre a comunidade germânica, de forma a contrariar a ideia de sucesso invariável, de rápida aculturação, etc.

Ressaltamos que embora não seja o foco desse texto, ao longo do mesmo procuraremos, fundamentados por uma bibliografia paranaense mais atual⁵⁶, desconstruir alguns elementos que condicionam os alemães a certas ‘imagens’ sobre os mesmos. Questionamos, em especial, aquela imagem do ‘imigrante ideal’, tencionando as obras memorialistas que, grosso modo, apresentam um passado de glórias, com protagonistas masculinos, empreendedores e ligados às suas heranças identitárias. Não se trata em nenhum momento de desclassificar a presença alemã no Paraná, haja vista, que os números são positivos e que a quantidade de pesquisas produzidas sobre o tema é muito diversificada e ramificada em todo âmbito nacional, mas apenas oferecer outro olhar diante do todo.

1.6 O ALEMÃO MIGRANTE, ENTRE O AMOR AO BRASIL E O MODO DE SER ALEMÃO

O imigrante é, em sua essência, um paradoxo. Dado a uma dupla interpretação na maioria dos casos, de acordo com Sayad:

Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasma), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento.⁵⁷

⁵⁵ PEREIRA, Márcio Jose. Os imigrantes de origem alemã no Paraná: debate sobre a presença teuta no Estado. In: PRIORI & BERTONHA (orgs). **Imigração e colonização: Conflitos pela terra no Paraná e São Paulo entre os séculos XIX e XX**. Guarapuava: Editora da UNICENTRO, 2015.

⁵⁶ Principalmente as teses e dissertações produzidas no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, uma vez que, dentro da produção nacional, por questões regionais ou pela quantidade promissora de fontes, esses pesquisadores têm dado vazão a uma quantidade de artigos, livros e resultados de pesquisa que nos permitem enxergar a imigração – não só alemã – através de outras perspectivas historiográficas.

⁵⁷ SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 54-55.

Entendido como uma força de trabalho e desejado como um atenuante racial, no Brasil, esse caráter paradigmático do imigrante será percebido mais pelo viés econômico do que pelo viés cultural, propriamente dito, isto é, entendido como um fornecedor específico de mão de obra agrícola.

Por se encontrar dividida entre essas duas representações contraditórias que procura contradizer, tudo acontece como se a imigração necessitasse, para poder se perpetuar e se reproduzir, ignorar a si mesma (ou fazer de conta que se ignora) e ser ignorada enquanto provisória e, ao mesmo tempo, não se confessar enquanto transplante definitivo.⁵⁸

Concordamos com Sayad que, num primeiro momento, a presença dos imigrantes foi concretizada pela assertiva de que eram “um mal necessário”. Esse caráter provisório dá-se enquanto condição da expansão econômica, já que é grande consumidora de mão de obra; logo, a sociedade de imigração os tem como trabalhadores estrangeiros, negando-lhes o direito de uma permanência reconhecida, como cidadania e participação na política.

Como já enfatizamos anteriormente, era intenção do governo imperial obter, através da entrada de sucessivas parcelas de população branca europeia, um considerável recuo nas mesclas entre nacionais, negros e índios. Não estamos alegando um padrão ariano de raça, uma vez que, esse conceito seria anacrônico para esse momento, mas não podemos deixar de enfatizar que existem características do debate sobre a eugenia presente nos discursos pró recebimento de estrangeiros.

Nesse sentido, considerar o imigrante alemão apenas como força de trabalho, seria deixar a análise de sua presença no Brasil pela metade. Todo estrangeiro carrega consigo uma condição de estranho e é justamente essa característica, conforme atenta Eugene Enriquez, que o caracteriza como um obstáculo, algo que deve ser imediatamente integrado à sociedade para que perca os padrões culturais de origem, algo que deve ser submerso na cultura nacional e que precisa ‘aceitar’ o processo de ‘assimilação’.

Esse outro é sempre questionado sobre sua presença, sobre suas necessidades e sobretudo sobre sua fidelidade. “O imigrante comum, mesmo considerado necessário, sempre foi visto como um problema, ou risco [...] são elementos perturbadores numa sociedade que se quer unívoca”⁵⁹

⁵⁸SAYAD, 1998, p. 46-47

⁵⁹ SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Porto Seguro – BA, 2008, p. 3.

Outro, imigrante, alienígena, estrangeiro, *outsider*, são palavras possíveis, embora não necessariamente sinônimas para se caracterizar o elemento de origem migrante. A travessia entre o *status* de estabelecido/outsider pode ser um objetivo – que em nossa opinião e pela própria dinâmica dos grupos opostos – inalcançável: ambos os grupos, receptores e recebidos, atuarão para manter válidas suas prerrogativas e, a partir de um sistema de distinção e diminuição do outro grupo, delimitar os comportamentos desejáveis e indesejáveis para a manutenção do grupo enquanto estabelecido.

As aproximações ao grupo estabelecido serão constituídas de perdas, no caso dos grupos alemães: suprimir os vínculos políticos com a pátria mãe, abraçar o idioma, quando não o abandonar, adotar uma nova nacionalidade em alguns casos ao se naturalizar – o que não garantirá nenhum ‘selo de idoneidade’ ao imigrante naturalizado nos momentos de rompimento político, como nas duas guerras mundiais.

Para o filósofo e cientista político, João Pedro Schmidt⁶⁰, um erro atribuído ao elemento migrante germânico é procurar homogeneizá-lo dentro de uma perspectiva de raça. Segundo o autor, uma interpretação correta seria considerá-lo a partir de uma abordagem étnica, uma vez que pós-unificação eles ainda não constituíam necessariamente uma raça (no aspecto social/cultural) e sim numa etnia com inúmeras diferenças entre os indivíduos.

Os valores culturais trazidos na bagagem do imigrante de origem germânica eram, no mínimo, bastante heterogêneos, mesclando heranças regionais sintetizadas no patrimônio camponês moldado mais, ou menos, a valores “pequeno-burgueses”; ou seja, culturas rurais combinadas a agrupamentos que se urbanizavam de maneira e em níveis diferentes.⁶¹

Resgatando a frase do jornalista Norton Godoy⁶², “dois brancos europeus diferem mais entre si do que em conjunto diferem de um africano”, entendemos que o elemento cultural é o determinante na análise, uma vez que, a condicionante de raça em estudos genéticos infere em não aceitar a existência do termo, aceitando apenas a ideia de ‘raça humana’.

⁶⁰ SCHMIDT, João Pedro. Cultura Política Alemã: Autoritarismo secular e construção democrática recente. **Barbarói**: Santa Cruz do Sul, v. 16, 2002, p. 3 - 4

⁶¹ NADALIN, Sergio Odilon; BIDEAU, Alain. Como luteranos alemães tornaram-se brasileiros? [Um ensaio metodológico]. In: Boletim de História Demográfica, Ano X, nº 29, julho de 2003. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd29/nadalim.pdf . Acesso em: 21 jan. 2017, p. 31

⁶² GODOY, Norton. Somos todos um só. Revista ISTOÉ. São Paulo: n.1520 nov. /1998, p. 127-134.

Como para o estudo proposto não podemos considerar essa utilização etimologicamente ‘exclusiva’ do conceito, a utilização da palavra *raça* estará vinculada às utilizações em estudos que foram pesquisados por nós durante a escrita da tese. Reiteramos que não é nosso intuito realizar um debate sobre a utilização do conceito de *raça* nas ciências humanas.

Tendo o viés político-cultural como determinante, acreditamos que entender a dinâmica de estabelecidos e *outsiders* que emana dessa relação pode nos proporcionar um campo profícuo para análise. Ademais, tal dinâmica está intimamente vinculada com os sentimentos e com a carga afetiva que esses imigrantes trouxeram para o Brasil.

Esses imigrantes também trouxeram ao Brasil a memória da autonomia e da descentralização política que possuíam em suas comunidades originais. Por isso, precisamos alcançar uma interpretação histórica que dê conta desses condicionantes políticos, sociais, econômicos e culturais, que formam o que Elias define como *habitus* e que outros autores denominam singelamente de ‘modo de ser alemão’.

As relações entre os laços afetivos com a pátria⁶³ são contrastadas com as perspectivas de progresso econômico e do enriquecimento. Não descartamos que o sucesso enquanto cidadão brasileiro (respeitando as possibilidades do conceito de cidadania) implica em viver entre dois universos, seguindo a dinâmica proposta por J. P. Raison:

A imigração implica, completa ou miticamente, a vida entre dois universos, aquele no qual se está inserido, mas também aquele que se deixou, definitivamente ou por um lapso de tempo calculado grosso modo, implica sofrimento e divisão.⁶⁴

Em tese, os alemães reuniam todas as características desejadas pelo Brasil enquanto imigrantes ideais, de acordo com o Decreto nº 356 de 26 de abril de 1844, no artigo primeiro:

Art. 1º. Os colonos, por cuja passagem para este Império, [...] devem ser: § 1º. Destituídos de meios para satisfazê-la. § 2º. Robustos, saudáveis e diligentes no serviço, em que se tiverem ocupado na sua pátria. [...] Art. 4º

⁶³ Originalmente muitos textos alemães ou teuto-brasileiros, traduzidos ao português enfatizam a palavra referindo-se ao Brasil como uma “nova pátria”.

⁶⁴ RAISON, J. P. Migração. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, p. 488

Os colonos serão escolhidos entre criados de servir, lavradores, ferreiros, carpinteiros e pedreiros.⁶⁵

O Decreto nº 1915 de 28 de março de 1857, que aprova o contrato firmado entre o Governo Imperial e a Associação Central de Colonização, ratifica algumas das condições:

Art. 9º § 1º. Nenhum colono inválido, ou incapaz do serviço a que se destinar, poderá ser contratado pela Associação por sua própria conta, pela do Governo e pela de particulares ou Companhias. [...] A robustez e a aptidão para o trabalho serão atestadas pelos Cônsules Brasileiros, ou por quem for determinado pelo Governo. [...] Art. 20º § 2º. Os agentes de colonização se esforçarão por enviar gente moralizada, válida e laboriosa, e lhes é absolutamente vedado iludir os colonos, fazendo-lhes ter ideias falsas do Império e nutrir esperanças de vantagens exageradas. [...] Art. 28 Os colonos contratados devem vir munidos de atestados ou passaportes dos Cônsules ou Agentes do Governo ou de pessoas por este designadas sobre sua responsabilidade, dos quais conste sua moralidade, e que são acostumados aos trabalhos agrícolas, ou aos ofícios industriais para que forem ajustados.⁶⁶

Os alemães eram qualificados, alfabetizados, mantiveram suas relações na Alemanha a fim de importar itens necessários para o cultivo ou para o comércio e possuíam, não sendo esta, uma característica homogênea, condições financeiras de iniciar uma empreitada no Brasil. O medo da mudança que esses alemães tinham eram afastados pelos agentes de colonização, que embora fossem legalmente proibidos, faziam campanha de grande fartura e prosperidade para aqueles que atravessassem o Atlântico em busca de novas oportunidades.

Sujeitos políticos importantes no Brasil, como o Visconde de Abrantes⁶⁷, atuaram fortemente em Berlim, enaltecendo a importância que a imigração dos ‘altivos filhos da Alemanha’ terá na efetivação de um projeto de sucesso e crescimento no Brasil. Não só o Brasil, mostra-se empolgado com a chegada de alemães, como a Alemanha com a saída de alemães para o Brasil, o próprio Ministério das Relações Exteriores alemão acreditava que era possível sedimentar no país americano um modo de viver e ser alemão, que esse seria o início de uma atuação política e econômica profunda da Alemanha em toda a América Latina.

⁶⁵ BRASIL. Decreto nº 356 de 26 de abril de 1844. In: IOTTI, Luiza Horn (org). Imigração e Colonização: Legislação de 1747 – 1915. Porto Alegre: EDUCS, 2001.

⁶⁶ BRASIL. Decreto nº 1915 de 28 de março de 1857. In: IOTTI, Luiza Horn (org). Imigração e Colonização: Legislação de 1747 – 1915. Porto Alegre: EDUCS, 2001.

⁶⁷ ABRANTES, Visconde de. Memórias sobre os meios de promover a colonização. **Revista de Imigração e Colonização**, ano II, 2/3, 1941, p. 832 – 891.

Klaus Richther, ao realizar seus apontamentos sobre a estimativa desejada pelo Ministério das Relações Exteriores, relata um caso de 1891, com alguns agentes do referido ministério:

Um deles, Karl Ballod, achava em 1899, que seria possível estabelecer de 500 a 700 mil famílias de pequenos camponeses alemães no sul do Brasil. Um outro, Robert Jannasch, em 1902 calculava que seria possível estabelecer 5000 a 7500 imigrantes por ano, dentro de 16 a 20 anos, já estariam vivendo naquelas regiões brasileiras, 100 mil colonos alemães, os quais então, comprariam artigos importados da Alemanha, num valor de aproximadamente, 10 milhões de marcos. Eis aí, a importância que muitos na época estavam atribuindo à colonização alemã no Brasil meridional para a indústria e comércio da época. Segundo eles, os colonos alemães até então introduzidos lá, já estariam formando uma classe dominante na economia sul-brasileira. Esperava-se que eles, embora cidadãos brasileiros ficassem economicamente vinculados ao império alemão.⁶⁸

O que alguns não previam, era que, embora não houvesse um aporte sistemático de recebimento e inserção desse imigrante alemão na sociedade brasileira, muitos manterão seu apego a pátria mãe, mas se reconhecerão como cidadãos do Brasil, economicamente vinculados ao sistema nacional. Muitos nunca objetivaram a manutenção de um padrão alemão nas Américas, bem como, muitos estavam cientes que era necessário manter a soberania do país que os acolheu.

Era possível manter alguns hábitos e cultivar o *Deutschtum*⁶⁹, ao mesmo tempo em que cada vez mais se percebiam integrados à cultura brasileira. Foi esse desejo de manutenção das relações cordiais que colocou os grupos mais antigos, estabelecidos na virada do XIX, contra os partidários de Hitler que tentaram a todo custo tomar posições estratégicas e efetivar a participação de todos alemães que estivessem aptos a se filiar ao Partido Nazista.

Se já elencamos anteriormente o conjunto de razões que conduziram o sujeito alemão a sair da sua 'zona de conforto' em busca de novas oportunidades,

⁶⁸ RICHTER, 1986, p. 14

⁶⁹ A palavra alemã *Deutschtum* implica significados, atitudes, práticas e políticas com referência a um pretense caráter do povo alemão (em princípio independente da nação alemã). Portanto, une os significados de germanidade e germanismo. Sendo uma fusão dos significados, utilizarei a palavra alemã *Deutschtum* sem traduzi-la, para poder me referir aos diferentes significados implícitos ao mesmo tempo. Para a historiadora Giralda Seyferth, o *Deutschtum* engloba a língua, a cultura, o *Geist* (espírito) alemão, a lealdade à Alemanha, enfim, tudo o que está relacionado a ela, mas como nação e não como Estado. Representa uma solidariedade cultural e racial (sic) do povo alemão. [...] um alemão é sempre alemão, ainda que tenha nascido em outro país. Nesse sentido, nacionalidade e cidadania não se misturam e não se complementam. A nação é considerada fenômeno étnico-cultural e, por esta razão, não depende de fronteiras; a nacionalidade significa a vinculação a um povo ou raça (sic), e não a um Estado. A cidadania, sim, liga o indivíduo a um Estado e, portanto, expressa sua identidade "política". SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981. p. 49.

gostaríamos de refletir como esses fatores de expulsão se equilibram com os fatores atrativos. Seria um 'voltar-se para o futuro' o motivo da partida dos mais idosos e o impulso quase irracional o dos mais jovens para rumarem a terras desconhecidas?

Procuraremos, a partir de casos específicos de imigração, exemplificar as duas possibilidades acima indagadas, para tal fim, nos valeremos de relatos de vida de três personagens absolutamente distintos: Christian Herman Strobel, que migra com toda a família com destino à colônia Dona Francisca em Santa Catarina e, diante de uma situação de penúria financeira, vem para o Paraná margeando o Atlântico, se estabelecendo em Antonina e depois Curitiba; Karl von Koseritz, grumete no navio Heinrich, desertor da marinha alemã durante uma viagem para o Brasil em 1851, atraído pelos núcleos alemães no Rio Grande do Sul, viveu um bom tempo sem dinheiro e depois conseguiu estabelecer-se como liderança teuto-brasileira; Jacob Alois Friederichs, imigrou sozinho e solteiro, sem estar vinculado a nenhuma empresa de colonização para trilhar os passos do irmão que supostamente havia conquistado riqueza no Brasil.

Na abertura de seu livro de memórias, Gustav Strobel é incisivo sobre os motivos da saída da sua família de Dresden:

Provavelmente, nenhum dos imigrantes que, na minha época, resolveu deixar a Alemanha para tentar a sorte em outras terras abandonou sua Pátria por motivo de penúria. No nosso caso o motivo principal foi a revolução de 1849, em Dresden (capital da Saxônia). [...] Em fins de setembro de 1854, muitas pessoas deixavam lentamente a cidade de Glauchau, na Saxônia. [...] Tratava-se de gente cansada da Europa, ou seja, emigrantes que decidiram trocar a sua querida pátria por uma terra estrangeira, distante e desconhecida. Era a época em que toda a América estava sendo colonizada e cada país procurava atrair colonos de origem germânica para suas terras. Assim também o Brasil, na América do Sul, que seria o nosso destino, ou melhor, a nossa nova pátria. Entre os cidadãos alemães, devido aos acontecimentos dos anos de 1848-1849, o sonho de uma Alemanha unida tinha terminado com o fracasso da revolução. Este sonho, colocado a uma distância inatingível, deixou muitos alemães desiludidos do futuro e dispostos a aceitar o convite para emigrar.⁷⁰

Outro caso distinto é o do jovem Karl Von Koseritz que relata seu estado de espírito durante a fuga do navio Heinrich:

Como era o moço despreocupado, como observava desinteressadamente o seu novo país! Que lhe importava fosse belo ou feio, rico ou pobre? O sangue

⁷⁰ STROBEL, Gustav Hermann. **Relatos de um Pioneiro da Imigração Alemã**. Curitiba: Editora Litéro-técnica, 1987, p. 19.

ligeiro da juventude corria nas veias; ele vivia para o momento e não pensava no futuro.⁷¹

Koseritz veio sozinho, por sua conta, não acompanhava nenhum amigo ou parente próximo, contrariando as características da imigração para sua época. Foi Jacob Alois Friederichs, motivado pelo sucesso do irmão mais velho, que relatava através de cartas seu relativo sucesso no Brasil. Alois, fez parte de um número diminuto de imigrantes completamente desvinculados com qualquer iniciativa de colonização, uma vez que toda a regulamentação oficial estava voltada para famílias de colonos e não para empreendedores individuais, embora, a mesma também não proibisse a entrada desses elementos avulsos.

O jovem com pouco mais de vinte anos, apresenta de maneira interessante sua percepção do antes e depois da chegada ao Rio Grande do Sul:

À esquerda, um enredado e resistente centenário carvalho: a Alemanha. Abaixo, uma videira tipo riesling, fileira por fileira: minha região do Mosela. Acima, revestido de ramos de carvalho, o brasão de minha terra-natal, Merl junto com Mosela: São Miguel, patrono merlense. Nesta cara localidade do Mosela eu nasci em 1868 e ali fiquei até minha emigração em 1884. Nos anos de 1903, 1913, 1926 e 1928 pude visitar meu querido vilarejo, minha região do Mosela e do Reno, minha pátria Alemanha. [...] À direita, uma majestosa e nobre palmeira que ambiciona o céu: o Brasil. Abaixo desta palmeira igualmente a amada cultura da videira, cachos pendurados revestindo um poste de granito, com boas e doces uvas de mesa e, abençoado e em exuberante abundância, também para o vinho: o Rio Grande do Sul.⁷²

O trecho acima ilustra bem essa dualidade do estar em um lugar e sentir-se pertencente a outro: Jacob retorna quatro vezes para a Alemanha, buscando contatos com seu pertencimento alemão, ao mesmo tempo, em que retorna, demonstrando que viver no Brasil é uma possibilidade viável e economicamente promissora.

Essa promessa de riqueza que foi muito propagandeada era pouco questionada, porém, em alguns meios de comunicação da época circulavam advertências, como no *Volksblatt Der Reichsfreund*, emitido em 25 de maio de 1881, na cidade de Zell:

Advertência. A febre de emigração reina forte neste ano, e muitos se perdem nisso. Mas existem “maus” agentes conhecidos. [...] Quem for atingido pela febre da emigração não deve agir no primeiro sintoma, mas pensar com

⁷¹ KOSERITZ, Carl von. **Imagens do Brasil**. Ed. da USP, Ed. Itatiaia, 1980, p. 17

⁷² SILVA, Haiké Roselane Kleber da. **Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: A história de uma liderança étnica (1868 – 1950)**. São Leopoldo: Oikos, 2006, p. 57

calma e atenção, pois, pelo que sei, em nenhum lugar existe uma agencia que ofereça a viagem gratuitamente para um país além-mar.⁷³

Tais advertências não tinham poder de convencimento suficiente para diminuir a ação dos agentes de colonização. Estes, comissionados pela quantidade de famílias que conseguiam convencer a emigrar, tinham como característica de trabalho exagerar nas promessas (a quantidade dos ganhos, a possibilidade de adaptação com a nova pátria e a qualidade das terras negociadas), mesmo sendo passíveis de punição, pelo Decreto 1915 de março de 1857:

§ 2º Os agentes de colonização se esforçarão por enviar gente moralizada, válida e laboriosa, e lhes é absolutamente vedado iludir os colonos, fazendo-lhes ter ideias falsas do Império e nutrir esperanças de vantagens exageradas. O agente que infringir este preceito será multado em soma nunca menor de 20\$ por colono, demitido, declarando-se e fazendo-se constar dentro e fora do Império e motivo da demissão.⁷⁴

A omissão de informações, como a sujeição a baixos salários, condições de vida duvidosas e a existência de uma prática que tornava o imigrante sem capital em um endividado permanente, eram as queixas mais frequentes entre colonos alemães recém-chegados ao Brasil. As queixas, quando chegavam até as autoridades alemãs, já não eram novidade, ocorriam desde meados de 1850 e em geral, não resultavam em nenhuma ação efetiva do governo alemão, exceto pela Prússia, que através do Decreto de Heydt, passou a criar obstáculos a imigração a partir de 1859.

Inúmeras famílias foram surpreendidas pelas condições desfavoráveis que encontravam no Brasil, ao mesmo tempo em que algumas tiveram experiências de uma melhor recepção e aparente inserção no meio social rural. As famílias mais pobres, que emigraram custeadas em parte por agenciadores, eram as primeiras que se aproximavam das populações locais, uma vez que, a não existência de custeio próprio, tornava necessária a aproximação para a sobrevivência.

A honestidade, adjetivo comum dado aos alemães, nunca foi exigida como contrapartida dos agenciadores nacionais, mas era uma das justificativas que eram agregadas ao homem alemão para lhe garantir a entrada no Brasil. Honestidade que, em tese, também não era uma contrapartida ofertada pelos agenciadores no momento do contrato de emigração.

⁷³ DER REICHSFREUND, Zell, 25 de maio de 1881. Citado por SILVA, 2006, p. 68.

⁷⁴ BRASIL. Decreto n° 1915 de 28 de março de 1857. In: IOTTI, 2001, p. 192

Grosso modo, para aqueles que, insatisfeitos, não conseguiam juntar um cabedal suficiente para retornar a Alemanha, restava-lhes acatar as práticas impostas, adquirindo todos os gêneros na própria fazenda em que estavam alocados. Outra alternativa era tentar quitar os débitos com o arrendatário e buscar um local que não efetivasse tais práticas, o que era muito improvável para os alemães mais pobres, pois, nessa sujeição, estava implícito um processo violento e abusivo de controle.

Em uma pequena nota publicada no início do século XX, um trabalhador alemão relata que não só o trabalhador rural se encontrava em condições dificultosas no Brasil, mas também, aqueles que se dedicavam ao trabalho por conta própria.

É necessário que já se seja um hábil marceneiro para receber, 7 a 8 mil-réis por dia (1 mil-réis = 2,10 marcos). Mas existem trabalhadores portugueses e italianos que estão satisfeitos com um salário de 4,5 a 5 mil-réis. À primeira vista, comparando-se tais salários com os usuais na Alemanha, podem parecer muito elevados, e provavelmente são motivo de atração, causando a saída de muitos emigrantes. O custo do salário só pode ser, porém, julgado em relação ao preço. Abaixo de 80 mil-réis não se encontra moradia.⁷⁵

Não fica evidente se a situação é pontual ou um retrato da conjuntura dos trabalhadores alemães no Brasil, mas o alto custo de vida na Alemanha tornava o salário brasileiro atrativo, uma vez que, uma pequena quantia praticamente custeava a sobrevivência no Brasil. Oportunamente, de acordo com Werner Aulich, esses alemães menos afortunados financeiramente, viveram a imediata inserção no ambiente nacional, já que estavam em situação financeira complicada ainda na Alemanha, tendo emigrado em condições limitadas e com custeio do governo brasileiro. De acordo com o autor, que escreveu pela ocasião da comemoração dos cem anos da emancipação da Província do Paraná:

A adaptação destes elementos germânicos pode redundar numa aculturação sucedida porque não se sentiam embargados pelo apego ao passado que neles não se fazia prevalecer. A eles não fora necessário um grande esforço para esquecer; o seu sincero “anseio pelo novo” venceu com a vontade de se tornarem radicados. Com facilidade puderam aceitar as “particularidades encontradas”, porque as suas próprias “particularidades trazidas” eram poucas e insignificantes, no caso em apreço, até mesmo no que diz respeito a sua língua, à religião, às tradições de civilização. Este tipo de imigrantes germânicos geralmente provinha de camadas socialmente das mais modestas.⁷⁶

⁷⁵ Arquivos do Estado de Hamburgo (Staatsarchiv Hamburg), Pasta Auswanderungsamt I, 373-7-I de 25 de março de 1913. Citado por SILVA, 2006, p. 75

⁷⁶ AULICH, 1953, p. 62

No que tange à aculturação imediata vinculada ao alemão pobre, entendemos que não se trata de um processo tão automatizado, principalmente no quesito do idioma alemão. O ‘estoque de palavras’ vai sendo gradativamente alterado ao longo dos contatos culturais e é preciso observar, como atenta Nadalin⁷⁷, as especificidades dos próprios elementos alemães e os contatos culturais realizados no momento de sua chegada. O próprio autor reformula sua afirmativa, entendendo que não se pode determinar o processo de inserção do elemento estrangeiro no Brasil simplesmente pela sua condição econômica desfavorável.

A evolução assimilativa do colono alemão nem sempre se processa com tanta simplicidade e tão isenta de dramaticidade, e fala-se, com muita razão, do “trágico emigrar”, tragédia insuperável, por ser de caráter individual e do foro íntimo de cada um.⁷⁸

Concomitante a esses trabalhadores pobres, uma leva considerável de imigrantes abastados chegaram ao Brasil, principalmente nos estados do Sul. De acordo com Fugmann:

A contribuição dos alemães na economia e cultura no Paraná foi significativa. Mesmo que não possamos apresentar dados específicos do passado distante, as fábricas, as casas comerciais, que ao longo do tempo, a partir de um começo humilde, se desenvolveram, bem como a história desse desenvolvimento, isoladamente ou como um todo, constituem uma parcela da história econômica paranaense.⁷⁹

Na ocasião da comemoração do sesquicentenário da imigração alemã para o Paraná, uma publicação assinada por Helmuth Abeck nos fornece pistas para pensarmos como uma população demograficamente minoritária alcançou números tão relevantes no quadro econômico. De acordo com o autor, no Paraná:

Digno de admiração é o fato em que proporção a etnia germânica, a qual representa apenas uma pequena percentagem em geral, ou seja, uns escassos 5% a 6, influenciava a vida econômica de então. Em quase todos os ramos labutavam os seus representantes, em muitos deles em situação de destaque. Em quase todas as profissões, alemães e descendentes de alemães constituíam os artesãos e os mestres mais considerados e apreciados.⁸⁰

⁷⁷ NADALIN, Sergio Odilon. Reconstituir famílias e demarcar diferenças: virtualidades da metodologia para o estudo de grupos étnicos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 2007, p. 9

⁷⁸ AULICH, 1953, p. 63

⁷⁹ FUGMANN, Wilhein. **Os alemães no Paraná – Livro do Centenário**. Tradução de Francisco Lothar Paulo Lange. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2008, p. 159

⁸⁰ ABECK, 1980, p. 16

No trecho de Abeck, percebemos que os alemães não necessariamente permaneceram no campo, como desejado pelos agentes da imigração brasileiros. Sobre essa questão, o autor enfatiza:

A grande maioria dos fluxos imigratórios dos países de cultura alemã sempre havia sido canalizada para a agricultura, seguindo para várias regiões de colonização. O alemão, por índole, sentia normalmente uma grande atração pela natureza e a vida do campo. Nos primeiros tempos, porém, apesar de auxílios prestados pelas autoridades, era muito difícil se impor nas lides agrícolas, pela ausência de toda e qualquer infraestrutura. Assim, muitíssimos **abandonaram novamente o campo**, buscando melhor sorte nas cidades. (grifo nosso) ⁸¹

Abeck exprime esse sentimento alemão de maneira inequívoca, quando se utiliza da expressão “abandonaram novamente o campo”. Ou seja, muitos desses alemães tentavam evitar a vida nas cidades, seja na Alemanha ou em qualquer outro lugar. Cabe-nos ressaltar que, esse sentimento é uma variável vinculada ao perfil do imigrante, seja ele um lavrador ou um artesão, cada um enfrentará esse processo de “expulsão” pela sociedade emissora de forma diferenciada.

Ellen Woortmann ainda retrata que para além do abandono de seus lares, havia uma questão que transcendia os aspectos comuns, sendo ela oriunda da própria dinâmica familiar alemã, nesse caso, o direito de herança. A autora destaca que:

A emigração, portanto, não se explica apenas por fatores que, são externos ao campesinato – guerras, imposições governamentais, dissensões religiosas, pressão da grande propriedade etc. – mas também a partir do próprio sistema camponês. Ela é, ao mesmo tempo, desencadeada por e organizada pelo sistema de parentesco: uma dimensão desse sistema, como o padrão de herança, expulsa pessoas; outra dimensão, o espírito de parentesco, faz como que a migração se faça através de grupos de parentes (irmãos, primos etc., assim como afins) que irão replicar o modelo em outro lugar – para, em seguida, recomeçar tudo de novo.⁸²

Em suma, atreladas aos conjuntos de medidas e iniciativas encetadas tanto pelo governo imperial e quanto pelos agentes particulares, entendemos que há sim uma espécie de compulsoriedade no ato de migrar alemão. Muitos deixaram seu país em busca de novas e melhores condições de vida, pelos motivos variados que acima foram descritos. Os mais destacados foram (1) a crença em uma complementação financeira e do patrimônio fundiário, baseada na perspectiva, mais ou menos ilusória,

⁸¹ ABECK, 1980, p. 16

⁸² WOORTMANN, E.F. -. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste. São Paulo: HUCITEC/ EdUnB, 1995, p. 116

da impossibilidade de não se ter êxito no Brasil e (2) a constituição de uma estratégia formal de resistência à possibilidade de proletarização, mesmo que percebamos – no caso dos alemães no Brasil – que mais da metade daqueles que se propuseram a imigrar para trabalhar no campo, não se perseveraram na lida agrícola e foram “fazer a América” nos setores urbanos.

2

OS FRUTOS DA GRANDE GUERRA: GERMANISMO E NACIONAL-SOCIALISMO COMO ASSÉDIOS POLÍTICOS

O presente capítulo intenciona apresentar um debate sobre questões que permeiam a construção de uma ideia de indesejabilidade em relação ao indivíduo de origem estrangeira no Paraná; ideia que é um desdobramento das discussões intelectuais e políticas provenientes da virada do século XIX e do início do século XX. Quando preocupados com a forma do estabelecimento das colônias estrangeiras – principalmente as de origem germânica – intelectuais resolveram denunciar o que entendiam por processo de ‘enquistamento étnico’ e o que convencionaram chamar de “perigo alemão”.

Objetivamos contextualizar o panorama nacional em relação à imigração e as mudanças legais sobre o controle de imigrantes e seu estabelecimento. Para tanto, enfatizaremos legislação vigente no Brasil desse período e os primeiros atos impeditivos contra imigrantes, tanto em seu desejo de entrada ao país, quanto na possibilidade aventada de extradição de alguns grupos que não compunham o rol de imigrante desejado.

Para além desse prólogo, protagonizado principalmente pelos intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), buscaremos apresentar algumas percepções acerca do elemento de origem alemã que fogem ou se distanciam da visão proveniente do século XIX. Tais percepções giram em torno da ideia de aceitação dos alemães como trabalhadores ‘focados, laboriosos e morigerados’. Essas mudanças de atitude têm em comum uma condicionante importante que é a eclosão da Primeira Guerra Mundial: a participação do Brasil nos finais do conflito e o posicionamento alemão contrário ao abastecimento de matérias primas fornecidas pelo país geraram impasses entre a população nacional e elementos alemães, principalmente após o torpedeamento de navios cargueiros brasileiros por submarinos alemães na costa do Atlântico, ocorridos a partir de outubro de 1917.

Por fim, pretendemos apontar algumas possibilidades para pensarmos qual o papel dos assédios políticos na vida das comunidades germânicas e se fatores como o germanismo (*Deutschtum*) e o Nacional-socialismo influenciaram negativamente nos processos de aculturação e na efetivação da participação do elemento de origem teuta na política.

2.1 O ALEMÃO INDESEJÁVEL. A VIRADA DO SÉCULO XIX E A DESCONSTRUÇÃO DA IDEIA DO ALEMÃO LABORIOSO.

Foi na tentativa de construir um novo começo que as primeiras famílias alemãs, instaladas em Rio Negro no Paraná chegaram. Possuíam a seu favor o discurso político vigente no período, que além de fortalecer a imigração através do estabelecimento de políticas de compra de lotes, ainda apoiava intelectualmente a presença maciça de brancos europeus. O debate sobre a necessidade de embranquecimento da população brasileira era tema relevante no início do XIX, uma vez que se enxergava como problemática a mestiçagem ocorrida nos séculos anteriores à independência.

O Império objetivava a construção de uma nova sociedade, que consolidasse a identidade nacional brasileira; visava sobretudo dar fim aos espaços demográficos considerados ociosos e dar fim à escassez de mão de obra, que um possível fim da escravidão ocasionaria. Precavidos, os intelectuais se calcaram na discussão da identidade nacional, para que a nação alcançasse seus objetivos demográficos, não só no aspecto do contingente populacional, mas no aspecto qualitativo do homem e da mulher brasileiros.

Por volta da terceira década do século XIX, muito mais do que discutir os rumos do Brasil independente de Portugal, havia uma preocupação demasiada com o tipo de sujeito que estava se formando no país recém emancipado. Para o período em questão, a reflexão de Lúcia Oliveira Lippi nos parece apropriada:

Nos primeiros anos do século XX a questão que se colocava era: como construir uma nação civilizada, sendo seu povo composto basicamente de brancos, índios, muitos negros e mestiços? Uma das soluções encontradas à época para construir uma nação civilizada foi a entrada de novas populações brancas. A teoria do branqueamento difundia como solução para o problema do povo brasileiro a entrada de grandes contingentes de imigrantes brancos.⁸³

A imigração europeia como instrumento de civilização era um projeto que desconsiderava completamente a grande população negra, julgando-a incapaz de agir por iniciativa própria e creditando aos negros a certeza de fracassarem como

⁸³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs) **O tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano volume 2), p. 325-326.

pequenos proprietários, caso libertos. É notável como esse projeto de captar imigrantes motivou uma série de sujeitos, como o Visconde de Abrantes, que além de defender a imigração de elementos europeus, dirigiu-se a Alemanha⁸⁴ para tratar pessoalmente do assunto. Respeitável parlamentar brasileiro, fazia questão de ressaltar as vantagens da imigração teuta em relação aos outros povos. Argumentava que todos os Estados da Confederação Germânica estavam aptos a fornecer lavradores e artesãos de primeira qualidade e que mereciam maior simpatia os imigrantes procedentes de portos europeus com os quais o Brasil mantinha maior fluxo comercial, como Bremen, Hamburgo e Antuérpia.

Ainda em 1846, em Berlim, teceu elogios e louvores à coragem, ao labor, ao espírito empreendedor e aventureiro do alemão. Acreditava e defendia uma correta prática imigracional, com definições antecipadas de lotes, preparação do ambiente para receber esses colonos, inclusive com escolas para ensinar o português e preparar os colonos para as práticas agrícolas características do Brasil. É importante assinalar que esse não era uma forma de pensar exclusiva de Abrantes; o mesmo encontrava apoio nos escritos de outros intelectuais, como Augusto de Carvalho⁸⁵, Tavares Bastos⁸⁶ e J. C. Menezes e Souza⁸⁷.

Quando a mestiçagem se tornou tema comum aos intelectuais brasileiros, havia grande divergência de posições, que iam dos cientistas e médicos sanitaristas, até advogados juristas e parlamentares políticos. De acordo com Roberto Ventura:

Os letrados se mostravam divididos entre a valorização dos aspectos originais do povo brasileiro e a meta de se construir uma sociedade branca de molde europeu. Adotavam teorias sobre a inferioridade das raças não-brancas e das culturas não-europeias, ao mesmo tempo em que buscavam as raízes da identidade brasileira em manifestações compósitas e mestiças. Observado por viajantes estrangeiros, analisado com ceticismo por cientistas europeus e norte-americanos, temido por boa parte das elites locais, o

⁸⁴ Recordamos que a Alemanha foi unificada em 1871, logo a utilização da nomenclatura Alemanha para pensar os espaços germânicos até então separados trata-se de uma necessidade de caráter instrumental.

⁸⁵ CARVALHO, Augusto. Estudo sobre a colonização e emigração para o Brasil. Porto: Typographia do Comércio, 1874.

⁸⁶ TAVARES BASTOS, A. C. Os males do presente e as esperanças do futuro – Estudos Brasileiros. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.

⁸⁷ MENEZES E SOUZA, J. C. Theses sobre a colonização do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

cruzamento de raças era tomado como pista para explicar a possível inviabilidade do Brasil como nação.⁸⁸

João Baptista de Lacerda, médico e antropólogo brasileiro, alegava que o clareamento da raça era considerado como um processo seletivo de miscigenação que, dentro de certo tempo – aproximadamente três gerações – produziria uma população de fenótipo branco. “Sendo assim, os imigrantes tinham um papel adicional a exercer: contribuir para o branqueamento e, ao mesmo tempo, **submergir na cultura brasileira através de um processo de assimilação**”⁸⁹ (grifo nosso). Lacerda foi um dos percussores nos debates no racialismo, apresentou em 1911, um artigo que influenciaria os escritos de Oliveira Vianna e outros intelectuais racialistas vinculados ao IHGB, seu artigo “*Sur les métis au Brésil*”, que foi apresentado no Congresso Universal das Raças em Paris, apresentava detalhes técnicos sobre a validade do processo de mestiçagem e de seu sucesso quando respeitados os princípios geracionais.

Esse discurso teórico sustentou-se bem até a virada do século, uma vez que as ações de recepção e de aculturação desses imigrantes não chegaram a sair do papel. Uma série de mudanças significativas como o fim da escravidão, a implantação da república e a abertura para um horizonte de expectativas que não contava mais com os grilhões do trabalho compulsório, motivou os intelectuais a pensarem não só a questão da raça, mas a própria reorganização nacional.

A partir da República, as relações de trabalho foram repensadas a partir de um panorama cujo trabalho é oriundo da mão de obra assalariada e não mais obtido compulsoriamente. A queda da monarquia cedeu espaços à novos problemas, mas não imiscuiu a nova forma de governo dos problemas antigos, ainda não resolvidos no Império, como lidar com a diversidade racial, como o atraso comercial e industrial do Brasil e como proceder para lidar com as inúmeras levas de imigrantes que chegavam ao país diretamente para comunidades fechadas de alemães, italianos, etc.

No início do XX, intelectuais ligados ao IHGB⁹⁰ começaram a chamar a atenção das autoridades para a formação de quistos étnicos no Sul do Brasil.

⁸⁸ VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Editora SENAC, 2000. P. 331.

⁸⁹ LACERDA, 1911, p. 29 *apud* SEYFERTH, 1996, p. 52

⁹⁰ O acervo do IHGB sobre imigração é relativamente modesto, porém, do ponto de vista qualitativo, muito rico e não tão explorado pelos historiadores. Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães,

Acenavam para a possibilidade de uma ação depreciativa por parte dessas colônias em relação a soberania nacional. Para construir o que entendiam como grande ‘Brasil Brasileiro’ e efetivar a identidade nacional precisavam compor um cenário cuja a identidade imigrante não fosse a protagonista e, no máximo, uma ‘coadjuvante de luxo’.

Marion Brepohl⁹¹ afirmou que, para Sílvio Romero, a concentração de alemães nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul apresentava um duplo perigo: o primeiro, o crescimento desequilibrado entre esta e as outras regiões, dadas as características intrínsecas desse povo; o segundo, o risco de se perder a unidade linguística, uma vez que o idioma alemão era costumeiramente utilizado entre aquelas populações.

Assim, Romero realizou uma série de protestos em seus discursos, denunciando a perda do Sul para os alemães e defendendo o que, para ele, seria uma nova ideia de formação da raça brasileira, sendo esta constituída da mistura do português (luso-brasileiro) com o índio e o negro. Silva Rocha⁹², por sua vez, atribuiu ao governo imperial o enquistamento das colônias do Sul. Em sua visão, os indivíduos estrangeiros civilizados não deveriam ficar isolados, mas conviver no meio de indivíduos “sem civilização”, para que pudessem aprender com os europeus, ao mesmo tempo em que estes pudessem absorver a cultura nacional.

A despeito disso, percebemos que o resultado que se esperava não se alterava: constituir o Brasil em nação, amada, aceita e reconhecida pelos seus e pelos outros. Desde meados do século XIX que essa identidade é pensada como resultado

professora titular do referido órgão, “esse desconhecimento do material disponível no IHGB, deva-se à predominância, até recentemente, dos modelos macro analíticos, que procuravam explicar o fenômeno das grandes migrações transatlânticas como um produto das contradições da expansão capitalista na Europa, o centro repulsor de mão de obra, articulando-a com as implicações que o mesmo capitalismo vivenciava no Brasil, o centro receptor dessa força de trabalho, um país há pouco saído do estatuto colonial, que vivia uma fase de transição entre duas economias, uma apoiada no braço escravo e outra no trabalho assalariado.” (GUIMARÃES, 2013, p. 134-135)

⁹¹ Em sua tese de doutorado defendida em 1993, especialmente no capítulo segundo – “O imigrante alemão pela intelectualidade brasileira” – Brepohl faz uma análise das imagens construídas acerca do imigrante alemão na literatura e nas obras de cientistas sociais brasileiros, procurando – como enfatiza – “desvendar aspectos da identidade coletiva tanto dos segmentos designados como luso-brasileiros, quanto daqueles designados como teuto-brasileiros, identidades construídas no momento em que diversas disputas por significações deram conta de confirmar alteridades e convicções de ordem cultural e política” (1993, p. 59). Chama-nos a atenção sua preocupação em entender como o alemão e seus descendentes, antes portadores de um *ethos* destinado ao progresso, passaram a ser revalorados pela intelectualidade literária e política brasileira. (1993, p. 68)

⁹² Obra citada por SEYFERTH: SILVA ROCHA, J. História da Colonização no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918. (1918, p. 313 *apud* SEYFERTH, 1996, p. 54)

da fusão de três raças distintas. Foi assim, segundo Lúcia Lippi Oliveira, que o negro se apresentou inapto para aguentar a própria alforria:

A participação do negro apresentava problemas, vindo e vivendo como escravo, considerado como inferior, o negro se integra à nação através da miscigenação, mas não encontra lugar na construção ideológica da identidade brasileira.⁹³

No modelo brasileiro esses rearranjos são percebidos por Lilia Moritz Schwartz da seguinte maneira:

Negou-se a noção de que a mestiçagem levava sempre à degeneração. Fazendo-se um casamento entre os modelos evolucionistas (que acreditavam que a humanidade passava por etapas diferentes de desenvolvimento) e o darwinismo social (que negava qualquer futuro na miscigenação racial) – arranjo esse que, em outros contextos, acabaria em separação litigiosa – no Brasil as teorias ajudaram a explicar a desigualdade como inferioridade, mas também apostaram em uma miscigenação positiva, contanto que o resultado fosse cada vez mais branco.⁹⁴

Uma situação contraditória se instalava a partir dessas premissas: o que era considerado ideal, passava a ser pernicioso; logo essas colônias consideradas enquistadas etnicamente deveriam ser reorganizadas. Algumas medidas foram necessárias a fim de materializar o que estava posto na teoria, o primeiro passo era localizar e relatar a real existência dessas colônias que apresentavam resistência à miscigenação. Essa tarefa, coube à 5ª Região Militar (Paraná e Santa Catarina), que realizou um levantamento minucioso acerca das colônias estrangeiras no Brasil verificando itens como o posicionamento geográfico, a quantidade de famílias residentes e seu grau de sociabilidade com os nacionais.

Imediatamente após a instauração do Estado Novo, o relatório completo foi entregue nas mãos do presidente Getúlio Vargas e nele se encontravam as bases formais para o Plano de Nacionalização, que seria instaurado no ano posterior. Vargas contava com inúmeras frentes de apoio, como de autores rio grandenses importantes

⁹³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O Brasil dos imigrantes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. P. 9.

⁹⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: _____ (org) História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade. São Paulo: Companhia das letras, 1998. p. 182.

como Francisco Leonardo Truda⁹⁵, Ernesto Pellanda⁹⁶ e Aurélio Porto⁹⁷, todos autores de obras de referência para a análise da presença alemã no Sul do país.

Atentamos para esses autores, pois, mesmo escrevendo depois de Romero, mantiveram incólumes os aspectos que serão reproduzidos com veemência nos relatos não historiográficos sobre a imigração. Nesses livros os alemães são sempre ordeiros, amantes do progresso, operosos e que seu isolamento não é uma característica do grupo, mas sim uma condicionante da incompetência dos governos brasileiros. Esses autores alegavam, que a ideia de Romero de enquistamento era válida, mas, que toda ação de manutenção dos costumes, idioma e isolamento em grupos fechados foi decorrente da incorreta aplicação de meios de recepção a esses elementos estrangeiros. Defendiam ainda, que se a contrapartida por parte do Brasil tivesse ocorrido, esses alemães dariam muito mais contribuições para a formação da raça brasileira; em resumo, teriam efetivamente branqueado o Brasil.

Esse pensamento era compartilhado pelos estudos de Oliveira Vianna, em seu clássico “O tipo brasileiro e seus elementos formadores”, publicado na década de 1930, obra em que o autor defende um caldeamento de raças [melting pot] baseado em uma política imigratória que não oportunizasse concentrações regionais. Vianna enxergava os imigrantes alemães e italianos como portadores de uma “nobreza étnica”, cujas cargas culturais e biológicas, agregadas às altas taxas de fecundidade dos brancos, conduziram o país a uma nação completamente branca. A série de tabelas e quadros apresentados por Vianna, só demonstra, como sustenta Brepohl⁹⁸, um conjunto de argumentos frágeis e dados estatísticos esparsos e ininteligíveis, que não nos permitem compreender qual o critério de nacionalidade utilizado e, muito menos, enxergar a possibilidade de um branqueamento populacional em tão pouco tempo.

Concordamos com Brepohl, quando a autora ressalta que as ideias desses intelectuais, como Romero e Vianna, só encontrariam respaldo efetivo entre seus

⁹⁵ TRUDA, Francisco Leonardo. A colonização alemã no rio Grande do Sul. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930.

⁹⁶ PELLANDA, Ernesto. A colonização germânica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Barcelos, Bertaso & Cia, 1924.

⁹⁷ PORTO, Aurélio. O trabalho alemão no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Est. Graf. S. Terezinha, 1934.

⁹⁸ BREPOHL, Marionilde. **Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Curitiba: SAMP, 2014, p. 72

pares e que, embora tenham se esforçado de maneira perceptível, não alcançariam efetivamente grande penetração na vida política do Brasil. Em suma:

A importância de seus escritos, em especial sua preocupação com a nacionalidade, só encontraria ressonância entre outros intelectuais. Tais ideias aguardariam pelo menos vinte anos para verem suas aspirações concretizadas; foi necessário que os homens cultos se solidarizassem com um governo preocupado em amar o Brasil, valorizá-lo e zelar pelo seu futuro, para que o nacionalismo cultural se traduzisse em ação.⁹⁹

Compete-nos apresentar essas questões, uma vez que julgamos importante dar essa dimensão intelectual acerca da percepção do imigrante alemão. É imperativo compreendermos que essa recusa frente ao teuto não se trata efetivamente de um descontentamento com sua presença, mas com o fato de se negarem a uma aculturação completa, de forma a cederem a genética necessária para os objetivos iniciais da grande imigração branca fomentada no século XIX.

2.2 OS PRIMEIROS ATOS LEGAIS DE EXTRADIÇÃO E REJEIÇÃO DE IMIGRANTES NO BRASIL;

O final do século XIX foi um período de contrastes e de transformações consideráveis no Brasil. Duas situações merecem destaque: primeiro, uma mudança vinculada ao modo de produzir, quando a escravidão foi finalmente abolida em caráter irrevogável, em 1888; segundo, quando em 1889, o sistema de governo imperial cede lugar para o republicanismo.

Nesse contexto a imigração ou o fomento dela, adquiriu uma nova dimensão no Brasil, tendo em vista que a maioria de escravos recém libertos não possuía aproximação com as formas de pagamento assalariado, bem como, não havia dividendos disponíveis para o assalariamento de todos os libertos, mesmo por pequenas quantias.

Concentrados em determinadas atividades, os imigrantes fizeram-se cada vez mais presentes nos diferentes estratos da sociedade, dominando tantos os setores mais tradicionais, quanto alguns novos, abertos pelo processo de modernização em marcha. Nesse mercado de trabalho livre em expansão, o novo e o repetido travaram uma curiosa dialética. [...] Proprietários de lojas comerciais ou trabalhadores humildes, vadios ou marginais, os estrangeiros tornaram-se uma das facetas da urbanização posta em marcha.¹⁰⁰

⁹⁹ BREPOHL, 2014, p. 61

¹⁰⁰ MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis**: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890 – 1930). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996, p. 61-62

Nesse aspecto, vale ressaltar que todo o espaço urbano brasileiro precisava ser repensado à luz do trabalho assalariado. Logo, na opinião de boa parte dos políticos, a presença massiva dos negros precisava ser afastada desses centros urbanos. Na capital, Rio de Janeiro, foram adotadas medidas que impulsionavam o afastamento dos negros dos centros urbanos, inclusive com a não permissão de circularem nas ruas mais importantes e comerciais da cidade.

Em tese, conjuraram a possibilidade de remeter todos os negros recém libertos pela Lei Áurea para as lavouras de café em expansão principalmente no Vale do Paraíba; isso antes mesmo da promulgação da mesma, logo que a percepção do fim da escravidão se tornou evidente, após 1850.

O então ministro da Justiça Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato em um relatório divulgado ainda em 1861, afirmava:

Muito conviria fazer que os escravos deixando as cidades [...] fossem empregar-se na lavoura, que tanto carece de braços. A designação do número de escravos que cada indivíduo possa ter nas cidades, e o imposto progressivo, seriam no meu conceito medidas vantajosas para iniciar a mudança que todos reconhecem de absoluta necessidade.¹⁰¹

Não encontramos relatos que tratassem dessa mesma prática no Paraná, bem como, não encontramos essa recomendação transformada em decreto de lei ou algo parecido. No entanto, evidencia-se toda uma historiografia que analisa o chamado remanejamento da escravaria para regiões de maior demanda, o que motivou uma política imigratória e de colonização específica para dar conta da carência de gêneros alimentícios. O que gostaríamos de destacar é que em nosso caso a figura do imigrante é muito mais destacada nas regiões urbanas paranaenses do que a figura do escravo de origem africana.

Em 1907 e 1913 ocorreram tentativas legais de avaliar, classificar e expulsar estrangeiros do país. A partir desse momento, o modelo de hierarquização proposto em meados de 1850, pautado na capacidade de branqueamento e produção, é substituído pela hierarquização através da maior capacidade de assimilar-se à "cultura brasileira".

¹⁰¹ BRASIL. Ministério da Justiça. Relatório de 1861. Ministro Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, p. 9. apud MENEZES, 1996, p. 65.

Desde o início do XIX, o Paraná contava com uma ampla quantidade de imigrantes e descendentes de origem variada, muitos deles inseridos na sociedade e ocupando vagas importantes em múltiplos cenários. No caso dos alemães, encontramos evidências de sua atuação no comércio e nas indústrias, não só pela detenção da tecnologia, capacidade de importação de instrumentos mais eficazes, mas, também pela grande quantidade de capital acumulado e aproveitamento deste em prol dos pares.

Após a 1ª Guerra Mundial ascenderam no Brasil a exemplo do que acontecia no exterior, movimentos nacionalistas que se contrapunham à vinda de mais estrangeiros.¹⁰² São da década de 1920 os dois decretos mais importantes na regulação da imigração. O primeiro é o Decreto Nº 4.247, de 6 de janeiro de 1921, que, entre os seus principais artigos, destacaremos os que permitiam o governo impedir a entrada e os que regulavam a expulsão daqueles que eram considerados indesejáveis pelo Brasil:

Art. 1º É lícito ao Poder Executivo impedir a entrada no território nacional: 1º, de todo estrangeiro nas condições do art. 2º desta lei; 2º, de todo estrangeiro mutilado, aleijado, cego, louco, mendigo, portador de moléstia incurável ou de moléstia contagiosa grave; 3º, de toda estrangeira, que procure o paiz para entregar-se à prostituição; 4º, de todo estrangeiro de mais de 60 anos. **Parapho único.** Os estrangeiros a que se referem os ns. 2 e 4 terão livre entrada no paiz salvo os portadores de moléstia contagiosa grave: a) si provarem que tem renda para custear a própria subsistência; b) si tiverem parentes ou pessoas que por tal se responsabilizem, mediante termo de fiança assignado, perante a autoridade policial. **Art. 2º** Poderá ser expulso do território nacional, dentro de cinco annos, a contar de sua entrada no paiz, o estrangeiro a respeito de quem se provar: 1º, que foi expulso de outro paiz; 2º, que a policia de outro paiz o tem como elemento pernicioso á ordem pública; 3º, que, dentro do prazo acima referido, provocou actos de violência para, por meio de factos criminosos, impôr qualquer seita religiosa ou política; 4º, que, pela sua conducta, se considera nocivo à ordem pública ou à segurança nacional; 5º, que se evadiu de outro paiz por ter sido condemnado por crime de homicidio, furto, roubo, bancarrota, falsidade, contrabando, estellionato, moeda falsa ou lenocinio; 6º, que foi condemnado por juiz brasileiro, pelos mesmos crimes. [sic]¹⁰³

¹⁰² Embora não seja nosso objetivo, destacamos o papel da Associação dos Amigos de Alberto Torres, fundada no Rio de Janeiro em 1932, que defendia o trabalhador nacional e criticava o governo que não os defendia e facilitava a vinda do imigrante. A atividade básica da sociedade era promover estudos — em geral na área socioeconômica — que eram divulgados através de conferências e publicações. A educação rural, a imigração e o aproveitamento dos recursos naturais como fonte de energia foram alguns dos temas abordados. Disponível em CPDOC/FGV <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-dos-amigos-de-alberto-torres> Último acesso em: 17 de maio de 2016.

¹⁰³ BRASIL. DECRETO Nº 4.247, DE 6 DE JANEIRO DE 1921. Regula a entrada de estrangeiros no território nacional.

O segundo decreto foi fruto do entre guerras, o Decreto 16761, de 1924, que faz algumas alusões ao Decreto 4.347, porém com alterações restritivas, sendo essas:

Art. 1º Fica proibida a entrada no territorio nacional de immigrantes (passageiros de 2ª e 3ª classe) nos casos e condições previstos nos arts. 1º e 2º da lei n. 4.247, de 6 de janeiro de 1921. Art. 2º A entrada no teritorio nacional sômente será permitida ao immigrante que apresentar á autoridade competente, na fronteira ou porto de desembarque, os documentos devidamente authenticados que provem sua boa conducta, bem como a respectiva carteira de identidade, com photographia, indicação de idade, nacionalidade, estado civil e profissão, impressões digitaes e caracteristicos pessoaes. [sic]¹⁰⁴

Jair de Souza Ramos aventa que os mecanismos de seleção dos imigrantes tiveram um papel de reforço e reprodução da hierarquia entre populações, característico da sociedade brasileira. Esses mecanismos de seleção, que propiciavam o aumento da população branca, objetivavam reduzir os riscos de um questionamento da ordem racial vigente por meio da violência dos não brancos¹⁰⁵. Não obstante, para que esse resultado pudesse ser alcançado era necessário que os imigrantes brancos não representassem, eles mesmos, uma ameaça à “ordem constituída”.

A Primeira Guerra irá fornecer, como perceberemos mais adiante, meios de exaltação de um sentimento de pertença. Porém, é com o Estado Novo que uma forte influência nacionalista irá se espalhar pelo Brasil, através de medidas legais, das revistas e livros, por decretos que irão impactar o cotidiano das pessoas e pelo discurso oficial. A imprensa escrita e o rádio tiveram papéis cruciais¹⁰⁶ na divulgação de um ‘Brasil brasileiro’ e na exposição dos “inimigos” que devem ser combatidos; oponentes que passam pelos comunistas, pelos partidários estrangeiros e até mesmo pelos integralistas que foram apoiadores de Vargas durante parte do Estado Novo.

¹⁰⁴ BRASIL. Decreto nº 16.761, de 31 de dezembro de 1924.

¹⁰⁵ RAMOS, Jair de Souza. Dos Males que vêm com o sangue: As representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 1920. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (orgs). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996, p. 81

¹⁰⁶ Não desejamos fazer um grande balanço sobre a capacidade da imprensa de fomentar o nacionalismo, uma vez que, boa parte do resultado de nossas pesquisas durante o período do mestrado foram dirigidas aos periódicos paranaenses e essas questões foram devidamente problematizadas. Em tempo, desejamos alertar também que é a generalização da linguagem escrita que deixará marcas indelévels na propagação do nacionalismo em todas as esferas. Sobre esse assunto, destacamos o laborioso projeto apresentado por Marionilde Brepohl de Magalhães no livro “Imaginação Literária e Política: Os alemães e o Imperialismo 1880/1945”.

Um sistema rigoroso de controle sobre a imigração foi implantado; de acordo com Koifman:

No limiar dos anos 1930, seja por suas próprias experiências ou por influências de ideias chegadas do exterior, setores das elites participaram de intenso debate a respeito da imigração ou, mais precisamente, do tipo de imigrante que desejavam e do que não desejavam. O estrangeiro considerado ideal ou 'indesejável' para encher os imensos vazios do território nacional para contribuir com a formação do povo brasileiro conforme o que consideravam como desejável. [...] As razões que levaram à implantação de um sistema tão rigoroso de controle e seleção de estrangeiros eram apresentadas ao público como coerentes com a política que buscava reforçar os valores e ideais nacionais.¹⁰⁷

A partir desse momento, passou-se a atentar para outros aspectos do processo de imigração, não só para os de natureza econômica imediatista, que visavam dar cabo à lacuna de mão de obra deixada pela abolição. Sobressaíam-se também os critérios étnicos, as condições de povoamento e as conveniências que determinados grupos poderiam fornecer assim que assentados em localidades previamente analisadas. Se a matriz étnica, cultural e religiosa defendida por Vargas era portuguesa, europeia e católica, não era de bom tom que o Brasil recebesse parcelas populacionais que desfigurassem o povo brasileiro.

Os resultados econômicos, em alguns casos, demorariam para vir, se é que aconteceriam, tendo em vista, que os teóricos de Vargas não se preocupavam em fazer *mea culpa*, analisando as dificuldades reais enfrentadas por esses colonos/imigrantes nas áreas de colonização ou erroneamente tratadas por vazios populacionais.

Reivindicações e reclamações dos colonos caíam no vazio e estes, muitas vezes, foram considerados apenas como oportunistas, recrutados no meio da escória da Europa por agentes inescrupulosos, que visavam apenas os subsídios oferecidos pelo governo brasileiro.¹⁰⁸

Exatamente nesse ponto que encontramos o principal motivo para os revezes consideráveis sofridos pela imigração alemã: se economicamente esses imigrantes se destacaram e forneceram subsídios consideráveis, qual a argumentação plausível para seu desabono?

¹⁰⁷ KOIFMAN, Fabio. O imigrante ideal. O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941 – 1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. P. 28.

¹⁰⁸ SEYFERTH, Giralda. A Liga Pangermânica e o Perigo Alemão no Brasil: Análise sobre dois discursos étnicos irredutíveis. In: História: Questões e Debates. Ano 10; n. 18 e 19; jun-dez, Curitiba, 1989, p. 116

[...] o discurso contra a imigração alemã vai se deter especialmente na questão religiosa e nas diferenças culturais: opõem-se nele o Brasil latino e católico à possibilidade futura de um Brasil germânico e protestante, caso se intensificasse a vinda de colonos alemães. Nesse discurso, esta imigração é percebida como incompatível numa sociedade de cultura latina e religião católica, como um erro que teria como resultado sinistras rivalidades.¹⁰⁹

A figura paradigmática do imigrante alemão se encontra em uma nova encruzilhada, paradoxo bem destacado na análise de Brepohl:

No que diz respeito ao discurso imigrantista, a operosidade e disciplina dos germânicos (decorrente em parte, segundo aquelas leituras, da ética protestante), constituía-se num dos principais argumentos para que se adotassem medidas favoráveis àqueles imigrantes. Por outro lado, observa-se um determinado estranhamento com relação ao europeu não-católico, em defesa dos valores culturais trazidos pelos primeiros colonizadores. Tais preocupações estavam associadas a um sentimento nativista de inspiração patriótica, despertados entre outros segmentos da sociedade.¹¹⁰

Em resumo, o alemão é morigerado porque é protestante, mas se é protestante, não é católico. A equação não fecha favorável aos alemães, porém,

Esse sentimento nativista, ainda que fomentado pela política oficial, [...] jogou muitas vezes ao seu favor, pois estes 'homens laboriosos' contribuíam para o engrandecimento das riquezas do país".¹¹¹

A partir da Constituição de 1934 iremos perceber as primeiras limitações expressivas à entrada de estrangeiros no país, o que reafirma a ideia que o projeto de nacionalização já vinha sendo gestado antes mesmo do Estado Novo. Como sustenta a historiadora Elizabeth Cancelli: "a vontade expressa pela política pós-30 era a da criação de um novo tipo de cidadão para a sociedade nacional".¹¹²

A polícia passou a ser o principal órgão executivo do Estado Vargasista, tendo – ou procurando ter – total controle do espaço urbano. A reestruturação e centralização do serviço policial foi o início de profundas alterações no cotidiano dos brasileiros e imigrantes estrangeiros que aqui viviam, elemento sobre o qual nos debruçaremos mais adiante.

¹⁰⁹ SEYFERTH, 1989, p. 116 - 117

¹¹⁰ BREPOHL, 2014, p. 54 - 55

¹¹¹ BREPOHL, 2014, p. 55

¹¹² CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência** - A Polícia na era Vargas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993, p. 24

Ordenar a sociedade para “um só pensamento brasileiro”, o alvo do Estado Novo, significava modificar o lugar do indivíduo e das classes no espaço público, negando as diferenças, a pluralidade e quaisquer formas de organização e manifestação que pusessem em xeque a concepção orgânica da sociedade.¹¹³

No início do regime de Vargas, em 1930, percebemos uma argumentação científicista, disposta em uma verborragia racionalmente técnica e não crivada da realidade até então vivenciada pela vasta população migrante e pela população receptora. O discurso parecia orientado por um grande sentimento xenófobo, tendo em vista que a entrada de correntes imigratórias de origem europeia foi, realmente, uma das questões mais importantes. Manter essa entrada, mesmo que sob suspeita ou sigilo, poderia refletir no futuro da nacionalidade. Mais ainda, a entrada de imigrantes de outras matrizes, não brancos, não europeus, deveria submeter-se a especificações muito severas e medidas proibitivas. Tornar isso público, como medida política necessária, sem parecer contraditório ou racista, era um trabalho bastante complicado.

A Constituição de 1934, fornecerá os subsídios legais de maior relevância na política migratória brasileira. Uma das suas emendas ficará conhecida como ‘lei de cotas’, com deliberações específicas sobre a quantidade máxima de imigrantes e níveis de restrição. Tais dispositivos visavam, grosso modo, a manutenção do que determinaram como nível de integração do elemento imigrante, bem como, a recepção de imigrantes cujas capacidades físicas e civis não estivessem em conformidade com os desejos da nação. O artigo 121 todo é uma sequência de restrições; mostraremos abaixo os parágrafos 6 e 7 da Constituição Federal de 1934.

Artigo 121 § 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos. **§ 7º** - E vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena.¹¹⁴

Entendemos que a lei de cotas enalteceu um processo centralizador de controle, para além de diminuir, evidentemente, a autonomia dos Estados em relação

¹¹³ CANCELLI, 1993, p. 80

¹¹⁴ BRASIL. Constituição Federal de 16 de julho de 1934.

a imigração. Finalmente havia uma legislação que poderia conter as massas imigratórias que se dirigiam ao Sul do país. Concomitantemente, se poderia determinar as quantidades a partir da lei dos dois terços, mas o governo se via de mãos amarradas diante da determinação de quais imigrantes eram desejáveis ou não, fato que deixou Vargas e outros membros do seu *staff* bastante desapontados.

Concordamos com Endrica Geraldo, sobre a relevância da lei fora do seu aspecto legal. As implicações que foram mais impactantes foram:

[...] o grande aquecimento do debate público sobre a imigração e sobre a incorporação das populações de origem estrangeira, e, conseqüentemente, uma ampla divulgação dos discursos eugenistas e dos temores em relação aos imigrantes. Com a Constituinte, teorias raciais e eugenistas, que até então, ocupavam principalmente publicações e debates médicos, conseguiram influenciar também as instâncias políticas e as publicações oficiais, contando com a ampla divulgação pela imprensa.¹¹⁵

Com a divulgação pela imprensa, as questões da imigração saíram do campo oficial e entraram na esfera do cotidiano. A população passou a discutir a presença desses elementos no tecido social e a se perguntar qual a vantagem ter desses sujeitos em seu meio; ainda, se esses elementos não estavam ocupando o lugar dos nacionais, tomando postos de trabalho ou exigindo benefícios que poderiam ser divididos entre os brasileiros. O imigrante passou a ser percebido pelo sujeito comum, contudo, não com interesse e fetiche de outrora, mas com resignação e desconfiança.

No caso do elemento de origem germânica, percebemos o acirramento de um processo discriminatório: a partir das deliberações oficiais e de sua divulgação através da imprensa, as ações repressivas por parte da sociedade civil, insatisfeita com os alemães, ganham aval governamental. Na prática, essas medidas que foram estabelecidas antes do Estado Novo, contém uma série de ações que barram, ou tentam barrar, a entrada de imigrantes considerados não aceitáveis, mas não constitui motivo de embaraço para que o governo continue fomentando a entrada daqueles considerados desejáveis.

A Constituição de 1934 passará por um processo de anomia, dando lugar à outra Constituinte que legitimará o Estado Novo e seu regime de exceção. Em trabalho anterior, levantamos as disposições legais provenientes da Constituição de 1937 e das medidas restritivas que partiram dela e se multiplicaram durante o período em que

¹¹⁵ GERALDO, Endrica. A "lei de cotas" de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cadernos Ael**, Campinas, v. 15, n. 27, p.173-209, 2009, p. 206

o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial. Oportunamente, reacenderemos essa discussão. Por hora, findamos a preocupação de apresentar as primeiras contenções aos indesejáveis anteriores a 1937, no plano nacional, e passaremos a apurar algumas percepções sobre o elemento de origem germânica no Paraná durante o período da Grande Guerra (1914 – 1918).

2.3 A GRANDE GUERRA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS ALEMÃES NO PARANÁ

A Grande Guerra ainda é uma infeliz lacuna na história paranaense. São poucos trabalhos que se dedicaram ao tema ou o abordam de maneira relevante. “Pouca importância seria até justificável, dado o relativamente pequeno impacto da guerra no país, mas a inexistência é preocupante, especialmente frente a um acontecimento que mudou o mundo”.¹¹⁶

Um enfoque historiográfico especialmente proeminente e praticamente incógnito é o da reação das coletividades de imigrantes ao impacto da Grande Guerra. Se compararmos com os trabalhos historiográficos sobre o mesmo tema entre 1939 e 1945, iremos perceber um abismo no que tange a quantidade e qualidade de escritos.

Não é incomum encontrarmos, mesmo nas livrarias mais simples, livros sobre a repressão aos alemães, italianos e japoneses durante a Segunda Guerra Mundial. Vários estados brasileiros tiveram seções da polícia política varguista que atuaram de maneira efetiva e vasta documentação foi produzida, posteriormente, explorada pelas ciências humanas e seus investigadores.

No Brasil esse número de trabalhos sobre os imigrantes e a Grande Guerra são esparsos; no Paraná, passíveis de serem ‘contados nos dedos’. Essa lacuna por nós apontada, não é um problema mundial da História. Em levantamento¹¹⁷ recente, percebemos que até mesmo Portugal tem uma quantidade de estudos mais relevante que o Brasil.

Partindo da predominância dos estados do Sul na recepção aos elementos de origem alemã, nosso intuito em chamar a atenção para o debate é apresentar algumas

¹¹⁶ BERTONHA, João Fábio. **A Primeira Guerra Mundial: o conflito que mudou o mundo (1914-1918)**. Maringá: EDUEM, 2011.

¹¹⁷ BERTONHA, João Fábio. Imigrantes em tempos de guerra: estrangeiros no Brasil durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). In: PÁTARO, Cristina; HAHN, Fábio e MEZZOMO, Frank. (Org.). **Instituições e sociabilidades: religião, política e juventudes**. 1ed. Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2013.

considerações, que desconstroem, em parte, a ideia de que a imigração alemã sempre foi desejada e que o elemento alemão sempre foi laborioso e servil. Desejamos ainda, mostrar que o conflito bélico mundial abriu as portas para que as camadas populares pudessem externar sua insatisfação com esses elementos de origem imigrante, através de *meetings* organizados no Paraná em 1917, na ocasião do afundamento do cargueiro Paraná por submarinos alemães.

Em estudo anterior, elencamos vários fatores que consideravam a repressão durante a Segunda Guerra Mundial, como algo efetivamente novo, em relação aos alemães. Embora essas práticas tenham ocorrido também durante a Primeira Guerra, acreditamos que a novidade não está no fato de nunca ter acontecido – o que já foi refutado pela historiografia – mas sim na efetividade das prisões, no recrutamento popular por parte do governo ditatorial, pela guarnição fornecida pelas medidas legais e pela atuação da polícia política.

Destarte, procuraremos apontar alguns fatores que nos chamam a atenção na construção de uma visão negativa e ressentida desse ‘alemão vitorioso’, exemplo de morigeração e de labor.

A participação brasileira na Primeira Guerra, se deu unicamente contra a Alemanha. Não há evidências, legais/jurídicas, que apontem para um cerceamento aos imigrantes de outros participantes do grupo pró Alemanha, como o Império Austro-Húngaro ou Otomano, embora esses compusessem uma mínima fração da população brasileira. Seria necessária uma análise na documentação diplomática para que pudessemos apresentar dados mais precisos. Sabemos, porém, que mesmo que tivéssemos acesso aos dados diplomáticos teríamos que lidar com a complexidade das fontes, haja vista, que ainda em 1918, Woodrow Wilson, solicitava em sua polêmica declaração dos 14 pontos para a paz mundial, o fim das diplomacias secretas e a clareza nos processos consulares entre os países.¹¹⁸

Os elementos de origem germânica como já aventamos, possuíam um número populacional consistente, organizados em torno do seu ethos migrante, possuíam relevância econômica e estavam bem instalados. Concordamos com Bertonha, que se houve nesse momento um desejo de voltar para casa, o mesmo foi diminuto, por fatores diversos como a falta do montante financeiro, o bloqueio naval

¹¹⁸ BECKER, Jean-Jacques. **O Tratado de Versalhes**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

dos inimigos e a possibilidade de encontrar o país ainda sob bombardeio da Entente Cordiale.

Tito Queiroz¹¹⁹, ressalta que a comunidade alemã diante da ocorrência mundial, não deu de ombros ao chamado patriótico e possibilitou através de doações e campanhas que algum montante financeiro retornasse à Alemanha para dar conta dos gastos ocasionados pela guerra. Não nos restam dúvidas de que esse tipo de comportamento, por parte da comunidade alemã, causaria estranhamento e repercutiria muito mal, dado que a sociedade brasileira, embora não tenha conseguido distinguir com clareza alemães de austríacos ou poloneses, entenderia essa atitude como desprezo pelas leis e pela moral brasileira.

O autor ainda revela o interesse por parte do governo alemão de manter um sistema de informações bastante complexo, adquirindo cotas de jornais em todo globo, a fim de desfrutar com privilégio da imprensa internacional. Em nosso caso, destacamos a atitude violenta da população para com a imprensa dita germanófila durante os *meetings* que protestavam contra o afundamento dos navios brasileiros. Os alemães recebiam informações através da *Transocean*, uma espécie de agência não oficial, mas que estava ligada ao Ministério das Relações Exteriores alemão.

Em nossa opinião, a imprensa acabou servindo como veículo do assédio político, que alguns grupos alemães tentavam exercer. A imprensa germanófila ao adotar uma postura muito defensiva, deu a oportunidade para que um grande clima antialemão fosse fomentado e estabelecido durante a Grande Guerra. Muitos populares brasileiros, que necessariamente não tinham acesso aos jornais e ao rádio, sabiam das notícias através de terceiros e estavam absolutamente preocupados com uma possível invasão de fronteiras, que poderia partir da Argentina ou de qualquer país próximo.

Essas insinuações da imprensa, somadas aos discursos dos intelectuais brasileiros só aumentaram essa desconfiança em relação ao enquistamento das comunidades alemãs. De acordo com Rene Gertz¹²⁰, houve um exagero em relação a preocupação com a presença alemã no Brasil, que em parte foi motivada pela própria movimentação expansionista do *Kaiserlich Deutsches Reich*, que embora

¹¹⁹ QUEIROZ, Tito Henrique Silva. Guerra e imprensa: as guerras mundiais e a imprensa brasileira. Comum, v. 14, n. 33, p. 21-57, 2011.

¹²⁰ GERTZ, René. **O Perigo alemão**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

estivesse no governo de Guilherme II era personificado na onipresença de Otto Von Bismarck.

A ideia de não integração, de segregação, de antipatriotismo e de antidadania ganhou nova dimensão com a criação do império alemão em 1871 e do quadro internacional daí resultante. A Alemanha não tinha colônias e ideólogos e estrategistas alemães pensaram no aproveitamento dos ‘alemães no exterior’ em benefício da ‘pátria-mãe’. [...] A maioria, porém, pensava a presença de descendentes de alemães como fator fundamental para a conquista do mercado local.¹²¹

A presença dos alemães efetivamente dinamizou os mercados, principalmente os contatos trazidos que os permitiram importar produtos e ferramentas que os diferenciavam no trabalho local. Exemplificamos com os trabalhos de carpintaria da família Strobel, que dominavam técnicas de cobertura de telhados – que foram aplicadas na construção da farmácia de Augusto Stellfeld – e de escadas em espiral que ocupavam menor espaço nas casas, mas para isso necessitavam de ferramentas adequadas que, grosso modo, eram importadas por comerciantes alemães.

Como relata Gustav Strobel:

Após termos deixado a Alemanha, meu pai se correspondia de vez em quando com alguns parentes e amigos nossos de lá. Entre estes, um tal de Müller, de Glauchau, escreveu dizendo que também decidira emigrar ao Brasil, com destino a Joinville. Meu pai pediu a ele por carta que adquirisse algumas ferramentas de carpintaria, que por aqui ainda não eram encontradas no comércio, e as trouxesse em sua viagem. Quando chegou, escreveu ao meu pai avisando que trouxera as ferramentas e pediu que as fosse buscar. Como meu pai não podia viajar, encarregou a mim e a Ernst Stein, a quem parte da encomenda também era destinada, para ir em busca do material.¹²²

Mesmo trazendo novas possibilidades para o comércio e para a indústria paranaense, esses imigrantes e seus descendentes vivenciaram na Primeira Guerra, o auge do chamado “Perigo Alemão”. Período que se estende da unificação alemã até o final da campanha bélica em 1918, quando a derrota alemã e as sanções do Tratado de Versalhes parecem por fim as pretensões imperialistas alemãs e solapar os discursos mais inflamados contra a presença alemã no Brasil. Sob essa perspectiva dicotômica, os europeus representavam a civilização e o progresso, mas, os europeus oriundos da Alemanha e seus descendentes, traziam consigo um estigma: a

¹²¹ GERTZ, 1998, p. 15

¹²² STROBEL, 1987.

possibilidade de não se deixarem assimilar e a crença no ímpeto anexionista alemão, que iria transformar o Brasil em uma colônia assim que houvesse uma oportunidade.

Concordamos com o sociólogo Márcio de Oliveira, sobre a superficialidade da ideia de uma Alemanha expansionista, uma vez que:

A acusação de expansionismo, ligada à Alemanha e difundida em muitos círculos brasileiros, merece uma reflexão inicial. A acusação é crível, porém genérica. Isso porque, no contexto do neocolonialismo corrente ao longo do século XIX, todas as nações europeias pautavam sua política externa pela lógica imperial.¹²³

Parte da especulação partiu da própria imprensa nacional, que se via as voltas da reprodução quase idêntica das publicações francesas que, por razões óbvias, sempre se posicionavam amargamente sobre a política imperialista alemã. Embora Inglaterra e França tivessem um papel preponderante na divulgação dos anseios expansionistas alemães, vieram dos Estados Unidos as visões mais alarmistas do ‘perigo alemão’, onde foram publicados desde o início do XX, inúmeros artigos em jornais e revistas denunciando os interesses da Alemanha e dando como certa uma invasão germânica no sul do país.

Em nossa percepção, muito mais que assustar os brasileiros com notícias do gênero: “Pequena Alemanha”; “Invasão germânica no sul da América” ou “Alemanha do Sul do Brasil”, as campanhas norte americanas buscavam estabelecer uma afronta ao avanço comercial alemão, uma vez que, eles conduziam boa parte das casas comerciais importantes. Já enfatizamos, em pesquisa anterior, que os alemães, chegaram a ocupar praticamente 70% dos espaços comerciais da capital paranaense no início do 1900. Não existem evidências críveis para uma possível formação de um estado alemão independente no sul do Brasil, mas de uma forma ou outra, essas campanhas tiveram um alcance nacional.

No período anterior à publicação da pesquisa de Pamela Fabris¹²⁴, a recepção dessas campanhas no Paraná ainda está envolta em sombras. Antes delas, poucos

¹²³ OLIVEIRA, Márcio de. A cidade de Curitiba e os imigrantes alemães durante a Primeira Guerra Mundial, uma análise da imprensa local. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 23, n. 2, p.175-202, 2012, p. 181.

¹²⁴ FABRIS, Pamela Beltramin. **“Nós, os selvagens, não referenciamos os símbolos kaiserianos”:** **Conflitos em torno de uma identidade germânica em Curitiba (1890-1918)**. 2014. 250p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

pesquisadores que se debruçaram de maneira eficaz sobre o tema¹²⁵ e, quando o fazem, tal qual estamos, o fazem de maneira passageira a fim de permear outros debates dando conta de seus objetivos. Dialogando com Rene Gertz, em uma perspectiva mais ampla, percebemos que a partir de 1915 existe uma preocupação com o recolhimento de donativos para a campanha alemã, mas há também uma quantidade de conflitos no interior da própria comunidade alemã, que, de longe, permitiriam que desconstruíssemos essa uniformidade imaginada pelo governo brasileiro.

A Primeira Guerra, para além de evidenciar o imigrante alemão como representante do inimigo de guerra – único no caso – acentua os conflitos econômicos entre nacionais e estrangeiros em geral. A Inglaterra, sem muito êxito no caso brasileiro, promulga suas *Statutory Lists [ST's]*, buscando divulgar as empresas que continham capital ou domínio alemão. Também passou a incentivar os países a não estabelecerem negócios com essas empresas, inserindo um novo aporte de guerra, uma batalha que se travava num campo diferenciado, forçando as empresas alemãs a perderem espaço ou a exigir de seus governantes a não manutenção do estado de guerra.

Entre as medidas antigermânicas que pudemos evidenciar durante a Primeira Guerra, destacamos as intervenções nas escolas de língua alemã, que eram obrigadas a manter brasileiros no seu quadro funcional e ofertar o ensino de português e de História do Brasil. Essas adequações, eram uma alternativa de fomentar a percepção dos alunos, em sua maioria alemães ou de descendência alemã, que o país estava zelando pela manutenção da cultura nacional, sendo o português o idioma oficial e não o alemão. Essas medidas alteraram inclusive, a percepção de alguns nacionais em relação a sua conduta moral e patriótica das escolas, de acordo com Bertonha em meio à confusão causada pelo impacto da guerra, “algumas escolas, como a *Katholische Deutsche Volks-Schule* de Curitiba, chegaram a ser depredadas e o clima geral foi de desconfiança e vigilância”.¹²⁶

¹²⁵ A única fonte que encontramos, cujo título contém Perigo Alemão no Paraná, trata-se de um trabalho de conclusão do curso de História, cuja brevidade não nos permite utilizá-lo como referência. Felicita-nos o interesse na pesquisa: LIMA, Solange de. **O "Perigo Alemão": A comunidade teuta e a DOPS em Curitiba.** 2009.

¹²⁶ BERTONHA, 2013, p. 177

Sobre as escolas alemãs, a historiadora Regina Schimmelpfeng Souza relata que vinham apresentando números positivos e expressivos em relação ao tipo de educação ofertada, porém, o “desentendimento bélico” ocasionou:

Uma brusca interrupção deste processo, quando a escola foi obrigada a cessar todas as suas atividades, em 1917, após ter sido apedrejada por populares, revoltados com notícias do torpedeamento de “vapores” brasileiros por navios alemães. Reaberta somente em outubro de 1919, com um número de matrículas muito inferior ao do passado, esta situação perdurou durante a década de 1920, tornando-se necessário alavancar outros mecanismos de recuperação.¹²⁷

Até a década de 1920, o controle paranaense – e brasileiro - sobre estas escolas era hipotético, porém, intensifica-se após a Primeira Guerra Mundial:

Quando os clamores populares pela nacionalização destas escolas se intensificam, refletindo no endurecimento da legislação sobre o ensino ser ministrado em língua nacional, aulas e atividades escolares de caráter cívico e patriótico, adoção de um programa curricular oficial e a adoção de livros didáticos indicados pelo governo. [...] A legislação estadual sobre o ensino, desde 1900 até 1938, enfatizava que o ensino deveria ser em língua nacional. As escolas de imigrantes encontravam maneiras de “resistir” e de “burlar” as leis, adotando em seu currículo o bilinguismo.¹²⁸

Encontramos um pequeno relato, em artigo citado pela historiadora Valkiria Elenita Renk, de um ex-aluno do Colégio Bom Jesus, que fora surpreendido pela violência das ações contra as escolas de origem alemã, durante a Primeira Guerra:

Certa manhã, ao chegar para as aulas, tive e tiveram os colegas um espetáculo constrangedor. Em algumas salas de aula e corredores havia grande desordem: muita coisa quebrada. [...] O Brasil estava em guerra, conflagração mundial e os alemães e descendentes sofreram, [...] perseguições e depredações.¹²⁹

As escolas não estrangeiras, organizavam atividades patrióticas, com desfiles e hasteamento da bandeira nacional. Sabe-se que pelo menos quatro escolas alemãs foram fechadas somente em 1917 e que havia disposição suficiente por parte das

¹²⁷ SOUZA, Regina Maria Schimmelpfeng. *Deutsche Schule, a Escola Alemã de Curitiba: Um olhar histórico (1884 – 1917)*. Curitiba, 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná., p. 13.

¹²⁸ RENK, V. Elenita. Aprender a falar português na escola - o processo de nacionalização das escolas de imigrantes no Paraná. In: **V Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2008, Aracaju. Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação. Aracaju: Universidade federal do Sergipe, 2008, p. 4281 – 4282.

¹²⁹ Depoimento de Rosário F.M. Guérios, ex-aluno do Bom Jesus. RENK, 2008, p. 4289

autoridades para fechar todas as escolas estrangeiras que não seguissem as precondições estabelecidas pelas secretárias de Educação e Justiça.

Uma profusão de clubes recreativos e espaços sociais teutos foram “nacionalizados”, necessitando de alterações nos nomes e nos quadros societários, bem como, dando menor visibilidade as questões alemãs e abrindo, obrigatoriamente, espaço cultural e político para as questões nacionais. Um dos mais citados no Paraná era a Sociedade Thalia (*Verein Thalia*), que havia sido fundada em 1882 e tinha entre seus estatutos uma regra que segregava alta porcentagem de brasileiros, uma vez que, era condição para admissão a compreensão da fala e escrita alemã. Para não ter sua sede invadida durante protestos populares, o clube veio a público apresentar mudanças no quadro societário e também nas regras de admissão.

Ocorreram, também em 1917, protestos populares contra os alemães em várias cidades do país, como São Paulo, Santos, Juiz de Fora, Rio de Janeiro e também Curitiba, todas elas motivadas pelo torpedeamento de navios brasileiros, o fato que motivou o governo de Wenceslau Braz a declarar guerra a uma única potência europeia, no caso a Alemanha.

Entendemos que momentos como esses acentuam o furor nacionalista, porém, ao tratar das subjetividades e abordar as fontes através da perspectiva dos sentimentos na história, acreditamos que essas manifestações também são reflexo de questões que emanam das relações pessoais, das desavenças do cotidiano, da reflexão acerca da posição social ocupada por esses elementos de origem alemã. Perceberemos esses movimentos de maneira mais aguda durante a Segunda Guerra, porém, os *meetings* que ocorrem em 1917 são indícios de uma situação que gradativamente colocaria a comunidade germânica sob uma lógica de suspeição cada vez mais intensa.

Concordamos com a historiadora Pamela Fabris, quando a mesma aborda essas ações violentas durante os *meetings*, oportuno para a liberação desses sentimentos anteriormente gerados:

Parte-se aqui da hipótese de que o tortuoso tempo de guerra (sobretudo os anos de 1917 e 1918), foi um momento propício para que viessem à tona conflitos ligados a pessoas e instituições de origem germânica que, no entanto, foram sendo formados ao longo dos anos anteriores à eclosão da

guerra. [...] não se tratavam de atos de vandalismo, mas que esses eram produtos de uma certa percepção e racionalidade.¹³⁰

A partir dessa oportunidade histórica – um conflito entre países – entendemos que ficam perceptíveis ao historiador que nem sempre essa memória em relação aos imigrantes europeus é uma memória constituída de sucesso, de boas relações com a comunidade receptora e que, em tese, nem todo alemão é tido como laborioso e integrado ao país. Essa visão, muito referenciada nos escritos nacionais – e paranaenses também – de que o alemão é um vencedor, ao passo que sua trajetória sempre foi composta de vitórias, desde sua saída da pátria mãe até o estabelecimento em sua nova pátria, impossibilita uma análise, na qual o alemão aparece como portador de uma identidade conflituosa, longe de ser esse símbolo de harmonia representado por esses discursos oficiais.

Essas identidades são conflitivas, ou construídas sobre uma ideia de contraste, em que um grupo sempre se autodetermina como “nós” estabelecendo uma fronteira ao grupo, em tese, distinto, que é determinado como “eles”. Atribuem certeza às suas causas e procuram brechas na causa alheia, princípio básico da teoria de estabelecidos e outsiders de Elias e Scotson. Consideramos adequado enfatizar o dinamismo interno dos grupos sociais, o que também implica considerar suas próprias histórias. Valendo-se da história do grupo constituído pelos imigrantes germânicos e descendentes, essa configuração teórica pode ser aplicada, sem dúvida, a ambos os lados das fronteiras étnicas, mas também no âmbito da própria comunidade quando, por exemplo, os descendentes dos *Reichdeutschen* são estabelecidos e os *Neudeutschen*, *outsiders*.

Se num primeiro momento, esses imigrantes eram dotados – ou a eles só cabiam – do direito de auxiliar o país em seu crescimento, aceitando a cultura que lhes era imposta e empregando sua força de trabalho para que o Estado recém emancipado prosperasse, em um segundo momento, tendo sido julgados inaptos ao cumprimento dos objetivos acima, contra eles se estabeleceram formas de estranhamento e de negatização.

Vejamos duas citações¹³¹ distintas sobre a importância do elemento alemão no Paraná, ambas retiradas de um periódico paranaense, a primeira em 1908 e a

¹³⁰ FABRIS, Pamela Beltramin. “**Nós, os selvagens, não referenciamos os símbolos kaiserianos**”: **Conflitos em torno de uma identidade germânica em Curitiba (1890-1918)**. 2014. 250p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014, p. 14.

¹³¹ Apud FABRIS, 2014

segunda do final de 1917. Aqui perceberemos de maneira explicita a alteração do discurso. Escreveu o advogado Pamphilo de Assumpção sobre a população curitibana no início do século XX:

O que mais impressiona é a apparencia physica da população, em que se vão esfumando, apagando quase, os traços typicos do brasileiro primitivo ou do luzo-brazileiro, para accentuar-se o cunho de uma nova raça, oriunda de povos que contribuem com qualidades preciosas para o aperfeiçoamento physico, moral e intellectual da nova população (...), vae crescendo essa população invejavel de Coritiba, physicamente bella e forte, intellectualmente adiantada e superior (...). E isso se dá, sem dúvida, porque os factores que concorreram para um tal estado de cousas, foram introduzidos por grupos, que mantendo puros os elementos primordiaes de sua origem, foram proporcionalmente contribuindo para a formação (...), **mantendo-se puro, fornecia-lhe exemplares typicos da raça de que provinha, modificados somente pela acção favoravel do nosso meio.** E pensando-se que esses elementos ethnicos tiveram por campo de acção um meio onde minima era a porcentagem de individuos de raça preta, temos explicado porque em menos de 30 annos os efeitos do cruzamento já se tornaram tão notaveis. **Dos elementos que têm concorrido para a formação da nova população coritibana devemos contar em primeiro logar, na ordem chronologica, os allemães** (...), profundo são os traços que no moral e no physico do povo coritibano vae deixando essa raça forte moral e physicamente (...). Parece-nos que este ensaio de sociologia que vimos de fazer, explica essa feição original da população coritibana, d"essa população bella, sadia, activa, moralisada, intelligente." [sic]¹³²(grifo nosso)

Em pouco menos de uma década, no mesmo jornal, o alemão, agora não mais laborioso e morigerado, passa a ser bárbaro, boche e atrevido; vejamos essa opinião na primeira página do periódico nos finais de novembro de 1917.

Audacioso por índole, perigoso nos seus manejos, o teuto é um elemento em quem se não pode, em absoluto, depositar confiança. Para elle, a nossa generosidade significa fraqueza, a nossa hospitalidade covardia. [sic]¹³³

Claro que os momentos de ruptura histórica contribuem para a definição de lados, para a defesa dos anseios próprios. Entendemos que, com a inconsequente difusão do perigo alemão, atrelada às atitudes que deveriam ser tomadas por um país "em guerra", os alemães se tornam como parte exógena desse corpus chamado nação, um clandestino em tempos de brasilidade.

Oportunamente, os formadores de opinião pública que buscavam a adesão da população brasileira para as premissas nacionalistas, se valeram do momento para discutir, debater e desconstruir esse amor que os brasileiros possuíam por aquilo que

¹³² Diário da Tarde, 6 de agosto de 1908. p.1. Apud FABRIS, 2014, p. 32 -33

¹³³ Diário da Tarde, 27 de novembro de 1917. p. 1. Apud FABRIS, 2014, p. 134

é de fora. Sentimento que ao ser revelado demonstra que não havia crença em uma melhora do brasileiro, se dependêssemos apenas do mesmo. Ao que Nelson Rodrigues tratou como “complexo de vira-lata”¹³⁴ em 1950, escreve Gastão Faria no Diário da Tarde em dezembro de 1917:

Sempre alimentamos o antipatriótico habito de não darmos valor aquillo que é nosso, de origem brasileira. Aquella mania de descredito estava identificada comnosco de uma maneira verdadeiramente irritante. Bastava que o produto industrial, ou artistico, por exemplo, fosse essencialmente brasileiro, para que a elle nós emprestassemos a qualidade de inferioridade. É o que não acontece hoje. Presentemente a fibra civica do povo se elevou de uma forma prodigiosa. Tudo que é nosso é bello, é bonito e é bom. (...) É mais uma das vantagens que a guerra nos trouxe.¹³⁵ [sic] (grifo nosso)

A guerra, em apreço, constitui um momento relevante de mudança, de alteração não só das percepções acerca do alemão, mas uma compreensão sobre a própria identidade nacional. Oportuniza a manifestação de um sentimento positivo acerca do “ser brasileiro”, serve como incentivo convincente de que o brasileiro não precisa tecnicamente da mistura com o alemão para se tornar um povo consolidado e produtivo.

Essa expectativa de constituir o povo brasileiro acerca de uma postura protagonista e não de possível vítima de uma ofensiva alemã, torna todo e cada elemento de origem germânica em um potencial sabotador, espião ou conspirador contra a pátria. As relações cotidianas são impactadas de maneira significativa, uma vez que, as relações sociais construídas não isentavam do convívio com esses sujeitos. Bem como, muitos deles ocupavam espaços que compunham diversos ambientes que iam da padaria onde se buscava o pão do café da manhã ao deputado, escolhido pelo voto da população.

O alemão então não será mais um possível candidato à pátria, um igual, um acolhido e, para afastá-lo dessa condição de estabelecido, um processo de estranhamento se faz necessário. Assim, para além das condições legais que já mencionamos, tratá-lo pejorativamente se torna útil ao processo de marginalização. O alemão volta a se assemelhar aos invasores bárbaros de outrora, é tratado por teutão, grosseiro e truculento. É o boche, ou panbochista, que não é civilizado,

¹³⁴ “Por ‘complexo de vira-lata’ entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. O brasileiro é um narciso às avessas, que cospe na própria imagem. Eis a verdade: não encontramos pretextos pessoais ou históricos para a autoestima.” (RODRIGUES, Nelson. A pátria em chuteiras)

¹³⁵ Diário da Tarde, 15 de dezembro de 1917, p. 1. Apud FABRIS, 2014, p. 140.

inassimilável, alienígena. Cria-se, ao entorno do elemento de origem germânica, uma série de elementos imaginários e pejorativos, muito comuns, àqueles que querem estabelecer fronteiras, cujo objetivo é mostrar que a cultura brasileira era suficientemente boa para não depender em nada da presença teuta.

Vários protestos se organizaram na capital Curitiba, todos com um sentimento único, vingar a ação funesta da Alemanha em relação aos navios brasileiros, que nada tinham com o desdobramento da guerra. Protestos que não são uma exclusividade paranaense, como já ressaltamos, mas que possuem esse objetivo único, estabelecer diante do alemão uma assertiva sobre a identidade nacional.

Muito foi comentado e debatido na imprensa à época: o medo de um ataque aéreo, da infiltração do pensamento germanista ou da ação de espiões sabotadores não foi irreal e norteou a ação dos órgãos nacionais. Concomitantemente, para boa parte da população alemã que compunha a sociedade paranaense, foi um momento de retração e de resiliências diante do cenário que se desenhava.

Foram atingidos exatamente naquilo que os orgulhava, na imagem construída acerca do seu caráter morigerado, na sua opção pelo labor e pela honestidade. Não eram somente os ataques físicos que os preocupavam, mas também como eram moralmente afetados pelas alcunhas pejorativas, pela proliferação de calúnias e boatos, pelo recente desprezo dos vizinhos, por uma culpa, que não lhes era negada e sim atribuída e que, em tese, necessariamente não carregavam.

Entre 1917 e 1918 o ambiente tornou-se inóspito diante das agitações coletivas. Os encontros populares e os comícios foram um momento delicado, principalmente quando esses se desdobravam em quebra-quebra, agressões físicas, ataques a estabelecimentos, indústrias e casas comerciais pertencentes a alemães ou descendentes. Preocupava-os também, possíveis ataques aos locais onde estabeleciam suas principais redes de interdependência, como a igreja luterana e os clubes sociais espalhados pelo estado.

2.4 OS ASSÉDIOS POLÍTICOS: COMO O PANGERMANISMO E O NACIONAL-SOCIALISMO AGIRAM NEGATIVAMENTE NA HARMONIA DAS COMUNIDADES ALEMÃS E NA SUA INSERÇÃO NA VIDA POLÍTICA

Desejamos encerrar esse capítulo apresentando alguns fatores políticos que consideramos contributivos para a materialização da dúvida em relação ao indivíduo de origem germânica no Paraná, cuja imagem laboriosa foi colocada em cheque

diante da perniciosidade e subversividade atribuída ao mesmo. Para tal fim, abordaremos as questões do Germanismo e do Nacional Socialismo através do prisma dos assédios políticos.

Cientes das reflexões imprecisas que norteiam a ideia do assédio político enquanto conceito, procuraremos enfatizar aspectos que nos permitam tencionar a extensão do termo. Dessa forma, iremos pinçar elementos das fontes que nos permitam perceber as ações assediantes e seus desdobramentos.

Tomaremos como premissa, para pensarmos o assédio político, a assertiva de Pierre Ansart, que entende o assédio em seu espectro mais amplo como:

Prática que consiste em submeter uma pessoa ou um grupo de pessoas a agressões reiteradas visando a obtenção de uma vantagem ou um ganho, para se exercer um poder. [...] Submeter sem trégua a pequenos ataques reiterados, a rápidas investidas incessantes.¹³⁶

Embasados pela perspectiva de Ansart, somos compelidos a tratar a ação dos agentes políticos alemães – tanto da Liga Pangermânica [*Alldeutscher Verband*] [1ª Guerra]¹³⁷ como da Organização do Partido Nazista no Exterior [*Auslandsorganisation*

¹³⁶ ANSART, 2006, p. 125

¹³⁷ O pangermanismo se desenvolveu primeiramente na Áustria, a partir de 1860, caracterizando-se pela sua franca oposição ao governo, face às suas posturas liberais. Seus idealizadores elegeram Bismark seu líder (posição que não dependeu de seu empenho ou desejo pessoal) e catalisou o descontentamento da pequena burguesia, assustada com o risco de secessão que o sionismo, também emergente, se lhes representava. Suas lideranças foram responsáveis, por se definirem como arautos de uma nova cultura política onde o poder e a responsabilidade se integravam de forma diversa da cultura de liberalismo racional. Destes personagens, o mais destacado foi Schönerer, por sistematizar as ideias ligadas ao antisemitismo e por sua habilidade em articular uma militância extraparlamentar, posições que inspiraram sobremaneira seu discípulo mais conhecido, Adolf Hitler. O pangermanismo dos austríacos, forma de nacionalismo em nível macro, que distintamente dos demais não pressupunha a reunião de diferentes etnias, como o pan-eslavismo na Rússia, desenvolve-se também na Alemanha, onde o movimento se organiza com ambições políticas mais definidas a partir da década de 90 do século XIX, com a criação da Liga Pangermânica —*Alldeutschen Verband*. Esta entidade atraiu nacionalistas de todos os matizes, fossem intelectuais, como Max Weber, Haeckel e Theodor Fischer, ou militantes, como Hugenberg, Haase e Class, que se apoiavam em ideias dos românticos do início do século, associando-as à ideologia do nacionalismo estatal/oficial. Contavam ainda com o apoio de outras entidades, das quais é importante destacar a *Deutsche Kolonialgesellschaft* — Sociedade Colonial alemã e a *Verein für das Deutschtum im Ausland* - Liga pela Germanidade no Exterior (VDA). As atividades da Liga Pangermânica e de seus adeptos na América Latina sofrem um impulso decisivo com o advento da Primeira Guerra Mundial. Com ela, verifica-se um despertar da consciência patriótica e nacionalista por parte dos imigrantes e de seus descendentes, fomentado, em boa medida, por aquelas organizações, mas também (e não num segundo plano), pelas tensões ocorridas entre os membros daquela etnia contra a sociedade receptora. [...] No Brasil, tais tensões são extremamente agudas, não apenas pelo fato de serem suas elites mais fiéis ao pan-americanismo do que as dos outros dois países da América Latina, em virtude de seus laços econômicos com os Estados Unidos, mas também pelo comportamento adotado face aquele conflito. Quando, em 5 de abril de 1917, o mercante "Paraná" bombardeado na costa francesa pelas belonaves do Reich, o governo brasileiro rompe relações diplomáticas com a Alemanha, para em outubro, devido às sucessivas pressões dos

der Nazi Partei] [2ª Guerra]¹³⁸ – a partir do viés do assédio político, uma vez que esses sujeitos submetiam os membros das comunidades alemãs fora da Alemanha a situações não desejadas de maneira repetitiva e constrangedora.

Para o autor, visualizar o assédio como político, consiste em dar uma nova perspectiva, um novo olhar a prática já antiga do assédio, qualificando-o como político. É necessário, separar as ações em imposições, pressões e coações que exigem uma análise no interesse do assediante, contra a espontaneidade do assediado. Também julga necessário que façamos a seguinte indagação: Havia recepção desses discursos assediantes? A resposta nos parece um tanto quanto óbvia diante do número de filiados a NSDAP no Brasil.

Não basta tencionarmos ao máximo o conceito de assédio, haja vista que essa prática não nos garante resultados melhores de pesquisa. Desejamos, dessa forma, atentar para a necessidade de não permitir a multiplicação de interpretações que aceitam o grupo receptor como obediente, homogeneizando a comunidade alemã no Brasil através de alcunhas como nazis, quintas-colunas e eixistas.

aliados e da Liga da Defesa Nacional, declarar guerra à Alemanha. A partir daí as agressões e manifestações de repúdio aos descendentes germânicos (quaisquer que fossem) se ampliam, passando os teuto-brasileiros a serem considerados como inimigos e estrangeiros. A divulgação do mito do "perigo alemão" adquire um espaço cada vez mais destacado na imprensa de língua portuguesa: o "fantasma" da anexação do Sul no caso da derrota dos aliados instigam a indignação dos mais diversos segmentos sociais, que passam da aversão ao ódio pela figura do alemão, enxergando nele, uma inclinação hereditária à agressividade. Essas imagens favorecem uma onda de quebra-quebras, comícios e empastelamentos de jornais, atos oriundos, notem bem, da sociedade civil, e não do Estado, como aqueles que ocorrem na era Vargas. Em 1917, é a sociedade receptora versus a comunidade teuta quem entra em guerra; de ambos os lados, uma postura beligerante, como se estivessem residindo na Europa, não no Brasil. Esta experiência resultará, com o término da guerra, numa cissura entre aquelas camadas e a sociedade receptora, o que se faz acompanhar por um refluxo das propostas de integração e assimilação de ambos os segmentos sociais. (BREPOHL, 1994, p. 168 – 170)

¹³⁸ O primeiro departamento do Exterior do Partido Nazista, o *Auslands-Abteilung*, foi fundado em Hamburgo em abril de 1931. Na esteira do crescimento político de Adolf Hitler na Alemanha e, em especial, após a expressiva votação da NSDAP para o Parlamento em setembro de 1930, cresceu o interesse em agregar os alemães emigrados sob a bandeira do nacional- -socialismo. [...] A finalidade desse primeiro estímulo à mobilização dos cidadãos alemães no exterior era a expansão da organização partidária através de novos grupos nacionais, que concentrassem e promovessem o princípio do líder (*Führerprinzip*), premissa fundamental de obediência política nacional- -socialista. O Departamento do Exterior foi posteriormente elevado à *Gau* (comarca, região administrativa do Reich), intitulada *Gau Ausland*, e subordinada diretamente à Rudolf Hess. Os primeiros países a terem seus grupos reconhecidos foram a Argentina, o Brasil e o Paraguai. [...] Em 1934, o Departamento passa à denominação *Auslandsorganisation der NSDAP*, Organização para o Exterior do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (AO). Com a transferência para Berlim, em 1935, seu aparato administrativo foi expandido e seu orçamento aumentado. [...] Sob a égide do conceito de cidadania baseado na raça e no sangue, a função da AO era congrega os alemães no exterior através da promoção de associações e institutos ligados ao Partido, da difusão ideológica e da contrapropaganda de seus adversários. (LUCAS, 2012, 183 – 186)

Concordamos com Brepohl, quando trata da atuação da Liga Pangermânica:

A necessidade dessa assimilação compulsória se justificaria pelas práticas e discursos da Liga Pangermânica, o que contribuiu para que seus adversários passassem a enxergar todo o indivíduo de origem alemã como um protótipo do nazismo. Sem pretender reduzir a influência daquele pensamento entre os teuto brasileiros, é necessário ressaltar que tal homogeneização ignorou diferenças consideráveis desse grupo – fomentando ainda vários preconceitos contra outros grupos étnicos, e cooperando para a construção de uma noção que levaria a que se enxergasse todo estrangeiro como um “suspeito” de primeira ordem.¹³⁹

A prática desses assédios políticos, acarretou aos indivíduos de origem germânica imputações que talvez não lhes fossem sancionadas, caso não tivesse ocorrido uma demasiada pressão política de agentes exteriores. Já elencamos anteriormente alguns fatores que se refletiram sobre a presença desejada ou não, desses imigrantes, contudo, uma vez que os discursos políticos ‘alienígenas’ supostamente atentavam contra a ordem estabelecida, enfraqueciam a segurança nacional ou causavam descontentamento popular, esse sujeito alemão, adepto ou não de práticas políticas vindas de fora, será taxado como antipatriótico, quinta coluna, nazi, súdito do Eixo, etc.

Essas alcunhas em tese não podem ser generalizadas, mas sua ocorrência genérica viola as liberdades, constrange os contatos cotidianos e causam vergonhas que são indesejadas a qualquer grupo social. A prática do assédio político coloca as convicções dos grupos em cheque, sejam essas de convivência, de aceitação do outro ou da ordem social.

O assédio coloca um problema permanente, o poder e seu exercício através da manipulação de suas significações, nesse sentido, pode-se pensar que o assédio do poder ou pelo poder se colocou inevitavelmente sob formas históricas múltiplas.¹⁴⁰

Esse poder, a *Alldeutscher Verband* desejava manter sob a égide da nação alemã pura. Sua influência no governo alemão durante a Primeira Guerra foi crucial para o estabelecimento de campanhas coercitivas aos alemães fora da Alemanha. Tal conduta contribuiu para a proliferação da ideia do Perigo Alemão, haja vista que,

¹³⁹ BREPOHL, Marionilde Surgimento de uma cultura politizada: O Pangermanismo no Brasil. In: BRESCIANI, Stella (org). **Jogos da política**: Imagens, representações e práticas. São Paulo: ANPUH Marco Zero, 1992, p. 185-186

¹⁴⁰ ANSART, Pierre. Os assédios políticos. In: BRESCIANI, Maria Stella & SEIXAS, Jacy (orgs). **Assédio moral**: desafios políticos, considerações sociais, incertezas jurídicas. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 126 -127

desejavam estabelecer uma política forte de higienização racial alemã; uma campanha que englobasse todos elementos alemães considerados natos, dentro e fora da Europa.

Gertz, ao tratar do germanismo, alerta-nos que:

É difícil determinar quando a ideologia do germanismo assumiu proporções significativas. Provavelmente havia germanistas entre os primeiros imigrantes, mas a reflexão sobre a preservação consciente da germanidade através da língua, dos costumes, e da pureza do sangue é algo que coincide, grosso modo, com o interesse da Alemanha pelos seus imigrados, a partir do último quartel do século 19.¹⁴¹

Tendo em vista que a fundação da *Alldeutscher Verband* é de 1891, a fala de Gertz faz muito sentido, se justificada, pela presença germânica no Brasil, pelo clima inhóspito na Europa, onde a Alemanha recém unificada lutava para conquistar espaços que até então pertenciam exclusivamente a outras potências europeias como Inglaterra e França. Fatos ainda mais agravados pelas notícias de expansionismo alemão veiculadas pela imprensa norte americana, compuseram efetivamente uma possibilidade de “encrenca política”.

Não temos fontes suficientes para um debate amplo sobre como o germanismo influenciou negativamente a comunidade alemã no Paraná, principalmente nos anos iniciais do século XIX. Essas situações que estamos tratando como assédios políticos podem desencadear situações favoráveis e desfavoráveis, tanto para os elementos que assediam, quanto para aqueles que são assediados. Essa questão, no caso do grupo de alemães no Paraná, estabelece-se ainda por um terceiro viés, que é o do grupo majoritário que não sofre diretamente o assédio político, mas percebe em qual nível esses embates dentro do grupo minoritário podem afetar o país, nos aspectos econômicos, políticos e sociais.

Essa abertura fica perceptível a partir da Proclamação da República e sua nova forma de pensar o Brasil, quando os intelectuais abriram um leque de possibilidades para se pensar a desejabilidade dessas comunidades estrangeiras. A comunidade nacional, por sua vez, já acostumada com a presença imigrante aderiu a essas dúvidas na Primeira Guerra, quando enxergaram um posicionamento desses imigrantes, que intitulavam o Brasil como sua pátria.

¹⁴¹ GERTZ, 1998, p. 32

Pamela Fabris fornece um cenário ideal para contextualizarmos esse momento de incertezas:

Tratava-se, também, de um período em que havia um anseio por definições, e para uma parcela da sociedade não estava claro, de que lado estavam os filhos dos 'alemães', os quais muitas vezes se autodenominavam como 'teuto-brasileiros'. Sob tal circunstância, cobrava-se de algumas pessoas, cujo laço com a Alemanha parecia bastante visível, um posicionamento diante da guerra e, por vezes, diante de sua identidade. [sic] ¹⁴²

Essa teuto-brasilianidade correspondia para a população dita comum, em apresentar-se brasileiro com ascendência alemã. Por uma afeição cultural ou prática cotidiana, percebemos que ainda existem resquícios dessa marcação étnica, quando sujeitos ainda se entendem brasileiros, mas insistem em afirmar que o avô era italiano e a avó alemã.

Essa ideia de não ceder no processo 'assimilacionista' pode ser perscrutada a partir dos estudos publicados pelo historiador alemão Gottfried Heinrich Handelmann, que defendia uma concessão de caráter nacional para que ocorresse uma efetiva participação do elemento alemão na sociedade brasileira. Separamos um pequeno excerto do seu *Geschichte von Brasilien*, originalmente publicado em 1860 na Alemanha e traduzido para o português em 1931.

A raça de língua alemã, forte em número e energia interior, não é daquelas que facilmente se deixam absorver e assimilar; mesmo abandonando a sua terra natal, e transferindo francamente para a nova pátria o seu amor pátrio, as suas inclinações, de modo algum deseja incorporar-se sem mais nem menos ao povo ao qual se ajuncta, porém quer conservar, guardar a sua nacionalidade alemã, a sua língua e seus costumes. [...] **De taes veleidades nativistas terão os brasileiros que desistir certamente, e, afim de conjurar a desconfiança que de novo se desperta, terão mesmo, ao contrário, que dar garantias de estarem resolvidos a acatar e proteger a nacionalidade alemã do immigrado.** [sic] (grifo nosso) ¹⁴³

Em resumo, para Handelmann, o Brasil precisa ceder espaço para esses teuto-brasileiros se deseja ter sucesso no processo de imigração e recepção desses elementos. Parece-nos que a grande exigência por essas certezas – de brasileiro – teuto – teuto-brasileiro – são resultantes de momentos conflitivos como a Grande Guerra e a Segunda Guerra Mundial, uma vez que, essa problemática, não aparece nos relatos memorialistas por nós analisados.

¹⁴² FABRIS, 2014, p. 82

¹⁴³ HANDELMANN, Gottfried Heinrich. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931, p. 994

Em 1917, percebemos que essas certezas são necessárias e exigidas pela sociedade. Em matéria publicada no *Commercio do Paraná*, entendemos que o teuto-brasileiro é exposto como não desejado, inclusive moralmente, quiçá juridicamente.

A denominação de teuto-brasileiros aos descendentes de alemães não se justifica nem perante a lei, nem em face do sentimento cívico que deve ser definido e único. Com a permanência de semelhante situação moral, fica o chamado teuto-brasileiro com duas 'meias pátrias' e conseqüentemente, com duas portas abertas para a defecção, para a traição. Sim, porque, uma dessas pátrias tem de ser sacrificada em proveito da outra. [...] Assim, a expressão teuto-brasileiro sobre ser amphibia é a todo ponto perigosa naquilo que diz respeito a integridade do caracter nacional. **Chegamos ao instante de definir posições: ou brasileiro ou alemão.** Pão pão, queijo queijo. [sic] (grifo nosso) ¹⁴⁴

Seyferth¹⁴⁵, relata que essa organização comunitária dos teuto-brasileiros, voltada a manutenção dos costumes alemães e do idioma pátrio¹⁴⁶, era uma realidade visível e que era vista como inoportuna por aqueles que tentavam mediar os conflitos. Organização comunitária que era parte do cotidiano paranaense pela atuação dos clubes beneficentes, assistenciais, recreativos ou culturais; pela presença da rede particular de ensino em língua alemã e pela existência de igrejas católicas e luteranas, que reuniam essas famílias em um espaço de interdependência.

Percebemos que havia, por parte das autoridades brasileiras, uma dificuldade em distinguir a atuação desses clubes da atuação de agente políticos alemães. Concordamos com Seyferth e com Gertz, que o maior entrave era ocasionado pela utilização ampla e generalizada do idioma alemão. Essa situação aparentava uma intenção de não interação, uma afirmação étnica muito evidente. Logo, todo clube ou entidade alemã era passível de suspeição, fato que foi agravado com a Grande Guerra. A atuação política foi bastante cerceada, uma vez que muitos artigos em jornais e revistas destacavam a insistência da população alemã – vinculada aos seus espaços de sociabilidade – de se manter à margem da sociedade brasileira.

Começa, então, um período particularmente conflituoso das relações entre a população de origem alemã e os brasileiros, por duas outras razões além dessa afirmação de etnicidade: a Liga Pangermânica (Alldeutsche Verband) entra em cena nas colônias, com sua retórica racista, e o ideal brasileiro de nação assume, de modo mais radical, o viés assimilacionista.¹⁴⁷

¹⁴⁴ *Commercio do Paraná*, 18 de abril de 1917. p.2 Apud. FABRIS, 2014, p. 82 - 83

¹⁴⁵ SEYFERTH, 1989.

¹⁴⁶ É preciso fazer uma pequena menção ao fato que a língua alemã enquanto elemento nacional é uma tratativa moderna, haja vista que, em sua maioria, os alemães migrantes, preservaram os dialetos e falas étnicas de seus grupos locais.

¹⁴⁷ SEYFERTH, 1989, p. 127.

Não podemos deixar de ponderar que tratar a adesão ao pangermanismo de maneira homogênea é incorrer em erro grosseiro, principalmente nos núcleos rurais. Essa visão se dá principalmente porque alguns autores memorialistas como Fugmann, Schrappe, Strobel descrevem as colônias como núcleos homogêneos do ponto de vista étnico, por sua natureza e em muitos casos pela adoção da mesma fé religiosa.

O conflito entre o *Deutschtum*, inclusive na sua versão pangermanista, e o ideal nacionalista predominante no início do século, com suas teses sobre o branqueamento da população, resulta tanto de uma divergência acerca dos conceitos de nação e nacionalidade como, paradoxalmente, do fato de que ambas as ideologias têm o mesmo ideal de nação.¹⁴⁸

Fica evidente que não havia coesão em nenhum dos grupos, tanto no grupo brasileiro quanto no grupo alemão. Essas divergências são irreconciliáveis, tendo em vista que, ambas se fundamentam sobre a mesma perspectiva, unidade nacional relacionada a homogeneidade linguística e racial.

Não podemos nos esquecer de que, se existe uma dificuldade em pensar o teuto-brasileiro, com seus direitos de sangue e solo, há o dobro de dificuldade em definir o brasileiro enquanto raça. Esse debate no Brasil foi resolvido sob a bandeira do *ius soli*, portanto, nacionalidade e cidadania se complementavam, não são coisas distintas, dificultando a interpretação necessária para o grupo alemão. O que naturalmente conhecemos como dupla cidadania é justamente o oposto da ideia de teuto-brasileiro defendida pela Liga Pangermânica.

Essas distinções dentro do próprio grupo, são percebidas por Pierre Ansart, como assédio intrapolítico:

Estas relações de rivalidade têm também um caráter de assédio; por exemplo, no interior de um mesmo partido político ou coalização onde as tensões tomam a forma de críticas, esquivas, alusões mais ou menos pífidas ou ameaças que podem ter consequências sobre a repartição dos votos em numa eleição. [...] É apropriado se falar aqui de assédio, pois as insinuações incidem sobre a vida privada dos candidatos buscando pontos fracos escondidos de sua vida pessoal.¹⁴⁹

A Grande Guerra serviu como catalizadora dessas emoções e sentimentos que conduziram os momentos futuros dessa relação dissonante entre nacionais e

¹⁴⁸ SEYFERTH, 1989, p. 149 – 150

¹⁴⁹ ANSART, 2006, p. 130 - 131

teuto brasileiros. Abriu-se, assim, precedentes para que “emergisse uma atmosfera de agitação e contestação acerca da presença e das próprias condutas, práticas e costumes dos indivíduos de origem germânica.”¹⁵⁰

De toda forma, concordamos com Brepohl em seu balanço sobre esse primeiro momento antigermânico:

Mas o que interessa ressaltar é que o antigermanismo e a guerra causaram um certo efeito de destilação entre os segmentos de origem germânica; se uma boa parcela alinhou-se voluntária ou involuntariamente do lado dos interesses do Brasil, e outra simplesmente deixou de manifestar em público suas preferências pela Alemanha, os que se mantiveram comprometidos com a germanidade radicalizaram ainda mais suas posições, criticando as autoridades oficiais e as discriminações oriundas da sociedade em geral, esta ainda, concebida como receptora.¹⁵¹

Foi durante a Segunda Guerra que muitas dessas práticas repressivas puderam ser analisadas sob a ótica da história dos sentimentos, principalmente pela quantidade de documentação arquivada pela polícia política. Perceberemos então uma maior preocupação com o Perigo Alemão, não mais o da Liga Pangermânica, mas o do Partido Nazista no Brasil.

Essa prática no Paraná tem seu ápice repressivo durante os anos de 1942 a 1945, porém, nosso enfoque aqui é discutir os assédios políticos, logo, nosso problema se desloca cronologicamente ao início da década de 1930, quando Adolf Hitler ascende ao poder na Alemanha, dando realidade ao Terceiro Reich. Iremos perceber que a prática de assédio político desenvolvida no Brasil é proselitista, exigente e muitas vezes violenta, ainda que de forma simbólica, como destaca Athaides:

O caráter truculento e impositivo foi a base comportamental dos partidários na tentativa de estabelecer domínio sobre a comunidade germânica. Os boicotes, tramoias, pressões sociais, políticas e econômicas sobre os alemães inserem-se na regra desse jogo que, de acordo com a mentalidade dos partidários, já estaria ganho antes do apito inicial.¹⁵²

Essa atuação agressiva por parte dos partidários da NSDAP fora da Alemanha está embasada no princípio secular do *ius sanguinis*, que acoplada às necessidades do partido, transformou-se na máxima apresentada por Athaides “ser

¹⁵⁰ FABRIS, 2014, p. 86

¹⁵¹ BREPOHL, 2014, p. 99

¹⁵² ATHAIDES, Rafael. **O Partido Nazista no Paraná (1933 – 1942)**. Maringá: EDUEM, 2011, p. 144 - 145

alemão é ser nazista”¹⁵³. Estar fora da Alemanha não se torna um empecilho, desde que respeitadas as condições do ‘ser alemão’, porém, no início a conduta do partido no Brasil, causava mais desavenças entre as comunidades alemãs do que somavam novos afiliados.

O historiador Luis Edmundo de Moraes mostra que o Partido Nazista sentiu a necessidade de montar uma estrutura mais organizada no país, cuja centralidade das ações respeitasse uma hierarquia regional, que estaria ligada à estâncias superiores. A partir de então, as organizações nazistas no Brasil não seriam mais arroubos de espontaneidade de militantes autônomos, mas, sim um braço bem estabelecido do Partido. Essa organização só se materializará com maior clareza em meados de 1933, porém, cabe assinalar que a AO [*Auslandsorganisation der NSDAP*], órgão do partido para gerenciar seus partidários no exterior, já atuava desde 1931.

Apesar da recepção dos ideais do nacional socialismo entre os alemães e descendentes no Brasil, estes não se imiscuíam em criticar a forma em que o partido estava organizado e atuava ao captar partidários. A reclamação mais primária era aquela que asseverava que, sendo um partido ‘de fora’, não entendia as necessidades reais dos alemães no Brasil.

Arriscamos sustentar que os teutos não desejavam em sua maioria um domínio pleno de Hitler e seus asseclas no Brasil. Por outro lado, não podemos generalizar sobre uma possível antipatia da comunidade frente ao partido. Grosso modo, os agentes da NSDAP eram ouvidos pelos residentes, bem recebidos, para além dos assuntos do partido, mas não necessariamente, angariavam novos adeptos.

Os agentes se valiam de conteúdo apologético a raça alemã, ao labor e a cultura germânica para conquistar mais adeptos. De acordo com Helmuth Abeck:

Houve excesso de entusiasmo pelas ideias recém importadas. Viam-se, com demasiada frequência, bandeiras com a cruz gamada em toda sorte de festejos, e grupos de jovens, imitando os modelos alemães, como a "Juventude Hitlerista" ou a "União de Moças Alemãs", promoviam passeatas, acampamentos e semelhantes, sem se importarem grandemente com a sensibilidade dos brasileiros de outras origens. **E isso numa época em que o próprio Governo Brasileiro se via a braços com dificuldades internas, provocadas por comunistas e integralistas. Essa conduta irrefletida chegava a ter cunho de uma franca provocação** (grifo nosso)¹⁵⁴

¹⁵³ ATHAIDES, 2011, p. 35

¹⁵⁴ ABECK, 1980, p. 37

Entendemos que boa parte da população de origem germânica ainda possuía estabilidade e força de barganha, para que se mantivesse à margem da tutela de um partido ou grupo político. Excertos retirados da documentação arquivada pela polícia política nos permitem chamar a atenção para alguns casos em relação a atuação da NSDAP no Paraná.

Quando Ansart nos contempla com a percepção dos assédios políticos em todos os campos de convivência, entendemos que todo espaço é de cooptação política, mesmo dentro de outro espaço que também exige uma ação proselitista. Em Rolândia em 1942, ocorreu uma denúncia relacionada ao pároco de uma das igrejas católicas do município, cujas preleções messiânicas, não só tratavam de Jesus Cristo e suas parábolas, mas também de Adolf Hitler e seu projeto de dominação mundial. No relato de 07 de abril de 1942, um agente da delegacia relata sobre a atuação do Monsenhor Scherer:

[...] este sacerdote, abusando de sua batina serve como instrumento da Chefia Nazista da Alemanha e desempenha uma posição destacada como agente da Gestapo. [...] Como agente da Gestapo entregou Scherer grande número de adversários nazistas. [...] Informações de fontes bastante idôneas comunicam agora, de que o Monsenhor Scherer desempenha um cargo muito maior que até agora tem sido julgado. É ele o elemento de ligação de todos os agentes da Gestapo em atividades no Sul e sua propriedade, uma pequena fazenda, serve de refúgio para os referidos elementos quando de passagem por Paraná. [...] Monsenhor Scherer é um elemento dos mais perigosos e em sua pessoa se terá a chave de toda a atividade secreta realizada as ocultas no Paraná.¹⁵⁵

Infelizmente, nos documentos subsequentes arquivados não encontramos nenhum despacho ou ofício que dê tratativa ao caso Scherer. Analisando a documentação dos detidos pela DOPS/PR em Rolândia encontramos indícios de suspeição a outros indivíduos vinculados a práticas religiosas, como o caso do pastor Hans Zischler, cuja figura é mencionada pelo subdelegado de polícia de Rolândia¹⁵⁶, Domingos de Oliveira Neves em prisão conjunta com Oswald Nixdorf em 23 de agosto de 1942.

O pastor em questão já havia sido detido pela DOPS/PR em 1939 por ter cometido crime contra a Segurança Nacional, descumprindo as leis de neutralidade bélica impostas pelo governo brasileiro, promovendo abertamente entre seus fiéis a

¹⁵⁵ Subdelegacia de Polícia de Rolândia – DEAP/PR – Fundo DOPS/PR – Delegacia de Rolândia – 618A.70

¹⁵⁶ Ofício nº 121 – Subdelegacia de Polícia de Rolândia – DEAP/PR – Fundo DOPS/PR – Delegacia de Rolândia – 618A.70

adesão ao exército alemão a partir do alistamento voluntário. De acordo com o Inquérito nº 5194 o referido estava:

[...] distribuindo na localidade de Rolândia, formulários para o registro de súditos alemães aptos para o serviço militar na guerra atual, [...] constitui grave desrespeito ao artº 4º do Decreto-Lei nº 1561 de 2-9-1939 que dispõe sobre as regras gerais de Neutralidade que diz: “É vedada a formação em território brasileiro de corpos de combatentes para servirem a qualquer dos beligerantes e bem assim a instalação de escritórios, agências ou ofícios de alistamento, quer dos próprios nacionais dos beligerantes, quer de brasileiros ou de naturais de outros países.”¹⁵⁷

Em sua ‘estadia’ em Curitiba no dia 30 de outubro de 1939 para prestar depoimentos o pastor alegava que não havia cometido nenhuma prática assediante:

[...] nunca pertenceu ao partido Nazista (NSDAP) [...] que devido sua função de pastor é procurado por muitos súditos alemães que pedem informações sobre diversos assuntos, sendo também interpelado por diversos, si devido o estado de guerra na Alemanha, tinham ou não obrigação de se alistarem; que como o declarante não sabia pediu informações ao Consulado Alemão que então mandou ao declarante diversos formulários para serem preenchidos por aqueles que o quisessem fazer; [...] que o declarante nunca distribuiu a quem quer que seja os formulários referidos e que nunca supunha que isto havia de trazer embaraço para si, [...] que o declarante não foi maltratado na Delegacia por quem quer que seja

Constava contra ele e um padre católico de nome José Herions uma denúncia de aliciamento dos colonos para o exército alemão. Uma testemunha local, chamada Julio Cavalcanti de Albuquerque, alegou em seu auto de declarações:

[...] há dias atrás ouviu dizer que os indivíduos Hans Zischler e José Herions, residentes em Rolândia, estavam aliciando gente para o exército alemão, que mais tarde, isto é, alguns dias depois de ter ouvido falar que os referidos senhores estavam aliciando gente em conversa com os mesmos, **estes contaram que nada tinham haver com isto, pois o único responsável é o Consulado Alemão [...] ainda mandou dizer que não era obrigação, porém os que não preenchessem os tais formulários poderiam ter dificuldades mais tarde.** [sic] (grifo nosso) ¹⁵⁸

Nessa ocasião, o referido presbítero ficou detido até o dia 14 de novembro de 1939, liberado por intermédio da intervenção do Consulado Alemão e com a condicionante de não voltar a residir em Rolândia e depor como testemunha em outros

¹⁵⁷ Inquérito nº 5194 J/A – Secretária de Justiça – DEAP/PR – Fundo DOPS/PR – Hans Zischler

¹⁵⁸ Auto de declarações prestadas por Julio Cavalcanti de Albuquerque em 31 de outubro de 1939. – DEAP/PR – Fundo DOPS/PR – Hans Zischler

casos de investigados do mesmo município. Em longo ofício remetido a Chefatura de Polícia, o cônsul habilmente declarava que a França, sendo um país beligerante teve espaço na imprensa paranaense para uma ação semelhante, logo o pastor e o padre não incorriam em desacato a lei de neutralidade. Segundo Walter Zimmermann, cônsul alemão em Curitiba:

[...] cada país envolvido em uma guerra costuma chamar ao serviço militar seus cidadãos domiciliados no exterior. Os consulados franceses no Brasil fizeram isto pela imprensa. Junto aqui um edital do consulado francês em São Paulo, o qual foi publicado no “Diário da Tarde” desta cidade do dia 9 de outubro corrente. Da minha parte desisti, em vista das condições especiais no Estado do Paraná, de convocar pela imprensa os cidadãos alemães que se acham no distrito que abrange este consulado. Pelo contrário tenho limitado a receber as apresentações daqueles que vem de espontânea vontade. [...] Assim sendo, peço a V. Ex. não considerar como infração do art 4 da lei brasileira de neutralidade a atividade do pastor Zischler e do padre Herions, para a qual é o consulado, e não eles quem tem a responsabilidade, e muito vos agradeceria, se V. Ex. se resolvesse a dar liberdade quanto antes as pessoas que foram presas. [sic] ¹⁵⁹

A polícia política cumpriu a soltura de ambos os religiosos, embora o delegado da época, Divonsir Borba Cortez, em seu despacho deixou bem claro que ambos “valiam-se de suas funções religiosas para aliciar seus concidadãos ao nazismo”¹⁶⁰. Sabemos que, posteriormente, o pastor foi residir na Igreja Presbiteriana, à Rua Inácio Lustosa, em Curitiba. Também que fora proibido pela DOPS/PR de retornar a Rolândia ou em núcleos coloniais cujas pregações suas poderiam desestabilizar o bom relacionamento nacional com países distintos com atuação na Segunda Guerra Mundial. A ordem foi desrespeitada em 1942, quando o pastor foi pego novamente em Rolândia e conduzido, junto com outros alemães, para a Cadeia Pública de Londrina, logo após a declaração de guerra ao Eixo.

Rolândia, juntamente com a capital Curitiba, constituem os dois polos da atuação assediante da NSDAP no Paraná, um no âmbito rural e outro no meio urbano, onde se encontra a maior presença de partidários. Um caso emblemático de Rolândia é o de Oswald Nixdorf, fundador da ‘granja Roland’ e com sobrenome idêntico ao de August Nixdorf, representante local do partido, fato que pesou muito para Oswald,

¹⁵⁹ Ofício n° R3 6^a-6 Deutsches Konsulat für den Staat Paraná – DEAP/PR – Fundo DOPS/PR – Hans Zischler

¹⁶⁰ Relatório do Delegado da DOPS Divonsir Borba Cortes para a Chefatura de Polícia do Estado – 06 de novembro de 1939 – DEAP/PR – Fundo DOPS/PR – Hans Zischler

uma vez que a confusão de sobrenomes e a sua atuação não satisfatória diante da comunidade ali residente, conduziu-o a percalços significativos com a DOPS/PR.

Em tempo, gostaríamos de enfatizar que Rolândia apresenta uma situação bastante ímpar em relação a comunidade germânica, uma vez que no pós-1918 recebeu inúmeras famílias de colonos cuja origem alemã era judaica. Logo em um mesmo espaço, para além dos brasileiros, havia alemães protestantes, católicos e judeus. Acreditamos que uma investigação mais efetiva sobre Rolândia auxiliaria a compor esse emaranhado histórico da presença e repressão teuta no Paraná em seus aspectos religiosos, essas indagações já foram levantadas anteriormente por Athaides ao apresentar Rolândia em linhas gerais como um polo de interesse das famílias de imigrantes alemães, sejam elas de religiões ou grupos políticos dissonantes, fato que a colocava numa proporção de importância comparadas a de Curitiba e Ponta Grossa.¹⁶¹

Esse suposto ‘paraíso harmônico’ onde judeus e nazis conviveram, levou Athaides a destacar em sua pesquisa, que talvez o fato do antissemitismo nazista no Brasil ser menos prático e mais teórico, favoreceu essa permanência conjunta.¹⁶² De qualquer forma, Oswald Nixdorf que permaneceu em Rolândia ao contrário de August, que temeroso diante da situação política que se encaminhava no Brasil, retornou a Alemanha. Oswald foi detido em sua residência na manhã do dia 23 de agosto de 1942, sob acusação de ser pernicioso e agente aliciador do Partido Nazista; uma das testemunhas que foram arroladas no processo de Nixdorf, a alemã de trinta e oito

¹⁶¹ ATHAIDES, 2011, p.109- 110

¹⁶² O autor ressalta essa lacuna da historiografia sobre o tema e embora tenham se passado nove anos da sua pesquisa original, sabemos que Rolândia foi contemplada por poucas pesquisas mais específicas que abordassem essa convivência dúbia entre judeus e partidários nazis, nesse caso uma esfera de repressão, dentro de outra esfera repressiva de nacionais versus estrangeiros. Sobre Rolândia e suas peculiaridades destacamos algumas obras e artigos para àqueles que desejarem aprofundar o debate e dar fim a esse ‘vazio’ historiográfico com uma pesquisa sobre o tema. Destacamos as obras de Maria Luiza Tucci Carneiro, ‘Brasil, Um Refúgio nos Trópico: A trajetória dos refugiados do nazi-fascismo’, 2007; de Ethel Volfzon Kosminsky, ‘Rolândia, a terra prometida: judeus refugiados do nazismo no norte do Paraná’, 1984; de Herman I. Oberdiek, ‘Fugindo da Morte: Imigração de Judeus Alemães para Rolândia/PR, na Década de 1930’, 2007; de Gudrun Fischer, ‘Abrigo no Brasil’, 2005. No campo dos romances históricos destacamos a obra de Lucius de Mello, ‘A Travessia da Terra Vermelha -Uma Saga dos Refugiados Judeus no Brasil’, 2007. Mais recentes artigos e teses/dissertações sobre o tema, enfatizamos a dissertação de Lívia Harfuch, ‘Imigração judaico-alemã para Rolândia na primeira metade do século XX: manifestações identitárias’, UFRGS, 2011; os artigos de Peter Johann Mainka, ‘Rolândia no Norte Do Paraná (1932-1945) – Uma Colônia Alemã entre Hitler e Vargas’, Universität Würzburg/Alemanha, 2009; de Angelo Priori e Verônica Hipólito, ‘DOPS, a cidade de Rolândia (PR) e a repressão aos imigrantes de origem alemã (1942-1945)’, Varia Historia, 2015; entre outros.

anos, Carolina Schmitz denunciou que o referido sujeito não permitia a boa conduta das famílias imigradas para com a nova pátria; em seu relato destacamos alguns trechos de denúncia de assédio político:

[...] residia na colônia Roland, vizinha de Osvaldo Nixdorf, sabendo a declarante que este fazia diversas reuniões políticas nazistas em sua própria residência com o conjunto de elementos alemães da Alemanha também residentes na referida colônia, [...] que obrigava os colonos a falar só em língua alemã, e os que queria falar ou aprender a língua portuguesa ele Osvaldo Nixdorf chamava de louco, [...] porque a colônia tinha que ser só composta de alemães também patriotas.¹⁶³

A denunciante ainda ressaltou que fora ameaçada por Nixdorf a ser denunciada na Alemanha:

[...] para classificar a declarante na lista preta dos patriotas alemães pelo o motivo da declarante não ser adepta as políticas, [...] que teve necessidade de vender as suas propriedades para poder se ausentar da colônia pois a mesma estava desprezada pelos os demais colonos conforme desejo de Oswald Nixdorf, sendo também exigido que vendesse para alemães as referidas terras pois dizia que aquelas terras pertenciam exclusivamente para Alemanha.¹⁶⁴

A denúncia de Carolina, sob o aspecto de análise de Pierre Ansart, pode ser compreendida como única forma viável de combate ao assédio político: a busca por meios de defesa do assédio através de outros sujeitos passíveis ao assédio ou a órgãos que manifestem seu descontentamento com a ação coercitiva de grupos políticos e ideológicos, em nosso caso a Delegacia de Ordem e Política Social.

Ansart ressalta que “assédios são executados junto às autoridades locais, aos representantes políticos de que se busca o apoio ou a neutralidade”¹⁶⁵. Os agentes do assédio irão reforçar ou enfraquecer o movimento; no caso Nixdorf, percebemos que a delatora precisa alterar todo seu padrão de vida para fugir da prática assediante, porém não se permite fazer a mudança sem questionar a prática do alemão/nazista e denunciá-lo por isso.

Compete-nos enfatizar, que a denúncia crítica é a tomada consciente da ação que visa desmantelar o assédio, porém:

¹⁶³ Auto de declarações de Carolina Schimitz em 24 de agosto de 1942 – DEAP/PR -Fundo DOPS/PR – Oswald Nixdorf.

¹⁶⁴ Auto de declarações de Carolina Schimitz em 24 de agosto de 1942 – DEAP/PR -Fundo DOPS/PR – Oswald Nixdorf.

¹⁶⁵ ANSART, 2006, p. 129

A denúncia pode se tornar impossível em uma comunidade onde qualquer reserva desencadeie a raiva dos devotos e as ameaças violentas de exclusão: nessas situações, é a comunidade em sua maioria que se torna assediante. [...] Os meios de assédio são múltiplos e vão dos mais anódinos aos mais brutais. É impossível, em poucas palavras, evocar sua diversidade.¹⁶⁶

Para a polícia política era bem clara a necessidade de combater a influência da NSDAP e suas derivações ‘subversivas’. Em carta direta ao Interventor do Estado, Manoel Ribas, o adido da delegacia de Rolândia, exalta que:

[...] seja lícito de acrescentar que, com poucas exceções bem conhecidas à Polícia, os lavradores alemães de Rolândia são vítimas do Hitlerismo, sendo fiéis católicos ou homens de origem israelita”.¹⁶⁷

Essa visão de uma ação em frente ampla é corroborada por Peter Mainka, quando o mesmo enfatiza que:

Sob a influência da propaganda nazista, desenvolveram-se dois polos ideologicamente opostos na colônia: por um lado, os partidários e simpatizantes do nazismo, por outro lado, os representantes da Alemanha democrata, adversários convictos do nazismo – e, entre os dois polos, os colonos indecisos ou desinteressados. Um rasgão ideológico dividiu a colônia, exposta, mais e mais, ao poder crescente do governo autoritário de Getúlio Vargas e às suas repartições.¹⁶⁸

Com essa afirmativa sobre a duplicidade das formas de convencimento, lembramos da assertiva de Claudine Haroche, quando a autora relata que “a dificuldade de se apreender o assédio e qualificar seus fatos está em que ele se desenrola em uma atmosfera de hostilidade difusa.”¹⁶⁹ Em tese, as ações se desdobram a partir de um termo específico conhecido por nós como ‘manobras’: são essas ações pequenas e insistentes que compõem o “desenvolvimento de cadeias de interdependência humana cada vez mais complicadas”¹⁷⁰, são partes constitutivas dos

¹⁶⁶ ANSART, 2006, p. 135

¹⁶⁷ Carta do adido da Delegacia de Rolândia ao Interventor Estadual Manoel Ribas em 12 de junho de 1942 – DEAP/PR – Fundo DOPS/PR – Delegacia de Rolândia 618A.70

¹⁶⁸ MAINKA, Peter Johann. **Rolândia no Norte Do Paraná (1932-1945)** – Uma Colônia Alemã entre Hitler e Vargas. Anais Eletrônicos do IV Congresso Internacional de História da Universidade Estadual de Maringá, 2009, p. 1166

¹⁶⁹ HAROCHE, Claudine. Do insidioso ao explícito: a constituição dos fatos do assédio moral. In: BRESCIANI, Maria Stella & SEIXAS, Jacy (orgs). **Assédio moral: desafios políticos, considerações sociais, incertezas jurídicas**. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 37

¹⁷⁰ ELIAS, Norber. **Introdução à Sociologia**. Trad. Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Reimpressão. Lisboa: Edições 70, 2014., p. 74

jogos de poder e compreensíveis quando interpeladas sob o prisma do assédio político.

Os casos destacados pela polícia política de Rolândia forneceram dados importantes para nosso debate, uma vez que várias possibilidades do assédio político puderam ser evidenciadas, assim como as relações de poder no jogo político. De acordo com Elias, “sejam grandes ou pequenas as diferenças de poder, o equilíbrio de poder está sempre presente onde quer que haja uma interdependência funcional entre pessoas.”¹⁷¹ Equilíbrio que estava em cheque com as ações da NSDAP e que foi percebido também pelos elementos alemães vinculados ao próprio partido. Em carta a Otto Braun, o lavrador de 28 anos Helmut Jung, entendeu que necessariamente a repressão não só se desdobrava pela incessante necessidade do governo brasileiro de estabelecer um nacionalismo forte, mas pela própria atuação ineficiente do grupo alemão que, ao não limitar sua atuação, colocava em perigo toda edificação feita pelo germanismo.

[...] A luta que aqui se prepara ao elemento alemão, como toda perseguição dos povos, apresenta ao homem que reflete um aspecto bem lastimável, ainda mais que nossa cultura possui um retrospecto sobre três mil anos de filosofia idealista e dois mil anos de cristianismo. **As diferenças que surgiram entre os alemães residentes no Brasil e o Estado Brasileiro, são motivadas em parte, pelo procedimento um tanto inábil e, as vezes incorreto de certos círculos alemães,** de outro lado o norte americanismo, que vive exclusivamente para interesses industriais soube implantar aquilo, **que as relações do Brasil para com a “germanidade” não pode suportar: a desconfiança.** (grifo nosso)¹⁷²

Para os alemães, lidar com essa desconfiança era justamente a causa mais provável da extensa rede de suspeição, a não garantia de adesão ao projeto nacional brasileiro por parte das comunidades germânicas fomentava automaticamente práticas que, se não colocassem o poder exclusivamente nas mãos do governo, mantivesse o equilíbrio estável.

Concordamos com Elias, quando sustenta que “o poder não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não”¹⁷³, e sim uma característica estrutural das relações humanas. Assim, a relação entre assediador e assediado deve, em cada caso, ser contextualizada, localizada, situada em um campo mais amplo que o das

¹⁷¹ ELIAS, 2014, p. 81

¹⁷² Carta de Helmut Jung a Otto Braun interceptada pela DOPS em 26 de julho de 1939. DEAP/PR – Fundo DOPS/PR – Helmut Jung

¹⁷³ ELIAS, 2014, p. 81

relações interpessoais: “todo assédio é uma forma indireta de questionamento de um poder, de perda de confiança na estabilidade das instituições, de perturbações.”¹⁷⁴

Athaides destaca o fato de que os partidários de Hitler, ao se sentirem no direito de gerenciar os assuntos relativos à comunidade alemã, de uma forma geral, tentaram impor uma política elitista e excludente no âmbito das instituições germânicas existentes no país desde o século XIX¹⁷⁵. Aspectos que o historiador reafirma ao tratar com um ‘velho conhecido’ da DOPS/PR, Werner Hoffmann, funcionário do Consulado Alemão, que fora questionado pela comunidade alemã de Curitiba, a partir de uma carta protesto contra os partidários da NSDAP.

Em alguns trechos fica perceptível que o assédio não só se perpetuava através do viés político, mas também pelo aspecto moral e pela humilhação. Werner Hoffmann é o exemplo utilizado pelos missivistas como agente assediador e sua pessoa é vinculada com todas práticas que são consideradas perniciosas pela comunidade alemã:

Agora, porém, aparece a NSDAP e quer impor a toda a manifestação da colônia seu selo e cunho de partido; qualquer organização e instituição [com a] alma germânica aqui eles querem meter com sangue frio debaixo do tacão de suas botas. Os que criaram estas cousas aqui são brasileiros – de descendência alemã – e alemães nativos, que já há muito estão no país. Nós criamos estas cousas muito antes da época de Adolf Hitler. E não temos absolutamente nada que ver com a NSDAP. [...] O grupo local daqui da NSDAP soube organizar uma tal espionagem e mexerico e escarafunchamento dos sentimentos na colônia alemã, que a liberdade de opinião deixou de existir aqui tão bem como na Alemanha [...] Se é possível alcançar a união desejada, fuçando deste modo as opiniões e boicotando ao mesmo tempo economicamente os outros, para nós parece duvidoso.¹⁷⁶

Todo movimento de um grupo oposto, força um movimento contrário¹⁷⁷. A arrogância do grupo vinculado a ideia de superioridade e o desejo de dissimular o

¹⁷⁴ KOUBI, Geneviève. Variáveis da noção de assédio. In: BRESCIANI, Maria Stella & SEIXAS, Jacy (orgs). **Assédio moral: desafios políticos, considerações sociais, incertezas jurídicas**. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 29.

¹⁷⁵ ATHAIDES, 2011, p. 56

¹⁷⁶ “Do espaço da cultura alemã – Protesto teuto-brasileiro contra o partido nazista” – DEAP/PR – Fundo DOPS/PR - Werner Hoffmann

¹⁷⁷ Se pensarmos esses processos de assédio político a partir dos modelos de jogos propostos por Norbert Elias, iremos perceber que se tornam mais claros a partir do momento que os reorganizamos sobre um panorama de busca de equilíbrio. Em tese, grupos rivais desempenham funções recíprocas, tanto se a interdependência se desenrole sob a bandeira da hostilidade, quanto da fraternidade. De acordo com o sociólogo, não será o fato de adotarem uma posição de grupos amigos ou aliados que garantirá um equilíbrio na balança do poder.

sentimento de inferioridade diante de um grupo conflitante pode ser percebida em ambos os lados, tanto no assediador, quanto no lado assediado.

A humilhação de uns serve ao poder de outros [...] o advento de todo fenômeno de assédio no interior de uma sociedade, instituição ou organismo, prefigura o deslocamento do laço social, a desagregação ou desintegração futura dos fenômenos próprios a esta instituição, das bases essenciais deste organismo.¹⁷⁸

Cientes que ocorreram rixas no âmbito da colônia alemã e que muitas delas alteraram o ordenamento do grupo germânico em questão, entendemos que não houve um caráter danoso na percepção que alguns partidários possuíam acerca do líder alemão, haja vista que, irão ratificar sua posição de entusiastas de Hitler, mesmo diante da possibilidade de prisão no curso da Segunda Guerra Mundial.

Nossas leituras sobre o tema, embasados principalmente nos argumentos de Athaides, permitem-nos asseverar que as contendas eram de origem local, uma desavença entre os vinculados ao pequeno círculo político que no Paraná se instalara, bem como, defender a tese sustentada:

[...] a truculência dos nazistas na tentativa de impor sua ideologia serviu para afastar parte dos alemães, se não da ideologia, pelo menos dos quadros formais da NSDAP. [...] também, nesse sentido, que parte dos teuto-brasileiros e alemães com raízes mais profundas no Brasil e imbuídos da ideia de pertença a um *establishment* na nova nação recusaram a novidade do nazismo, na medida em que entendiam os jovens partidários como *outsiders* que intentavam cruzar as fronteiras protetoras do grupo, construídas desde o século XIX.¹⁷⁹

Discutidos esses processos, oportunamente refletiremos no próximo capítulo, sobre o caráter transitório e paradigmático desses indivíduos com ascendência estrangeira; procuraremos debater sobre sua condição ora estabelecida e ora *outsider*. Encontraremos meios de exemplificar através da documentação da DOPS/PR, como esses indivíduos foram expostos a situações de vergonha, de ódio e repugnância, uma vez que sua existência em meio a sociedade brasileira passava por um momento de contestação.

¹⁷⁸ KOUBI, 2006, p. 28

¹⁷⁹ ATHAIDES, 2011, p. 208 - 209

3

**BRASILEIRO, ALEMÃO, SUSPEITO: VIVER
NO PARANÁ SOB A LÓGICA DA
DESCONFIANÇA**

Culpados ou vítimas? Qual o papel dos alemães no processo repressivo impetrado contra a sua comunidade étnica? Perguntas que carecem de respostas, mas que essa documentação oriunda da extinta DOPS/PR não permite satisfazer plenamente, sem levantar novos questionamentos. Nesse último capítulo, desejamos apresentar um exercício de abordagem de algumas dessas ‘histórias de vida’, a partir da documentação perscrutada para essa pesquisa.

Longe de um estudo pormenorizado de todas as pastas individuais, intentamos aqui, estabelecer um diálogo com as discussões anteriores através de exemplos selecionados nas fontes. Mais do que solidificar nossas hipóteses, desejamos demonstrar que os historiadores podem lidar com os estudos das afetividades, sem que ocorra um total abandono da análise do social. Optar por essa perspectiva nos fez acreditar que a proposta de um estudo dos sentimentos na história, não descarta o político, o econômico e o social, pelo contrário, aponta para novas possibilidades de agregar as dimensões simbólicas e afetivas aos campos tradicionais acima citados.

Para tanto, elaboramos uma divisão de categorias simples, tomando como base uma tabela de filiados à NSDAP/BR por profissão apresentada por Rafael Athaides em seu estudo sobre o Partido Nazista no Paraná. A tabela utilizada pelo autor conta com categorias mais específicas, como operários especializados e não especializados, grandes e pequenos comerciantes, agricultores, industriais e técnicos com nível superior, artesãos, profissionais liberais, professores, servidores públicos e funcionários de banco, pastores, estudantes e não especificado/sem profissão.¹⁸⁰ Tendo em vista que, nem todos os prontuariados referidos neste trabalho eram efetivamente alemães e, menos ainda, comprovadamente ex-filiados à NSDAP, optamos por categorias mais amplas, agrupando algumas especificidades da proposta feita por Athaides, mas caracterizando-as de maneira própria para se moldarem de acordo as nossas necessidades. Dessa forma, os prontuariados foram divididos de acordo com as categorias abaixo:

¹⁸⁰ ATHAIDES, 2011, p. 46 apud MORAES, L. E. **Ein Volk, ein Reich, ein Führer!** A Seção Brasileira do Partido Nazista e a Questão Nacional. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

- a) Profissionais Liberais e artesãos;
- b) Industriais e comerciantes;
- c) Funcionários Estratégicos;
- d) Agricultores e lavradores;
- e) Outros.

Diante da impossibilidade de analisar caso a caso, levantando exemplos de cada pasta individual, optamos por selecionar um pequeno percentual de cada categoria acima definida, no intuito de estabelecermos interfaces entre essas ‘histórias de vida’ que foram pinçadas pelo poder. Esse entrecruzamento de ‘histórias de vida’, com o propósito de se pensar uma ‘história de mundo’, é também uma escolha metodológica de buscar no micro, possibilidades de compreensão do macro (processo).

Dentre os 185 filiados à NSDAP, apontados por Athaides em seu estudo sobre o Partido Nazista no Paraná, constatamos que nem todos foram detidos pela DOPS/PR, uma vez que muitos passaram incólumes ao aparato repressivo do Estado. Os que foram documentados e que possuem pastas arquivadas no Fundo DOPS/PR, totalizam 103 e como já apresentamos nem todos possuíam vínculos nazistas, ainda que, 60 deles fossem alemães natos.

Grosso modo, o que gostaríamos de afirmar é que as possibilidades que aqui apresentamos também foram influenciadas pela percepção do poder – nesse caso das escolhas que foram feitas pelos agentes, pelas delações que foram realizadas, da conduta legal dos prantuariados e dos sentimentos que circunstanciam esses olhares a determinados sujeitos e não a outros. Ao aproximarmos essas escolhas do jogo de circunstâncias que se apresentou à nós durante a produção da tese, concordamos com Foucault:

Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retornam pelo efeito de múltiplos acasos, eis aí as infâmias das quais eu quis, aqui, juntar alguns restos.¹⁸¹

¹⁸¹ FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 209.

Diferentemente do escrito de Foucault¹⁸², essas vidas – pertencentes aos sujeitos por nós estudados - não foram encontradas por acaso em livros e documentos e embora algumas pastas apresentem informações muito esparsas, possuem um padrão mais específico que as frases e historietas abordadas pelo autor. Esse padrão foi dado pela organização dos arquivos policiais, que colocam em evidência as informações que são desejadas pela DOPS/PR. Sobre a opção de escolher aleatoriamente nomes dentro dessa sistemática apresentada pelo Arquivo Público do Paraná, consideramos a ideia de uma ‘antologia de existências’ de relatos rápidos, mas cujos acontecimentos tratam-se efetivamente de personagens que aqui existiram.

A fim de organizar as pastas analisadas, preparamos uma tabela [ANEXO 5] com todos os dados disponíveis nos prontuários reunidos pela DOPS/PR, que pode servir futuramente para outras análises ou à futuros pesquisadores que se interessem em pensar não só o perfil punitivo do aparelho repressor, mas o perfil caracterológico dos sujeitos potencialmente interessantes a esse mesmo aparelho.

As escolhas podem parecer pragmáticas, do ponto de vista quantitativo, afinal, a princípio, escolhemos os dossiês pessoais mais volumosos, com uma quantidade maior de documentos arquivados, o que não representa maior qualidade de conteúdo. Não selecionamos previamente, portanto a história individual de cada um que ‘mereceu’ a atenção da DOPS/PR não foi o ponto principal da escolha. Caso tivéssemos analisado todos os casos antecipadamente, seria mais cômodo apresentar somente aqueles cujas histórias de vida apresentassem um começo, meio e fim, o que facilitaria em grande parte o trabalho do historiador.

Duas situações eram esperadas por nós diante da documentação escolhida para esse capítulo. A primeira, a grande quantidade de lacunas que a documentação apresentaria; a segunda, a impossibilidade de encontrarmos desfecho para a maior

¹⁸² O texto do terceiro capítulo não foi concebido com intenção de parecer-se com ‘A vida dos homens infames’, a alusão ao célebre texto de Michel Foucault partiu de uma sugestão da banca de qualificação que nos incentivou a pensar as formas que lidamos com essas histórias difusas, de homens e mulheres, que foram investigados pela DOPS/PR durante a Segunda Guerra Mundial. Grosso modo, não intencionamos que o texto seja um modelo de compreensão, apenas ajustando o texto à percepção foucaultiana, tentamos de alguma forma conduzir ao leitor a refletir sobre esses sujeitos que foram por nós selecionados e que ‘esses relatos não constituíssem simplesmente historietas estranhas ou patéticas, mas que de uma maneira ou de outra tivessem feito parte realmente da história minúscula dessas existências, de sua desgraça, de sua raiva’. Nosso empenho tratou de traçar até onde foi possível uma trajetória de cada uma delas, buscando entender que essas lacunas também são tão importantes para a compreensão histórica, tal qual, a compreensão do funcionamento do aparato repressivo.

parte dos casos analisados. Embora possa soar contrário a alguns princípios que norteiam a metodologia historiográfica, as pastas – e os sujeitos que as nomeiam – foram escolhas pessoais, cujas expectativas estão mais ligadas ao nosso desejo de apresentar essas pequenas histórias difusas. Estas individualmente não parecem ter relevância, são vidas que foram ‘maculadas’ e desejam reparo, de sujeitos que foram arditos e mantiveram um projeto de vida pautado na cultura alemã, diante do revés do Projeto de Nacionalização e do conflito bélico.

3.1 “EU TAMBÉM FUI SÓCIO DESSE CLUBE”¹⁸³ PROFISSIONAIS LIBERAIS E ARTESÃOS: UMA REPUTAÇÃO ANTES E DEPOIS DO ESTADO NOVO

Essa categoria é a que mais se destaca numericamente entre os indivíduos que foram detidos pela DOPS/PR/PR. Entre as pastas, encontramos professores, advogados, carpinteiros, vendedores, engenheiros, eletricitas, médicos, dentistas, bancários, etc. Mais da metade desses indivíduos era composta por alemães natos, totalizando dezesseis (16) de um total de vinte e nove; oito (8) brasileiros; dois (2) naturalizados, dois (2) estrangeiros de outra nacionalidade, sendo um suíço e um austríaco e um (1) sem informação de nacionalidade.

Em geral, os alemães dessa categoria se destacavam pela reputação de trabalhadores honestos e laboriosos. Sua conduta de trabalho, agregadas ao acesso a tecnologias ainda não existentes no Brasil, colocava-os em destaque em inúmeras situações; vale ressaltar, que essa memória positiva atrelada aos alemães, nem sempre era efetiva. Assim, concordamos com Pamela Fabris, no que tange sobre o caráter morigerado do imigrante germânico.

Entende-se que essa memória era marcada, principalmente, pela história de imigrantes europeus vencedores, laboriosos e integrados, sem maiores conturbações, à sociedade como um todo. Logo, muito se escreveu a respeito das contribuições desses imigrantes para o desenvolvimento da capital paranaense, ao passo que aspectos conflituosos deste mesmo contato foram menos explorados.¹⁸⁴

Entre os inúmeros profissionais liberais que atuavam no estado e principalmente na capital, Curitiba, lembramos da atuação da família Strobel e da parceria com a família Wieland na construção da farmácia de Augusto Stellfeld (1863)

¹⁸³ Alusão a participação de muitos profissionais liberais como membros efetivos do Partido Nazista no Paraná.

¹⁸⁴ FABRIS, 2014, p. 16

e na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (1870) e de outras inúmeras obras; essa associação entre engenheiro e carpinteiro era bastante promissora e muito requisitada.

Quando, no ano de 1863, August Stellfeld construiu sua casa na praça Tiradentes, encomendou o projeto e a lista de madeiras ao engenheiro Gottlieb Wieland. Já os alicerces foram feitos por Friedrich Warnecke e a construção das paredes ficou a cargo do mestre pedreiro Moreira, brasileiro. Quando a construção estava pronta para receber a cobertura, e a madeira tinha chegado, não encontravam um carpinteiro apto a executar este trabalho com a técnica alemã. Foi quando Wieland comentou: "eu soube que em São José dos Pinhais mora um carpinteiro alemão. Mandemos chamar este homem". Stellfeld, então, mandou um mensageiro à procura de meu pai, e ele prontamente atendeu ao chamado. Stellfeld mostrou-lhe o projeto e perguntou se ele poderia executar os trabalhos. A resposta foi: "Sim, senhor! É uma satisfação para mim poder executar mais uma vez um trabalho à maneira alemã".¹⁸⁵

Entretanto, nem sempre esse destaque era bem-vindo dentro da sociedade paranaense. Recordamos o trabalho sobre a História da Alimentação no Paraná¹⁸⁶, realizado por Carlos Antunes dos Santos, no qual o autor faz referência a um fato interessante: os padeiros de origem germânica mantinham os preços dos pães elevados e combinados entre si, de forma que dificilmente o consumidor compraria o pão com preço menor em uma padaria que tivesse como proprietário um alemão. Embora muitos se indignassem com essa situação nada podiam fazer, uma vez que, a detenção do capital permitia que determinassem os preços e os mantivessem altos. Essas pequenas questões do cotidiano também podem efetivar pequenos traumas, acanhados ressentimentos que vão se alocando na memória.

A categoria de profissionais liberais agrupa uma série de indivíduos que apresentam algumas características interessantes. A maioria é composta por alemães natos, apenas um indivíduo possui menos de trinta anos de idade, mais da metade dos mesmos tem residência fixa em Curitiba, etc.

Representamos em uma tabela simples a totalidade das pastas dessa categoria:

¹⁸⁵STROBEL, 1987

¹⁸⁶SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **História da Alimentação no Paraná**. Curitiba, Juruá Editora, 2007.

Tabela 3 Prontuáriados pela DOPS/PR na categoria Profissionais Liberais e Artesãos

Nome	Profissão	Origem	Idade	Residência
Adolfo Ulbricht	Padeiro	Alemão	30	Palmas
Alberto Blum	Serrador	Brasileiro	52	Ipiranga
Alberto Nizar	Carpinteiro	Alemão	41	Paranaguá
Arthur Hermann Staude	Professor	Alemão	48	Curitiba
Carlos Ruprecht	Padeiro	Alemão	43	Curitiba
Dalio Zippin	Advogado	Brasileiro	29	Curitiba
Eduardo Kampmann	Gravador	Alemão	61	Curitiba
Erich Bueckmann	Engenheiro	Alemão	38	Brusque
Ernesto Hirsch	Engenheiro	Alemão	40	Santo Antonio da Platina
Francisco Bernardo Tholl	Consertador de Máquinas	Alemão	49	Irati
Godofredo Leuenberger	Médico	Suíço	58	Caioabá
Guilherme Willy Roettger	Marceneiro	Alemão	38	Irati
Guilherme Wondiger	Mecânico Industrial	Brasileiro		Wenceslau Braz
Gustavo Gaase	Vendedor Representant e	Alemão	35	Curitiba
Hans Bennewitz	Engenheiro	Alemão	39	
Hans Werner Burger	Bancário	Brasileiro	35	Curitiba
Heinrich Kocher	Artista Plástico	NI	NI	NI
Henrique Boekelheide	Mecânico	Alemão	41	Curitiba
Henrique Marquart	Alfaiate	Brasileiro	44	Curitiba
Herbert Hebmuller	Eletricista	Alemão	35	Curitiba
Joseph Macho	Serralheiro	Austríaco	34	Curitiba
Kurt Robert Obersterller	Vendedor Representant e	Alemão	34	Ponta Grossa
Max Alfredo Beyer	Bancário	Naturalizado	50	Curitiba
Otto Kurt Stammer	Farmacêutico	Brasileiro	23	Curitiba
Paulo Augusto Rockel	Professor	Brasileiro	NI	Campanário - MT
Paulo Erich Eckwert	Eletricista	Alemão	52	Curitiba
Ricardo Kempfer	Dentista	Naturalizado	44	Londrina
Valdemar Grummt	Professor	Brasileiro	40	Curitiba
Werner Ricken	Relojoeiro	Alemão	45	Curitiba

Entre os profissionais liberais e os artesãos optamos por realizar um exercício mais denso de análise em quatro dossiês pessoais, sendo de: a) Gustavo Gaase, alemão, representante comercial; b) Henrique Marquart, brasileiro, alfaiate; c) Ricardo Kempfer, naturalizado, dentista; e d) Valdemar Grummt, brasileiro, professor da Universidade do Paraná.

3.1.1 “É natural que seja um afeiçoado fervoroso do nazismo.”¹⁸⁷ – O representante da Chimica Bayer, Gustavo Gaase.

Nascido em Hamburgo na Alemanha, em 20 de abril de 1906, Gustavo Gaase veio ao Brasil juntamente com os pais, Otto Gaase, comerciante e Martha Gaase, do lar, em 1920. Os pais nunca se retiraram do Brasil e desde que chegaram residiram na capital Curitiba. Seus pais não se filiaram ou prestaram quaisquer serviços ao Partido Nazista, conforme Folha Familiar¹⁸⁸ de Gustavo Gaase levantada pela DOPS/PR em 16 de julho de 1942.

Gustavo era funcionário da Chimica Industrial Bayer Weskott & Cia, atuava como representante de vendas, viajando por todo o Paraná e outros estados. A empresa alemã, fundada em 1863, consolidou-se no Brasil a partir de 1896, quando dois consultores técnicos da Bayer vieram residir no Rio de Janeiro em busca de novos contratos. A empresa, empolgada com a consolidação de uma nação republicana, acreditava que o Brasil seria um campo fértil para a distribuição dos seus produtos. Obtendo êxito em sua empreitada, em 1921 foi fundada a subsidiária brasileira, a Chimica Bayer do Brasil, que empregava Gustavo Gaase e que passou a produzir a famosa ‘Aspirina’ em solo brasileiro.

A empresa investia pesadamente em propagandas, nos jornais, revistas e programas de rádio. Em jornais paranaenses, que averiguamos durante uma pesquisa anterior¹⁸⁹, deparamo-nos com inúmeras incursões de propagandas da Bayer, tanto no Diário da Tarde, Correio da Manhã e na Gazeta do Povo. O slogan, ainda atual, foi criado em 1922 durante a Semana de Arte Moderna por Bastos Tigre e ecoava por

¹⁸⁷ Auto de declarações prestadas por Gustavo Gaase - DOPS/PR, Pront. 1441, Top. 354, DEAP/PR.

¹⁸⁸ A Folha Familiar é um documento frequentemente encontrado nas pastas dos indiciados; trata-se de um levantamento rápido e com informações relevantes sobre a árvore genealógica do sujeito que está sendo investigado pela DOPS/PR.

¹⁸⁹ PEREIRA, Márcio J. **Politizando o cotidiano: Repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial**. 196 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Maringá, 2010.

todas as mídias, a frase “Se é Bayer, é bom!” Era estampada nas páginas de jornais e era rotineira nas transmissões radiofônicas.

Mas qual o problema de ter seu nome vinculado ao de uma empresa alemã nos anos de 1940? Primeiro, Gustavo Gaase residia em Curitiba na rua Inácio Lustosa, número 1024, cidade de grande influência germânica e naturalmente era conhecido pela sua ocupação como representante da empresa. Segundo, em 1937 com a instalação do Estado Novo, a empresa foi nacionalizada e passou a se chamar Chimica Bayer Ltda, a consolidação do fim do investimento alemão se deu a partir do Decreto Lei 406 de maio de 1938. Terceiro, embora não tenha perdido o emprego, a partir de 1941 os Estados Unidos em conjunto com a Inglaterra passaram a fornecer “listas negras” de empresas consideradas inimigas, exigindo de seus aliados total adesão a mesma. A Bayer (alemã) encabeçava muitas dessas listas e passou a ser malvista também no Brasil, ato falho, uma vez que a empresa havia sido nacionalizada. Quarto, um alemão nato, funcionário de uma empresa também alemã e que havia anteriormente se filiado ao Partido Nazista dificilmente passaria despercebido pela polícia política.

De fato, em 11 de fevereiro de 1942:

Foi detido em Irati, por ordens desta DOPS/PR, por ser fervoroso nazista, e, por haver ficado evidente, através de carta escrita por sua amázia HILDA KRUEGER HOFFMANN (vide prontuário 1459), desenvolver grande atividade em prol do nazismo, não só nesta capital, como no interior durante suas viagens de vendas dos produtos BAYER.¹⁹⁰

O mesmo foi detido juntamente com Hilda Krueger, uma das poucas mulheres fichadas pela DOPS/PR nesse período. Seu relacionamento com Hilda data de 1938, quando ambos trabalhavam na Bayer; ele assumiu publicamente o relacionamento ao se casar com a mesma na igreja protestante, porém, não conseguiram oficializar juridicamente a união, uma vez que Hilda havia se separado de Jacob Hoffmann Sobrinho sem que o mesmo assinasse o desquite.

Desse relacionamento anterior, Hilda possuía dois filhos que segundo Gustavo Gaase, o tratavam como pai verdadeiro. Fato interessante é que o filho mais velho Dustin Krueger Hoffmann trabalhava voluntariamente como funcionário do Consulado Alemão, sendo preso também na mesma data para prestar esclarecimentos para a polícia. Sua prisão foi motivada não só pela atuação no

¹⁹⁰ Folha de anotações e antecedentes de Gustavo Gaase – DOPS/PR, Pront. 1441, Top. 354, DEAP/PR.

consulado, mas por uma carta que sua mãe enviou a uma amiga na Alemanha, na qual enaltecia o entusiasmo e a fidelidade do jovem ao Consulado Alemão e às causas de Hitler.¹⁹¹ O filho mais novo, Winefried, com dezesseis anos, se ocupava com os afazeres domésticos e estudava, sendo isentado pelos pais de qualquer atividade relacionada à política e ao nazismo.

Essa situação familiar 'harmoniosa' não se reflete nos autos de declarações prestados, uma vez que, cada um dos envolvidos, não isenta o outro, ao contrário, parecem enfatizar ainda mais o compromisso alheio com o nazismo, buscando diminuir a sua parcela de participação. Conforme já adiantamos, nos depoimentos somente o jovem Winifried Hoffmann não foi citado.

Dustin foi liberado após pouco mais de dez dias de detenção, sendo ele brasileiro nato e considerado livre por ser apenas 'mal influenciado' pelo germanismo no seio familiar. Em seu depoimento, no dia 20 de fevereiro de 1942, deixou claro que o meio familiar sempre o influenciou, conduzindo-o a prestar serviços voluntários ao Consulado Alemão:

[...] que, Gustavo Gaase sempre foi um fervoroso adepto do nazismo, de vez que sua nacionalidade é alemã, sendo que, a mãe do declarante, embora brasileira e ele próprio, declarante, também sempre propugnavam pela causa nazista; que na sua residência todos escutavam com a maior atenção as radiações da Alemanha; que, o declarante se tornou afeiçoado ao nazismo em virtude do meio que sempre conviveu, quer seja na casa de sua mãe ou no Consulado Alemão, onde trabalhou por mais de um ano, e, onde só se cuidavam dos interesses da Alemanha; [...]¹⁹²

Já Hilda Krueger, que depôs logo após sua detenção no dia 14 de fevereiro de 1942, não alegou que seu marido fosse nazista e também não citou a relação do filho com o consulado, apenas ressaltou que apesar de brasileira: “[...] a devoção que a declarante tem para com a Alemanha, é justamente por ter nas suas veias o sangue alemão”¹⁹³. Gustavo Gaase foi ouvido somente dois meses depois de sua detenção, em 06 de abril de 1942. Sobre sua relação com a NSDAP e seus familiares foi enfático:

[...] que em 1934 o declarante ingressou no Partido Nacional Socialista, que tinha como chefe Werner Hoffmann, e qual depois da extinção daquele partido, em 1938, regressou à Alemanha; que o declarante não tinha nenhuma função no referido Partido, sendo apenas um dos seus membros; a finalidade do Partido em questão era propugnar pela ideologia nazista, dentro

¹⁹¹ Carta de Hilda Krueger para Ilse Beck – DOPS/PR, Pront. 1581, Top. 363, fls. 28 – 29, DEAP/PR.

¹⁹² Auto de declarações prestadas por Dustin Krueger Hoffmann – DOPS/PR, Pront. 930, Top. 324, fl. 4, DEAP/PR.

¹⁹³ Auto de declarações prestadas por Hilda Krueger Hoffmann – DOPS/PR, Pront. 1581, Top. 363, fls. 26 – 27, DEAP/PR.

da colônia alemã, aqui radicada; que em sua casa de residência o declarante assim como as demais pessoas que moravam em sua companhia tinham por hábito ouvir unicamente as irradiações das transmissoras alemãs; que sendo alemão é natural que seja um afeiçoado fervoroso do nazismo; que Hilda Krueger apesar de ter nascido no Brasil, também era uma ardente partidária da ideologia nazista, assim como Dustin; que apenas Winefried, por ser ainda uma jovem de dezesseis anos, é que não se interessava por questões políticas; [...]¹⁹⁴

Enquanto Dustin foi liberado dez dias depois da prisão e Hilda com pouco menos de um mês de detenção, Gustavo permaneceu preso e foi enviado a um campo de internação no Rio de Janeiro. Em 1944, foi anotado na sua Folha de anotações e antecedentes¹⁹⁵ a possibilidade do mesmo estar relacionado na lista do Ministério da Justiça de internados políticos que poderiam ser trocados com a Alemanha, porém, essa informação não pôde ser confirmada.

Foram encontrados alguns nomes ligados a Gustavo Gaase, entre os que aparecem citados em seu prontuário destacamos seu chefe imediato Werner Beck, gerente da Chimica Bayer, que nem chegou a ser fichado por ter saído do Brasil logo no início da Segunda Guerra para lutar ao lado do exército alemão, além dos nomes de Reinhardt Maack, Eugen George e Kurt Obersteler que foram detidos pela mesma diligência que deu voz de prisão a Gustavo e à família. Não encontramos na documentação nada que os relacione, fora o motivo de prisão, serem “fervorosos” seguidores do nazismo.

Ao buscar o nome de Gustavo Gaase em documentos do pós Segunda Guerra Mundial, encontramos um pedido de naturalização no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 1952¹⁹⁶: de acordo com o despacho do Chefe da Seção de Nacionalidade da Divisão de Assuntos Políticos do Departamento do Interior e da Justiça, em 12 de setembro de 1952 através do despacho número 36.166-52. No despacho a naturalização não havia sido efetivada, uma vez que era solicitado ao mesmo que juntasse a fotocópia da carteira profissional de trabalho ou uma declaração da firma empregadora que comprovasse o vínculo trabalhista do mesmo.

¹⁹⁴ Auto de declarações prestadas por Gustavo Gaase - DOPS/PR, Pront. 1441, Top. 354, fl. 12, DEAP/PR.

¹⁹⁵ A Folha de anotações e antecedentes é o documento que faz parte da contracapa do prontuário. Nela estão descritas cronologicamente os fatos mais evidentes e importantes da relação do prontuário com a DOPS/PR, data da detenção, motivo da detenção, tramitação de documentos importantes, data da soltura e informações sobre extradição ou encaminhamento a presídios maiores fora do estado.

¹⁹⁶ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 13/11/1952, Seção 1, Página 8.

Ainda levantamos um pedido de registro como Técnico de Administração junto a Junta Interventora no Conselho Federal de Técnicos de Administração, que foi homologado no dia 20 de março de 1972, divulgado no Diário Oficial da União no dia 26 de abril de 1972¹⁹⁷. Embora não possamos precisar as informações para afirmar que se tratasse da mesma pessoa, nessa data Gustavo Gaase contaria com 66 anos completos.

3.1.2 Henrique Marquardt, o alfaiate brasileiro que foi ‘costurado’ pela polícia política

Brasileiro, natural de Curitiba, nasceu em quinze de março de 1898, fruto do casamento de Carlos e Bertha Marquardt; herdou a profissão paterna e possuía uma alfaiataria na Rua Riachuelo, nº 127. Residia na Rua Recife, nº 4, com sua esposa, também brasileira, Luiza Marquardt.

Sabemos que o ramo da alfaiataria não parecia tão promissor nos tempos de Carlos Marquardt, uma vez que, grosso modo, no último quarto do século XIX a demanda por roupas masculinas era suprida dentro da própria casa. A maioria das mulheres costurava e confeccionava as roupas para seus maridos e filhos e não havia tanto dinheiro para se destinar à confecção, uma vez que, fazer uma vestimenta sob encomenda ainda era considerado um luxo e pouco disponível a boa parte da população.

Sobre um dos primeiros alfaiates que vieram ao Paraná, destacamos uma peculiaridade relatada por Strobel em suas memórias, quando o mesmo conta rapidamente a história de August Armbruster, um imigrante da região pobre de Fulda, que, por infelicidade, havia perdido uma perna após uma queda no gelo, quando ainda residia na Alemanha. Strobel relata que Armbruster passava muitas necessidades, principalmente pelas questões que relatamos acima: não havia uma demanda suficiente de encomendas de roupas, porém, seu destino mudou pelo fato de estar no local certo e na hora exata, de acordo com o memorialista:

O seu enriquecimento rápido veio em consequência da guerra do Paraguai. Quando começou o conflito, os reduzidos contingentes do exército brasileiro foram enviados para a fronteira. Para a defesa interna foi convocada a chamada *Guarda Nacional*, um tipo de Defesa Civil. Todo cidadão apto acima de vinte e um anos era passível de convocação e estava obrigado, por sua própria conta, a mandar confeccionar a sua farda. [...] Como nestas

¹⁹⁷ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 26/04/1972, Seção 2, Página 21.

redondezas Armbruster era o único alfaiate apto a confeccionar esses uniformes, todos o procuravam. Ele, então, trabalhava a todo vapor, dia e noite. Cortava o pano e sua esposa, a cunhada, um auxiliar e um aprendiz costuravam.¹⁹⁸

Marquart, ao contrário do exemplo de Armbruster e do próprio pai, já era bastante conhecido e possuía boa clientela. Em meados de 1930, as mudanças da moda masculina, exaltadas no cinema, e o começo da recuperação da crise de 1929 passaram a fomentar uma demanda maior no ramo.

É provável que não tenha sido somente essa alta rotatividade de clientes que tenha chamado a atenção dos agentes da DOPS/PR em relação ao estabelecimento de Henrique Marquardt, mas sim a frequência de alguns clientes específicos que já faziam parte da lista de vigiados do delegado Valfrido Piloto. Entre eles destacamos o comerciante Arthur Hoffmann, o professor da Faculdade de Medicina Valdemar Grummt e Armando Araújo Benevides, corretor, ex-integralista anteriormente fichado.

As primeiras acusações contra Marquardt são oriundas de uma carta enviada diretamente ao delegado Valfrido Piloto:

Amigo Piloto. Não quero que saibas quem sou, mas como brasileiro, não posso ficar calado com que se está se passando com os grandes amigos do Eixo, que em nossas barbas fazem reuniões e comentam com satisfação os afundamentos de nossos navios, esse indivíduo é Henrique Marquart, um sujeito sem cultura e escrúpulo. As reuniões são feitas em sua residência e alfaiataria a rua Riachuelo. Do amigo Pereira¹⁹⁹

Partindo dessa denúncia, investigadores do DOPS/PR realizaram no dia 19 de outubro de 1942 uma diligência até a residência de Eduardo Skiba, funcionário de Marquardt na alfaiataria, exigindo do mesmo esclarecimento sobre a denúncia. De acordo com o relatório enviado ao delegado:

Fui informado de que, antes da entrada de nosso país no conflito, o Snr. MARQUARDT tecia comentários favoráveis aos países do “eixo” regozijando-se mesmo com o afundamento dos nossos navios. Mantinha assíduo contato com os Snrs. Valdemar Grummt, Arnaldo Benevides e Arthur Hoffmann [...] foi interrogado hoje nesta delegacia, discretamente, o Snr. EDUARDO SKIBA, o qual confirmou, in totum, o que consta da parte retra acrescentando ainda que o Snr. HENRIQUE MARQUARDT [...] que promovia reuniões, mesmo depois do rompimento de nossas relações com os países do “eixo”,

¹⁹⁸ STROBEL, 1987.

¹⁹⁹ Carta anônima enviada ao delegado Valfrido Pilotto – DOPS/PR, Pront. 1541, Top. 360, fl. 2, DEAP/PR.

porém ultimamente não tem notado tais reuniões. Artur Hoffmann reside também nas proximidades da casa do Snr. Marquardt.²⁰⁰

A historiadora Luciana Athaides²⁰¹ preocupou-se em apresentar as práticas de obtenção de informações que a DOPS/PR possuía e uma delas é a utilização deliberada de elementos infiltrados em locais específicos, esse é o caso de Eduardo Skiba. Entre tantos outros elementos infiltrados que não puderam por nós ser alcançado, o caso de Skiba é abertamente comentado em um documento tramitado pela DOPS/PR:

Um dos empregados, de nome Eduardo Skiba, **catequizado pela nossa Seção de Investigações** passou, até, a auxiliar, secretamente, revelando-nos o que falavam e indicando os momentos em que estava, os quatro, em conversa, afim de que inspetores nossos pudessem comparecer, sob falsos pretextos, ao local, e ouvir os comentários expendidos. (grifo nosso)²⁰²

Skiba é potencialmente apenas um dos muitos possíveis infiltrados pela DOPS/PR, tal qual o ‘espião’ apontado por Rafael Athaides²⁰³, que permanecera observando uma defesa de dissertação na Universidade do Paraná, esperando captar algo que o permitisse capturar integralistas subversivos. Ou, como alguns hóspedes que se encontravam estrategicamente no Hotel Caiobá, de Conrado Nye ou na Pensão Kreutz, de Jacob Kreutz, que vivia sob vigilância constante da polícia política.

Independente do êxito apresentado por Eduardo Skiba em obter informações, no dia 22 de outubro de 1942 organizaram uma nova diligencia para investigar Henrique Marquardt em sua residência. O chefe da Seção de Informações relatou que ao ser detido o suspeito confessou: “foi adepto de ideias nazistas, porem atualmente não possui mais tais ideias e nem, tão pouco, exerce qualquer atividade política”²⁰⁴. Nada foi encontrado na residência que fosse de interesse para a DOPS/PR, procedendo a intimação para que o mesmo comparecesse na delegacia, ainda no dia 22, às 14 horas.

²⁰⁰ Ofício Parte n° 1331 – Referente a Ordem de Serviço n° 107 de 05/06/1942 – DOPS/PR, Pront. 1541, Top. 360, fl. 5, DEAP/PR.

²⁰¹ ATHAIDES, Luciana Agostinho Pereira. **A DOPS paranaense frente à Ação Integralista Brasileira durante o Estado Novo (1937-1945):** do “atentado contra o regime” à “associação nazi-integralista” Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, 2015.

²⁰² Informação referente ao Ofício n° 346 – Prontuário 668 de 04/11/1942 – Detenção de Henrique Marquardt - DOPS/PR, Pront. 1541, Top. 360, DEAP/PR.

²⁰³ ATHAIDES, Rafael. **As Paixões pelo Sigma: Afetividades Políticas e Fascismos.** 297 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2012.

²⁰⁴ Ofício Parte n° 1370 – Referente a Ordem de Serviço n° 107 de 05/06/1942 – DOPS/PR, Pront. 1541, Top. 360, fl. 7, DEAP/PR.

No mesmo dia, o alfaiate compareceu a DOPS/PR e foi detido, prestando esclarecimentos somente no final do mês. Pouco antes de prestar declarações, no dia 28, sua esposa Luiza fez contato com a Secretária de Interior, Justiça e Segurança Pública do Paraná, alegando que desde o dia 22 de outubro o marido estava preso e não havia informações sobre o mesmo. Marquardt foi incisivo em suas declarações, alegando que:

[...] nunca pertenceu ao partido integralista e nem foi simpatizante do referido partido; que o declarante não pertenceu a partido político algum, apenas foi Getulista na revolução de trinta; que com referência ao Doutor Valdemar Grummt, este quasi que diariamente passava na alfaiataria do declarante, onde se demorava por alguns minutos em palestra amistosa; que Armando Benevides é freguez do declarante e também angaria fregueses para o declarante, pelo que recebe uma comissão; que Arthur Hoffmann é visinho do declarante, porém apenas por duas ou trez vezes entrou na sua alfaiataria e isto para mandar confeccionar ternos; [...] de fato antes do Brasil romper as relações com a Alemanha, era simpatizante dos países do “eixo”, mas depois do rompimento nunca mais se manifestou nem pró e nem contra, que também é fato, ter o declarante lamentado os estragos feitos pelo povo na noite do comício de dezoito de maio, porém não é verdade ter criticado a ação das autoridades civis ou militares [sic]²⁰⁵

Na mesma data foram ouvidos pela DOPS/PR, os senhores Armando Araújo Benevides e Arthur Hoffmann, enquanto o terceiro citado, Valdemar Grummt, já se encontrava detido desde o dia 14 de setembro de 1942. Benevides que havia sido filiado à Ação Integralista Brasileira, confirmou que era um *habitué* da alfaiataria de Henrique Marquardt, mas que o fazia pois a cada cliente angariado, recebia uma pequena comissão. Disse também que, depois da extinção do partido e do rompimento com o Eixo, passou a se dedicar apenas ao trabalho e procurou não se envolver em assuntos políticos; ainda, confirmou que o alfaiate Marquardt e o professor Grummt gostavam de debater sobre o conflito europeu e que faziam alguns comentários pró-Eixo.²⁰⁶

Benevides e Arthur Hoffmann foram colocados em liberdade no dia 07 de novembro, enquanto Grummt e Marquardt ainda se encontravam detidos. Para os quatro casos, a DOPS/PR se utilizou de uma forma particular de mensurar as opiniões pessoais de cada detido: um questionário com quatorze questões [ANEXO 6], que versava sobre diversos assuntos como a situação de beligerância do Brasil, a figura das lideranças envolvidas na guerra, o projeto de nacionalização imposto por Vargas e até sobre a questão judaica.

²⁰⁵ Auto de declarações de Henrique Marquardt – DOPS/PR, Pront. 1541, Top. 360, fl. 9, DEAP/PR.

²⁰⁶ Auto de declarações de Armando Araújo Benevides. DOPS/PR, Pront. 0452, Top. 294, DEAP/PR.

Esses questionários foram aplicados, porém são pouquíssimas as pastas que contem vestígios dos mesmos. Não obstante, nesse conjunto de investigados podemos analisar as respostas que ora são muito esparsas, ora bastante interessantes. Vejamos as opiniões de Marquardt e dos outros investigados sobre a campanha de nacionalização imposta por Vargas.

Sou de opinião que sobre a campanha de nacionalização encetada há anos pelos governos da República e do Estado, foram de bom alvitre, pois a maioria das famílias alemãs aqui já radicadas não procuravam ensinar seus descendentes do nosso modo de vida, nossa história, nossa língua, mais sim os modos de vida, a história e a língua alemã e bem como infiltrar-lhes ensinamentos a obedecer a Hitler e seus sequazes.²⁰⁷

Benevides apresentou uma opinião muito próxima. Além de achar justo o fim da AIB e o desmantelamento do Integralismo no Brasil, ressaltou que foi uma: “iniciativa digna de elogios, [...], porque iniciada há anos com energia e inteligência, pôs fim a criação de um verdadeiro quisto, que no futuro, as novas gerações brasileiras, teriam pela frente uma onda de fanáticos.”²⁰⁸ Arthur Hoffmann enfoca questões bem mais sistematizadas, como a questão dos teuto brasileiros, da educação escolar e do investimento de capital nacional nas indústrias; em sua resposta deu ênfase principal à questão da educação, ressaltando que “essa campanha veio em boa hora, [...] principalmente pela intensificação do patriotismo nos estabelecimentos escolares.”²⁰⁹

Parece-nos pouco plausível que um ex-filiado como Benevides alegue que foi uma “iniciativa digna de elogios” a extinção de todos os partidos no Brasil. O que nos parece crível é que esse comportamento é natural diante das perspectivas que se desdobram diante do sujeito acossado pela DOPS/PR. A vexação pública ocasionada pela prisão, as restrições que podem ser esperadas após uma intensa investigação, são fatores que são considerados pelos indivíduos antes de responderem os questionamentos da polícia política, serão poucos sujeitos que apresentarão respostas cujo conteúdo sejam eivados de protestos e reclamações sobre as práticas dos agentes e do delegado da DOPS/PR – tal qual fez Valdemar Grummt – em geral

²⁰⁷ Resposta sobre a campanha de nacionalização – Henrique Marquardt – DOPS/PR, Pront. 1541, Top. 360, fls. 18 - 20, DEAP/PR.

²⁰⁸ Resposta sobre a campanha de nacionalização – Armando Araujo Benevides - DOPS/PR, Pront. 0452, Top. 294, DEAP/PR.

²⁰⁹ Resposta sobre a campanha de nacionalização – Arthur Hoffmann - DOPS/PR, Pront. 0492, Top. 301, fls. 16 – 17, DEAP/PR.

a estrutura dessas respostas são de conteúdo genérico e escapista, cujo objetivo é retirar o máximo da culpa do investigado.

Como já alertamos acima, Grummt apresenta uma resposta mais analítica, afirmando que essa campanha de nacionalização deveria ter começado logo após o término da Primeira Guerra Mundial, uma vez que ao ser iniciada juntamente com o período de ascensão e propagação do nazismo, acabou por criar, involuntariamente, uma espécie de resistência entre os povos de cultura germânica e uma espécie de má compreensão do que estava acontecendo por parte dos nacionais. De acordo com o professor, “se a nacionalização tivesse começado em 1918 ou 1920 o trabalho hoje já estaria feito e o trabalho dos nazistas nem teria começado.”²¹⁰

Ainda sobre Henrique Marquardt, sua esposa Luiza, insistentemente solicitava a DOPS/PR informações sobre a prisão marido, alegando que o mesmo só havia sido preso por uma questão que estava muito além das questões da nacionalidade. De acordo com Luiza Marquardt, seu marido fora preso pois se negou a pagar propina para um investigador chamado Godofredo Costa, que inúmeras vezes ia até a alfaiataria para exigir pagamentos. De acordo com o próprio Henrique, apenas uma vez cedeu às pressões e deu alguma quantia ao suposto investigador e que depois não queria mais ceder às extorsões.

A DOPS/PR investigou a denúncia feita por Luiza e em resposta ao Ofício nº 346 de 04 de novembro de 1942, evidenciou que o sujeito em questão era um ex-agente da Delegacia e que estava agora sob as ordens do Capitão Rubens Lima, da 2ª Seção do Estado Maior, prestando serviços como investigador secreto. Godofredo havia sido investigador e desligado por não aparentar confiança suficiente aos seus superiores. Ao que nos parece, foi recrutado pelo Estado Maior para prestar pequenos serviços sem que a DOPS/PR fosse informada, nesse sentido, entendemos que alguns elementos eram recrutados para realizar ações, cuja DOPS/PR e/ou Exército, não podiam vincular a instituição. É um exemplo passível do que se entende por ‘policialização’ das Forças Armadas, fator muito mais perceptível no período ditatorial pós 1964, mas também presente no Estado Novo.

De toda forma, de pouco serviu a denúncia de Luiza, uma vez que, ao pagarem uma pequena quantia, mas não procurarem a polícia para denunciar, o

²¹⁰ Resposta sobre a campanha de nacionalização – Valdemar Grummt - DOPS/PR, Pront. 3656, Top. 489, fl. 20, DEAP/PR.

investigador concluiu que o casal não desejava que a polícia os investigasse. De acordo com o ofício do delegado da DOPS/PR ficou evidenciado que:

Esse receio de se chegar a Polícia é bem expressivo, pois é uma das características de quem está agindo, também, de forma contrária as exigências daquela – e esse era o caso de Marquardt, com suas convicções de “eixista” apaixonado.²¹¹

Não temos como asseverar com exatidão o dia de sua liberação, sabemos que permanecia detido em meados de novembro a partir dos relatórios e ofícios acima citados.

3.1.3 “Cale a boca, pois você não é Chefe!”²¹² Ricardo Kempfer: o dentista que saiu voluntariamente do partido, mas não escapou da DOPS/PR

O alemão natural de Gudensberg, nascido em 07 de maio de 1898, imigrou ao Brasil provavelmente na década de 1920, o primeiro relato que encontramos sobre sua pessoa é um pedido de carteira de identidade em 18 de agosto de 1924. Em 31 de outubro de 1927, Ricardo Kempfer foi listado, juntamente com outros nomes importantes do estado, como fundador do Graciosa Country Club²¹³. Entre nomes, estão o de Bento Munhoz da Rocha Netto e o do bancário Alfred Beyer que foi fichado pela DOPS/PR em 1942 por ser considerado elemento pernicioso e ativista da causa nazista. Embora mais nada evidencie que o mesmo tivesse qualquer ligação com Kempfer, ambos eram naturalizados, porém Beyer fez o pedido ainda na década de 1920, portanto, não apto para se integrar a NSDAP, o que não o isentou de ser preso pela DOPS/PR. Ambos permaneceram detidos por cerca de 4 meses, mas não temos informações se tiveram contato nesse período.

Em carta enviada ao Capitão Fernando Flores, em 19 de junho de 1942²¹⁴, Ricardo Kempfer, quando já se encontrava preso, relatou sobre sua vida política e social. Seu entendimento era que, em 1933, o nacional socialismo se ergueu na Alemanha e conseqüentemente por todas as regiões do globo em que houvesse

²¹¹ Resposta ao Ofício nº 346 – 05/11/1942– DOPS/PR, Pront. 1541, Top. 360, fl. 14, DEAP/PR.

²¹² Ameaça de um líder local da NSDAP/PR recebida por Kempfer relatada em seu Auto de Declarações. 06 de julho de 1942 - DOPS/PR, Pront. 3266, Top. 467, fls. 6 - 8, DEAP/PR.

²¹³ Informação disponível no sítio eletrônico do Graciosa Country Club. Disponível em: <http://www.graciosa.com.br/sobre/fundadores/> Último acesso em: 27 de janeiro de 2015.

²¹⁴ Carta Particular de Ricardo Kempfer ao Capitão Fernando Flores – Secretário do Interior e Justiça - DOPS/PR, Pront. 3266, Top. 467, fls. 9 - 10, DEAP/PR.

alemães; dessa forma, ingressou no NSDAP como membro provisório, alegando que os motivos que o levaram a aceitar o convite partiam de um princípio de coletividade e zelo com o povo alemão:

Achei que seria o dever de cada alemão ajudar o novo governo que prometeu melhorar a situação política, econômica e social de um povo que se achava numa grande miséria, miséria esta que também me tinha obrigado a emigrar.²¹⁵

De acordo com Kempfer, pouco mais de um ano e meio foram suficientes para o mesmo perceber a grandiosidade do problema que a ideologia nazista poderia resultar, em confronto com os ideais de nacionalidade que eram alavancados por Vargas:

[...] Me convenci que estes núcleos teriam que provocar, em breve, sérios desentendimentos com os governos dos respectivos Estados e contribuir para profundas divergências entre as duas Nações. E, como eu estava e ainda estou firmemente resolvido de continuar vivendo, honesta e sinceramente, no Brasil, cheguei à conclusão que tinha que retirar-me do Partido. Eu me retirei, pedindo e conseguindo a minha exclusão, sem ter prestado juramento a bandeira nacional socialista. A minha retirada voluntária do Partido provocou uma reação forte contra a minha pessoa. Os dirigentes do núcleo local deram a ordem a todos os membros de cortar comigo imediatamente todas as relações pessoais e profissionais.²¹⁶

Em seu auto de declarações também fala sobre sua voluntária saída do partido, ressaltando os problemas ideológicos e de seguimento das lideranças, uma vez que, sua não concordância com alguns atos, levavam-no a discussões com os líderes:

[...] um ano e meio, mais ou menos, depois de ter ingressado, como membro provisório, no partido nazista, o declarante verificou que aquela organização política a que havia dado apoio em virtude de ser um convicto de que a Alemanha precisava sair do caos e da miséria em que se achava, não poderia prevalecer sem colidir com os demais povos, pois, estava se implantando de forma muito violenta e pondo em prática princípios que teriam de provocar reações; que na ideologia nazista, o declarante não concordava com a forma da luta aberta contra todos os judeus, sem distinção, e no avanço às fortunas particulares, bem como não concordava com a submissão absoluta que o nazismo exige dos seus simples partidários, para com os chefes; que, aqui em Curitiba, por exemplo, o declarante, sendo liberal por excelência, sentiu por diversas vezes revolta ante as imposições de Werner e Benevitz, imposições, essas, que iam até as coisas mesquinhas; que, não se podia fazer crítica alguma a política alemã, e já se recebia como revide a imposição: “Cale a boca, pois você não é Chefe”; [...]²¹⁷

²¹⁵ Idem

²¹⁶ Idem

²¹⁷ Auto de declarações prestadas por Ricardo Kempfer - DOPS/PR, Pront. 3266, Top. 467, fls. 6 - 8, DEAP/PR.

Entendemos que o dentista tinha ciência do que aconteceria com os alemães filiados à NSDAP no Brasil, acreditamos que o mesmo percebeu que chegaria um momento em que seria acuado tanto pelo Estado brasileiro, quanto pela NSDAP. Ambos exigindo uma fidelidade que ele não poderia destinar à ambos os lados, na iminência de minimizar a situação conflituosa em que se encontrava, Kempfer escolheu a que julgou mais pertinente, solicitando sua naturalização e se dedicando integralmente à sua profissão de cirurgião dentista.

Como consequência de todos estes acontecimentos e, como eu já disse, porque eu queria ficar toda a vida no Brasil, me retirei de toda política alemã e pedi a minha naturalização como cidadão brasileiro que me foi concedida, em 13 de dezembro de 1937, pelo ilustre Chefe da Nação, o Exmo. Snr. Dr. **GETÚLIO VARGAS**. (grifo do autor)²¹⁸

Encontramos a partir da Biblioteca Nacional, várias propagandas do consultório de Kempfer, no Almanak Laemmert²¹⁹, desde 1935, quando começou a atender num estabelecimento sito a Praça Carlos Gomes, número 20. Já em 1940, quando seu consultório se fixou na Rua XV de Novembro, número 608, segundo o dentista, seu consultório era um dos mais bem equipados do país, com investimentos que ultrapassavam 50:000\$00; contava com os mais modernos aparelhos, como lâmpadas com infravermelho e ultravioleta e um novíssimo aparelho de raio-x.

Sendo Ricardo Kempfer um membro destacado do Country Club e do Clube Concórdia, sua clientela era formada por pessoas ligadas, grosso modo, aos núcleos germânicos tradicionais. Se o mesmo tinha entre sua carteira de clientes membros do partido e pessoas vinculadas à NSDAP, é provável que os tenha perdido. A naturalização pareceu a Kempfer a melhor saída porque aparentemente seria desvinculado de qualquer ligação com o partido e com sua política proselitista, porém, como alertamos, é impossível ofertar fidelidade a um lado sem sofrer represálias do outro.

Diante de uma provável queda de clientela e conseqüente diminuição dos lucros, em 1941, mudou-se repentinamente com a família e consultório para Londrina. A atitude foi obviamente mal interpretada pela DOPS/PR, que o investigava também

²¹⁸ Carta Particular de Ricardo Kempfer ao Capitão Fernando Flores – Secretário do Interior e Justiça - DOPS/PR, Pront. 3266, Top. 467, fls. 9 - 10, DEAP/PR.

²¹⁹ Almanak Laemmert, 1935, p. 766/ 1940, p. 620. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - 1891 a 1940 – PR SOR 00165 313394, Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&PagFis=0&Pesq=> Último acesso em: 27 de janeiro de 2015.

por sua ligação com o Consulado Alemão. Quais motivos levariam um profissional considerado bem-sucedido e com grande clientela na capital a se mudar repentinamente para o interior do estado? Kempfer alega que a mudança para Londrina foi planejada e já era um objetivo antigo, em sua carta ao Capitão Fernando Flores destaca:

Durante anos era meu desejo conhecer pessoalmente o município de Londrina, terra fertilíssima e de grande futuro de que tanto se ouvia falar em toda parte. Finalmente aproveitei um convite para visitar uma fazenda de café na região de Jacarezinho, para incluir nesta viagem uma visita a Londrina. Foi em junho do ano passado. Fiquei encantado com a fertilidade e da riqueza desta zona e do movimento comercial, e observei também, animado por antigos clientes meus de Curitiba, que encontrei inesperadamente lá, que Londrina com todo seu município era um vasto campo de trabalho útil para um cirurgião-dentista, dono de uma clínica bem montada. Mais tarde voltei várias vezes para lá para conhecer mais profundamente as possibilidades profissionais e, uma vez resolvido, tomar as providências necessárias para a mudança do gabinete e da residência: alugar as salas para o gabinete, casa para a residência, fazer os contratos, resolver, distribuir e fiscalizar os trabalhos do marceneiro, pintor, eletricista e encanador. A minha 5ª viagem foi a definitiva, em 29 de dezembro de 1941.²²⁰

Essas informações foram relatadas posteriormente à detenção de Ricardo Kempfer. Para a DOPS/PR, a repentina mudança e fatores anteriores, como ter sido filiado a NSDAP e sua relação com Ilse von Oertzen, sua assistente, e Eugen George, ambos fichados na DOPS/PR, foram mais que suficientes a detenção para averiguação. Na Folha de anotações e antecedentes ficou registrado que em 14 de março de 1942:

Detido em Londrina, por ordem desta DOPS/PR. Transferira, recentemente, sua residência e seu gabinete dentário para aquela cidade apesar de ter grande clientela nesta capital. Quando residia nesta capital, a rua Desembargador Motta, nº 1974, reuniam-se, frequentemente em sua residência, elementos de influência, do antigo núcleo do Partido Nazista. Era nazista declarado e conservava em seu gabinete dentário, como sua assistente, Ilse von Oertzen (Prontuário no 1499), também nazista fervorosa e cujo esposo, Wintfried Roland von Oertzen, conhecido por "Tio Paulo", serve, atualmente, como capitão, nas fileiras nazistas. Ilse era de tal forma pessoa de confiança do Consulado Alemão, que foi incluída na relação de funcionários consulares, cujo repatriamento o Consul Zimmermann desejou fosse feito juntamente com ele. Kempfer, Ilse e Eugen Georg eram elementos estreitamente ligados e trabalhavam intensamente em prol do nazismo. [...] Kempfer não escondeu, nem mesmo depois de detido, sua condição de adepto do nazismo. Sua permanência em Londrina, onde sua clientela de alemães aumentava dia a dia foi julgada inconveniente, **como já causara estranheza sua deliberação de afastar-se desta capital, assim que esta D.O.P.S. iniciou atividades mais ás claras e enérgicas contra os súditos**

²²⁰ Carta Particular de Ricardo Kempfer ao Capitão Fernando Flores – Secretário do Interior e Justiça - DOPS/PR, Pront. 3266, Top. 467, fls. 9 - 10, DEAP/PR.

dos países do "eixo" e os elementos sabidamente de ligação política a serviço das ideologias imperantes nesses países. Dado busca na residência de Kempfer, em Londrina, foram encontrados livros de propaganda nazista. (grifo nosso)²²¹

Sobre sua relação com Eugen George, industrial alemão, residente na Avenida Vicente Machado, número 615, não pode ser confirmada. No dossiê de Eugen não existe nenhuma menção a Kempfer ou a Ilse von Oertzen, sabe-se apenas que foi preso a primeira vez ainda em 1938 e novamente detido em 1942, sendo retido em Niterói/RJ e enviado a Curitiba no dia 19 de março do mesmo ano²²², cinco dias após a prisão do dentista.

A relação com Ilse Von Oertzen é explicada por Kempfer em sua carta supramencionada. Ele alegou que Ilse lhe pediu emprego após ter sido demitida e que, tendo o marido impossibilitado de retornar ao Brasil, em virtude do conflito mundial, encontrava-se em situação de penúria. A mesma era comerciante, proprietária da Casa do Tio Paulo, que estava liquidando para que fosse completamente fechada; Ilse tinha ainda uma filha internada num colégio na Alemanha e não contava mais com o dinheiro do marido, conforme relata Kempfer.

Em seu prontuário, Ilse cita algumas vezes o dentista como seu empregador e também como membro da igreja. Participou de um churrasco promovido pelo dentista em sua casa, após um culto, onde cantavam músicas sacras e outras peças musicais.²²³ Ela foi detida pela DOPS/PR em 11 de fevereiro de 1942, “em virtude de ser nazista, e por suspeita de exercer atividades contrárias a segurança nacional.”²²⁴

Sua proximidade com o nazismo pode ser parcialmente atestada pelo fato de Von Oertzen ter sido incluída na lista de funcionários ‘diplomáticos’ do ex-Cônsul da Alemanha. O Consulado Alemão em Curitiba passou a ter uma importância muito grande a NSDAP a partir da ‘tomada’ do mesmo na segunda metade de 1930, quando Ludwig Aeldert, considerado um entrave para o NSDAP no Brasil, foi substituído por Walter Zimmermann, que esteve à frente das atividades consulares até 1942 quando o Estado decretou o fechamento do mesmo. O cônsul e os funcionários listados por ele tinham o direito de retornar a Alemanha e por essa ocasião, Ilse foi libertada em 2

²²¹ Folha de anotações e antecedentes –Ricardo Kempfer - DOPS/PR, Pront. 3266, Top. 467, DEAP/PR.

²²² Folha de anotações e antecedentes – Eugen George – DOPS/PR, Pront. 1143, Top. 337, DEAP/PR.

²²³ Carta manuscrita de Ilse Von Oertzen a Hanelose Von Oertzen - 18 de dezembro de 1941 - DOPS/PR, Pront. 1640, Top. 367, fls. 4 - 5, DEAP/PR.

²²⁴ Folha de anotações e antecedentes de Ilse Von Oersten – DOPS/PR, Pront. 1640, Top. 367, DEAP/PR.

de março de 1942, para seguir com o mesmo ao Rio de Janeiro e depois para a Alemanha. Nada ficou evidenciado sobre a relação política dela com Kempfer, embora a DOPS/PR tenha se esforçado para envolver ambos nos seus relatórios.

A retenção do dentista em Curitiba foi bastante prejudicial ao seu consultório. Ele contraíra dívidas enormes para fazer a mudança do gabinete para Londrina: na carta que enviou ao Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública – carta essa que teve papel decisivo na sua soltura – o mesmo alega que a mudança consumiu todo seu capital poupado, de cerca de 20 contos de réis, e que não conseguiria pagar as pesadas parcelas da compra de sua casa; afirmou ainda que, tendo apenas seu trabalho como fonte de rendas, a situação da sua esposa em Londrina se encontrava calamitosa; se o mesmo não fosse colocado em liberdade, relata, chegaria ao “inevitável, vender a minha clínica, orgulho meu e fruto de 20 anos de luta profissional incessante, para poder garantir a sua manutenção de vida e pagar todas as dívidas.”²²⁵

Kempfer foi liberado através de uma ordem direta de Flores, em 06 de julho de 1942, retornou a Londrina e para seus afazeres. Há evidência de que o dentista não abandonou a profissão e que também não se desfez da clínica. Encontramos um pedido de validação de diploma estrangeiro, negado pelo diretor geral da Divisão de Ensino Superior, no Diário Oficial da União de 06 de setembro de 1945. De acordo com o mesmo, o pedido “Nº 67.121.45 – Ricardo Kempfer – Nos termos do art. 150 da Constituição, somente a brasileiro nato é lícito pleitear validação de diploma havido em escola estrangeira.”²²⁶ Também evidenciamos nos registros da Associação Odontológica do Norte do Paraná – AONP, o nome de Ricardo Kempfer – juntamente com Sebastião Simões Gomes – como fundador da mesma em 1947.²²⁷

O caso de Ricardo Kempfer permite-nos alegar que existe uma diferença interessante entre esses sujeitos que são duplamente acossados, ora pelo Estado, ora pela NSDAP e que essa diferença consiste na forma que o indivíduo nessa situação escolhe lidar com o assédio de ambos os lados. Alguns, como é o caso de Kempfer e do nosso próximo exemplo Valdemar Grummt, encaram o processo e apresentam questionamentos à DOPS/PR, ao contrário de muitos, que optam por

²²⁵ Carta Particular de Ricardo Kempfer ao Capitão Fernando Flores – Secretário do Interior e Justiça - DOPS/PR, Pront. 3266, Top. 467, fls. 9 - 10, DEAP/PR.

²²⁶ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 06/09/1945, Seção 1, Página 25.

²²⁷ Histórico da Associação Odontológica do Norte do Paraná – AONP – Disponível em: <http://www.aonp.org.br/fso/revista9/rev904b.htm> Último acesso em: 27 de janeiro de 2015.

mentiras e simulações que os permitam fugir do aparato repressivo ou se recolheram a tempo de passarem despercebidos pela polícia política.

3.1.4 “Tenho a dizer que sou brasileiro nato e não um poltrão!”²²⁸ Valdemar Grummt, o caso do professor brasileiro acusado de nazi-integralismo

Natural de Curitiba, o dentista e médico Valdemar Grummt, nasceu no dia 07 de maio de 1902. Quando detido em 1942, era livre docente do curso de odontologia da Faculdade de Medicina do Paraná; também possuía um consultório onde atendia, na Rua Riachuelo, número 319. Valdemar era um profissional reconhecido pela Associação Brasileira de Odontologia, tendo ele presidido entre os anos de 1935 a 1937 a filial paranaense da mesma²²⁹.

Foi filiado à Ação Integralista Brasileira e a primeira anotação em seu prontuário trata-se justamente do fato de ter votado em Plínio Salgado num plebiscito interno do Partido, em 1937; esse fato era lugar-comum nos relatórios da DOPS/PR sobre antigos membros da AIB, como se o fato de votarem no líder do partido do qual eram membros constituísse crime ou prova de crime contra aqueles que o fizeram.

Grummt era brasileiro, porém, conhecido da coletividade germânica. Inclusive, anunciava seus serviços no *Der Kompass*, um jornal editado em Curitiba para a comunidade germânica. Evidenciamos várias vezes os anúncios, todos basicamente iguais ao que segue abaixo:

²²⁸ Carta ao delegado Walfrido Piloto – Valdemar Grummt – DOPS/PR, Pront. 3655, Top. 489, fls. 3 - 5, DEAP/PR.

²²⁹ Informação obtida através do sitio eletrônico da Associação Brasileira de Odontologia, Seção Paraná. Disponível em: http://aboproinicio.blogspot.com.br/2008/02/blog-post_14.html Último acesso: 29 de janeiro de 2015.

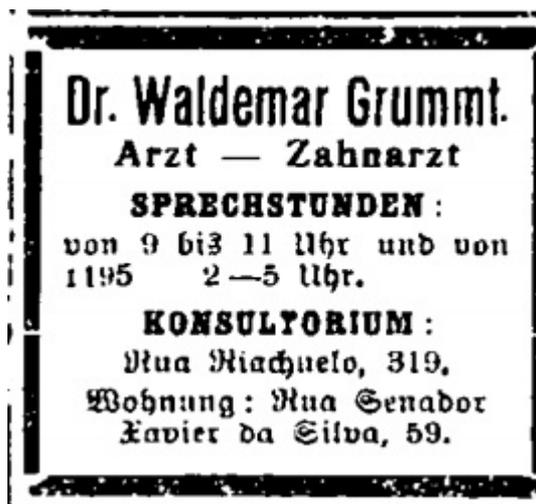


Figura 4 - Anúncio da Clínica de Waldemar Grummt - DER KOMPASS 11.nov.1936

Essa proximidade com a coletividade germânica, o sobrenome e a participação em supostas reuniões com elementos nazistas na alfaiataria de Henrique Marquardt, motivam a primeira prisão efetiva de Grummt, em 14 de setembro de 1942.

Detido para averiguações, pois, de longa data esta DOPS/PR, o sabia adepto fervoroso da causa dos países do "eixo". Ex- integralista. Espírito germânico, apaixonado por tudo que diga respeito a Alemanha. Dada busca em sua residência, nada foi entrado mais, de interesse político. Em épocas anteriores ao nosso rompimento de relações com os países do "eixo", até na sala de espera de seu gabinete dentário, eram deixadas com profusão, revistas de propaganda nazista.²³⁰

A detenção de um sujeito cuja atividade profissional impactava a de outros, foi evidenciada na carta que Grummt redigiu ainda detido. Sendo livre docente do curso de odontologia da Faculdade de Medicina do Paraná, julgava estar injustamente retido e que sua detenção prejudicava seus alunos e clientes. O professor apresentou lucidez ímpar em relação ao processo no qual estava envolvido e da profunda 'confusão' nazi-integralista que os agentes da DOPS/PR sustentavam em seu *modus operandis*:

[...] Estou aqui há mais de 14 dias e não vejo solução do meu caso. No curto interrogatório que V. sr. me fez, notei que o meu delator, que Deus o perdoe, me acusava de ser nazista e que eu estava doutrinando minha clientela com ideias nazistas. Ora isto é um absurdo, pois como lhe respondi, sou brasileiro e fui integralista e não nazista [...]. Fiz parte do integralismo até a sua dissolução. Entrei para o mesmo com perfeito conhecimento de que era uma doutrina completamente diferente da nazista. O nazismo é um fenômeno alemão baseado no jus sanguinis. Só recebe elementos alemães [...].O

²³⁰ Folha de anotações e antecedentes – Waldemar Grummt – DOPS/PR, Pront. 3655, Top. 489, DEAP/PR.

integralismo foi um fenômeno brasileiro que recebia adeptos de nacionalidade brasileira, sem distinção de raça, cor ou credo. Ele tinha portanto, a base do jus solis. **Dizer que o integralismo era nazismo é uma estupidez, pelo menos uma ignorância [...].** Quando em seguida a minha afirmação de que eu era brasileiro, que sempre cumpriu as suas obrigações, o Sr. me disse que eu usava a nacionalidade **de brasileiro para cobrir um alemão, isto me feriu mais ainda [...]. O simples fato de eu ter sido integralista, deveria bastar para excluir a hipótese do Sr. ter na sua frente um nazista [...].** O simples fato de Hitler dizer que os descendentes de alemães no mundo são alemães não faz de mim um alemão [...]. Sr. Dr. Valfrido Piloto! Apesar do Sr. me ter dito que eu era um alemão com manto de brasileiro, tenho a dizer que sou brasileiro nato, reservista de 1ª categoria, e não um poltrão; até a presente data cumpro as minhas obrigações, quer diante da pátria, quer diante da sociedade, e quer diante da minha família. Si, portanto, o passado de uma pessoa serve para se julgar o seu futuro, creio que nada mais tenho a dizer [...] [sic]²³¹ **(grifo nosso)**

“Grummt entendeu que a DOPS/PR julgava, no presente, o seu passado (como integralista, mesmo em regime constitucional) e o seu futuro (sua capacidade de ser algo ‘pernicioso’ doravante) ”²³². A precipitação no julgamento do mesmo é evidente, bem como, a incorreta associação entre integralismo e nazismo realizada constantemente pela DOPS/PR e clarificada pelo professor em sua carta.

Os excessos ou a falta de conhecimento da polícia política resultavam em alguns erros clássicos, que eram motivados além da situação acima, pelos idiomas estrangeiros, que constituíam um problema ainda maior, uma vez que, os investigadores não sabiam diferenciar quais idiomas estavam sendo proferido. O caso mais comum era a prisão de poloneses, que além de falarem um idioma estrangeiro, possuíam características físicas bastante aproximadas.

De acordo com o depoimento de Maria Grummt, filha de Miroslau Florecki, os poloneses embora atacados pelos alemães durante a guerra eram genericamente taxados de eixistas ou quinta colunas: *“Eles confundiam muito os poloneses com os alemães; a minha irmã, por ser loira de olhos azuis, era chamada de quinta coluna na rua.”*²³³ Já Raul Reinhardt alegou em uma entrevista que:

Duas velhinhas judias foram presas porque estavam falando em iídiche [...] Então, se o policial ouvisse elas falando em iídiche, inglês, francês, holandês, sueco, norueguês, elas iam presas do mesmo jeito. Ele não sabia a diferença

²³¹ Carta ao delegado Walfrido Piloto – Valdemar Grummt – DOPS/PR, Pront. 3655, Top. 489, fls. 3 - 5, DEAP/PR.

²³² ATHAIDES, Rafael. **As Paixões pelo Sigma: Afetividades Políticas e Fascismos**. 2012a. 297 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná., 2012, p. 165

²³³ BOSCHILIA, Roseli. O cotidiano de Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. In: **BOLETIM Informativo da Casa Romário Martins (1995)**. Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, 23 (107)., 1995, p. 10

entre o alemão e qualquer língua dessas. Aí levaram as duas velhinhas para a polícia e chamaram o genro delas [...] ²³⁴

Erros a parte, Grummt prestou depoimentos e respondeu a um questionário no dia 06 de outubro de 1942. Entre as muitas perguntas respondidas, sua percepção sobre a infiltração nazista no Brasil parece legítima e bastante refletida por alguém que, evidentemente, estava bem informado sobre os acontecimentos e não partia de um lugar comum para tratar do assunto.

Considero um erro ter se deixado criar núcleos nazistas no Brasil. Como nosso país recebe elementos com o fim de aqui ficarem, não se justifica a sua fundação, isto é, de núcleos nazistas, salvo para congregar os alemães que tinham a intenção de voltar a Alemanha. [...] Tive sempre a impressão que a propaganda e ação dos nazistas mais cedo ou mais tarde iria comprometer estas sociedades e chamar a atenção das autoridades. Isto realmente se deu com a guerra, colocando os brasileiros de origem alemã numa situação suspeita diante de nação.[sic] ²³⁵

O caso de Valdemar Grummt teve repercussão negativa em seu local de trabalho, já que no dia da sua soltura, o delegado Walfrido Piloto, através de ofício, solicitou ao diretor da Faculdade de Medicina que o professor fosse desligado do seu cargo de livre docente:

Para os fins que V. Excia e a douta Congregação dessa Faculdade julguem convenientes, comunico estar esta D.O.P.S. seguramente informada de que o Dr. VALDEMAR GRUMMT, livre-docente do Curso de Odontologia, **se dedicou, até ultimamente, perante os seus clientes e pessoas de suas relações, a doutrinar, em favor das potencias do "eixo", demonstrando mentalidade nazifascista, tendo sido, ainda, filiado a Ação Integralista Brasileira.** A despeito haver, em face dos acontecimentos que feriram o Brasil, se mostrado mais recatado nas suas expansões, esta D.O.P.S. fez recolhe-lo à Casa de Detenção, afim de empreender averiguações em torno das atividades desse brasileiro pouco nacionalizado. De que não pode deixar de exteriorizar a esta DOPS/PR, a respeito de como encara as ocorrências político-sociais que ora convulsionam o mundo, transparece um espírito germânico, contaminado pelo vires nazista. **Trata-se, pois, de elemento perigoso para se lhe confiar o mister de professor, tarefa que essa Direção, se poderá ver compelida, qualquer momento, a confiar-lhe, dada a sua condição de docente livre.** ²³⁶ (grifo nosso)

É importante observar que não havia impedimento legal para que Grummt exercesse a função. O Decreto-Lei Federal nº 1202, de 8 de abril de 1939, tratava de priorizar que apenas brasileiros natos ou naturalizados exercessem funções públicas.

²³⁴ BOSCHILIA, 1995, P. 11

²³⁵ Resposta sobre a infiltração nazista no Brasil – Interrogatório DOPS/PR – Valdemar Grummt – DOPS/PR, Pront. 3655, Top. 489, fls. 8 - 13, DEAP/PR.

²³⁶ Ofício nº 1449/42 Sid. S/C – Do Delegado da DOPS/PR para o Diretor da Faculdade de Medicina do Paraná. DOPS/PR, Pront. 3655, Top. 489, fl. 14, DEAP/PR.

Logo, o delegado não possuía nada além de suspeitas para solicitar que o mesmo fosse desligado do seu cargo.

A Direção da Faculdade de Medicina comunicou que o Conselho Técnico, em face da comunicação da DOPS/PR, resolveu, como medida preventiva, não atribuir função alguma de magistério ao Dr. Valdemar Grummt, enquanto durasse a atual situação. Explicou ainda, que, em vista de se tratar de um brasileiro nato, outras medidas mais enérgicas só poderiam ser tomadas pela congregação em caso de condenação pela justiça competente e ouvidas as autoridades superiores do Ministério da Educação e Saúde.²³⁷

O caso de Grummt é um exemplo que mesmo a nacionalidade brasileira não pode garantir incondicionalmente que aos agentes da DOPS/PR não praticassem a lógica da suspeição contra brasileiros. No caso de Grummt, que fez sua reputação de dentista junto da comunidade alemã, encontrava-se exatamente num beco sem saída, não podendo 'se dar ao luxo' de dispensar os clientes apenas por ter ciência que os países mediam forças em um conflito mundial. Além disso, por ser integralista, participava cotidianamente de um ambiente frequentemente vigiado pela DOPS/PR, como evidenciou o historiador Rafael Athaides:

Alguns dos mais influentes líderes da AIB eram universitários (como Jorge Lacerda e João Alves da Rocha Loures Sobrinho) e, **à sombra de alguns professores camisas-verdes (como Vieira de Alencar e Waldemar Grummt), o Departamento (Universitário da AIB) cresceu e se enraizou em diversos cursos da UPR.** (grifo nosso)²³⁸

Algumas ações evidenciadas pelo historiador, contribuía ainda mais para que a lógica da suspeição fosse aplicada, a exemplo:

Como forma de prestigiar os universitários integralistas, a AIB criou uma cerimônia de "imposição do grão do Sigma" aos formandos de cada ano, a partir de 1935. No Paraná, a cerimônia dos "Doutores do Sigma" ocorreu pela primeira vez naquele ano de 1936.²³⁹

A maciça presença de intelectuais e estudantes vinculados a AIB, atrelada a essas ações cuja teatralidade colocaram em evidência esses sujeitos que eram acompanhados de perto pela DOPS/PR. Com a marginalização do partido e conseqüentemente dos seus partidários, esses professores e estudantes que

²³⁷ Ofício nº 79 de 15 de Outubro de 1942 – Faculdade de Medicina do Paraná – DOPS/PR, Pront. 3655, Top. 489, fl. 15, DEAP/PR..

²³⁸ ATHAIDES, 2012, p. 149.

²³⁹ ATHAIDES, 2012, p. 153.

figuravam entre os condecorados pela cerimônia dos “Doutores do Sigma”, passaram a ser alvos fáceis de identificar pela DOPS/PR.

O diferencial de Grummt é ser acuado por ambos os lados, por ser brasileiro e integralista e por ser descendente de alemães e considerado nazista, mesmo não sendo possível sua filiação na NSDAP. Sob a finalização do caso, não obtivemos informações posteriores a liberação de Grummt, bem como, estranhamos que em seu dossiê não exista nenhuma citação de sua relação com Benevides, Marquardt ou Hoffmann, embora nos prontuários destes, ele seja constantemente citado.

3.2 COMERCIANTES E INDUSTRIAIS: QUEM TEM MEDO DAS AÇÕES POPULARES CONTRA O EIXO?

Os comerciantes alemães sempre tiveram um papel destacado na sociedade paranaense. A partir do final do XIX, gradativamente, ocuparam o espaço dos luso-brasileiros, primeiro instalando pequenas lojas e depois ocupando lugar de destaque com grandes estoques e farto material importado de alta qualidade. Na indústria também oportunizaram mudanças: trouxeram novas técnicas e diversificaram alguns setores industriais, como na fundição, nos produtos de laticínio, na fabricação de lâminas de madeira, de tecidos, de fósforos e produtos químicos, entre outros.

Grande parte do empresariado paranaense era de origem estrangeira. Conhecedores de alguma técnica trazida de seus países de origem e aptos a aproveitar as oportunidades em um país que começava a se industrializar, somado às inúmeras matérias-primas regionais, conseguiram, com a ajuda da comunidade local e por intermédio de sócios com capitais que reconheciam as suas capacidades, fundar suas pequenas indústrias, que cresceram no decorrer do tempo.²⁴⁰

Entre as pastas de documentos da DOPS encontramos proprietários de casas comerciais com produtos variados, que iam de discos e aparelhos de rádio, ferramentas e utensílios para o lar, papelaria e materiais escolares, livros, louças e artigos importados diversos, equipamentos para hospitais, até peças para automóveis e motores etc. Mais de dois terços são de origem germânica, totalizando dezenove (19) de um total de vinte e sete; com cinco (5) brasileiros; um (1) naturalizado, dois (2) estrangeiros de outra nacionalidade, sendo ambos de nacionalidade suíça. As pastas encontradas pertencem respectivamente aos listados abaixo:

²⁴⁰ BOSCHILIA, Roseli. **Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos. A mulher no espaço fabril curitibano (1940 – 1960)**. Curitiba: Artes & Textos, 2010, p. 124

Tabela 4 Prontuários pela DOPS/PR na categoria Comerciantes e Industriais

Nome	Profissão	Origem	Idade	Residência
Alberto Blume	Comerciante	Alemão	-	Curitiba
Albino Carlos Krueger	Comerciante	Brasileiro	32	Curitiba
Arthur Hoffmann	Comerciante	Brasileiro	34	Curitiba
Bernardo Meyer	Industrial	Alemão	57	Curitiba
Karl Georg Tiggers	Comerciante	Alemão	26	Curitiba
Conrado Nye	Comerciante	Alemão	49	Curitiba
Eugen George	Industrial	Alemão	47	Curitiba
Emilio Loose	Comerciante	Alemão	45	Ponta Grossa
Erich Heinze	Comerciante	Alemão	58	Curitiba
Erich Finmann	Comerciante	Alemão	38	
Frederico Rauch	Industrial	Alemão	68	Curitiba
Gaspar Ernest	Industrial	Suíço	52	Cambé
Guilherme Fillies	Comerciante	Alemão	29	Curitiba
Guilherme Albino Fischer	Industrial	Alemão	43	Curitiba
Hans Garbers	Comerciante	Alemão	65	Curitiba
Henrique Carlos Schmitz	Comerciante	Alemão	62	Paranaguá
Guilherme Raacke	Comerciante	Alemão	57	Curitiba
Ilse Von Oertzen	Comerciante	Alemão	37	Curitiba
José Gottlieb Helfenberger	Comerciante	Suíço	52	Curitiba
Karl Roderich Raeder	Comerciante	Brasileiro	30	Curitiba
Kurt Boiger	Industrial	Alemão	32	Curitiba
Kurt Maeckelburg	Comerciante	Alemão	56	Curitiba
Max Schrappe	Industrial	Alemão	65	Curitiba
Olof Alcides Sudbrack	Industrial	Brasileiro	32	União da Vitória
Oscar Schrappe Sobrinho	Industrial	Brasileiro	44	Curitiba
Otto Braun	Comerciante	Naturalizado	56	Curitiba
Willy Winkens	Comerciante	Alemão	39	Curitiba

De acordo com Sutil²⁴¹, os alemães foram também responsáveis por mudanças arquitetônicas relevantes, uma vez que, trouxeram métodos construtivos até então desconhecidos pelos brasileiros. Os comerciantes, interessados em conferir aspectos diferenciados aos seus estabelecimentos, ajudaram a compor um cenário colorido e moderno a suas casas comerciais.

Boschilia assevera que a participação alemã no comércio não se restringia ao cuidado com seus estabelecimentos e com o lucro obtido; eram, junto com outros imigrantes, ativos participantes das questões políticas que envolviam o comércio. “Nomes de homens e mulheres, principalmente de imigrantes podem ser facilmente identificados nos inúmeros abaixo-assinados anexados aos pedidos e reivindicações encaminhados à Câmara”.²⁴² Ainda segundo a historiadora supracitada, algumas mudanças relevantes no comércio e na composição urbana ocorreram com o ingresso de alemães na capital paranaense: os proprietários de casas comerciais da Rua da Carioca, em sua maioria luso-brasileiros, foram cedendo espaço para os alemães; essa mudança se deu a partir da vinda de imigrantes de áreas mais urbanas, por volta de 1850, alargando um domínio comercial que já existia na Rua da Direita, tradicionalmente conhecida como “rua dos alemães”.

As grandes casas de ferragens e produtos importados, louças e papelarias pertenciam a imigrantes alemães, dentre as quais recordamos os estabelecimentos de Alfredo Hoffmann, de Roberto Raeder, Alfredo Heisler, Guilherme Weiss, José Hauer, etc.²⁴³ Uma publicação do início do século XX, listava as casas comerciais de Curitiba, reunindo-as em uma espécie de almanaque editado por Romário Martins; esse material retrata que mais da metade dos comerciantes estabelecidos na Rua Riachuelo eram alemães, os luso-brasileiros e italianos seguiam em um número bem menos significativo.

Em pesquisa anterior, evidenciamos que ao iniciar o decênio de 1930, Curitiba concentrava 52,7% do total das empresas até então registradas na Junta Comercial do Paraná. Destas, a maioria, 65,3%, pertencia a imigrantes e/ou seus descendentes.

²⁴¹SUTIL, Marcelo S. **O espelho e a miragem**: ecletismo, moradia e modernidade na Curitiba do início do século. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996, p. 24

²⁴² BOSCHILIA, Roseli. Cores da Cidade: Riachuelo e Generoso Marques In: **BOLETIM Informativo da Casa Romário Martins (1996)**. Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, 23 (110), 1996, p. 16

²⁴³ Para maiores informações sobre as casas comerciais pertencentes a famílias alemãs e sua efetiva participação no comércio e na indústria, ver: FUGMANN. Os alemães no Paraná: Livro do Centenário. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008.

Se considerarmos apenas os anos de 1920 a 1929, essa diferença aumenta: 71,7% das empresas curitibanas haviam sido registradas por indivíduos de ascendências diversas, não luso-brasileiras, sendo os alemães responsáveis por 45,3% dos registros.²⁴⁴

Grandes empresas estavam sob o controle de alemães: indústrias de grande porte, como a Fábrica de Fósforos Pinheiro²⁴⁵, de propriedade dos empreendedores imigrantes alemães Jorge Einsenbach e Fernando Hürlimann, que a fundaram em 1894, no bairro Rebouças. A Companhia Industrial Marumby (Müller & Irmãos) merece destaque pela complexidade de produção e por se manter estável mesmo em tempos de guerra, tendo a primeira oficina sido fundada em 1878, por Gottlieb Müller. Tratava-se de uma pequena fundição, que não pararia de crescer; atuando na industrialização paranaense, fornecia peças de fundição e instalou uma grande fábrica de pregos e outros utensílios para suprir a demanda de maquinário utilizado na indústria. Além disso, mesmo durante o Estado Novo e tendo como principais proprietários descendentes de alemães a fundição foi atuante durante os tempos de escassez da Segunda Guerra Mundial, sendo a principal fornecedora de peças para veículos movidos a gasogênio. Por fim, outra grande indústria era a Cervejaria Atlântica, fundada em 1912, por Carlos Henn e Henrique Jens, que produzia anualmente cerca de 3,5 milhões de litros sob a cuidadosa supervisão de dois mestres cervejeiros alemães.

No segmento de casas comerciais, o fator se repete. Inúmeros e prósperos estabelecimentos estão sob o controle de alemães ou descendentes, destacamos a Hauer & Filhos, a Casa Porcellana, de Friederich Schmidlin e Wilhein Tamm; a Casa Suissa, de Albert Schomeweg; a farmácia Stellfeld, de August Stellfeld e a casa de moda de Otto Braun, ente outras.

Evidenciamos que as atividades comerciais eram transferidas geracionalmente. Alguns filhos de imigrantes trabalhavam como aprendizes, sem receber salários ou benefícios financeiros, uma vez que, estavam a pedido dos progenitores, aprendendo como tomar a frente do negócio que seria herdado. Karl

²⁴⁴ PEREIRA, Márcio J. **Politizando o cotidiano: Repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial**. 196 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Maringá, 2010, p. 89

²⁴⁵ Em 1941 a companhia foi integralmente adquirida pela Companhia Fiat Lux de Fósforos de Seguraças, tornando-se então na maior fábrica do ramo na América Latina.

Raeder, filho do relojoeiro Roberto Raeder, trabalhou alguns anos nessa condição no estabelecimento de um vizinho, a Casa Porcellana, na década de 1920.

Karl, que seria detido pela DOPS/PR em 1942 para averiguação, começou em 1929, como ajudante do pai na Casa Porcellana; somente na década de 1940 que assumiu o controle dos negócios de família. A fim de atender a demanda comercial, precisou aprender vários idiomas para atender a vasta freguesia de seu pai, que na época, era formada em sua maioria por imigrantes alemães, poloneses e italianos que pouco falavam o português.²⁴⁶

Somente a partir de meados da década de 1940 essas condições começaram a se alterar. Os filhos e netos de proprietários alemães, passaram a se interessar por outros ramos de atividade a partir do momento em que tiveram maior acesso à educação formal. Muitos deixaram de ter apreço pelo negócio de família e passaram a se dedicar a atividades liberais e outras atividades, dessa forma, percebeu-se a partir de 1950 uma queda no predomínio alemão no comércio de Curitiba.

Entre os comerciantes e industriais optamos por realizar um exercício mais denso de análise em três pastas, sendo elas: a) Bernard Meyer, alemão, industrial, proprietário da Fábrica de Laticínios Paranaenses; b) Hans Garbers, alemão, comerciante; e c) Otto Braun, naturalizado, comerciante e funcionário do Consulado Alemão.

3.2.1 “O término da guerra não deve servir de pretexto para que se esqueça o passado”²⁴⁷ Bernard Meyer e o pedido do apagamento das memórias do cárcere

O alemão nascido em Dortmund, à vinte e um de outubro de 1885, chegou ao Brasil em data patriótica, em sete de setembro de 1911, com vinte e seis anos. Não existem muitas informações sobre os anos que separam seu nascimento da chegada ao Brasil, sabe-se apenas que o mesmo mantinha residência em Curitiba, na Rua José Loureiro, 553, mas, possuía fortes vínculos com o estado de Santa Catarina, onde também possuía indústrias ligadas ao ramo de laticínios, inclusive contraiu núpcias em Jaraguá do Sul, no ano de 1919²⁴⁸.

²⁴⁶ BOSCHILIA, 1996, p. 68.

²⁴⁷ Negação de emissão de Certidão Negativa de Crimes Políticos a Bernard Meyer em 17 de dezembro de 1945 - - DOPS/PR, Pront. 0576, Top. 305, fls. 48- 49, DEAP/PR

²⁴⁸ Certidão de Casamento de Bernard Meyer e Emília Luiza Czerniewicz – 24/08/1919 - DOPS/PR, Pront. 0576, Top. 305, fl. 27, DEAP/PR.

Industrial, proprietário da Fábrica de Laticínios Paranaense (Bernard Meyer & Comp), atuava no Paraná e Santa Catarina, fornecendo derivados de leite, principalmente manteiga. Evidenciamos, em treze de maio de 1932, o pedido de registro²⁴⁹ junto a Delegacia Fiscal do Paraná, do produto ‘carro-chefe’ da empresa de Meyer, a “Manteiga Ouro de Nata Pura”:

Consiste a marca em rótulo, em circunferência, tendo em volta os seguintes dizeres: “Fábrica de Laticínios Paranaense – Bernardo Meyer & Cia – Curitiba – Paraná”. No centro vê-se uma figura de uma moça, segurando com as duas mãos uma fatia de pão. Em baixo da figura uma faixa com os seguintes dizeres: “Manteiga Ouro de Nata Pura. Rua José Loureiro 541-543”, cuja marca servirá para ser aplicada nas latas, caixas, rótulos e mais envoltórios contendo o referido produto, podendo ser impresso em tinta de qualquer cor e a fogo. [sic]²⁵⁰

Com a polícia política, Meyer teve seu primeiro entrevisto em 26 de abril de 1939, quando denunciou os diretores do ‘Semana Policial’, de um folheto publicado em Curitiba, cujo título já nos mostra o tipo de notícias por ali divulgadas, alegando ter sido coagido a pagar-lhes propina para que não publicassem notícias que o colocariam em contrariedade com as medidas nacionalizadoras impostas pelo governo Vargas. Infelizmente, não dispomos do auto de processo ou de relatório mais detalhado, apenas uma anotação da própria DOPS/PR²⁵¹ alertando que houve a denúncia e que após processo e minuciosa averiguação os diretores do semanário foram absolvidos e um excerto retirado da petição elaborada pela Advocacia J. Barros Filho, em novembro de 1945, que relata:

Que, é inegável ter a “Semana Policial” que se publica nesta cidade de Curitiba, lançado contra a pessoa do suplicante, assertivas violentas apresentando-o ao povo desta terra como sendo nazista extremado. Mas, buscaram por certo, tais notícias de fontes inseguras, inverdadeiras, tendentes a causar ao suplicante, serie de contrariedades e dificuldades.

²⁴⁹ O pedido de registro, provavelmente foi uma demanda oriunda de uma autuação ocorrida no ano de 1931, quando a empresa de Meyer foi fiscalizada por remeter uma carga de dez quilos de manteiga a empresa de Carlos Conforto, com rótulos e estampilhas sem estarem devidamente inutilizadas, ainda as estampilhas continham as iniciais “TS”, enquanto os rótulos continham as iniciais “FS”, declarando que a fabricação da manteiga era da empresa F. Schmidt. De acordo com o departamento jurídico da Fábrica de Laticínios Paranaense, ambos os produtos, fabricadas por T. Schuab e F. Schmidt eram legalmente representadas pela Bernard Meyer & Cia, logo todos os impostos foram recolhidos, ocorrendo apenas um erro na fixação das estampilhas. De todo modo, o agente fiscal manteve a multa de 600\$000, que foi recolhida, porém um processo foi aberto imediatamente. Pouco mais de cinco meses, em trinta e um de dezembro de 1932²⁴⁹, foi publicado seu julgamento e em seis de junho de 1933, a partir do Acordão n° 2133²⁴⁹, o recurso de n° 1766 de primeiro de junho de 1931 foi considerado válido e a multa relevada.

²⁵⁰ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 13/05/1932, Seção 1, Página 31.

²⁵¹ Relatório de informações sobre Bernard Meyer – 18/11/1946 - DOPS/PR, Pront. 0576, Top. 305, fls. 3 - 4, DEAP/PR.

Todavia só o fato de ser o suplicante, de naturalidade alemã não prova ter o mesmo professado aquela doutrina. Ao contrário, foi sempre um cidadão digno, cumpridor fiel de seus deveres e respeitador da ordem, resultando, por isto, tratar-se de equívocos lamentáveis ora perfeitamente esclarecidos.²⁵²

Não existem outros fatos que envolvam Bernard Meyer com a polícia política entre 1939 e 1942. Sabemos que a empresa do alemão, continuava operando nos dois estados, uma vez que, evidenciamos anúncios em almanaques da época²⁵³ durante o ano de 1940. Logo no início de 1942, em nove de março ele foi detido pela DOPS/PR por suspeita de exercer atividades contrárias à segurança nacional, sendo realizada uma busca em sua residência no dia treze do mesmo mês, onde foram apreendidas revistas de suposta propaganda nazista²⁵⁴.

Embora não tenhamos acesso a uma documentação mais ampla, foi possível identificar que a liberdade de Bernard Meyer foi garantida pelo próprio interventor federal, Manoel Ribas, uma vez que essa informação foi anotada no dia trinta de abril de 1942, na Folha de Anotações e Antecedentes de Meyer, sendo descrita da seguinte forma: “Posto em liberdade por ordem do Interventor Federal”.²⁵⁵ O que leva-nos a indagar quais relações esses alemães envolvidos na indústria e no comércio tinham com a política paranaense? Relações cujos interesses ultrapassam muitas vezes a ‘legalidade’ das ações da polícia política.

Ainda em 1942, Meyer estaria às voltas com a polícia política novamente, indiretamente envolvido. O alvo da vigilância era sua filha brasileira Gerda Meyer, que com treze anos acabara de ser expulsa do Colégio Nossa Senhora de Sion, por ter desenhado um mapa do Brasil e o dividido em duas partes. O relatório do DOPS/PR alega que a jovem havia escrito na primeira metade Japão e na segunda metade Alemanha. Porém, a irmã superiora negou essa informação dizendo que ela apenas pintou uma metade de verde e outra de amarelo, escrevendo apenas “Brasil” e não os dividindo entre países do Eixo.²⁵⁶

²⁵² Pedido de naturalização redigido por Valentim Milani, advogado vinculado ao escritório J. Barros Filho, sito à Rua XV de Novembro, 240 – Curitiba. DOPS/PR, Pront. 0576, Top. 305, fl. 22, DEAP/PR..

²⁵³ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - 1891 a 1940 – PR SOR 313394 121869, Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/WebIndex/WIPagina/313394/121869>, último acesso em 28/02/2015.

²⁵⁴ Auto de busca e apreensão, 13/03/1942. Bernard Meyer DOPS/PR, Pront. 0576, Top. 305, DEAP/PR.

²⁵⁵ Folha de anotações e antecedentes, 30/04/1942. DOPS/PR, Pront. 0576, Top. 305, DEAP/PR.

²⁵⁶ Informativo DOPS/PR Parte nº 1031 de 01/09/1942 - DOPS/PR, Pront. 0576, Top. 305, fls. 10 - 11, DEAP/PR.

O mapa em questão, objeto da discórdia e da investigação não estava anexado ao relatório do agente, uma vez que o diretor da referida escola o confiscou para apresentar diretamente ao interventor federal. Sabemos que nesse caso, embora tenha sido defendida pela irmã superiora, Gerda Meyer perdeu o ano letivo e o fato ficou entendido pela DOPS/PR como o desdobramento da ‘má educação’ germânica que a garota recebia em seu lar.

No final de 1944, nas vésperas das festividades de natal, Meyer foi recolhido ao Centro de Detenção da DOPS/PR junto com Fritz Rummert, por estar em completo estado de embriaguez desacatando a proibição de falar alemão publicamente. O suplente de plantão J. A. Pereira relata o seguinte, na noite de vinte e um de dezembro de 1944:

Às 21:50 horas, por telefone o Sr. Suplente T. Miranda, em serviço especial na Rua 15 de novembro, comunicou-me que no Bar Olimpio, naquela via pública, estavam quatro homens falando em língua alemã, idioma esse proibido pelas leis do país e quando o mesmo convidava-os a comparecerem nesta Delegacia os mesmos recusaram-se a tal. Incontinentemente mandei a ambulância ao local, sendo-me apresentados no seu regresso, BERNARDO MEIER e FRITZ RUMERDT, pois que os restantes haviam se evadido. Nesta Bernardo e Fritz, continuaram a falar a língua alemã, tendo aquele dito em português que a forma do governo brasileiro iria mudar. Recolhi ambos ao xadrez, à disposição da DOPS/PR.²⁵⁷

No dia seguinte, o carcereiro interino informou à Fausto Bittencourt a detenção dos alemães:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. S., que ontem foram recolhidos ao xadrez BERNARDO MEYER e FRITZ RUMERDT, alcoolizados falando em língua alemã. **Este último em português declarou que “este país era de negros e o governo um dia mudará, não tardando muito e que nós íamos ver”**. FRITZ, disse isso, porque eu os separei em cubículos, porque estavam falando em alemão dentro do xadrez.²⁵⁸ (grifo nosso)

Ambos tiveram liberdade no dia 23 de dezembro, quando foram considerados suficientemente sóbrios para retornar a sociedade e, então, advertidos sobre a proibição do uso de idioma estrangeiro nas vias públicas. Não foram encontradas mais evidências que envolvessem o industrial com a DOPS/PR. Não obstante, há indícios de que boa parte da documentação de sua pasta foi retirada e não devolvida; essa

²⁵⁷ Cópia da Parte do Relatório do Suplente Noturno da Delegacia em 21 de dezembro de 1944 - DOPS/PR, Pront. 0576, Top. 305, fl. 8, DEAP/PR.

²⁵⁸ Informe do Carcereiro Interino ao Secretário de Interior e Justiça em 22 de dezembro de 1944 - DOPS/PR, Pront. 0576, Top. 305, fl. 9, DEAP/PR.

informação foi deixada em um manuscrito encontrado junto à documentação que restou na pasta, “A 24/5/1948 foi retirado deste prontuário um requerimento de Bernardo Meyer, datado de 11/11/1945 e instruído com dez documentos [...]”.²⁵⁹

Sabemos que essa documentação foi juntada à execução e julgamento de um processo de solicitação de naturalização e emissão de uma certidão negativa, que se iniciou com o final da Segunda Guerra Mundial. Trabalharemos com citações posteriores obtidas em partes desse julgamento e com as anotações feitas pela DOPS/PR na Folha de Antecedentes e Anotações do envolvido, uma vez que os documentos retirados não foram recolocados na pasta.

Logo após o término da guerra, Bernard Meyer constitui Valentim Milani como seu procurador para pleitear junto a Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública a condição efetiva de cidadão brasileiro; em 11 de novembro de 1945, ele fez um novo pedido formal, alegando que não existiam motivos para que lhe fossem negadas as certidões negativas que o permitiriam dar andamento no processo de naturalização.

Que, em sendo assim, por ocasião da publicação do Decreto-Lei do Exmo. Snr. Presidente da República que faculta aos estrangeiros, uma vez preenchidos os requisitos ali especificados, a troca de cidadania e renuncia consequente da origem, quis o suplicante, por se achar em condições de preencher aqueles requisitos e ser esta a manifestação livre de sua vontade, declarar-se cidadão brasileiro.²⁶⁰

Porém, para tal fim, uma certidão negativa deveria ser expedida pela DOPS/PR, “abonando-o” dos atos considerados crimes contra a Segurança Nacional, nos anos anteriores. A fim de convencer o Secretário de Justiça, juntamente ao pedido foram anexados inúmeros documentos, como certidão de casamento, certidões de nascimento dos filhos, títulos de impostos recolhidos em Santa Catarina e no Paraná, várias declarações de amigos industriais de ambos os estados, alegando sua idoneidade e labor, outras certidões negativas emitidas em Santa Catarina, do juiz e do delegado da comarca de Jaraguá do Sul-SC, etc.

²⁵⁹ Bilhete, manuscrito deixado no prontuário para avisar que foram retirados documentos em 24 de maio de 1948 - DOPS/PR, Pront. 0576, Top. 305, DEAP/PR.

²⁶⁰ Pedido de cidadania brasileira de Bernard Meyer em 11 de novembro de 1945 - - DOPS/PR, Pront. 0576, Top. 305, fl. 22, DEAP/PR.

Ainda em 1945, o delegado de polícia respondeu ao pedido de emissão da certidão de forma negativa e explicou como esse fato serviria de mau exemplo e retrocesso para a nação brasileira se ele o permitisse, uma vez que:

Terminada a guerra, os trabalhos desta Delegacia têm sido orientados no sentido de **impedir que novamente os estrangeiros aqui residentes e que se revelaram inconvenientes à segurança nacional, voltem a desfrutar de situação econômica, social ou política que lhes possibilite qualquer ação prejudicial aos nossos interesses** em determinada ocasião. Assim, o término da guerra não deve servir de pretexto a que se esqueça o passado. Ao contrário, os fatos ocorridos devem constituir lição para o futuro. Acresce, que a medida ora pleiteada, quando efetivada, **viria abrir perigoso precedente, eis que todos os demais elementos fichados poderiam a ela recorrer, inutilizando-se assim um trabalho há anos realizado pelas autoridades militares e civis com grande sacrifício e sentimento patriótico**. Eis porque nos manifestamos **visceralmente contrários** ao que é aqui requerido. (grifo nosso)²⁶¹

Os advogados de Bernard Meyer conseguiram levar o caso a um patamar mais alto e arranjaram um primeiro julgamento favorável do Secretário de Justiça Oscar Martins Gomes, que em seu despacho de cinco laudas, expedido em 30 de janeiro de 1946, assevera:

[...] Não se dava abrigo porém a perseguição fácil e infundada. Passou a ser da competência do Tribunal de Segurança Nacional o julgamento dos crimes contra a ordem pública e social. Os súditos dos países eixistas, se escapavam as sanções penais, poderiam não se livrar de certas sanções econômicas, aplicáveis mesmo a brasileiros que com eles mantivessem entendimentos contrários à segurança nacional. [...] Compreensível era que estrangeiros aqui residentes pendessem, na sorte da guerra, para o lado de seu país de origem, que alemães preferissem a vitória da Alemanha, como era desejo também de muitos brasileiros imprevidentes das prováveis consequências desastrosas para o Brasil. Tal atitude tornava mercedadamente antipatizados nacionais e estrangeiros, estes às vezes visados para extorsão por parte de pessoas inescrupulosas, com ameaça de delações. [...] O fato é que não há no caso, antecedentes criminais com imposição de pena principal ou acessória mediante decisão judicial. Nem restrições houve as atividades industriais do requerente. As anotações constantes do prontuário não autorizam a afirmação de professar o requerente ideologias contrárias as instituições políticas e sociais vigentes no país. E, na falta de prova pré-constituída quanto a essa increpação, os atestados que exhibe desfazem tal presunção, a par da negativa expressa no requerimento. Entendo, com o Sr. Delegado de Ordem Política e Social, que não se pode ser levado a efeito o cancelamento requerido. Mas, em face do presente processo e da fundamentação deste despacho, penso que, consoante se procede relativamente a identificação criminal, pode ser **anotado silêncio no registro existente**, que persistirá como elemento precariamente informativo para uso policial. **E arquivando-se este processo, com os demais documentos posteriormente juntos, no prontuário, mando, em conclusão, que seja**

²⁶¹ Negação de emissão de Certidão Negativa de Crimes Políticos a Bernard Meyer em 17 de dezembro de 1945 - - DOPS/PR, Pront. 0576, Top. 305, fls. 48- 49, DEAP/PR.

fornecido pela DOPS/PR, atestado de bons antecedentes ao requerente.²⁶²(grifo nosso)

Imaginávamos que a certidão seria emitida sem maiores delongas. Porém, antes mesmo da publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná, o delegado da DOPS/PR respondeu com uma nova negativa, com mais considerações e argumentos dispostos em cinco laudas datilografadas, das quais destacamos as questões mais pungentes.

[...] Quanto a ser Bernardo Meyer “sério, trabalhador e honesto”, bom comerciante, enfim, nada tem esta Delegacia a opor, desde que a sua atribuição não a leva a tais indagações. Quanto a não ter sido, porém, aficionado da doutrina nazista, é evidente que não podemos concordar, eis que afirmativas como essa somente podem merecer crédito quando feitas pelas repartições incumbidas pelo Estado de lhe defender a integridade e a segurança pública, e nós, sinceramente, não podemos ratificar essa declaração que lhe fazem particulares de boa-fé, ou interesseiros, pois a isso nos impedem as anotações constantes de nossos arquivos. [...] A polícia catarinense, a nossa ou a de outro estado qualquer do país pode fornecer certidão negativa até mesmo aos criminosos de guerra que hoje são submetidos a julgamento em Nuremberg. Nem por isso, no entanto, são eles inocentes ou deixam de ser nazistas. É o que acontece com Bernardo Meyer. [...] Quanto a condenação, sr. Secretário, lembro que, de acordo com a legislação e a jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional, nunca se poderia ter pretendido a condenação de alguém por ser nazista, pois o que se punia não era a ideologia, o desejar alguém a vitória desta ou daquele sistema político, mas sim a ação desenvolvida, materializada já para a implantação de regime diferente do vigente em nosso país. [...] se quisesse, a sua naturalização, favor, aliás, que não quis obter nesses anteriores trinta e cinco anos de residência no Brasil. Dessa forma, o Ministério da Justiça poderia deliberar, [...] se o pretendente teria já se adaptado ao nosso meio, estando assim em condições de receber o título de cidadão brasileiro.²⁶³

O Secretário defendeu sua posição e reiterou sua condição hierárquica majoritária, alegando que: “Se o atestado é pretendido para efeito de naturalização, o Ministério da Justiça terá oportunidade de apreciar também o meu despacho, nos seus fundamentos, para concessão ou não da mesma.”²⁶⁴ Independente da firmeza dos despachos nenhum atestado ou certidão negativa foi emitido para Meyer. Em 11 de novembro de 1946, faz uma solicitação formal ao recém empossado Major Fernando Flores, Secretário de Interior, Justiça e Segurança Pública, lembrando que já havia recebido parecer positivo do antecessor de Flores, nos seguintes termos:

²⁶² DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ, 06/02/1946, Página 2.

²⁶³ Despacho do delegado da DOPS/PR negando a concessão de atestado de antecedentes negativos a Bernard Meyer em 02 de fevereiro de 1946 - - DOPS/PR, Pront. 0576, Top. 305, fls. 39 - 43, DEAP/PR.

²⁶⁴ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ, 14/02/1946, Página 2.

[...] Precisa, para desenvolvimento livre e mais amplo, de suas indústrias no Paraná e em Santa Catarina, e ligações e operações bancárias, de uma FOLHA CORRIDA e limpa e livre, para que, um industrial como o é, que tem pago e continua pagando valiosos tributos de justos impostos, aos erários Federal - Estadual e Municipal, estando integrado, na comunhão brasileira, por haveres, próprios comerciais e industriais, por filhos e netos, possa com brevidade obter o seu TÍTULO DECLARATÓRIO de cidadania brasileira, à que já está pertencendo, por laços de família, inscrições nos poderes comerciais, qualidade de eleitor e outros títulos individuais e públicos.²⁶⁵

A solicitação foi enviada mais uma vez à DOPS/PR, em 18 de novembro de 1946, cujo documento menciona todos os fatos que anteriormente relatamos e que envolvem o industrial e a polícia política, entretanto, o pedido foi novamente indeferido. Meyer não satisfeito, tentou em 20 de maio de 1948 um novo pedido de naturalização; anexou as cópias com os despachos publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná e tantos outros documentos para provar sua idoneidade. Porém, não há um novo documento contestando o pedido, apenas um despacho escrito à caneta pelo delegado da DOPS/PR justificando uma nova recusa.

Lembramos que à situação semelhante foi submetida a família de Max Schrappe da Imprensa Paranaense S/A. Ao analisar os documentos da DOPS/PR, percebemos que a situação vivida por esses indivíduos de origem germânica era de uma sujeição forçada. Havia resistências, mas, diante da ação da polícia política, pouco podiam fazer; em raros relatos conseguimos retirar excertos que tratassem de visões menos compelidas a suplicar a liberdade ou negociar a condição de suspeição empregada pela polícia política. Ao buscar documentos vinculados à memória evidenciamos uma grande lacuna de fontes arquivadas após o término da Segunda Guerra Mundial.

Entre a quantidade diminuta de documentos encontrados, o caso da Imprensa Paranaense S/A e da família Schrappe permite-nos içar alguns questionamentos sobre a relação memória e esquecimento, uma vez que, dentre os muitos documentos analisados, apenas as pastas de Oscar Schrappe Sobrinho, Max Schrappe Junior e Hellmuth Schrappe contêm documentos datados após 1950.²⁶⁶

O pedido de apagamento dessas memórias da prisão e da perseguição étnica e política, se dá em virtude de um sentimento de necessidade de justiça, de reparação. A tentativa de mitigar essa memória também tem um caráter que passa pela

²⁶⁵ Solicitação de arquivamento dos processos abertos pela DOPS/PR contra Bernard Meyer em 11 de novembro de 1946 - - DOPS/PR, Pront. 0576, Top. 305, fl. 3, DEAP/PR.

²⁶⁶ Pasta individual de Max Schrappe - - DOPS/PR, Pront. 2709, Top. 431, DEAP/PR.

integridade do nome familiar: existe a necessidade de manipular a memória coletiva a fim de isentar os envolvidos e a empresa de um passado manchado pela prisão e pela vinculação à lista negra.

Com esse episódio, torna-se evidente que para a DOPS não há certidão negativa que se fundamente na materialidade ou não do crime político, com base na lei. O que Valfrido defende, na verdade, é uma certidão fundamentada na suspeição e nas associações sobrepostas. Não é o crime de fato que é relevante para a emissão da certidão, mas a possibilidade de vir a ser, nos 'pré-requisitos' para um criminoso político 'nazi-integralista'.²⁶⁷

Foi através de Bento Munhoz que o caso da família Schrappe teve um 'fim', porém, podemos afirmar que os prontuários não foram eliminados, uma vez que, estão disponíveis para pesquisa no Arquivo Público do Paraná, fato semelhante, que ocorre com o caso de Bernard Meyer, haja vista que, não conseguimos asseverar se a DOPS/PR adotava um procedimento de segurança padrão ou se o fazia apenas para ratificar seu poder diante das famílias de origem estrangeira.

3.2.2 Filantropia nazista, Hans Garbers, auxílio financeiro a NSDAP/PR e a casa refúgio na Serra do Mar

A família Garbers foi considerada tradicional em Curitiba pela proeminência de seus membros nas sociedades filantrópicas e nos clubes recreativos de origem germânica. Hans Garbers ou João Garbers como era tratado em Curitiba, nasceu na cidade de Hamburgo no dia 12 de dezembro de 1876. Com pouco mais de 24 anos, chegou ao Brasil em 1901, através do porto de Paranaguá.

Estabeleceu-se com sua esposa na Rua General Carneiro, 866 e tendo algum lastro financeiro fez empreendimentos no ramo comercial em sociedade com Edmundo Kaehler, abrindo uma loja especializada em rádios, vitrolas e discos. A Garbers & Cia localizava-se na Rua Rio Branco, 96 e importava rádios e toca-discos de diversas partes da Europa. Em 1919, Garbers construiu uma casa de pedra em meio a Serra da Graciosa, de acordo com relato de um dos seus filhos:

²⁶⁷ ATHAIDES, Luciana Agostinho Pereira. **A DOPS paranaense frente à Ação Integralista Brasileira durante o Estado Novo (1937-1945):** do "atentado contra o regime" à "associação nazi-integralista" Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, 2015, p. 165.

A obra da casa inicialmente foi construída por madeiras vindas de Canoinhas - SC, provavelmente de trem, e as pedras foram tiradas do próprio terreno, além do restante do material vinha em carroções de Curitiba²⁶⁸

Sobre essa casa havia uma série de questionamentos, a maioria de origem popular, sendo o mais conhecido, que tal casa fora construída ao final da Primeira Guerra Mundial para esconder alemães. Esses boatos surgiram, pois Garbers atuou também junto ao Consulado no período do entre guerras, fato que aumentava a suspeição sobre a possibilidade de o mesmo acoitar alemães refugiados ou perseguidos no final da Primeira Guerra Mundial. De acordo com Athaides:

Durante a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha ficou praticamente todo o período sem emissário consular em Curitiba e, entre 1920 e 1927, apenas encarregados de negócios representaram a Alemanha. Citam-se Wilhelm Schack e Hans Garbers, como indivíduos que estiveram no cargo.²⁶⁹

Nesse relato sobre o pai e a família, o filho, informou, em entrevista concedida em 2010 à Monica Syrino, que no início da Segunda Guerra Mundial, a restrição aos combustíveis era muito grande e que fazia o trajeto até a casa de pedra de bicicleta. O pai, que já estava com idade avançada e não contava com boa saúde, quando vinha para Curitiba, utilizava um velho Ford movido a gasogênio.

Hans Garbers, em 1941, foi arrolado junto com outros nomes em um conjunto de investigações movidas pela DOPS/PR, que foram arquivadas em um único relatório intitulado “Atividades Nazistas”. Ele foi detido em fevereiro de 1942 por suspeita de exercício de atividades nocivas à segurança nacional.

A investigação contra Garbers desdobrou-se a partir de uma denúncia em relação ao não cumprimento da Portaria nº 30:

Tendo chegado a conhecimento desta Delegacia, que a casa comercial da firma Garbers e Cia a rua Barão do Rio Branco, 96, numa vitrina, acha-se exposto uma papeleta datilografada com dizeres em língua alemã. DETERMINO que se faça a apreensão da mesma e proceda-se uma sindicância rigorosa para completa elucidação do fato. CUMPRA-SE. (grifo do autor)²⁷⁰

²⁶⁸ Entrevista de Hans Klaus Garbers concedida em 23/06/2010 à Monica Syrino. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2009_ufpr_edu_cacao_fisica_md_monica_syrino_cordeiro.pdf Último acesso em: 18/03/2015.

²⁶⁹ ATHAIDES, 2011, p. 127.

²⁷⁰ Ordem de diligência de Divonsir Borba Cortes – Delegado da DOPS/PR em 18 de julho de 1941- DOPS/PR, Pront. 1839, Top. 379, fl. 16, DEAP/PR.

A papeleta referida pelo então delegado, continha os dizeres: “WIR BRAUCHEN EINEN JUNGEN MANN FÜR DAS BÜRO. NUR HANDSCHRIFTLICHE BEWERBINGEN HIER ABZUGEBEN”, que em uma tradução literal seria: “Nós precisamos de um moço para o escritório. Somente entregar aqui cartas de próprio punho.”²⁷¹ A exibição do cartaz em alemão contrapunha as medidas adotadas e exigidas na Portaria nº 30 de 28 de janeiro de 1942, que entre outras sanções proibia qualquer exibição de escritos em idiomas do Eixo.

Ele e o sócio Edmundo Kaehler foram prestar esclarecimentos na delegacia. Garbers, ao atender a diligência policial, acreditou que viriam reclamar de um dos discos importados da Alemanha que estava em exposição na vitrine da loja:

[...] Que o declarante não exasperou e inicialmente pensou que se tratasse de “disco alemão” e nesse caso solicitava ou era de sua opinião que a Chefia de Polícia oficiasse sobre o que não fosse permitido expor em suas vitrinas; que como o funcionário fizesse compreender que não se tratava de disco e sim de um anúncio escrito em língua alemã, o declarante mandou que seu sócio, senhor Edmundo prestasse as informações ao policial que o havia procurado; Perguntado quais as atividades políticas do declarante? Respondeu que não tem atividades políticas algumas; perguntado que posto o declarante desempenhou na antiga Sociedade NSDAP? Respondeu que o declarante pertenceu ao grupo da NSDAP de Curitiba, fazendo parte da Seção Cultural, visto que era perfeito conhecedor do ambiente cultural do Estado, objetivando servir de intermediário entre interesses culturais daquele partido, (Alemanha), e o Brasil, esclarecendo que essa atividade foi exercida quando não havia proibição legal; que o declarante realmente figura na fotografia foi tirada em data que o declarante não se recorda [...]²⁷²

Athaides destaca que Garbers fazia parte de uma lista seleta que fornecia subsídios financeiros e alicerçava a ação do partido e da causa nazista no Paraná. Faziam parte desse grupo Max Schrappe, Mueller, Schmid, Wawretzko, Bennewitz e Hoffmann.²⁷³ Já seu sócio, brasileiro nato, ao prestar depoimento foi enfático em dizer que fez a oferta de emprego em alemão:

[...] para evitar grande afluência de candidatos, pois si a fizesse em vernáculo dariam muito trabalho; [...] que o declarante nunca julgou que iria infringir qualquer dispositivo da lei colocando a papeleta em língua alemã na vitrina e nem de longe quis contrariar a nacionalização; que o declarante não pertence e nem pertencia a partido político nenhum; que o declarante nunca pertenceu a Sociedade NSDAP [...]²⁷⁴

²⁷¹ A papeleta foi recolhida e anexada ao prontuário do mesmo pela Seção de Fotografias da DOPS/PR.

²⁷² Auto de declarações de Hans Garbers – 18/07/1941 - DOPS/PR, Pront. 1839, Top. 379, fls. 19 - 20, DEAP/PR.

²⁷³ ATHAIDES, 2011, p. 126.

²⁷⁴ Auto de declarações de Edmundo Kaehler – 18/07/1941- DOPS/PR, Pront. 1839, Top. 379, fl. 32, DEAP/PR.

Cabe destacar a afirmação de Edmundo também como uma tática ou como um instrumento de poder de estabelecimento, uma vez que o idioma serve como limite, a confiança exigida para um cargo administrativo não poderia ser depositada em um sujeito que não fosse alemão ou que tivesse raízes alemãs. A repercussão foi muito negativa para a empresa de Garbers, uma vez que, alguns jornais como “O dia”, noticiaram a ocorrência alegando que a empresa Garbers & Cia era antipatriótica pois: “Uzava língua estrangeira... depois da necessária reprimenda, o brasileiro impatriota foi posto em liberdade, sendo aberto inquérito a respeito.” [sic]²⁷⁵ Na Gazeta do Povo, foi publicada uma nota mais longa:

UM MÁU BRASILEIRO: Os seus patrícios são “mocinhos sem pratica” [...] efetuou a detenção do indivíduo Edmundo Kaehler, de nacionalidade brasileira [...] procurou justificar dizendo que publicando em língua nacional aquele anuncio seriam muitos os candidatos e por certo “mocinhos sem pratica...” Depois da necessária reprimenda, o brasileiro impatriota foi posto em liberdade, sendo aberto inquérito a respeito. [sic]²⁷⁶

No dia 21 do mesmo mês, Divonsir Borba Cortes comentou em um relatório destinado a Secretária de Segurança, Interior e Justiça:

Quando o Chefe do Governo da Nação recomenda todo cuidado na defesa de “Nosso Idioma” e clarivamente decreta a suspensão de jornais em língua estrangeira no país; a firma Garbers e Cia, desta capital, acintosamente publica em suas vitrinas anuncio em língua alemã para procura de empregado [...] O Sr. João Garbers continua com atividades clandestinas intimamente ligadas ao Consulado Alemão, tendo ultimamente, por intermédio de sua senhora subscrito um auxílio de 5:000\$000 para a causa alemã. Procura, o sr. Garbers manter-se no cargo de Membro da Câmara de Expansão Comercial do Estado para melhor servir a interesses políticos inconfessáveis do partido a que pertence e de existência criminosa em nosso país.²⁷⁷

O delegado anexou uma foto, na qual Garbers figura entre membros expressivos do então extinto Partido Nazista do Paraná, como Werner Hoffmann, Alberto Blum, Hans Bennewitz, Herbert Hebmuller, Robert Fischer entre outros.

²⁷⁵ Recorte de O Dia de 19/07/1941 - DOPS/PR, Pront. 1839, Top. 379, fl. 34, DEAP/PR.

²⁷⁶ Recorte da Gazeta do Povo de 19/07/1941 - DOPS/PR, Pront. 1839, Top. 379, fl. 33, DEAP/PR.

²⁷⁷ Relatório sobre a prisão de Hans Garbers - DOPS/PR, Pront. 1839, Top. 379, fl. 39, DEAP/PR.



Figura 5 Membros da NSDAP/PR com Hans Garbers.²⁷⁸

A suspeição sobre Garbers foi mantida e, embora já tivesse idade avançada, foi novamente detido no início de fevereiro de 1942. Em sua casa foram encontradas quatro armas de fogo (todas registradas) e grande quantidade de livros em alemão. Ficou pouco mais de um mês na detenção, pois sua enfermidade agravou e ele teve que ser recolhido a sua residência para um leito médico domiciliar. Mesmo estando combalido pela doença o delegado recomendou que o mesmo não deveria sair de sua casa em hipótese alguma.

Em 16 de maio de 1942, Garbers faleceu aos 65 anos, vítima do agravamento de uma doença do coração. A partir de então, a figura do seu filho, o futuro engenheiro Hans Klaus Garbers, na época com 18 anos, acabou por se misturar involuntariamente com a do pai. Com o falecimento de Garbers, a polícia política deveria amenizar a suspeição contra a família, mas isso não aconteceu em virtude de denúncias que enfatizavam que na casa da Serra do Mar havia dois alemães que

²⁷⁸ De acordo com o índice que segue logo abaixo da foto, estão presentes de acordo com a numeração estampada na imagem: 1) George, da Fábrica de Escovas; 2) Albert Blum, da Cia. Telefônica; 3) Hans Bennewitz, Diretor da Cia Telefônica; 4) Werner Hoffman, Chefe do Partido Nazista em Curitiba; 5) Roberto Fischer, chefe da Frente de Trabalho Alemã (DAF); 6) Hebmüller; 7) Rudolph Mentz, da Sociedade Técnica Bremensis; 8) Hans Garbers; 9) Pastor Karl Frank; 10) Platz; 11) Toedter; 12) Hans Beugger; 13) Werner Becke; 14) Boeckemeid; 15) Leipholz - - DOPS/PR, Pront. 1839, Top. 379, fl. 23, DEAP/PR.

quando ouviam barulhos de carros ou de grupos de pessoas corriam para dentro da casa e se escondiam. O investigador Mario Ghilardi, relatou que um dos entregadores de cerveja da Brahma, Francisco Skora, informou que na Serra do Mar, próximo ao quilômetro 55, residem dois alemães suspeitos em uma casa que pertence a viúva de Garbers. De acordo com o entregador:

Estes alemães têm despertado sérias suspeitas, segundo informam trabalhadores da turma encarregada da conserva da estrada, pois que, quando ouvem barulho de automóvel ou caminhão, procuram esconder-se. Da residência dos alemães avista-se grande parte do litoral. [...] que tais alemães aí foram residir afim de fazerem roça, porém até o presente momento nada fizeram. Estes alemães vieram, segundo informações, de Serra Negra.²⁷⁹

A família Garbers, mesmo na ausência do patriarca, passaria por mais um momento de tensão com a DOPS/PR, uma vez que três inspetores foram enviados para uma varredura na residência. De acordo com Osvaldo Scaramella que redigiu o relatório, nem Sidon Keinert, nem Denizart Pocknarndt, encontraram nada de relevante e que comprometesse a viúva de Garbers e sua família.²⁸⁰

Ressaltamos que a vida do filho de Hans Garbers se desdobrou de maneira semelhante à do pai, uma vez que o mesmo, utilizava-se de sua condição econômica para dar vazão as questões da cultura do Paraná, da defesa da Serra do Mar e do Clube Concórdia, que presidiu durante 30 anos.

3.2.3 Não foi possível dar ‘um jeitinho’ para escapar da prisão: o alemão naturalizado brasileiro Otto Braun e sua relação conturbada com a polícia política

Alemão, naturalizado brasileiro em 1924, Otto Braun nasceu em Potsdam, no dia 26 de julho de 1884. Entrou no Brasil em novembro de 1907, contratado pela empresa Paulo Hauer & Cia. Casou-se em 1909 com Matilde Quentel e solicitou sua naturalização em 1924, trabalhando efetivamente no comércio, primeiro como funcionário de Paulo Hauer e depois como sócio de Bertholdo Hauer.

Braun tem sua história em Curitiba vinculada ao comércio e ao trabalho com o Consulado Alemão, o mesmo se encaixaria em outra categoria que analisaremos adiante, a dos funcionários em postos estratégicos, porém optamos por analisá-lo

²⁷⁹ Relatório Parte 1386 de 26 de outubro de 1942 – Inspetor Mario Ghilardi -- DOPS/PR, Pront. 1839, Top. 379, fl. 4, DEAP/PR.

²⁸⁰ Relatório Parte n° 1422 – Osvaldo Scaramella - - DOPS/PR, Pront. 1839, Top. 379, fl. 2, DEAP/PR.

entre os comerciantes e industriais onde atuou por mais tempo e com maior relevância.

Em 1933, Braun solicitou à presidência da República autorização para ser tradutor e intérprete no Consulado Alemão, embora fosse naturalizado brasileiro desde 1924. Sua atuação junto ao Consulado e a comunidade alemã são os principais motivos que nortearam a polícia política a manter constante suspeição sobre sua pessoa.

Ele permaneceu no cargo de tradutor até janeiro de 1942, quando as relações diplomáticas foram rompidas e os consulados desmantelados. Mantendo contato direto com alemães e descendentes das mais variadas classes sociais e nas diversas cidades, resolvendo questões referentes a passaportes, remessas de dinheiro e questões burocráticas junto ao governo, conseguiu também formar uma vasta e estruturada rede de contatos que o conduziram a chefiar a União das Sociedades Alemãs no Paraná,

A União das Sociedades Alemãs do Paraná era filiada à União das Sociedades Alemãs no exterior, com sede em Berlin. Congregava vários clubes, sociedades e outras entidades germânicas e sofreu forte influência da NSDAP na década de 1930. Em Curitiba, o partido conseguiu colocar no mais alto posto da instituição Otto Braun, tradutor e secretário do Consulado da Alemanha, encarregado “de assuntos de interesses dos alemães, junto às autoridades brasileiras”.²⁸¹

Sobre sua participação no Consulado, em declaração ao delegado Valfrido Piloto, Braun alegava que:

[...] competia, também, ao declarante, tratar de todos os assuntos de interesse dos súditos alemães, junto às autoridades brasileiras, bem como representar o Consul em determinadas festividades; que funcionava naquele Consulado uma seção de propaganda do referido partido político, na imprensa, seção que estava a cargo do súdito alemão.²⁸²

Uma das primeiras ocorrências policiais em que se envolveu ainda em 1939, quando a NSDAP já estava extinta, foi ocasionada a partir da apreensão de uma carta trocada com Helmut Jung, agricultor alemão que residia em Rolândia. Nela Helmut solicitava a Braun uma atuação mais efetiva do Consulado em relação aos alemães que residiam no interior do Paraná. Logo após a recepção dessa e outras cartas em alemão que foram devidamente traduzidas pela DOPS/PR, Otto Braun foi detido e

²⁸¹ ATHAIDES, 2011, 88.

²⁸² Auto Declarações de Otto Braun, em 14 de julho de 1942 - - DOPS/PR, Pront. 3024, Top. 452, fls. 12 - 14, DEAP/PR.

prestou depoimentos, que parecem uma sequência de fatos não condizentes a sua prática, temos a impressão que o declarante está falando de outra pessoa e não de si mesmo.

[...] que o declarante nunca escreveu tópicos que podiam causar uma resposta como a da carta de Helmut Jung, [...] que o declarante nunca escreveu sobre um influencia norte americana e sim pelo contrário o declarante sempre combateu a influência de certos elementos alemães agrupados em agremiações políticas aqui no Brasil do partido NSDAP, os quais prejudicavam grandemente a boa harmonia entre brasileiros e alemães; que o declarante sempre combateu esses elementos e mesmo sabe perfeitamente que sua correspondência passa pela censura, e seria uma leviandade da parte do declarante em escrever cousas que o pudessem comprometer [...] lamentava que elementos partidários tivessem semeados a discórdia entre os próprios alemães.²⁸³

Interessante pensar, que por necessidade de defesa ou por consciência própria, alguns alemães destoavam das políticas empregadas pelo NSDAP para cooptar membros à causa nazista. A ação da DOPS/PR enquanto órgão investigativo não considerava a possibilidade de alemães não estarem intimamente ligados com a doutrina, mas é importante advertir, que havia sim uma quantidade considerável, que se não se opunham ao tipo de propaganda executada pela NSDAP no Paraná, entretanto, mantinham-se afastados das questões políticas evitando causar danos às conquistas e os pactos comerciais anteriormente firmados com o estado, que não é o caso de Otto Braun.

Em suas declarações ficam evidenciadas que sua não participação dava-se primeiro pela política interna da NSDAP, que não aceitava naturalizados, segundo pela política nacionalizadora de Vargas, que findou com todos os partidos no Brasil e terceiro por julgamento pessoal, uma vez que considerava nociva a existência de partidos estrangeiros no Brasil. Conforme consta em seus autos:

[...] que o declarante nunca foi sócio do Partido Nacional Socialista dos Operários Alemães (NSDAP), em virtude de não ser permitido a brasileiros naturalizados fazerem parte daquela entidade política. [...] que desde mil novecentos e trinta e sete cessaram todas as atividades do declarante como dirigente de qualquer sociedade; que o declarante sempre condenou a formação de partidos políticos no Brasil, apesar de conservar o seu amor à sua velha pátria que é a Alemanha, por não querer ser renegado; que o declarante está de pleno acordo com a política atual da Alemanha, chefiada pelo führer Adolfo Hitler.²⁸⁴

²⁸³ Auto de declarações prestados por Otto Braun, em 17 de julho de 1939. - DOPS/PR, Pront. 3024, Top. 452, fls. 32 - 33, DEAP/PR.

²⁸⁴ Auto Declarações de Otto Braun, em 14 de julho de 1942 - - DOPS/PR, Pront. 3024, Top. 452, fls. 12 - 14, DEAP/PR.

Braun em todas possibilidades negou sua filiação ao Partido Nazista invocando sua condição de brasileiro naturalizado, ainda que não negasse sua afetividade a causa de Hitler. Exceto, em uma de suas declarações, quando alega “que todos os elementos do Consulado se interessavam, com entusiasmo, pela causa da Alemanha, pelo Partido Nazista e pelo führer Adolf Hitler.”²⁸⁵, onde involuntariamente se acusa, haja vista que, é funcionário do mesmo Consulado, ressaltamos que não encontramos evidências explícitas sobre a sua filiação.

Sobre a filiação de Braun à NSDAP, Athaides faz um apontamento importante,

Paíra certa incoerência no que diz respeito à filiação de Otto Braun à NSDAP. Em depoimento, afirmou que não fazia parte do partido por ser brasileiro naturalizado. Entretanto, outra referência aponta que a despeito da naturalização, a organização do grupo paranaense o aceitou na lista dos militantes, figurando inclusive entre os nomes da primeira diretoria.²⁸⁶

Levantamos nos autos outras correspondências destinadas a Otto Braun, que o colocavam em situação complicada junto a DOPS/PR. Um exemplo é quando o também alemão Benno Aeldert solicitou certas “gentilezas” para um outro alemão que acabara de chegar no Brasil. Aeldert que coordenava as colônias em Castro, acabou virando notícia no jornal local ao sumir da colônia repentinamente e “reaparecer” em uma transmissão radiofônica diretamente da Alemanha. Na carta ele solicitava facilidades a um colono tratado apenas por Hopp:

Hopp chegou aqui, com o passaporte de turista, desejando acomodar-se conosco comprando um terreno, porém é obrigado a legalizar a sua estadia. Como tem que fazer isso, e qual a maneira mais cara? **Si tem que dar um “geitinho” para evitar as custas ou reduzi-las.** Se V.S. pudesse responder essa pergunta ficaria muito grato. [sic]²⁸⁷ (grifo nosso)

Esse pedido também revela uma prática que desejamos discutir mais amplamente em outro momento do texto: alguns alemães, mais influentes ou possuidores de condições financeiras e sociais diferenciadas conseguiam alcançar alguns benefícios junto a órgãos nacionais, obtendo salvo condutos de maneira facilitada, sendo “esquecidos” pela vigilância aguda da polícia política, arrumando liberdade ou relaxamento de penas, etc.

²⁸⁵ Auto de declarações de Otto Braun, em 14 de julho de 1942 - DOPS/PR, Pront. 3024, Top. 452, fl. 12 - 13, DEAP/PR.

²⁸⁶ ATHAIDES, 2011, p. 89.

²⁸⁷ Carta de Benno Aeldert à Otto Braun, em 10 de junho de 1938 - DOPS/PR, Pront. 3024, Top. 452, fl. 35, DEAP/PR.

Em 1942, Braun foi enviado ao presídio de Ilha das Flores no Rio de Janeiro, onde permaneceu detido até 1944. No pós-guerra, organizou-se novamente e iniciou uma nova empreitada, inaugurando, em 1946, uma grande livraria.

3.3 “PERIGOSOS MEMBROS DA 5ª COLUNA”: FUNCIONÁRIOS ALEMÃES EM CARGOS CONSIDERADOS ESTRATÉGICOS

Essa categoria engloba uma série de alemães que ocupavam cargos que consideramos estratégicos ou melhor, funções em empresas que eram avaliadas pela DOPS/PR como pontos vitais, como hidrelétricas, companhias telefônicas, trabalhadores em áreas portuárias, eletricitistas da rede de distribuição, funcionários vinculados aos consulados de países beligerantes, etc. Essa denominação que tratamos como estratégicos, também, está vinculada a algumas determinações da 5ª Região Militar feitas a Secretária do Interior e Justiça. A preocupação dos militares era que esses funcionários pudessem apoiar de alguma forma invasões alemãs ou realizar sabotagens para beneficiar os inimigos do Eixo, essas perspectivas de invasões e sabotagens era muito comum nos jornais e fazia parte do cotidiano de guerra.

Entre as pastas encontradas no Arquivo Público do Paraná, separamos quatorze (14) que dizem respeito a indivíduos que atuavam em pontos de tensão, sendo a maioria de alemães natos, nove (9) deles, quatro (4) brasileiros e um (1) naturalizado. A maioria compunha os quadros da Cia Telefônica Paranaense, da Cia de Força e Luz do Paraná e do Consulado Alemão.

Evidenciamos, em pesquisa anterior²⁸⁸, que a partir da Portaria nº 30, publicada em 28 de janeiro de 1942, ocorreu uma série de demissões em empresas que possuíam em seus quadros elevado número de alemães. Em 03/02/1942, a Companhia de Força e Luz do Paraná²⁸⁹ entrou em contato com o interventor estadual para informá-lo das seguintes circunstâncias: que recebera ordens da administração geral no Rio de Janeiro para afastar da corporação todos os funcionários que fossem oriundos de países do Eixo, visando à proteção da usina hidroelétrica de Chaminé, da rede de transmissão de energia e da subestação de Capanema.

²⁸⁸ PEREIRA, Márcio J. Politizando o cotidiano: Repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. 196 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Maringá, 2010.

²⁸⁹ Companhia Força e Luz do Paraná – Pasta temática 299 – Topografia 32.

O gerente P. Werneck, avisou o interventor que a companhia havia dispensado imediatamente doze funcionários de origem alemã que trabalhavam em cargos que poderiam ocasionar danos e reservou em outra lista mais doze nomes de alemães e italianos que julgava não comprometer a referida companhia. O gerente da companhia, mediante o posicionamento tomado pelos países americanos frente ao ataque aos EUA, acreditava que poderia contar com o auxílio da DOPS/PR para identificar no quadro funcional da empresa elementos que pudessem ser nocivos a mesma.

Os funcionários indicados pela polícia seriam prontamente afastados de seus trabalhos, garantiu o gerente, e poderia ocorrer sem ônus para a empresa a reintegração de elementos que a polícia não apresentasse ressalvas. Junto com esse ofício, a companhia encaminhou uma lista com 24 nomes, dentre os quais 12 já haviam sido dispensados.

Em 15/02/1942, em resposta à Secretaria de Segurança e à empresa, foi emitido um ofício informando que quatro dos doze dispensados efetivamente possuíam pensamentos subversivos e eram adeptos da NSDAP. Logo, oito funcionários foram dispensados de seus trabalhos apenas por especulação; grosso modo, esses casos particulares parecem não significar muito, porém ao analisarmos o todo, percebemos que muitos imigrantes e descendentes perderam seus empregos apenas pela suspeição, sem contar aqueles que tiveram que sair da faixa de fronteira e da faixa litorânea, abandonando suas casas e seus trabalhos.

Havia casos em que a mão de obra alemã era fundamental, logo, retirá-los do trabalho traria prejuízos para empresas brasileiras e não só para os mesmos; um caso que podemos citar é o do alemão Kurt (o relatório não faz menção ao seu nome completo), trabalhador do cais de inflamáveis no Porto Pedro II em Paranaguá. Através do Ofício nº 91 da 5ª RM o Gen. Pedro de Albuquerque, em 24/03/1942, solicita a retirada do referido alemão dos trabalhos que envolviam a construção do cais de inflamáveis, alegando que o mesmo estava envolvido em um acidente anterior que provocara um incêndio. Entretanto, o delegado local, Capitão Pelmyro G. Oliveira, responde à 5ª RM e ao delegado da DOPS/PR Valfrido Piloto argumentando que o relatório que recebera sobre o referido alemão não era verídico, acrescentando que:

O alemão Kurt [...] trabalha na construção do Cais de Inflamáveis sob responsabilidade do Dr. Rodolfo Reischel, Engenheiro da Cia. Christiani Nielsen, **tendo o mesmo engenheiro assinado um termo de**

responsabilidade, para manter esse alemão e mais três [sic] indivíduos da mesma nacionalidade, que são insubstituíveis nos serviços daquela construção, até o seu término que se dará dentro de 15 dias, conforme entendimento desta Regional, D.O.P.S. e Dr. Raul Macedo. Nada consta que tenha esse alemão sido autor do incêndio no Cais, na madrugada de 31 de Dezembro de 1940²⁹⁰ (grifo nosso).

Os funcionários vinculados ao Consulado Alemão eram mantidos sob vigilância constante, uma vez que, dali partiam documentos e cartas consideradas cruciais, telegramas e remessas em dinheiro para alemães espalhados no Brasil e no mundo. A DOPS/PR mantinha a esperança de interceptar ordens de invasão, de ataque a pontos estratégicos ou até mesmo informações que pudesse considerar relevantes para a prisão de elementos subversivos. Essa expectativa não é injustificada, haja vista que, um acontecimento desses justificaria não só a manutenção das verbas da DOPS/PR, mas um provável aumento nos investimentos para a polícia política, tal qual, desejava Valfrido Pilotto.

Outra empresa que foi mantida sob severa vigilância foi a Companhia Telefônica Paranaense, que possuía em sua diretoria o alemão Alberto Blum; ainda possuía em todos os cargos de chefia engenheiros e eletricitas também alemães, como Ernest Minjon, Fritz O. Fiechter e Hans Heinrich Martin Prueter, todos devidamente fichados pela DOPS/PR.

Essas situações nos remetem a questionamentos dentro do próprio *modus operandi* da polícia política, uma vez que as determinações do Estado eram relativizadoras, enquadrando todos os alemães, japoneses e italianos como agentes subversivos do Eixo, o que poderia ser contestado pela prática do dia-a-dia.

As pessoas listadas pelo DOPS/PR e que consideramos pertencer à categoria estão listadas abaixo:

²⁹⁰ Delegacia de Regional de Paranaguá – Pasta Temática 584A – Topografia 65.

Tabela 5 Prontuários pela DOPS/PR na categoria Funcionários Estratégicos

Nome	Profissão	Origem	Idade	Residência
Alberto Blum	Gerente Cia Telefônica	Alemão	42	Curitiba
Alberto Rosner	Delegado de Cerro Azul	Brasileiro	42	Cerro Azul
Alfred Andersen	Vice Consul Alemão	Alemão	47	Curitiba
Carlos Ferreira	Coronel Reformado	Brasileiro	55	Curitiba
Carlos Cristoforo Ernesto Emilio Toedter	Técnico Eletro Mecânico	Alemão	53	Curitiba
Clemens Heinz Bannach	Eletricista	Alemão	20	Curitiba
Dustin Krueger Hoffmann	Voluntário do Consulado Alemão	Brasileiro	18	Curitiba
Ernest Minjon	Eletricista Cia Telefônica	Alemão	30	Curitiba
Fritz O. Fiechter	Encarregado Comercial Cia Telefônica	Alemão		Curitiba
Hans Heinrich Martin Prueter	Metalúrgico Cia Telefônica	Alemão	52	Curitiba
Heinz Ehlert	Secretário Consulado Alemão	Alemão	25	Curitiba
Herbert Ruhle	Eletricista Cia Telefônica	Brasileiro	42	Curitiba
Julio Brand	Vice Consul Alemão Paranaguá	Naturalizado	37	Paranaguá
Werner Heinrich Wilhein Hoffmann	Funcionário do Consulado Alemão	Alemão	29	Curitiba

Escolhemos analisar dois nomes que estiveram sob constante vigilância da DOPS/PR, sendo ambos da Companhia Telefônica Paranaense: a) Albert Blum, alemão, gerente da empresa e b) Herbert Ruhle, um brasileiro descendente de alemães, eletricista encarregado da referida companhia.

3.3.1 Perseguiu funcionários brasileiros? Albert Blum, o gerente alemão afastado da Cia. Telefônica Paranaense

Como inúmeros outros alemães, Albert Blum desembarcou em 1922 inicialmente em Santa Catarina e, após trabalhar por um ano nas cidades de Rio Negrinho e Canoinhas, buscou trabalho na capital paranaense. Nasceu em Nagold, na Alemanha, em 28 de março de 1902 e emigrou para o Brasil, após ter concluído o curso de guarda-livros (contador).

Chegou em Curitiba, em 1923, mas somente conseguiu empregar-se como contador da Companhia Telefônica Paranaense em 1934. Ressaltamos que, de acordo com seu depoimento, no ano anterior havia se filiado a NSDAP, fato este que pode ter facilitado sua entrada na empresa que possuía amplo domínio alemão, tanto na sua diretoria como em seu quadro geral de colaboradores. O próprio Alberto alega que em 1936, teve oportunidade de fazer uma viagem de passeio para a Alemanha e que desde que entrou no Partido Nazista, tendo em vista sua formação, desempenhou a função de tesoureiro do círculo paranaense da NSDAP.

Blum foi detido algumas vezes, sendo que a sua primeira detenção ocorreu em 27 de dezembro de 1938, por ser considerado “elemento pernicioso ao regime nacional” e acusado por professar abertamente a ideologia nazista. Em seu depoimento declarou que saiu do partido ainda em novembro de 1936, logo que a referida agremiação fora oficialmente proibido pelo governo de Vargas, após finalizar suas declarações foi colocado em liberdade. Cabe-nos ressaltar que a proibição da NSDAP no Brasil foi legalizada pelo Decreto nº 383, de 18 de abril de 1938, potencialmente Blum se equivocou com a data e não foi corrigido pelo escrivão.

Em 1940, Blum foi acusado pela segunda vez, juntamente com outros funcionários da Cia Telefônica, por um brasileiro que ali trabalhara e fora “injustamente demitido por perseguição” pessoal de elementos nazistas infiltrados na empresa. No Boletim de Ocorrências, registrado na 5ª Região Militar, Alois Henrique Bonn, declara:

[...] ter sido agredido por FRITZ O. FIECHTER, funcionário de alto escalão da Cia. Telefônica Paranaense Ltda. O reclamante declara que está sendo vítima de perseguição e que "no dia 29 de dezembro último foi despedido sem justa causa, do emprego que ocupava na referida Cia, desde o ano de 1935. Alega o aludido senhor que por ser brasileiro nato, está sendo vítima de perseguição por parte dos Srs. ALBERT BLUM, TEOFILO GUTEKUNST e FRITZ FIECHTER.²⁹¹

No despacho de Fausto Bittencourt, evidenciamos que seria aberto um inquérito para que as agressões denunciadas fossem apuradas e julgadas e que as questões referentes ao desligamento por justa causa do brasileiro, deveriam ser resolvidas através do Ministério do Trabalho. Infelizmente não encontramos documentação suficiente para relatar o desdobramento do inquérito, aparentemente o mesmo não foi adiante, uma vez que não há relato de prisões de nenhum dos envolvidos.

O tenente Floriano Miranda, que era o encarregado pela fiscalização da Cia Telefônica, revelou em janeiro de 1942, que existiam movimentações alheias a DOPS/PR e que poderiam se tratar de reuniões perniciosas ao governo de Vargas; de acordo com seu relatório:

Todas as quartas feiras e sábados, na sede da Cia Telefônica, diversos elementos alemães, também simpatizantes do nazismo, costumam reunir-se, sob pretexto de libações alcoólicas e jogo, no entretanto essas reuniões são feitas com a finalidade de escutarem transmissões germânicas, bem como manifestações nazistas. Em conformidade com as portarias enviadas por essa especializada, referente a estrangeiros, consulto-vos si é conveniente dar uma batida, nos dias de reunião, na Cia Telefônica. [...] Apesar de se tratar de assunto agora ventilado de um caso urgente, não é aconselhável tratar-se do mesmo por telefone, em virtude da possibilidade de serem interceptadas as ligações.²⁹²

O agente mostra ainda outra preocupação que muito nos interessa: uma expectativa amedrontada de que os alemães pudessem utilizar de seus postos de comando na empresa para interceptar as ligações da polícia e se adiantarem de assuntos considerados sigilosos ou que interferissem na segurança nacional. Somente quando o rompimento das relações diplomáticas com o Eixo foi oficializado, Blum, que vivia sob vigilância constante, bem como todos os funcionários da Companhia Telefônica Paranaense, foi pela terceira vez detido (5 de março de 1942).

²⁹¹Boletim de Ocorrências do Ministério da Guerra - 5a Região Militar N° 1/B/O de 02 de janeiro de 1940. - DOPS/PR, Pront. 100A, Top. 279, fl. 24, DEAP/PR.

²⁹² Informe do Tenente Floriano Miranda sobre a Cia Telefônica Paranaense em 29 de janeiro de 1942. Ernest Minjon - DOPS/PR, Pront. 1094, Top. 334, fls. 15 - 16, DEAP/PR.

De acordo com a Ficha de anotações e antecedentes, o motivo da detenção era o mesmo:

Preso por ser nazista fervoroso e encaminhado na mesma data a Casa de Detenção do Estado, por se tratar de elemento perigoso a Segurança Nacional. Dado busca em sua residência foi apreendido copioso material de propaganda nazista.²⁹³

Conforme enfatizamos acima, a empresa era vista pela DOPS/PR como local estratégico, afinal, toda a comunicação passava por ali e estava diretamente nas mãos e sob controle alemão. Valfrido Pilloto, ao informar para o Chefe da Polícia do Estado as detenções dos funcionários Alberto Blum, Herbert Ruhle, Otto Trutschke, Teófilo Gutenkinst e Ernst Minjon, justificou-as da seguinte maneira:

Sendo, a Cia. Telefônica Paranaense, uma empresa cujos serviços são de interesse público e muito de perto se prendem a medidas de segurança nacional, solicito de V. Excia. fique notificada a aludida Cia. a não mais permitir continuem aqueles súditos alemães, a pertencer ao quadro de funcionários e a ter ingresso nas diversas dependências daquela Cia.²⁹⁴

Após quatro meses detido na Casa de Detenção da Delegacia de Curitiba, o alemão foi ouvido e prestou declarações referentes ao seu contato com a NSDAP:

[...] que o declarante, mais ou menos, em fins do ano de mil novecentos e trinta e três, entrou para o Partido Nacional Socialista dos Operários Alemães (N.S.D.A.P.), desempenhando as funções de tesoureiro no referido Partido; que também era sócio da Frente Trabalhista Alemã (D.A.F.); que sobre os livros e álbuns apreendidos pela polícia na residência do declarante, na sua maioria, comprou na Alemanha, sendo que o Atlas foi adquirido nesta Capital; que o declarante deixou de ser sócio dos Partidos acima referidos, em novembro de mil novecentos e trinta e seis, em virtude de terem sido fechados pelo Governo Federal; que o declarante como alemão que é, continua simpatizando da forma de governo atual da Alemanha e do seu Führer, Adolfo Hitler. [...] ²⁹⁵

Sua assertiva sobre a manutenção da crença na causa de Hitler provavelmente motivou seu envio ao presídio de Ilha das Flores no Rio de Janeiro, embarcando no vapor Itaquera em 1 de agosto de 1942. Embora tenha sido preso com outros elementos considerados perniciosos, não teve a mesma sorte que o brasileiro Herbert Ruhle, que foi libertado em abril de 1942, ou de Ernest Minjon, que

²⁹³ Folha de anotações e antecedentes de Alberto Blum. DOPS/PR, Pront. 3024, Top. 452, DEAP/PR.

²⁹⁴ Ofício 623/1942 de Valfrido Pilloto ao Chefe de Polícia Fausto Bittencourt em 04 de maio de 1942 - DOPS/PR, Pront. 3024, Top. 452, fl. 20, DEAP/PR.

²⁹⁵ Auto de declarações prestadas por Alberto Blum em 14 de julho de 1942 - DOPS/PR, Pront. 3024, Top. 452, fls. 16 - 17, DEAP/PR.

embora tenha sido remetido ao Rio de Janeiro retornou a Curitiba ainda na metade de 1943.

Após quase dois anos de detenção no Rio de Janeiro, a esposa de Alberto, Maria Blum, tentou diretamente com o Interventor Federal Manoel Ribas o abrandamento da prisão do marido. No documento ela apela para o compromisso firmado pelo interventor com a família paranaense e ressalta que já não possui saúde suficiente para substituir a figura paterna na manutenção financeira do lar:

A volta para o lar de quatro companheiros de meu marido, reclusos em circunstâncias idênticas e juntos com ele até o dia da libertação deles, deu-me a coragem de me dirigir a V.Sa. Excia, solicitando encarecidamente a sua interferência para que ao meu marido seja concedida a liberdade novamente, absolvendo-o de qualquer falta que por ventura tenha cometido. [...] Nós temos três filhas menores, todas elas colegiais ainda, das quais a mais velha tem 16 anos e a mais nova 9 anos somente. **Quando, a dois anos atrás nos foi tirado o pai e marido, ficamos praticamente sem meios para a nossa vida.** [...] Entretanto, como V.Sa. Excia, queira se dignar a verificar do atestado médico que inluo, sofro a anos de doença de coração, a qual com o devido tratamento e cuidado talvez não se ia tornar grave. Com as preocupações fortes e o serviço pesado a que estou forçada devido a falta de meios de vida desde meu marido está recolhido, ultimamente já sofri diversos ataques leves do coração, e temo, com razão, que qualquer dia deste serei prostrada ao leito e forçada a deixar as minhas meninas sem amparo dum dia para outro. Infelizmente, embora não me falta a melhor boa vontade, como V. Sa. Excia, fácil constatará pelo exposto, sou fraca demais para poder substituir o pai, [...] Estou segura, que V. Sa. Excia, que sempre amparou e ampara os fracos, principalmente as crianças, tomará em consideração o que acabo de expor e com benevolência interferirá para que meu marido seja devolvido a família.²⁹⁶ (grifo nosso)

A peticionária, além de ter anexado o atestado médico que indicava que a mesma sofria de hipertireoidismo, se colocou inteiramente a disposição para ser examinada por uma junta médica do Ministério da Saúde, caso existissem desconfianças sobre sua condição. Parece-nos evidente que houve uma manifestação positiva por parte de Manoel Ribas, uma vez que encontramos uma resposta do Capitão Fernando Flores, em um ofício reservado ao interventor, não se opondo ao retorno de Blum a Curitiba e explicando quais motivações conduziram a sua transferência:

O seu afastamento desta capital não foi em virtude de processo, mas teve caráter preventivo, em obediência às providências, de ordem mais ampla e geral, tomadas nos pródornos da declaração de guerra. Atualmente, poder-se-ia conceder, ao súdito alemão em referência, a liberdade vigiada, dando-

²⁹⁶ Carta de Maria Blum ao Interventor Federal Manoel Ribas protocolada sob o número 8505 em 26 de abril de 1944 - DOPS/PR, Pront. 3024, Top. 452, fls. 10 - 11, DEAP/PR.

se lhe esta capital por mensagem²⁹⁷, sem inconvenientes à ordem política.
[sic] ²⁹⁸

Após a ocorrência dos tramites necessários, evidenciamos que Alberto Blum retornou a Curitiba somente em 18 de janeiro de 1945. Sobre a manutenção do seu emprego ou continuidade de sua vida na comunidade paranaense não comprovamos outros fatos relevantes a ponto de serem relatados.

3.3.2 Herbert Ruhle: Um brasileiro ‘nazista’, em uma empresa considerada reduto da NSDAP no Paraná

Curitibano de nascimento, Herbert Ruhle nasceu em 1917²⁹⁹, filho de Paulo Ruhle, alemão e ex-integrante da NSDAP/PR. Residia em Curitiba, na Rua Lutero, nº 5 e exercia o cargo de eletricitista na Companhia Telefônica Paranaense. A suspeição sobre Herbert parte de duas possibilidades, a primeira vinculada ao seu próprio pai, que havia integrado o círculo paranaense do Partido Nazista e a segunda, vinculada ao seu meio de atuação, já que alemães e descendentes eram sempre considerados suspeitos em potencial quando ocupavam cargos em setores que pudesse de alguma forma prejudicar a segurança nacional.

Aos 23 anos, envolveu-se em um problema com a segurança nacional, foi acusado de possuir uma estação de rádio amador e de transmitir informações cujo conteúdo político depreciava o chefe da nação. Teve sua estação de rádio amador apreendida no dia 7 de julho de 1939; de acordo com os inspetores que executaram a diligência, o brasileiro alegava que não havia registrado sua estação em decorrência da ausência do senhor Lívio Moreira, encarregado por esse tipo de registro no Paraná.

Herbert Ruhle compareceu à delegacia no dia seguinte para prestar declarações a respeito das transmissões; questionado por Divonsir Borba Cortes, alegou o seguinte:

[...] nunca transmitiu notícias, comentários e bem assim nunca se envolveu em questões políticas; que o declarante é brasileiro e jamais tencionou perturbar a política brasileira; que o declarante não pertenceu ao antigo

²⁹⁷ Termo jurídico: benefício que consiste em prisão sob palavra, e pelo qual o indivíduo acusado não é encarcerado, sendo obrigado, no entanto, a permanecer no lugar em que exerce suas atividades.

²⁹⁸ Ofício Reservado G/306 da Secretária do Interior, Justiça e Segurança Pública ao Interventor Federal Manoel Ribas em 12 de junho de 1944 - DOPS/PR, Pront. 3024, Top. 452, fl. 14, DEAP/PR.

²⁹⁹ Não existe nas pastas indícios sobre a data correta do seu nascimento, nos processos contra o mesmo que são realizados em 1942 existem indicações que o mesmo é solteiro e possui 25 anos completos, permitindo deduzir que o mesmo tenha nascido em 1917.

Partido Nazista, sendo que seu pai, Paulo Ruhle, é que pertenceu ao Partido Nazista do Paraná, quando isso era permitido por Lei.³⁰⁰

Solicitou o devido enquadramento do seu rádio na Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão, tendo sua permissão concedida provisoriamente em 28 de setembro de 1939, sob o registro PY5CF. A partir do momento que estava legalmente amparado, entrou com um pedido legal de devolução de toda sua aparelhagem na DOPS/PR, sendo atendido somente em 16 de março de 1940, através de um pedido do Interventor Federal.³⁰¹

Aos 25 anos foi detido pela segunda vez pela DOPS/PR, sob a alegação de exercer atividades nazistas e comunicações radio amadoras com elementos suspeitos. Ficou detido entre 12 de março a 30 de abril, juntamente com outros companheiros de trabalho, como Albert Blum, Teófilo Gutekunst. Otto Trutschke e Ernest Minjon. Ruhle era considerado:

[...] simpatizante do NSDAP (Partido Nacional Socialista dos Operários Alemães) e ligado aos maiores daquele partido, Alberto Blum e Bennevit. Não se filiou ao partido por ser brasileiro. [...] pelas suas fortes ligações anteriores com os chefes nazistas da Cia. Telefônica, não é elemento de confiança para voltar a trabalhar naquela empresa.³⁰²

Durante sua detenção aparentemente não ocorreram registros, bem como, não localizamos o tradicional auto de declarações que obrigatoriamente acompanha todas as fichas de detenção da DOPS/PR. Existe uma imensa lacuna de evidências sobre a segunda prisão de Herbert Ruhle; inclusive; nos certificamos que sua documentação não estivesse mal alocada em pastas de envolvidos que foram detidos com ele, porém, nada foi encontrado.

Uma última documentação que nos chamou a atenção partiu do próprio indiciado contra a delegacia de polícia. Ruhle exigiu, em carta ao Chefe de Polícia, que fossem expostos em um documento os resultados e os motivos de sua detenção; na petição foram solicitadas respostas para as seguintes perguntas:

³⁰⁰ Auto de declarações de Herbert Ruhle – 08 de julho de 1939 - DOPS/PR, Pront. 1559, Top. 361, fl. 26, DEAP/PR.

³⁰¹ Solicitação de devolução de aparelhagem de rádio transmissão de Herbert Ruhle ao Chefe de Polícia do Estado – 10 de outubro de 1939 - DOPS/PR, Pront. 1559, Top. 361, fl. 21, DEAP/PR.

³⁰² Ofício nº 623/42 – Do delegado da DOPS/PR ao Chefe de Polícia do Estado – 04 de Maio de 1942 - DOPS/PR, Pront. 1559, Top. 361, fl. 10, DEAP/PR.

- 1°.) qual o motivo determinante da detenção do requerente durante aquele período de cinquenta dias?
- 2°.) si ficou apurado que o requerente seja ou tenha sido adepto de qualquer ideologia política exótica?
- 3°.) si ficou apurado que o requerente seja ou tenha sido nocivo a ordem pública, ao regimen vigente no país ou a segurança nacional?
- 4°.) si consta qualquer assentamento ou fixario nessa delegacia que desabone a conduta do requerente?
- 5°.) si foi instaurado qualquer processo ou inquérito contra o requerente e qual as suas conclusões? [sic]³⁰³

O pedido foi, obviamente, indeferido em 16 de outubro do mesmo ano, porém, o que nos chama a atenção foi a atitude contestatória de Ruhle, em um momento cuja repressão ocorria a todo vapor. Percebemos um primeiro ato de afronta às atitudes da DOPS/PR/PR, uma vez que são poucos os documentos que contestam abertamente a ação da polícia. Claro que podem ter “restado” poucos documentos por omissão, não arquivamento ou sumiço, frente à possibilidade de uma produção ínfima detectada, entretanto, já denotam algumas resistências dentro da forte política montada em torno desses imigrantes e seus descendentes.

3.4 “MARCOU A VACA COM A CRUZ SUÁSTICA”: AGRICULTORES, LAVRADORES E TRABALHADORES DO CAMPO

Pensar essa categoria de alemães vinculados ao campo é de certa forma refletir sobre as questões iniciais da imigração germânica para o Brasil e para o Paraná. A imigração passou a exercer um papel central nas políticas públicas nacionais, principalmente a partir de 1850, quando se tornou evidente que a escravidão não perduraria. De acordo com Lesser³⁰⁴, as elites intelectuais brasileiras – em sua maioria –, mesmo diante da situação que se desdobrava, não tentaram unicamente substituir a mão de obra escrava fazendo uso de imigrantes, mas concebiam nessa empreitada uma grande possibilidade de transformação social.

Em 1846 em Berlim, o Visconde de Abrantes salientou a preferência do Brasil aos imigrantes de nacionalidade germânica, pois estes, segundo ele, tinham bom temperamento e capacidade inata como agricultores e artífices.

Desta forma a política de colonização se voltou para a Europa em busca de colonos. [...] Nos autores citados há uma clara preferência pelos alemães,

³⁰³ Petição de Herbert Ruhle ao Chefe de Polícia do Estado – 09 de setembro de 1942 - DOPS/PR, Pront. 1559, Top. 361, fl. 2, DEAP/PR.

³⁰⁴ LESSER, 2001, p. 25

explicitamente manifestada ou indiretamente sugerida a partir das investidas contra a posição da Igreja Católica e seu poder temporal³⁰⁵

Para que as práticas apontadas por Abrantes obtivessem êxito, se fazia necessário, uma absorção adequada dos imigrantes na sociedade brasileira, uma vez que, ele frisava a capacidade que os regulamentos policiais dos Estados Germânicos tinham para auxiliar na verificação do caráter dos possíveis imigrantes. Cada cidadão deveria possuir uma espécie de documento rubricado e validado pelos comissários de polícia para poder embarcar. Nesse livreto constavam a ocupação, o último emprego, dados pessoais, ocorrências policiais, etc. A preocupação do Visconde se pautava na ideia de não-proliferação de “gente perdida de costumes”, aumentando ainda mais o percentual brasileiro.

Pensando especificamente no caso paranaense, em visita a então província, Saint-Hilaire vislumbrou no Paraná uma região propícia para a imigração europeia; durante suas viagens pela comarca de Curitiba, observou que não existiam no país outras terras nas quais uma colônia de agricultores europeus poderia se estabelecer e obter melhores resultados, pois ali encontrariam clima temperado, ar puro, frutas de origem europeia e terras a que poderiam *“entregar-se, sem grandes esforços, a todos os gêneros de cultura a que estão acostumados”*.³⁰⁶

A agricultura paranaense, diante dos problemas e deficiências que se encontrava em 1850, ocasionada principalmente pela falta de mão de obra, conduziu os dirigentes das províncias a estudar meios de resolvê-la. Na visão de Balhana, Pinheiro e Westphalen no caso do Paraná.

O agravamento das condições de abastecimento e alta dos preços verificada nos gêneros de primeira necessidade, levariam à adoção do Decreto N° 1.318, de 30 de janeiro de 1854 que favorecia a imigração pelos estímulos concedidos à posse da terra, possibilitando o seu acesso a qualquer indivíduo, independente de nacionalidade, e concedendo auxílios em favor da imigração, o Decreto facilitava o processo imigratório delegando as províncias fazê-lo de acordo com suas particularidades e com ajuda do governo imperial.³⁰⁷

³⁰⁵ SEYFERTH, 1996, p. 46

³⁰⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a comarca de Curitiba**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964, p. 32

³⁰⁷ BALHANA, Altiva Pilatti. & PINHEIRO MACHADO, Brasil & WESTPHALEN, Cecilia. **Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização**. In: Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1967, p. 358.

Vale ressaltar que o quadro desenhado por Saint-Hilaire, embora muito positivo, não represente a realidade encontrada pelas primeiras famílias migrantes, muitos tiveram dificuldades de adaptação não apenas porque não eram agricultores e nada entendiam do cultivo de terras, mas também aqueles que possuíam relativo conhecimento na lida do campo foram obrigados a alterar completamente o sistema de preparo do solo, uma vez que era diferente daquele empregado na Europa, bem como havia disparidade dos produtos cultivados.

Lucinéia Steca & Mariléia Flores (2002, p. 33), ressaltam ao revisitar os clássicos da historiografia paranaense³⁰⁸, que os critérios para as escolhas de imigrantes na Europa continham falhas. Ao contrário do que fora proposto pelo Visconde de Abrantes em 1846, era permitido o embarque de imigrantes sem disposição para o trabalho no campo e que não tinham um mínimo de conhecimento sobre agricultura. Assim sendo, quando aqui chegavam, os imigrantes percebiam que o “*paraíso imaginado*” descrito pelos agenciadores de imigrantes não era real, e sim muito distante daquilo que fora acordado.

Embora algumas famílias destoassem desse ideal agrícola proposto por Abrantes, a presença teuta no Paraná, contribuiu para a inserção de novas tecnologias no campo e para a melhoria de algumas culturas. O conhecimento de algumas técnicas ainda não praticadas no Brasil e a inserção de ferramentas diferenciadas, foram fatores relevantes, juntamente com a capacidade de adaptação dos usos ao solo brasileiro, para que alguns alemães preferencialmente habitassem o campo e tirassem dele o seu sustento.

Serão nos espaços rurais que iremos nos defrontar com uma questão muito relevante para nosso estudo: o fato de muitos colonos de origem alemã, mesmo desejando manter ativa a ligação afetiva com a antiga pátria, negarem-se a participar da NSDAP. Muitos deles, assumidamente, destoavam dos ideais de Hitler e entendiam as consequências negativas que essa filiação poderia acarretar em suas vidas já estabelecidas em solo brasileiro.

Veremos que no caso do Paraná, poucos agricultores ou lavradores foram fichados pela DOPS/PR, uma vez que o Partido Nazista tinha um caráter essencialmente urbano³⁰⁹, formado por imigrantes de levas mais recentes, pós a

³⁰⁸ STECA, Lucinéia Cunha & FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: Do século XVI à década de 1950**. Londrina: EDUEL, 2002, p. 33.

³⁰⁹ ATHAIDES, 2011, p. 105.

Primeira Guerra Mundial, cujo sentimento de revanche estava muito mais vivo do que naqueles que já habitavam o Paraná desde as primeiras décadas do 1800. Em todo caso, são justamente os que contrariam essa não-adesão que serão contemplados na nossa abordagem; são os sujeitos que foram foco de vigilância da DOPS/PR e que tiveram suas vidas investigadas que nos interessam.

Essa categoria conta com sete (7) detidos em todo estado, sendo seis (6) alemães e um (1) brasileiro, residindo em locais distintos como Rolândia, Foz do Iguaçu, União da Vitória, Teixeira Soares, Palmas e apenas um em Curitiba. Todos imigraram a partir da década de 1920, tratando-se de uma imigração que, teoricamente, deveria somar mais imigrantes ao meio urbano, mas que por motivos variados trouxe habitante para cidades menores e ambientes rurais.

Dispostos de modo simples em uma tabela, a categoria conta com os seguintes fichados pelo DOPS/PR, sendo quatro (4) filiados a NSDAP/PR, entre eles Osvald Nixdorf.

Tabela 6 Prontuários pela DOPS/PR na categoria Agricultores e Lavradores

Nome	Profissão	Origem	Idade	Residência
Emil Morhroff	Lavrador	Alemão	39	Foz do Iguaçu
Hans Homfeldt	Agricultor	Alemão	48	Curitiba
Helmut Jung	Lavrador	Alemão	28	Rolândia
Heirinch Andreas Klein	Lavrador	Brasileiro	48	União da Vitória
Osvald Nixdorf	Agricultor	Alemão	40	Rolândia
Otto Hering	Agricultor	Alemão	42	Teixeira Soares
Otto Oberdiak	Lavrador	Alemão	42	Palmas

Decidimos empreender uma análise mais acentuada sobre duas figuras distintas, primeiro o imigrante alemão e residente de Rolândia, Helmut Jung e em segundo lugar, o brasileiro natural de São Paulo e residente na Colônia Amazonas em União da Vitória, Heirinch Andreas Klein.

3.4.1 O agricultor alemão não filiado: Helmut Jung e as incertezas trazidas às colônias pelo Nacional-Socialismo

Chegou ao Brasil em 1935, com vinte e quatro anos, após adquirir terras em Rolândia, quando ainda habitava Lobendau, onde nasceu em 01 de janeiro de 1911. Não existem grandes apontamentos sobre a relação de Jung com a DOPS/PR, uma vez que, foi fruto de uma leva imigrante considerada tardia, chegando ao Brasil já num período de autoritarismo varguista. O caso de Jung apresentou-nos algumas questões que são importantes para pensarmos as relações dos alemães com a atuação da NSDAP fora da Alemanha.

Quando possuía vinte e oito anos foi fichado pela DOPS/PR por manter troca de correspondências em alemão com Otto Braun. As primeiras cartas traduzidas pela DOPS/PR/PR trazem conteúdo da lida diária do campo, mas também contempla questões de reflexão sobre o ambiente político que estava se desdobrando no Brasil e sobre como a campanha de nacionalização poderia incidir contra os alemães que aqui residiam.

Em 26 de junho de 1939, Helmut Jung encaminhou a Otto Braun uma correspondência curta, cujo conteúdo basicamente respondia outra carta que havia recebido quatro dias antes. O conteúdo da carta reflete parte do pensamento de alguns colonos sobre a atuação inábil da AO (*Auslandsorganization der nazi Partei*) em solo brasileiro e um pedido de auxílio em uma questão local. A parte considerada capciosa pela DOPS/PR e que fora de certa forma mal interpretada pelo investigador, trata do seguinte:

Cordialmente lhe agradeço pelas suas amigáveis linhas. **As notícias que elas continham, aliás, não são muito lisonjeiras.** A luta que aqui se prepara ao elemento alemão, como toda perseguição dos povos, apresenta ao homem que reflete um aspecto bem lastimável, ainda mais que nossa cultura possui um retrospecto sobre três mil anos de filosofia idealista e dois mil anos de cristianismo. **As diferenças que surgiram entre os alemães residentes no Brasil e o Estado Brasileiro, são motivadas em parte, alias a parte menor, pelo procedimento um tanto inábil e, as vezes incorreto de certos círculos alemães,** de outro lado o norte americanismo, que vive exclusivamente para interesses industriais soube implantar aquilo, que as relações do Brasil para com a “germanidade” não pode suportar: a desconfiança. Em última análise, o Brasil será forjado mesmo modo como o é o germanismo. **O procedimento para com o nosso bom F³¹⁰.** me prova

³¹⁰ O “F.” que aparece na carta de Jung não se trata de uma abreviatura para Fuhrer. Na verdade, está questionando Otto Braun sobre a prisão de Erich Finmann, que geria duas colônias alemães e que foi expulso do país depois de uma intrincada ação da polícia política.

suficientemente que não é só somente a germanidade a prejudicada, mas também a nação brasileira. (grifo nosso) ³¹¹

Entre os fichados pela DOPS/PR/PR que foram localizados para essa pesquisa, Jung é um dos mais jovens, porém, apresenta conclusões baseadas em um conhecimento prévio da atuação dos círculos nazistas fora da Alemanha e também de como a política nacional estava sendo construída, ora sob a perspectiva norte americana, ora flertando com elementos alemães. A DOPS/PR ao traduzir a carta, prende-se as primeiras linhas, entendendo que Otto Braun, na correspondência anterior, fazia chacota ou procurava através de suas palavras criar inimizade entre os colonos alemães e o governo brasileiro, vejamos o ofício enviado para DOPS/PR/PR do Quartel General de Nacionalização, logo após a interceptação da correspondência:

[...] Vê-se pelo início da carta que este senhor OTTO BRAUN, alemão naturalizado brasileiro, que trabalha no consulado da Alemanha nesta capital, enviou notícias que “não são lá muito lisonjeiras” e que procuram desenvolver a desconfiança e a inimizade de colonos de origem germânica e o povo brasileiro, além de propalar mentiras como seja “a luta que aqui se prepara ao estado alemão”. ³¹²

Os órgãos repressores se preocuparam se Braun estava colocando em xeque a atuação política nacional, bem como, se estava criando situações adversas entre os colonos e o governo, para que numa situação futura de possível embate direto, aqueles se voltassem a favor da NSDAP e não da terra que os abrigava. Como já citamos anteriormente, embora existissem filiados ao Partido Nazista que habitavam as regiões rurais, a maioria mantinha tradicionalmente um vínculo fraterno ou afetivo com a pátria mãe, mas se negavam a afiliar-se a NSDAP, por considerarem inábeis as atitudes dos agentes, fato esse que poderia causar constrangimentos entre os colonos e o governo brasileiro.

Jung não era filiado e entendia bem essas questões. Tanto que se mostrava preocupado, na carta, com o amigo e provável fomentador de sua vinda ao Brasil, Erich Finmann, questionando Braun várias vezes sobre os motivos que levaram a sua prisão e seu atual paradeiro. Ao prestar depoimento em Londrina, Jung relatou:

[...] dissera que aqui se preparava uma luta contra o elemento alemão, porque soube que alguns dos seus compatriotas foram presos pela polícia do nosso

³¹¹ Carta de Helmut Jung à Otto Braun – 26 de junho de 1939 - - DOPS/PR, Pront. 1253, Top. ?, fl. 10, DEAP/PR.

³¹² Ofício nº 93B/N – Do General Manoel Rabello (5ª Região Militar) ao Capitão Fernando Flores (Chefe de Polícia do Estado do Paraná) – 05 de julho de 1939 - DOPS/PR, Pront. 12253, Top. ?, fl. 7, DEAP/PR.

país e dentre eles um senhor de nome Finmann, conhecido do declarante, homem sensato e incapaz de proceder contra as leis deste país, que o declarante assim se expressou com receio de passar por espião, contudo admira o nosso país, onde quer viver e trabalhar, pois sendo grato ao nosso país se sente constrangido pelas suspeitas infundadas como se ele declarante quisesse tirar algum proveito desleal da sua permanência em nosso país, que o declarante reside no Brasil há três anos e meio, mais ou menos, e nunca se envolveu em partidos políticos nem tão pouco em associações, por isso quer ficar isento de qualquer suspeita.³¹³

Embora a DOPS/PR tenha interceptado inúmeras cartas de Jung, tanto para Braun, quanto para Erich Finmann, o mesmo não foi detido, apenas prestou depoimento e foi liberado. Suas cartas colocaram a figura de Braun novamente sob a ótica da polícia, o que o fez comparecer à delegacia para prestar depoimentos sobre as declarações de Jung. Braun disse que não havia, em momento algum dado abertura para temas como a atuação norte americana na política brasileira, menos ainda sobre qualquer tipo de luta que se preparava contra os imigrantes alemães no Brasil, que se mantivera neutro até então.

Não obtivemos dados sobre Jung ou familiares após a Segunda Guerra Mundial, nem mesmo se permaneceu em Rolândia com sua família.

3.4.2 Um lavrador engenhoso: Heinrich Andreas Klein e a forma inusitada elaborada pela mulher do mesmo para lhe repassar informações na prisão

Heinrich Klein nasceu em São Paulo no dia 10 de maio de 1894, logo nos primeiros anos de vida, fora levado pelos pais para a Alemanha, onde passou toda a infância e boa parte da juventude. Com vinte anos, alistou-se para atuar no conflito bélico mundial de 1914; permaneceu na Alemanha até meados de 1920, quando se casou com Geny Klein, também brasileira, que como ele, havia sido educada na Alemanha. Chegaram ao Brasil para residir na Colônia Amazonas, em União da Vitória.

Pertencia ao Partido Nazista, participando das reuniões em Porto Vitória, foi condecorado pelo mesmo em 1938 pela sua atuação na Primeira Guerra Mundial. Mantinha estreita relação com membros da NSDAP de todo Brasil e não fazia nenhuma questão de esconder sua afeição pela causa de Hitler. De acordo com seu próprio relato, foi entusiasta em 1934 da criação do núcleo do Partido Nacional

³¹³ Auto de declarações de Helmut Jung – 09 de agosto de 1939 - DOPS/PR, Pront. 1253, Top. ?, fl. 26, DEAP/PR.

Socialista em Porto União, cidade vizinha pertencente ao Estado de Santa Catarina, onde seu irmão era membro do Partido, mas na cidade de Blumenau.

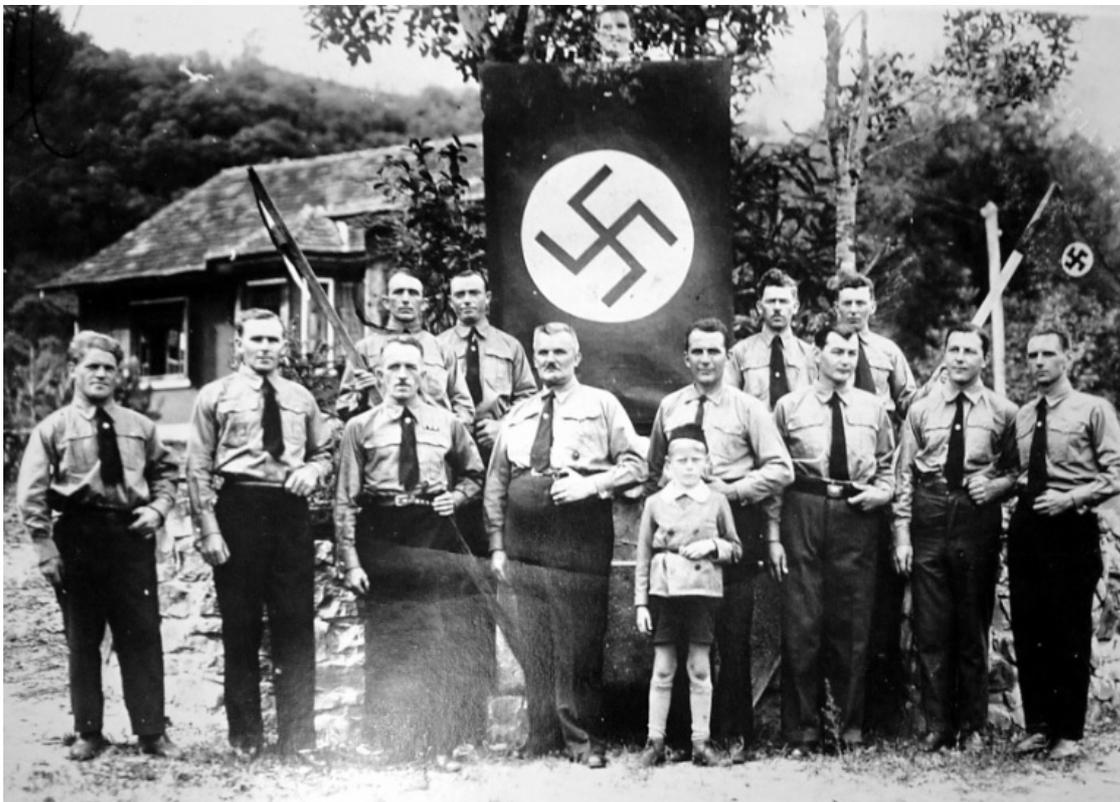


Figura 6 Núcleo da NSDAP/PR – União da Vitória³¹⁴

A soma desses fatores o conduziram a prestar o primeiro depoimento para a DOPS/PR em 18 de outubro de 1942. De acordo com sua folha de anotações e antecedentes, foi detido por ser:

Nazista ardoroso, pertencente ao núcleo de União da Vitória. [...] a despeito de ser brasileiro, foi servir no exército alemão, durante a guerra 1914-18, tendo sido condecorado por duas vezes, uma em 1917, e a outra já pelo governo nazista, também em virtude de haver servido naquela conflagração. Não nega ser simpatizante da causa hitlerista e de desejar a vitória da Alemanha. Viajou em 1938, com sua esposa, pela Alemanha. Procedente de

³¹⁴Estão compondo essa fotografia: No primeiro plano (da esquerda para a direita): Martin Van Pettevenkler, Emilio Blaffert, Eugenio Klein, Guilherme Puchnhagen, Otto Schubardt, Walter Bach, Erich Bach e Henrique Scheibe. No segundo plano (da esquerda para a direita): Henrinch Klein (o indiciado pela DOPS), Germano Thomas, Fritz Mehlan e Henrique Went. Em cima (segurando a bandeira): Otto Hochestein. Sobre a criança que figura com o grupo não existem informações, bem como não se pode precisar a data da fotografia, através das informações obtidas nos documentos, acreditamos que foi em 1934, época de fundação do Kreis. Fotografia que acompanhava o Ofício Reservado 382 de 11 de fevereiro de 1943 - DOPS/PR, Pront. 1538, Top. 360, fl. 35, DEAP/PR.

União da Vitória, foi recolhido, juntamente com a sua esposa, Geny Klein, à Casa de Detenção.³¹⁵

Sobre sua atuação na Primeira Guerra Mundial, Heinrich alegara que esteve incorporado ao exército alemão, participando da conflagração europeia de 1914 a 1918, durante todo o tempo de sua duração, destacado, a princípio, para o *front* russo, e integrando, posteriormente, as tropas de ocupação ou em operações no território francês. Recebera duas condecorações em razão dos serviços militares prestados, sendo a primeira recebida em 23 de outubro de 1917, em plena guerra e a segunda, a título de lembrança, entregue pelo Consulado Alemão de Curitiba.

Geny Klein ficou detida por quase dois meses, sendo liberada em 22 de dezembro do mesmo ano, através de uma ordem da Secretária de Interior, Justiça e Segurança Pública. De sua detenção encontramos poucos informes, inclusive não encontramos uma pasta individual aberta em seu nome. De mais relevante que podemos destacar sobre sua passagem na Casa de Detenção, foi a apreensão junto dela de algumas frases em alemão aparentemente desconexas, que após investigação e o depoimento de Klein, souberam que se tratava:

[...] de uma fórmula imaginada por Genny Klein, segundo a qual seu marido, caso viesse a ser preso, seria posto ao par dos acontecimentos ou operações militares que se desenvolvessem em diferentes teatros da luta, todas elas referentes, porém, a êxitos ou resultados que viessem a ser eventualmente obtidos pelas forças dos países do eixo. [...] o indiciado e sua mulher, procuravam sintonizar, diariamente, as emissoras da Europa, especialmente a de Berlim, cujas transmissões e noticiosos de guerra eram por eles avidamente ouvidos.³¹⁶

Sobre o código de informações criadas por Genny Klein, o DOPS/PR traduziu as expressões utilizadas por ela em alemão e equivalentes em português; juntando o real significado que a palavra utilizada revelaria ao marido detido, organizamos uma breve tabela com as principais expressões³¹⁷:

³¹⁵ Folha de anotações e antecedentes de Heinrich Klein – 28 de outubro de 1942 - DOPS/PR, Pront. 1538, Top. 360, DEAP/PR.

³¹⁶ Relatório da Delegacia de Ordem Política e Social sobre as detenções de Heinrich e Genny Klein. 04 de novembro de 1943 - DOPS/PR, Pront. 1538, Top. 360, fls. 17 - 19, DEAP/PR.

³¹⁷ DOPS/PR, Pront. 1538, Top. 360, fl. 35, DEAP/PR.

Tabela 7 Lista de expressões criadas por Genny Klein para informar Heinrich Klein sobre os acontecimentos durante seu tempo de detenção

Expressão em português	Equivalente em alemão	Real significado
Os meus dentes ainda não estão em ordem	Hunger	Estou passando mal
Sapatos rasgados	Arbeiten	Trabalhar
O arroio encheu muito	Grosser ubooterfolg	Grande vitória dos submarinos
Gasolina ou lancha	Grosser seeschlacht	Grande batalha naval
Iguassú	Atlantisch ozean	No oceano atlântico
A macieira	Russen kapituliert	Rússia capitulou
A primavera não brota mais	England angriff	A Inglaterra foi atacada
Primavera morreu completamente	Englands kaputt	A Inglaterra foi completamente derrotada
Uma vaca deu gêmeos	Grosser sieg	Grande vitória

Essas combinações só foram possíveis após o testemunho prestado por Klein:

[...] que receando ser preso de momento para outro, dada a sua simpatia pela causa da Alemanha e a possível descoberta de seus sentimentos, imaginou passar uma procuração a sua mulher para cuidar de todos os interesses do casal, inclusive a venda de bens imóveis, [...] que de igual modo convencionou uma formula de lhe serem transmitidas as notícias de guerra, tendo ela organizado para tal fim uma serie de expressões a atribuído a cada uma dela um significado, que no caso, se relacionaria com possíveis resultados militares que viessem a ser obtidos pela Alemanha, isto de tudo no caso de ser ele preso conforme já vinha esperando.³¹⁸

O mesmo permaneceu detido até 19 de maio de 1943. Quando completava sete meses de prisão, foi colocado em liberdade por ordem do Interventor Federal. Porém, Heinrich Klein e sua mulher foram indiciados pela DOPS/PR em virtude de serem “simpatizantes e fervorosos partidários da causa dos países totalitários”. Entretanto, o Tribunal de Segurança Nacional – de acordo provavelmente com o que havia decidido em casos semelhantes, que não se pune a ideologia e sim a ação contrária aos interesses nacionais – denunciou Heinrich Klein apenas como incurso no inciso 18 do artigo 3 do Decreto Lei 431, de 18 de maio de 1938, que pune aqueles que possuem arma sem licença da autoridade competente. Na casa de Klein foram

³¹⁸ Auto de declarações prestadas por Heinrich Andreas Klein – 18 de outubro de 1942 - DOPS/PR, Pront. 1538, Top. 360, fls. 36 - 40, DEAP/PR.

recolhidas, sem registro, um fuzil modelo Mauser, uma pistola automática calibre 765 e boa quantidade de munição, no caso 10 cartuchos para espingarda, 30 projeteis de pistola e 15 balas de fuzil.

No dia 04 de novembro de 1943, o TSN o condenou a três anos de prisão, pela detenção ilegal dessas armas. Em 29 do mesmo mês ele se apresentou na penitenciária do Estado para cumprir a pena que lhe foi imposta. Não cumpriu a pena em sua totalidade, uma vez que, foi posto em liberdade em 26 de julho de 1945, em virtude do Decreto Lei 7474 de 18 de abril de 1945, que concedeu anistia a crimes políticos cometidos entre 16 de julho de 1934 até a data de sua homologação.

A soltura de Klein pode ter sido uma interpretação equivocada, haja vista que, o mesmo não fora detido por crime político, mas sim pelo fato de portar armas sem registros, sanção que pode ser impetrada contra nacionais ou estrangeiros, independente de situação política. Porém, gostaríamos de fazer uma reflexão inversa, na qual a arma - ou a posse dela - era o único meio possível da DOPS/PR detê-lo novamente, tendo em vista que o mesmo não poderia ser enquadrado em crime político. Após o final da Segunda Guerra Mundial, não encontramos outras evidências ou relatos que levassem até Klein e sua família.

3.5 WER DU BIST? INDIVÍDUOS SEM ENQUADRAMENTO ESPECÍFICO NAS CATEGORIAS PROPOSTAS

Durante o trabalho de coleta de fontes e análise de pastas individuais do DOPS/PR, deparamo-nos com algumas pastas que necessariamente não continham informações suficientes para exame, outras que eram complementos de detenções, pastas de marinheiros detidos em processo de deserção ou quando eram capturados, alguns sem qualquer indício de registro profissional, que necessariamente não possibilitaram um enquadramento.

A fim de completar a apresentação de todos os envolvidos pela DOPS/PR, seguem listados abaixo essas pastas referentes a indivíduos que ficaram fora das categorias acima propostas:

Tabela 8 Prontuários pela DOPS/PR não enquadrados em categorias profissionais

Nome	Profissão	Origem	Idade	Residência
Bruno Hindelmann	-	Alemão	-	Curitiba
Franz Koch	Músico	Alemão	49	-
Frederico Ludke	Motorista	Alemão	52	União da Vitória
Gaspar Meyer	-	-	42	Faxinalzinho
Gustav Alfred Sjöblom	-	Alemão	41	Curitiba
Hans Zischler	Pastor Protestante	Alemão	35	Rolândia
Heinz Franz Arthur Zimmer	Marinheiro	Alemão	22	Curitiba
Hilda Krueger	Dona de casa	Brasileiro	37	Curitiba
Horst Udo Knopff	Marinheiro	Alemão	29	Curitiba
Ilse Dorothea Raacke	Estudante	Brasileiro	16	Curitiba
Marta Maria Luiza Müller	Hoteleira	Alemão	44	Paranaguá
Pedro Fuss	Padre	Alemão	32	Ponta Grossa
Rudolf Siemann	Marinheiro	Alemão	21	União da Vitória

Em suma, realizamos nessa fase da pesquisa um exercício mais focado em esmiuçar de maneira linear e cronológica a atuação desses elementos considerados nocivos à segurança nacional pela polícia política. Conforme já anunciamos anteriormente, tomamos alguns dossiês como exemplos para serem arrolados, optando por analisar de maneira mais ampla, esses onze indivíduos, que consideramos pontos-chaves para embasar nosso argumento interpretativo sobre os sentimentos encontrados na documentação e que serão debatidos teoricamente no capítulo IV.

4

**A POLÍCIA POLÍTICA COMO VEÍCULO DO
RESSENTIMENTO ENTRE NACIONAIS E
ESTRANGEIROS NO PARANÁ: UM
EMARANHADO DE SENTIMENTOS**

Durante o governo Vargas o aparelho repressivo foi massivamente utilizado na contenção das insatisfações de grupos contrários às medidas políticas tomadas pelo Estado e por seus signatários locais, bem como teve papel preponderante na dissuasão dos ideais estadonovistas, pela atuação de seus agentes e na propagação das ações policiais, veiculada nos jornais, programas de rádio e multiplicadas oralmente pela população. Não é nosso intuito medir a recepção das ações do DOPS/PR no cotidiano paranaense, porém, desejamos entender como tal instituição pode ser percebida como veículo propagador do ressentimento entre nacionais e estrangeiros, principalmente entre 1942 e 1945.

Para alcançarmos explicações que deem conta desse objetivo, passaremos a debater, pelo viés dos estudos dos sentimentos na história, a necessidade de discutir a adesão aos planos de governo de Vargas e de Hitler, como esses sujeitos se posicionavam diante da polícia política ao serem interrogados e como e para quem apelavam quando sentiam que a justiça lhes faltava. Procuraremos apresentar pontos de reflexão sobre o papel do carisma dos líderes, da obediência dos seguidores, excertos de sujeitos que mesmo diante do revés da prisão se afirmavam nazistas ou simpatizantes de Hitler.

Consultamos pastas no Fundo DOPS do Arquivo Público do Paraná e apresentaremos trechos, onde indivíduos de origem germânica apresentavam queixas diretamente ao chefe da nação, solicitando seu auxílio para resolver problemas particulares e de familiares presos. Ainda por meio da documentação verificada, enfatizaremos o papel da inveja, do ódio, da vergonha, do medo e do ressentimento na construção de um panorama não favorável aos indivíduos de origem imigrante, cujos países combatiam pelo Eixo.

Nossa grande questão para esse momento é entender como a Segunda Guerra tornou-se um álibi perfeito para agressões contínuas aos sujeitos e/ao patrimônio 'alemão' durante a Segunda Guerra. A pergunta: pode o ressentimento perturbar o convívio cotidiano? Irá nortear os debates com premissas teóricas sobre o ressentimento e a forma como os historiadores têm o percebido como condicionante histórico.

4.1 ADESÃO, PERTENÇA E SEGUIMENTO AO LÍDER. ADOLF HITLER E GETÚLIO VARGAS NOS DEPOIMENTOS DE PRESOS POLÍTICOS NO PARANÁ DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Escreveu Geneviève Koubi, 'o pertencimento supõe então um fechamento'³¹⁹, uma adesão ao grupo, aceitar ser algo determinado, convencer-se de que está disposto a arcar com o ônus do pertencimento. Logo, demanda da influência de outrem; não é o indivíduo que decide pertencer ou não, mas sim o outro [ou outros] que decide sua adesão ou não ao grupo. 'A gestão da identificação do grupo, bem como da identidade do indivíduo, é, desse modo, marcada por métodos de ordenamento e classificação.'³²⁰

Em alguns casos, podemos evidenciar que, historicamente, determinados Estados predispõem-se a ordenar e a determinar como se compõem esses grupos. É o caso do Brasil durante o Estado Novo, na Alemanha durante o governo nazista, e em tantos outros países, cujos regimes políticos beiravam estados de exceção ou de sítio. No âmbito do direito,

Essas regulamentações respondem a estratégias de poder, a necessidades de organização, a lógicas de ordem; suscitam amnésias a respeito de certos elementos constitutivos das identidades culturais assim reconhecidas; levam, então, as minorias a reagir, a resistir, a defender-se contra as 'pulsões de destruição que emanam tanto do Estado quanto de si própria. Essas confusões criam censuras nas histórias pessoais e reúnem censuras nas 'memórias coletivas'.³²¹

A normatização da pertença está muito vinculada ao tempo atual, à condição política do momento, desrespeitando heranças passadas, contribuições ao meio social anteriores, haja vista que o condicionante do controle são as características atuais, emanadas pelo conjunto legal constituído, mesmo que o Estado no caso do Brasil, em 1934, tenha colocado a própria Constituição em uma espécie de anomia. E o Estado, mesmo em período de regime de exceção, falará por 'nós' e para 'nós', nunca pelo 'eu', sempre – em tese – pelo coletivo.

Existe um grande contraste dentro da própria coletividade, no que tange ao nosso foco de estudos, uma vez que mesmo pertencendo ao mesmo 'grupo nacional',

³¹⁹ KOUBI, Geneviève. Sentimentos: do pertencimento à ilusão da solidariedade. In: BRESCIANI, M.S & NAXARA, M. (orgs). **Memória e (Res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 530.

³²⁰ Idem, p. 525.

³²¹ Idem, p. 529.

brasileiros com descendência germânica são tratados durante o Estado Novo de maneira diferente dos brasileiros considerados natos, existindo duas pessoas verbais na mesma pluralidade, o nós e o eles. De acordo com Serge Moscovici,

Mesmo o uso dos pronomes 'nós' e 'eles' pode expressar esse contraste, onde 'nós' está em lugar do grupo de indivíduos com os quais nos relacionamos e 'eles' está em lugar de um grupo diferente, ao qual não pertencemos, mas podemos ser forçados a pertencer. A distância entre a primeira e a terceira pessoa do plural expressa a distância que separa um lugar social, onde nos sentimos incluídos, de um lugar dado, indeterminado ou, de qualquer modo impessoal. [...] Grupos de indivíduos tentam superar essa necessidade tanto se identificando com o 'nós' e dessa maneira fechando-se em um mundo à parte, ou identificando-se com o 'eles' e tornando-se os robôs da burocracia e da administração.³²²

Entendemos que essa distância entre grupos no caso dos alemães e brasileiros é decorrência de uma dinâmica de tempo mais longa, como estamos demonstrando ao longo do texto, uma rivalidade que vem sendo construída no discurso intelectual e nas formas jurídicas de interpretação do imigrante. Desdobradas nas ações do cotidiano, cujos ápices são cerceados por "períodos de crises culturais e de rápidas mudanças históricas"³²³, como a Primeira e a Segunda Guerra, a implementação do Plano de Nacionalização durante o Estado Novo e a efetiva participação do Brasil no conflito mundial.

Esses momentos são carregados de ameaças objetivas à segurança nacional; Escolher um lado é uma opção protetiva do coletivo, opção que passa pelo desafio da submissão a um 'plano maior' ou a escolhas pessoais vinculadas à origem familiar ou a grupos políticos. Lindholm, entende que

Todo ser humano carrega um potencial inato para a perda da identidade em tais formas de socialização adulta – um potencial que pode ser ativado através de mecanismos de alteração da identidade específicos, como coerção e a exortação, em ambiente de grupos fechados. [...] Em tais períodos de grande tensão, muitas pessoas podem participar voluntariamente de grupos totalizantes que oferecem refúgio para escapar da confusão, dentro de uma identidade de grupo nova e transcendente.³²⁴

Essa aptidão para seguir é uma das mais importantes questões para que possamos entender a adesão de parte do grupo nacional contra os indivíduos – muitos

³²² MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: Investigações em psicologia social. Trad. Pedrinho Guareschi. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003, p. 50.

³²³ LIFTON, Robert J. *Thought Reform and the Psychology of Totalism*. New York: Norton, 1961, p. 437.

³²⁴ LINDHOLM, Charles. **Carisma**: Éxtase e perda da identidade na veneração ao líder. Trad. Carlos Augusto Costa Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993, p. 95.

deles também brasileiros – de origem eixista. Procuraremos elencar alguns fatores importantes dessa relação de amor e seguimento ao líder e ao projeto nacional, buscando encontrar elementos que nos permitam explicar a intensa rede de denúncias que se organizou após o governo Vargas efetivar uma série de medidas restritivas aos imigrantes.

Alguns estudos atribuem unicamente à figura do líder carismático a adesão coletiva a manifestos, massacres, embates violentos e a revolta da multidão e desconsideram a vontade própria da coletividade em prol de um projeto, alegando que cabe ao líder carismático o papel de incitar, movimentar e utilizar o grupo como massa de manobra, seja ela política ou social. Entendemos que em ambos os casos, de Alemanha e Brasil, a figura do líder nas décadas de 1930 e 1940 é preponderante, mas existem ressalvas que são necessárias à figura do líder nacional, principalmente diferenças que são oriundas do próprio sistema de governo, no Brasil e na Alemanha.

O carisma tem papel relevante nesses períodos conflituosos da história, por isso partiremos do estudo clássico sobre o papel do carisma de Charles Lindholm, que busca uma explicação emocional e psicológica para o envolvimento com um movimento cujo líder é carismático; nessas perspectivas procuraremos debater a importância do carisma para esses dois grupos e como essas questões aparecem nos depoimentos coletados pela DOPS/PR.³²⁵

Partiremos do princípio que o carisma não é algo passível de ser ensinado, não é algo que se aprende, potencialmente é encarado como uma característica intrínseca a um determinado sujeito, mas vale ressaltar que um sujeito sozinho, fora de um grupo social, nunca despertará suas qualidades carismáticas.

Carisma é, sobretudo, um relacionamento, uma mútua ligação íntima entre o líder e o seguidor. Sendo assim, se o carismático tem a capacidade de compelir, o seguidor tem a capacidade equivalente de ser compelido, e precisamos considerar o que compõe e configura a personalidade tanto do seguidor como a do líder, se quisermos compreender o carisma.³²⁶

³²⁵ Um estudo mais recente sobre o papel das lideranças é do francês Yves Cohen, que publicou em 2013, *Le siècle des chefs*. ³²⁵*Une histoire transnationale du commandement et de l'autorité (1890-1940)*³²⁵, dando ênfase ao papel paternal e de liderança que emana de alguns chefes, buscando exemplos conhecidos como o de Adolf Hitler e Joseph Stalin, desdobrando o foco para as corporações automobilísticas, dando destaque ao papel do chefe no ambiente fabril. Sua obra está dividida em duas partes principais: a primeira discute como os líderes são tratados na literatura da época (militar, econômica e política); a segunda estuda a história dos líderes na tomada de decisões, porém, não tem um debate tão aprofundado sobre a ótica do carisma.

³²⁶ LINDHOLM, 1993, p. 19

Essa aproximação do líder com a massa pode ser considerada uma das maiores semelhanças entre o governo brasileiro no Estado Novo com o governo de Hitler. Não é incomum, escutar ou ler, que o governo de Vargas era fascista, a nosso ver, tinha elementos de inspiração fascista; mas se configurava em um regime autoritário, cujos meios controladores da comunicação e o funcionamento da estrutura de propaganda política são eivados pela influência dos regimes alemão e italiano.

É preciso minar todas as 'ideias exóticas' para que um Estado forte seja idealizado no Brasil, dessa forma mobilizar a sociedade para tal fim exigia ações que tinham como seu foco a recepção dos discursos do líder e a crença nos ideais por ele proclamados. Quando a sociedade se aglutina em torno do líder, ela assume características particulares de exaltação, desprendimento e intensidade emocional que estão além daquelas da consciência tradicional; essas pessoas perdem a carga identitária em função do sentimento de atração em relação ao outro carismático.³²⁷ Maria Tucci Carneiro alega que Vargas (ou seus asseclas) percebeu que cada discurso era valorado pelo momento político, dessa forma Vargas metamorfoseava seu discurso, "que de autoritário foi se transformando em populista"³²⁸

A utilização de um discurso simples, imagético e agressivo tinha como única e exclusiva intenção de provocar as paixões para atingir diretamente as massas. Pierre Ansart³²⁹ assevera que é preciso modificar os sentimentos coletivos e que isso se dá pela multiplicidade de apelos e mensagens de apoio que são feitas pelo governo. Nesse sentido a propaganda precisa ser atrativa, os discursos precisam ser simples e adequados, devem ser cativantes, a propagação da ideologia de governo não precisa necessariamente ser impressionante, basta que obtenha o resultado esperado.

Para Christophe Prochasson, são incontáveis as reflexões que fazem referência à preponderância dos sentimentos sobre os argumentos.

Nossos país, nossos concidadãos, são mais abertos aos sentimentos, que a lógica. Eles se apaixonam, mais que raciocinam. Eles admiram os homens que lhes parecem a expressão viva de suas aspirações confusas. Quando aprovam alguém, seguem-no aonde quer que os venha a conduzir.³³⁰

³²⁷ LINDHOLM, 1993, p. 19

³²⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o DOPS e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 327.

³²⁹ ANSART, Pierre. **La gestion des passions politiques**. Lausanne, L' Age d'homme, 1983.

³³⁰ PROCHASSON, 2005, p. 308

Em nossa opinião, o fator mais relevante do discurso carismático, seja ele apenas baseado nas propriedades de fala do líder ou no aparato governamental da propaganda política, que aproveita o carisma natural para criar discursos cada vez mais atraentes, não é a manutenção do grupo de seguidores, mas a capacidade de convencimento em relação aos indecisos. Aqueles que possuem ideologia contrária, dificilmente se convencerão e mudarão de opinião abruptamente, logo, devem ser alocados no grupo contrário ao projeto, destarte, serão considerados maus brasileiros, não patriotas e deste modo não dignos de partilhar a nação que se desdobra no horizonte próximo.

Aqueles que não partilham dos ideais estadonovistas estão fora do círculo protetivo do chefe da nação, poderão ser acusados de conspirarem contra a segurança nacional e sofrerem sanções repressivas legais diante do grande aparato político/policial que foi organizado a partir de 1937. O Estado Novo, alerta Maria Helena Capelato, manteve cautela demasiada para não ser atrelado a uma imitação do nazi-fascismo, bem como, nos primeiros anos, não valorava o contato direto com as massas, mantendo-se mais fechado e governando juntamente com as lideranças políticas e militares.³³¹

Mesmo tendo se afastado da Alemanha, em 1942, a aproximação com os norte-americanos não impediu a manutenção do sistema de sugestão coletiva através dos meios de comunicação. A Segunda Guerra Mundial será o fator histórico condicionante para o alinhamento da população com Vargas; essa diminuição dos 'heréticos' é uma variante que depende de alguns fatores vinculados ao comprometimento do grupo com o líder, portanto é errôneo tratar a população brasileira de maneira homogênea, do aspecto do comprometimento com Vargas. De acordo com Lindholm,

À medida em que seus participantes se tornam mais ou menos comprometidos, se apaixonam ou deixam de se apaixonar. E, uma vez que é evidente que o comprometimento carismático varia conforme o seguidor e o líder, prevalece com mais intensidade em alguns momentos históricos do que em outros e também ocorre mais frequentemente em alguns grupos sociais do que em outros, torna-se necessário contextualizar qualquer estudo sobre esse tipo de comprometimento, mostrando a relação entre as circunstâncias e as perspectivas de uma relação carismática.³³²

³³¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 170.

³³² LINDHOLM, 1993, p. 20.

Foi nesse ambiente do Estado Novo que a relação líder e liderado se consolidou no Brasil, permitindo nos anos iniciais um falso neutralismo brasileiro. De acordo com Tucci Carneiro,

Vargas – expoente máximo do autoritarismo e do populismo – impôs a censura, criou tribunais de exceção, estigmatizou os estrangeiros e negou abrigo aos judeus refugiados no nazi-fascismo. Sem coragem de expor ao mundo seu ideário antissemita, manteve a política imigratória à sombra de circulares secretas. Enquanto isso, alemães nazistas e integralistas, ambos exaltadores das ideologias totalitárias no Brasil, propagandeavam suas ideias incentivados pelas atitudes fascistoídes do chefe da nação brasileira. Somente após 1942, e assim mesmo sob olhar vigilante dos Estados Unidos, é que Vargas saiu de seu falso neutralismo definindo-se para o lado dos Aliados.³³³

Algumas bandeiras foram levantadas no Estado Novo, amparadas nas premissas do governo hitlerista, comuns a governos em estados de exceção, como a identificação com o projeto da nação, o culto ao líder e a fé em sua figura messiânica, a eleição de inimigos da 'coisa pública', adesão total à luta contra os 'sem-Deus' e a perda de toda carga cultural que não seja condizente com o projeto nacional. Dessas possibilidades acima citadas, o Brasil não teve o mesmo êxito que a Alemanha na perda de identidade, potencialmente pelo regime totalitário ser mais exigente no quesito seguimento, bem como pelo uso explícito da violência [SS – SA – Gestapo]³³⁴ contra aqueles alemães que não se mostravam favoráveis ao regime e à eliminação dos povos considerados indignos de participar da nação alemã, no caso judeus, negros e povos de origem cigana.

A personificação do líder enquanto 'pai da nação' é uma estratégia adotada que, em geral, é muito promissora, uma vez que o autossacrifício em prol da pátria é a virtude mais destacada pelo regime. São homens que expressam essa capacidade de doar-se a uma causa maior; o discurso atrelado a esses sujeitos identifica-os com a própria terra que eles insistem em chamar de sua pátria. Esses líderes carismáticos são produtos condizentes com regimes ditatórias, uma vez que

O homem superior é descrito como ativo, rígido, isolado do comum dos mortais, idiossincrático, enérgico e lutando altruisticamente para transformar o mundo de acordo com seu ideal de perfeição. [...] Aqueles que expressam esse poder de comando elementar, transgressor e explosivo, dominam os mais fracos. São heróis que fazem suas próprias leis fora das convenções, baseados nos impulsos autênticos de seus desejos pessoais. Essa

³³³ CARNEIRO, 1999, p. 331.

³³⁴ SS – Schutzstaffel (Tropa de proteção; SA - Sturmabteilung (Tropa de assalto/Milícia Paramilitar/Tropa de pressão política); GESTAPO – Geheime Staatspolizei (Polícia Secreta do Estado)

capacidade inata para o comando é descrita como o valor definitivo num mundo carente de outros valores.³³⁵

Esse é o exemplo a ser seguido, o ideal de nação personificado e exigido para o cumprimento da meta final, que era o saneamento ideológico e a homogeneização do pensamento. Como destacam, Maria Helena Capelato e Maria Luiza Tucci Carneiro, havia um grande aparato para manter esse chefe em alta e com a imagem vinculada à população mais carente, principalmente quando Vargas se valia dos discursos como ferramenta de aproximação.

[...] Os encarregados da propaganda procuraram aperfeiçoar-se na arte de empolgação e envolvimento das 'multidões' através de mensagens políticas. [...] No Estado Novo, o efeito visado era a conquista do apoio necessário à legitimação do novo poder, oriundo de um golpe. [...] O discurso do chefe era elaborado a partir de técnicas de linguagem: ele usava os slogans, palavras-chave, frases de efeito e repetições ao se dirigir às massas. [...] O uso dos meios de comunicação tinha como objetivo legitimar o Estado Novo e conquistar o apoio dos trabalhadores à política varguista.³³⁶

Essa prática discursiva de slogans e repetições de fala simples e acalorada tem muito maior capacidade de convencimento que um discurso racional, ora, uma palestra, por melhor que seja o orador, eivada por termos técnicos e exemplos desconhecidos do público ouvinte, não poderá ter como resultado uma compreensão racional, quiçá uma adesão por alguma prática proposta. Na prática, é evidente a capacidade do orador empoderado, como nos alerta Charles Lindholm, "as pessoas estão muito mais propensas a serem convencidas por argumentos não-rationais, enquanto os discursos racionais quase sempre falham lamentavelmente na obtenção de algum consenso".³³⁷ A razão nesses casos é inócua, conforme Gustave Le Bon, o orador deve falar a linguagem sucinta, evocar os mitos e utilizar das metáforas, a técnica precisa ser simples, basta "exagerar, afirmar, fazer uso de repetições e nunca tentar provar nada pela razão".³³⁸

Tendo em vista que não se pretendia a construção de uma sociedade que apregoasse uma ideia múltipla de cultura, focou-se na desconstrução das culturas imigrantes, principalmente aquelas que eram mais arraigadas, como a alemã, em uma tentativa de criação de uma identidade própria, totalmente brasileira. Se o coletivo era a questão importante

³³⁵ LINDHOLM, 1993, p. 32- 33

³³⁶ CAPELATO, 1999, p. 170 - 171

³³⁷ LINDHOLM, 1993, p. 29.

³³⁸ LE BON, Gustave. **Psicologia de las multitudes**. Buenos Aires: Albatros, 1952, p. 51.

Em nome de um nacionalismo exacerbado, aqui entendido como um fenômeno político moderno, o Estado acionou um universo de símbolos que tinham o poder de 'premiar' aqueles que colocassem a vida coletiva acima da do indivíduo, identificando-se com uma entidade única: a nação. Os hereges, dissidentes individuais ou coletivos, deveriam ser punidos como tais.³³⁹

Um regime que não lidava bem com as diferenças, o Estado Novo, tal qual outros regimes autoritários buscavam o singular no coletivo para moldar a consciência nacional, evitando todos os meios que pudessem fazê-la destoar desse compromisso.

A fim de superar a crise de legitimidade e interferir no imaginário político, o Estado procurou gerenciar o universo simbólico dos grupos subalternos, mantendo-os, sempre que possível, alienados e conformados. Quanto aos imigrantes estrangeiros, desde que não se apresentassem como 'revolucionários', a ideia era integrá-los ao grande projeto de construção nacional. No caso de reações em contrário, acionava-se um discurso estereotipado e carregado de estigmas que, propagados pelos meios de comunicação, contribuíam para fortalecer o arsenal negativo edificado contra alguns grupos.³⁴⁰

Será nesse contexto que o carisma do líder se alicerceará através das inúmeras instituições estatais, cuja Delegacia de Ordem Política e Segurança [DOPS] é para nós, a mais relevante no processo de domesticação das massas. Para Elizabeth Cancelli o Estado tomou para si o monopólio da violência e: "extrapolou o monopólio da violência e engendrou uma polícia capaz de produzir medo e terror, generalizando-os para todo o país, para as instituições e para fora ou para dentro de suas agências repressivas".³⁴¹

O DOPS, ainda contava com outras instituições que foram criadas durante o Estado Novo para transformar o Brasil de país tipicamente agrícola em um país que fosse industrializado e independente economicamente. Foram criados o DIP [Departamento de Imprensa e Propaganda] e a DASP [Departamento Administrativo do Serviço Público], em 1939. No governo provisório, também foi criado o Ministério do Trabalho, consolidando uma série de leis trabalhistas, bem como foi estruturada uma legislação sindical para atender as reivindicações trabalhistas e patronais.

O Ministério da Educação instituiu a nacionalização do ensino e o fim do ensino realizado por escolas com financiamento estrangeiro, buscando desestabilizar iniciativas de imigrantes que mantinham suas tradições também através das escolas.

³³⁹ CARNEIRO, 1999, p. 333.

³⁴⁰ Idem, p. 335.

³⁴¹ CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: : PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 309 – 310.

Ainda, foram criados o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] e a institucionalização das escolas técnicas do sistema Senai.

A imposição desse grande projeto de nacionalização no Brasil recorda-nos os escritos de Robert Lifton sobre a reforma de pensamento que foi estabelecida na China durante o governo de Mao. Respeitando as disparidades de tempo e espaço, Lifton afirma que existem demandas diferentes nos processos de adesão ao líder, cujos resultados são os mesmos, obter um indivíduo com forte sentimento de lealdade ao governo e conseguir que essa lealdade seja fixada mesmo diante da possibilidade da perda da identidade individual.,

As formas de alcançar esses sujeitos são muito dispare, a primeira é a coerção física, violência, tortura, humilhação sistemática, alternada com ofertas de amizade, propostas de supressão da dor etc.

Os procedimentos incluíam sessões organizadas de tortura e humilhação sistemática alternadas com clemência e ofertas de amizade, sucessivas quebras na rotina, contínuos pedidos de confissões, de exposições públicas e reavaliações do próprio passado e do estado interior atual, o estímulo à culpa e as intensas pressões do grupo no sentido da cooperação e participação.³⁴²

A segunda é a adesão voluntária, cuja reforma do pensamento é realizada pelo conjunto social e repressivo criado pelas instituições do regime onde os sujeitos buscam a adesão para não serem confundidos ou inseridos em confusões de grupos contrários ao Estado.

Oferecer a um homem uma intensa experiência de apogeu, um sentimento de transcendência de tudo que é comum e prosaico, de libertação de embaraços da ambivalência humana, de inserção numa esfera de verdade, realidade, confiança e sinceridade acima de qualquer outra coisa que ele jamais tenha conhecido ou mesmo imaginado.³⁴³

Lifton se refere a "constante busca humana pelo guia onipotente... que trará solidariedade definitiva para todos os homens e eliminará o terror da morte e do nada"³⁴⁴, isto porque aquele que adere ao líder carismático e paga o preço da perda da identidade estará pronto para ofertar amor a qualquer outro que lhe apresente um ideal de vida. Tanto Hitler no alto de sua hierarquia totalitária, quanto Vargas diante de uma população vasta, culturalmente multifacetada e ideologicamente diversa,

³⁴² LIFTON, Robert J. **Thought Reform and the Psychology of Totalism**. New York: Norton, 1961 apud LINDHOLM, 1993, p. 94.

³⁴³ LIFTON, 1961, p. 435.

³⁴⁴ LIFTON, 1961, p. 436.

obtiveram algum êxito na consolidação de um processo de transfiguração nacional e de mudança de pensamento, utilizando-se de amplo aparato repressivo, desde a violência simbólica, a prisões, torturas e mortes, levando a cabo a máxima de Lindholm sobre a adesão ao líder carismático e suas consequências, em que "o líder e o seguidor estão fundidos numa comunhão empática dentro do coletivo, de forma que o temor da morte física não existe mais".³⁴⁵

Após ter examinado minimamente o papel da liderança carismática na construção do projeto de nação brasileira, iremos buscar na documentação analisada depoimentos de indivíduos que foram detidos e mesmo depois de meia década de proibição continuaram a valorar a figura de Hitler e a lhe prestar obediência, desvalorizando totalmente o eu, para mostrar conformidade com um projeto de nação que se desdobrava longe da sua realidade.

4.2 DEPOENTES PRÓ-NAZISMO. TENTATIVAS DE ENTENDIMENTO DO SUJEITO QUE SE INTITULA NAZISTA DEPOIS DA PROIBIÇÃO LEGAL DO NSDAP NO BRASIL E OS PEDIDOS DE AUXÍLIO A VARGAS E MANOEL RIBAS

Quando Rudolph Hess defendeu, em um grande comício em 1934, que "Adolf Hitler é a Alemanha e a Alemanha é Adolf Hitler"³⁴⁶ em caráter profundo e em tom messiânico o então Führer respondeu: "Eu sei que tudo que vocês são, vocês são através de mim, e tudo que eu sou, eu sou apenas através de vocês"³⁴⁷, inscreveu-se no âmago da fé alemã, colocou-se 'entre os mortais', disse ser o povo e parte do povo ao mesmo tempo. Essa grande jogada discursiva nos recorda a dúvida de Tomé diante do caminho que Cristo lhes oferecia; Jesus oportunamente se circunscreve no sagrado, respondendo: "Eu sou o caminho, e a verdade e a vida; ninguém vai ao Pai, senão por mim. Se vós me conhecêsseis a mim, também conhecereis a meu Pai, e desde agora o conheceis, e o tendes visto."³⁴⁸ Ainda completa ao apóstolo Filipe: "Não vos deixarei órfãos; voltarei para vós".³⁴⁹

A analogia que propomos acima parece descabida, mas não é, "por trás da racionalização e ideologia da fé nazista, havia um deus vivo, e essa era sua

³⁴⁵ LINDHOLM, 1993, p. 86.

³⁴⁶ FEST, Joaquim. Hitler. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1974.

³⁴⁷ FEST, 1974, p. 445.

³⁴⁸ Novo Testamento. João, Capítulo 14, Versículos 6 – 7.

³⁴⁹ Novo Testamento. João, Capítulo 14, Versículos 18.

essência."³⁵⁰ Podemos perceber em vários estudos sobre a figura carismática de Hitler que muitos seguidores voluntários só o eram através da primeira experiência como ouvinte dos seus discursos. Joaquim Fest, Ian Kershaw, Charles Lindholm, Yves Cohen, entre outros, puderam nos proporcionar descrições e relatos desses sujeitos que esmagados em meio à turba se maravilhavam com a excitação transmitida pelo discurso de Adolf Hitler.

Não nos compete nesse momento reproduzir esses diálogos e experiências de alemães com Hitler na Alemanha. O que nos interessa agora é apresentar como esses discursos também foram capazes de adentrar à comunidade alemã no Brasil e como os indivíduos de origem germânica que residiam no Paraná fizeram parte do NSDAP/PR, diante de situação adversa, e perante a polícia política de Vargas mantiveram a certeza na "fé nazista" e na vitória de Hitler na Europa.

Como já debatemos, o NSDAP alcançou o Brasil e o Paraná que mesmo com pouco menos de 200 filiados realizou intensa movimentação em espaços públicos e políticos, incomodando parte da população nacional. Durante os anos em que o partido esteve sobre a proteção judicial da constituinte anterior, fato este que, tornava legal sua existência no Brasil; não era ilegítimo, imoral ou vexaminoso exaltar a figura do Führer, vestir o fardamento do partido e debater com colegas brasileiros sua satisfação pessoal em relação às políticas de Hitler na Alemanha.

Essa relação com a NSDAP, inclusive era mais tumultuada entre os alemães. Aqueles que estavam satisfeitos com seu estabelecimento no Brasil, sem se preocupar efetivamente com o futuro da Alemanha e aqueles que, tal qual na Alemanha, preocupavam-se em encaminhar o maior número de filiados ao partido, por meio de um processo "prós-elitista" indiscriminado; esses partidários buscavam tomar os espaços ocupados por esses alemães e descendentes considerados 'brandos' ou 'já aculturados'.

Os nacionais podiam olhar com maus olhos algumas festividades e cerimônias cujo mote era a exaltação do povo alemão, mas essa insatisfação não foi por nós percebidas de maneira tão aguda antes do Estado Novo, exceto, como ressalta a historiadora Pamela Fabris - um grande descontentamento com os alemães e sua atuação no Brasil durante a Grande Guerra. Em alguns casos havia inclusive

³⁵⁰ LINDHOLM, 1993, p. 123

uma receptividade digna de ratificar a máxima do povo brasileiro como acolhedor. Em 1936, um fato interessante ocorreu na capital paranaense³⁵¹, durante a visita do dirigível Hindenburg.

Reinauguraram a escola alemã com uma grande cerimônia que contou com a ilustre presença do interventor federal Manoel Ribas. Naquele momento, o *hall* da instituição foi contemplado com uma tríade fotográfica peculiar, dispostos lado a lado, Vargas, Hitler e Manoel Ribas, selando a concórdia e a amizade entre os países, que mantinham relações comerciais estreitas desde o início do governo Vargas.

Essa percepção de um Brasil conivente com a presença alemã é destacada em uma carta enviada em 1937 por Guilherme Willy Roettger, marceneiro alemão, residente em Irati, para uma amiga em Braunschweig na Alemanha. Na missiva escrita em alemão, um trecho se destaca e nos chama atenção especial, uma vez que nos parece surreal.

[...] Os 'camaradas' vivem em tão, bom acordo com os militares, que o Comandante do Regimento em todas as oportunidades, põe à disposição do grupo a banda militar. Assim, também para a "Semana Alemã", ele enviou toda a banda militar para Curitiba. A partida na estação ferroviária, foi única. A senhora poderá imaginar isso! Uma banda militar brasileira, de negros, mulatos e brancos, tudo misturado, marcham na frente de uma bandeira com a cruz suástica e mais ou menos 200 "camaradas de guerra" alemães, tocando somente marchas alemães, [...] Si o Brasil mais uma vez entrar em guerra com a Alemanha, o 13º Regimento de Infantaria imediatamente se bandearia para o lado desta. [sic]³⁵²

O referido alemão ainda enfatizava que quando a Alemanha retomasse suas colônias, ele poderia finalmente enviar os filhos para crescerem em uma verdadeira juventude alemã. Cabe ressaltar que o mesmo foi expulso do Brasil em 31 de outubro de 1944, por ser considerado um nazista subversivo e por manter relações com filiados nazistas no Paraná após a proibição do partido no Brasil.

Se o nazismo não fosse anticlerical, arriscaríamos dizer que os filiados se inspiraram em Paulo, que ainda na prisão escreve aos Filipenses para que não esmoreçam diante dos limites impostos contra os seguidores de Cristo. É perceptível a manutenção do interesse em Hitler, mesmo diante da adversidade legal e da aberta

³⁵¹ Fato tratado na obra de Regina Schimmelfeng, sobre a escola alemã e em nossa pesquisa de mestrado sobre o cotidiano político de Curitiba nos anos precedentes a Segunda Guerra Mundial.

³⁵² Carta traduzida pela DOPS – De G.W. Roettger para Frau Mull - Braunschweig – Alemanha — DEAP/PR – Fundo DOPS/PR - Guilherme W. Roettger

perseguição realizada pela DOPS/PR contra aqueles que persistiam em destoar do projeto de nacionalização.

Ao analisarmos a documentação dos detidos pela DOPS/PR disponíveis no fundo organizado pelo Arquivo Público do Paraná, encontramos 60 alemães, sendo que mais de um terço [24] eram ex-filiados do NSDAP.³⁵³ Entre esse grupo de 60 alemães encontramos, em mais de um quarto dos depoimentos, assertivas diretas e indiretas sobre a manutenção da admiração ao governo de Hitler e a concordância com seu plano de governo. Precisamos tomar muito cuidado com as formas que estão dispostas essas informações nos depoimentos 'tomados' pela DOPS/PR durante o processo agudo da repressão entre os anos de 1942 e 1945.

O motivo dessa prevenção é que os depoimentos pessoais possuem algumas peculiaridades: a) não são escritos pelo detido; b) a narrativa é ouvida e digitada por um escrivão; c) existe um padrão de questionamentos e uma sequência lógica na apresentação dos fatos, d) algumas conclusões são padronizadas e não parecem partir daquele que está narrando, uma vez que se assemelha muito mais uma opinião pessoal do escrivão ou do delegado; f) alguns adjetivos como 'fervoroso', entre outros, não aparentam ser palavras dos próprios depoentes, uma vez que, aparecem de maneira constante nos depoimentos.

Esses arquivos também estão permeados por condições sensíveis que precisamos apontar, sendo a mais preocupante, a não possibilidade de reproduzir as formas como esses depoimentos foram obtidos. Não é possível mensurar pela documentação qual o nível de coerção a que esses detidos estavam sujeitos. Alguns ficaram pouquíssimo tempo detidos e foram liberados após o depoimento, outros ficaram por meses, foram levados a campos de trabalho e com menor frequência extraditados para a Alemanha. A formatação da documentação não aclara essas relações, não nos deixa perceber qual o tipo de violência física ou simbólica a qual esses sujeitos foram submetidos.

Em pouquíssimos casos tivemos acesso a trechos pessoais que apontam a lógica da suspeição sendo utilizada de maneira incisiva. Não podemos afirmar que parte da documentação foi retirada das pastas antes da extinção da DOPS no Brasil,

³⁵³ Ressaltamos que alguns alemães que foram listados nessa pesquisa não trazem em seus dossiês informações suficientes para que possamos determinar sua filiação à NSDAP, bem como, não podemos afirmar que eles não eram ou não possuíam vínculos com o partido.

mas a falta de sequência em uma série de documentos nos faz pensar dessa maneira, mesmo sabendo que alguns processos foram tramitados diretamente para o Tribunal Superior Nacional e que não retornaram às suas pastas originais.³⁵⁴

Buscaremos apresentar alguns desses depoimentos sobre obediência e seguimento ao partido nazista e a figura de Hitler no Paraná, a partir dessa documentação levantada no fundo DOPS/PR. Algumas situações podem ser consideradas consequência da filiação ao partido e outras, mais emblemáticas, apontam para uma resistência ao processo de nacionalização.

Ressaltaremos alguns casos mais incisivos do culto ao nazismo, descartando os depoimentos cuja exaltação ao partido e a Hitler parecem mais uma formalidade do escrivão do que exatamente uma posição pessoal do acusado. Alberto Blum, era considerado um problema efetivo pela DOPS/PR por ocupar um cargo de relevância na Companhia Telefônica Paranaense desde 1938. Suas reclamações públicas contra a extinção do partido não eram bem recebidas pela polícia política, encarado como indivíduo pernicioso ao regime, teve a detenção decretada em 05 de março de 1942, por ser considerado elemento subversivo, por ocupar cargo estratégico não permitido a “súditos do Eixo” e ainda, por ser acusado junto de outros funcionários alemães, de perseguir funcionários brasileiros, cometendo assédio moral e despedindo-os sem justo motivo.

Interessante pensarmos na dinâmica estabelecida pela DOPS/PR, que detêm Alberto Blum em março e toma seu depoimento em 14 de julho de 1942, quatro meses depois, enviando-o em agosto para o Rio de Janeiro em um campo de trabalho destinado a estrangeiros considerados perigosos ao regime. Em seu depoimento, não aparenta preocupação em dizer que continua simpático à forma que Hitler conduzia o governo alemão.

[...] mais ou menos, em fins do ano de mil novecentos e trinta e três, entrou para o Partido Nacional Socialista dos Operários Alemães (N.S.D.A.P.), desempenhando as funções de tesoureiro no referido Partido; que também era sócio da Frente de Trabalhista Alemã (D.A.F.) [...] que o declarante deixou de ser sócio dos Partidos acima referidos, em novembro de mil novecentos e trinta e seis, em virtude de terem sido fechados pelo Governo Federal; que o declarante como alemão que é, continua sendo simpatizando da forma de governo atual da Alemanha e do seu Führer, Adolfo Hitler. ³⁵⁵

³⁵⁴ Durante o processo de captação de fontes, tivemos acesso aos alemães que foram julgados pelo TSN, porém, entre os que foram citados no referido tribunal não encontramos equivalência nas pastas arquivadas pelo fundo DOPS/PR, fato esse que corrobora com nossa perspectiva que aqueles que foram tramitados pela federação não tiveram sua documentação devolvida aos Estados.

³⁵⁵ Auto de declarações de Alberto Blum - DEAP/PR – Fundo DOPS/PR

Sua soltura ocorreu somente ao final do conflito bélico, mas a sua liberdade foi fruto de consulta do gabinete do interventor estadual ao capitão Fernando Flores, que respondeu em 12 de junho de 1944:

O seu afastamento desta capital não foi em virtude de processo, mas teve caráter preventivo, em obediência às providências, de ordem mais ampla e geral, tomadas nos pródomos da declaração de guerra. Atualmente, poder-se-ia conceder, ao súdito alemão em referência, a liberdade vigiada, dando-se lhe esta capital por menagem, sem inconvenientes à ordem pública.³⁵⁶

A prática de buscar apoio no Interventor Federal ou no Presidente da República não é incomum, podendo ser evidenciada em vários casos, principalmente, quando os peticionários tinham respostas negativas seguidas do delegado da DOPS/PR, Valfrido Piloto e do capitão Fernando Flores, responsável pela chefatura de Polícia até 1941, quando assumiu a Secretária de Justiça, deixando o cargo para Fausto Bittencourt. Martha Heinze escreveu em 15 de março de 1944 a Manoel Ribas para relatar que estava seriamente preocupada com o marido, o comerciante alemão Erich Heinze, que havia sido detido em abril de 1942 e estava já ao menos dois anos no Rio de Janeiro. A esposa temia pelo marido de 57 anos que se encontrava em estado crítico de saúde e não tinha previsão de soltura, uma vez que não recebia resposta aos seus apelos a Valfrido Piloto.

O caso de Heinze é delicado pelas implicações e laços políticos que o mesmo possuía. Ele enfatizou à polícia que havia deixado o partido quando proibido, mas tinha informações importantes sobre membros atuantes e empresas parceiras do NSDAP no Paraná. Em seu depoimento, colhido em junho de 1942, são explicitadas essas vinculações:

[...] que em fins de mil novecentos e trinta e dois entrou, como amigo, no Partido Nacional Socialista dos Operários Alemães, porém como no ano seguinte não mais era permitido ser apenas amigo, passou a ser partidário do referido Partido, que desistiu do Partido por força da Lei Federal que extinguiu os partidos políticos no Brasil, continuando, porém, a ter a mesma simpatia pelo Nacional Socialismo; que o declarante também toma parte da Frente Trabalhista Alemã (Deutsche Arbeiter Front –DAF); [...] que o declarante pagava uma mensalidade de cinco mil reis; que o declarante sabe que muitas firmas e particulares contribuíam com certas importâncias que variavam entre vinte e cinquenta mil reis, mensalmente [...].³⁵⁷

³⁵⁶ Ofício G/306 Reservado da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública ao Interventor Estadual do Paraná – Fundo DOPS/PR – DEAP/PR.

³⁵⁷ Auto de declarações de Erich Heinze – Junho de 1942 – DEAP/PR – Fundo DOPS

As poucas informações que foram possíveis coletar dão conta que o mesmo foi liberado juntamente com outros detidos ao final da guerra. Fato que também aconteceu com o industrial alemão Kurt Boiger, que dividia uma empresa com um brasileiro em Carambeí, empregando uma centena de funcionários brasileiros. Foi detido em março de 1942 por ser considerado um nazista fervoroso e atentar contra a determinação de não debater a situação política do Brasil em relação à Alemanha. Não podemos afirmar que era uma prática operacional da DOPS/PR, mas o depoimento de Boiger foi coletado em julho de 1942, quatro meses depois da detenção, infelizmente sua pasta não conta com as duas laudas que compunham seu auto de declarações, logo não temos como relatar quais alegações o mesmo fez que acabaram por conduzi-lo à Ilha das Flores.

Sabemos que seus funcionários da Arte Mobiliária Ltda. procuraram a DOPS/PR para entregar um abaixo assinado com 69 assinaturas pedindo a soltura do alemão, afirmando-se surpresos com a prisão do patrão. No corpo do abaixo-assinado havia uma pequena explicação do motivo do pedido.

[...] tiveram a surpresa de encontrarem o portão fechado e lhes foi comunicado que as oficinas permaneceriam paradas, em virtude da prisão do sócio gerente Sr. Kurt Boiger, único componente, por ser técnico, para dirigir os trabalhos das oficinas. Diante disto, nós nos vimos prejudicados nos nossos interesses, pois, parados, deixamos de perceber os nossos salários diários, podendo nos considerar desempregados. Além disto, ainda não recebemos os nossos vencimentos referentes ao mês de fevereiro findo, o que nos vem colocar em situação bastante aflita e crítica, pois, estamos sem recursos para a manutenção das nossas famílias.³⁵⁸

Independente do pedido dos funcionários que apelavam para a possibilidade de ficarem desempregados e não desempenharem mais o provimento familiar, Boiger foi enviado a Paranaguá para ser embarcado no vapor Itaquera, com destino final no Rio de Janeiro. Um fato que nos chama a particular atenção é que durante o trajeto da viagem de Curitiba a Paranaguá, um dos investigadores relata que Boiger não se comportou bem e entoou cânticos e hinos alemães durante toda a viagem.

Esse tipo de comportamento é muito controverso sob a ótica das emoções: qual o intuito de exacerbar a condição de alemão subversivo? Medo desdobrado em comportamento infantilizado? Coragem para não se distanciar de um comportamento considerado ético? Resistência e resiliência para se mostrar coeso com suas

³⁵⁸ Abaixo assinado entregue em 13 de julho de 1942 pelos funcionários da empresa Arte Mobiliária Ltda. ao delegado Valfrido Piloto. – DEAP/PR – Fundo DOPS – Kurt Boiger

afetividades? Perguntas interessantes, mas que não apresentam respostas fluídas na documentação; veremos outros casos adiante que retratam esses comportamentos que podem ser considerados provas cabais – para os agentes da DOPS/PR – de manutenção do zelo e amor pela Alemanha nazista.

O mesmo Boiger, em agosto de 1944, responde a um questionário sobre sua relação com o NSDAP, seu conhecimento de ex-membros e suas posições sobre a atual conjuntura política vivenciada pelo Brasil e pela Alemanha. Esse questionário aparece poucas vezes no conjunto de fontes analisadas, mas traz algumas informações relevantes e aparenta ser respondido efetivamente pelo detido e não por um escrivão, o que nos permite pensar que estamos lidando efetivamente com a opinião do depoente, o que não nos livra de se tratar de um conjunto de mentiras descabidas para se livrar da prisão ou a sincera impressão do mesmo sobre o que lhe foi perguntado.

Das respostas de Boiger que consideramos interessantes, uma trata da sua crença que o NSDAP procurou estreitar relações entre o Brasil e a Alemanha, mas que não ocorreram esforços nacionais para evitar o conflito e a outra retrata o pensamento antissionista que comungava, expressado na curta frase: “Não sou amigo dos judeus, eles vivem do suor dos outros.”³⁵⁹ Se o questionário visava aclarar posições políticas ou realizar alguma mediação entre a possibilidade de soltura ou manutenção da prisão, não podemos alegar, bem como não podemos asseverar que a situação não foi um desdobramento da carta enviada por Helena Boiger ao interventor estadual, pedindo a liberdade ao marido.

Com data de 05 de julho de 1944, a carta remetida a Manoel Ribas, contém trechos explicativos sobre a conduta do marido alemão e o pedido para que o mesmo fosse “devolvido ao lar”:

Venho respeitosamente expor a minha necessidade, e pedir ao vosso bondoso coração, que conceda a liberdade do meu marido Kurt Maria Boiger que se acha detido na Ilha Grande, motivo pelo qual eu me acho só com meus três filhinhos menores, que já me obriguei a separar-me deles, pois estou morando com parentes e não é possível tê-los todos juntos espero de V. Excia. ser atendida nesta graça que vos peço, para felicidade de meus filhinhos e a minha própria, pois não tenho auxílio de ninguém, até agora lutei com dificuldades, mas me acho mal de saúde, e mais uma vez apelo para Vosso generoso coração a liberdade do meu marido.³⁶⁰

³⁵⁹Questionário respondido por Kurt Boiger [Registro apenas das respostas] – DEAP/PR – Fundo DOPS – Kurt Boiger

³⁶⁰ Carta de Helena Boiger ao Interventor Estadual Manoel Ribas – 05 de julho de 1944 – DEAP/PR – Fundo DOPS – Kurt Boiger

Não existem indícios de soltura de Boiger antes do final da guerra. Outras pastas nos permitiram perceber que alguns se comportavam de maneira muito peculiar, deixando claras suas intenções de ‘parecer nazista’, já que cantar hinos alemães dentro da viatura policial parece-nos uma conduta inadequada em tempos de repressão; gostaríamos de apresentar mais dois casos de condutas, no mínimo, particulares.

O primeiro é do comerciante suíço, Gaspar Ernst, que fora detido em Londrina, por executar a saudação nazista em inúmeras ocasiões em ambiente público e por ouvir as estações de rádio alemãs, mesmo sendo essas práticas proibidas no Brasil. Foi denunciado por brasileiros aos agentes da DOPS/PR, que inclusive prestaram depoimento sobre sua conduta considerada desrespeitosa em tempos de guerra, enfatizando que o mesmo gostava de ‘banicar o alemão’.

Como já relatamos anteriormente, procuramos apontar a ação da DOPS/PR em relação a sujeitos que eram considerados alemães pelo estigma do sobrenome. Ernst potencialmente passaria incólume ao processo, por ser o dono da Casa Esmalte e suíço conhecido; não havia confusão em relação a sua nacionalidade e tendo a Suíça se mantido neutra durante todo o conflito, não fosse seu comportamento para com os brasileiros, ficaria livre da repressão da DOPS/PR.

Na ocasião da sua detenção, em 20 de agosto de 1942, prestou depoimento alegando que só ouvia as rádios germânicas para atender ao pedido de Henrique Kocher, cuja esposa estava na Alemanha, durante o período da guerra; que sobre as saudações nazistas “tratavam de uma brincadeira uma vez que o mesmo é suíço e não acreditava que levavam suas brincadeiras a sério”.³⁶¹

Dois testemunhos foram arrolados no mesmo dia da detenção de Gaspar Ernst, o alemão naturalizado brasileiro Frank Waldhauza e o brasileiro, vendedor ambulante, João Evangelista, ambos depuseram evidenciando o comportamento ‘subversivo’ do suíço. Waldhauza relata que

Gaspar Ernest era ultimamente insuportável, falava que brasileiro não prestava, todos são ladrões, que a Alemanha ganharia a guerra etc., era, na verdade um grande propagandista do Eixo; que muitos alemães iam sempre a casa de Gaspar ouvir rádio, porém não tem certeza plena si aquelas visitas,

³⁶¹ Auto de declarações de Gaspar Ernst – 20 de agosto de 1942 – DEAP/PR – Fundo DOPS – Gaspar Ernst

todas tinham esse objetivo [...] que, por várias vezes insistiu para que Gaspar deixasse a política de lado, que estava laborando em mau caminho, etc., e que em resposta Gaspar lhe dizia: “eu vou para a Suíça mesmo, quero que a Alemanha ganhe a guerra.”³⁶²

Já o brasileiro João Evangelista em seu depoimento simplificou sua indignação em relatar a seguinte situação:

Que certo dia, quando o depoente passava em frente a casa Esmalte, notou que o aludido suíço-alemão ao parar o seu carrinho de gelo levantou o braço, ostensivamente, na saudação característica dos nazistas; que como brasileiro, indignou-se com o fato.³⁶³

O suíço permanecia detido em dezembro de 1942, quando solicitou que outras testemunhas fossem ouvidas para atestar sua idoneidade e que tudo não se tratava de simples brincadeira. Atendendo ao pedido, o delegado de Londrina, Arsênio G. Cordeiro, convocou o brasileiro e também comerciante, Leodegário Gomes Patriota para depor. O amigo, cujo sobrenome exalava uma perspectiva positiva, confirmou as brincadeiras de Ernst, mas não deixou de destacar que não possuía meios de qualificar as atitudes do amigo como sinceras ou apenas debochadas.

[...] que Gaspar Ernest que passava frequentemente defronte ao se estabelecimento comercial, quando encontrava pessoas suas conhecidas, fazia-lhe sempre o cumprimento da “saudação nazista”, que Gaspar Ernest assim procedia constantemente em tom de brincadeira, como fazia com o depoente, não sabendo este si Gaspar Ernest pilheriava com os outros também ou si essa saudação era feita sinceramente; que nunca ouviu Gaspar Ernest falar sobre assuntos de política ou de guerra.³⁶⁴

O referido delegado escreveu um relatório à chefatura de Polícia, alertando que o suíço estava muito identificado com o NSDAP, embora fosse senso comum que, por razões de nascimento, não pudesse se filiar ao partido. Para justificar a manutenção da detenção do suíço reitera que

Gaspar Ernest, tão identificado estava, estes últimos tempos (provavelmente Goebells bem seduzi-o) com o nazismo, [...] Os “cabeças pensantes” do nazismo não podem ficar à solta, porque eles, na presunção de que o sentimentalismo latino não pode chegar aos extremos da GPU ou da GESTAPO, agem as escancaradas, num despudor que atinge as raias do ridículo.³⁶⁵

³⁶² Testemunho prestado por Frank Waldhauza à Delegacia de Ordem Política e Social – Regional de Londrina – 20 de agosto de 1942 – DEAP/PR – Fundo DOPS – Gaspar Ernst

³⁶³ Testemunho prestado por João Evangelista à Delegacia de Ordem Política e Social – Regional de Londrina – 20 de agosto de 1942 – DEAP/PR – Fundo DOPS – Gaspar Ernst

³⁶⁴ Testemunho prestado por Leodegário Gomes Patriota à Delegacia de Ordem Política e Social – Regional de Londrina – 10 de dezembro de 1942 – DEAP/PR – Fundo DOPS – Gaspar Ernst

³⁶⁵ Relatório do delegado Regional de Londrina, Arsênio G. Cordeiro à chefatura de Polícia – 11 de dezembro de 1942 – DEAP/PR – Fundo DOPS – Gaspar Ernst

A lógica da suspeição da DOPS/PR era bem alicerçada, como podemos perceber na declaração do delegado, que acreditava que a propaganda nazista encabeçada por Goebbels tinha o poder de seduzir não só simpatizantes alemães, mas também, de outras nacionalidades. Poder de sedução que pode ser desdobrado em situações que, aos ouvidos alheios, podem parecer um emaranhado de mentiras, como o caso do agricultor alemão, residente na cidade de Palmas, que marcou suas vacas com a suástica e foi detido em 28 de dezembro de 1944, quando a guerra já tomava curso para o fim.

O caso de Otto Oberdiek é muito emblemático, beira a ingenuidade ao mesmo tempo em que aponta para um movimento de resistência velada, o alemão contava com seus 57 anos quando foi detido e totalizavam duas vacas que restavam no pasto com a marcação da suástica. Em sua declaração, preferiu uma resposta padrão, do gênero “não sabia”, fato que não convenceu o 2º tenente Jayme G. de Nascimento, responsável pela investigação e pela apreensão das duas vacas e de uma machadinha cujo cabo tinha um sigma estampado. No depoimento Otto Oberdiek disse o seguinte:

Nunca pertenceu a Ação Integralista Brasileira (extinta), nem tampouco a qualquer partido nazista, tendo apenas sido eleitor no Brasil. [...] o declarante as marcou em virtude de haver perdido a marca de que fazia uso, que era de número vinte e quatro e por haver visto gados outros marcados com aquela marca a qual achou bonita, [...] ao surgir no Brasil a campanha do nacionalismo, o declarante a destruiu.³⁶⁶

Interessante que a resposta do alemão é ao mesmo tempo inocente, por dizer não conhecer a origem do símbolo e achá-lo bonito o suficiente para marcar as vacas, mas obediente por se desfazer da mesma, quando oportuno, isto é, quando o governo intensificou a repressão. O auto de declarações também conta com um erro grotesco de datas, haja vista que, o escrivão relata que o investigado chegou num navio oriundo de Hannover em maio de 1944, residindo por um ano em Santa Catarina, transferindo-se para Palmas no ano seguinte. Se assim realmente fosse, o mesmo não poderia estar prestando depoimentos em dezembro de 1944, bem como vivendo até a data referida na Alemanha; seria um injúrio alegar que não conhecia a suástica.

Na sequência do auto de declarações o escrivão acerta a data e fica evidente que a chegada de Oberdiek ao Brasil se deu no ano de 1924, mas não há evidências

³⁶⁶ Auto de declarações de Otto Oberdiek – 28 de dezembro de 1944 – DEAP/PR – Fundo DOPS – Otto Oberdiek

que o mesmo fora detido ou enviado para a capital para esclarecimentos mais densos, embora o delegado regional tenha sido muito incisivo em seu relatório, quando alega que se trata de “elemento que necessita ser afastado do seio da coletividade ou ser pelo menos trazido de baixo de rigorosa observação por parte de quem de direito”³⁶⁷. O que sabemos efetivamente é que tanto a machadinha ‘integralista’, quanto às vacas ‘nazistas’ foram apreendidas pela polícia, sendo a primeira remetida em janeiro para o delegado Valfrido Piloto, em Curitiba. Sobre as vacas, não imaginamos o destino que a elas foi dado.

Ao mesmo tempo em que, algumas afirmações da simpatia à causa nazista se dão pelos depoimentos e pela efetiva filiação ao partido, alguns apresentam signos cuja DOPS/PR entende como equivocados e exemplos de prática subversiva. Duas situações interessantes, a primeira encontrada em um relatório de um investigador da DOPS/PR, em Paranaguá, e, a segunda, o relato obtido em uma entrevista realizada pela historiadora Roseli Boschilia, para outro trabalho publicado em 1995.

A primeira se trata de Marta Maria Luiza Mueller, alemã, proprietária de um pequeno hotel na cidade portuária de Paranaguá, que fora obrigada pelos agentes da DOPS/PR em sair da zona litorânea para o cumprimento da estratégia adotada pelo Conselho de Segurança Nacional de manter todos os estrangeiros considerados perigosos longe do litoral, medida que foi legalizada no Paraná em 1943 pela portaria nº 128. A mesma foi conduzida junto com o esposo para um local na Lapa, onde passaram a tocar o negócio da Pensão Moderna por meio de uma subordinada, que de acordo com a proprietária, estava levando o estabelecimento a completa falência, carecendo de sua presença para que não perdessem o imóvel e o negócio.

Em 26 de outubro de 1943, a referida proprietária escreveu ao capitão Fernando Flores, justificando sua necessidade de retornar a Paranaguá e o pouco risco que ela e o marido representavam à Segurança Nacional:

Que sofrem do coração, tendo esses, idade premente de viver em lugar baixo e quente, como Paranaguá. Desde que ambos de lá saíram, vem sofrendo sérios abatimentos de saúde. E, faltando o seu único meio de vida – a pensão que exploravam – estão sentindo as tristes consequências, com a falta de recursos, de que tanto necessitam em ocasião de doença. A vista do exposto, com o devido acatamento, nunca se insurgiu contra as leis do país, tendo grande veneração pelas mesmas, pede para retornar a Paranaguá, em companhia de seu marido doente, Guilherme Mueller, para fixarem ali, de

³⁶⁷ Relatório do 2º tenente Jayme G. de Nascimento – 12 de janeiro de 1945 – DEAP/PR – Fundo DOPS – Otto Oberdiek

novo, sua residência, e apela para os altos sentimentos de humanidade que presidem suas criteriosas resoluções.³⁶⁸

Juntamente com a carta um atestado emitido pelo médico cardiologista Antonio de Oliveira Gasso, que reitera as condições de saúde precárias em que ela e o marido se encontravam:

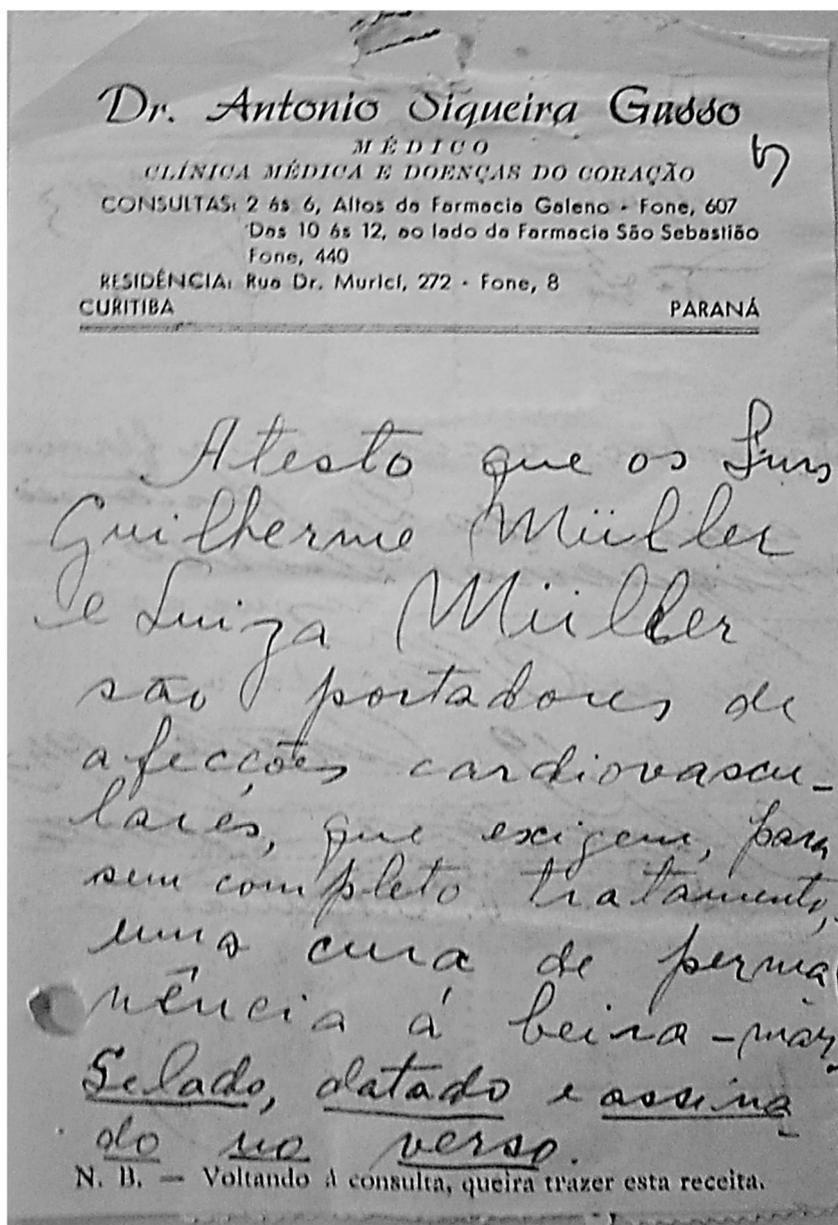


Figura 7 Atestado Médico de Marta Maria Luiza Müller - 15 de outubro de 1943

³⁶⁸ Carta de Marta Maria Luiza Mueller ao capitão Fernando Flores – 26 de outubro de 1943 – DEAP/PR – Fundo DOPS – Marta Maria Luiza Mueller

Ao ter recebido esse pedido, o capitão Fernando Flores despachou para o delegado regional de Paranaguá, o Capitão Pelmyro G. Oliveira, primeiro para obter informações mais precisas sobre as pessoas que faziam a solicitação, segundo, porque após a portaria nº 128 de 05/04/1943, a Delegacia de Paranaguá ficará responsável por toda a tramitação de casos vinculados à entrada e saída de imigrantes da zona litorânea paranaense. O que nos chama a atenção na negativa do delegado regional, prontamente respondida em 3 de novembro de 1943, é a justificativa do que confirma a identidade nazista de Marta e do marido Guilherme:

Tenho a informar que há inconvenientes em a petionária vir residir nesta cidade, em virtude de, quando a mesma aqui residiu, ter demonstrado francas simpatias pelo Nazismo, salvo melhor juízo. [...] **foi denunciada por possuir em sua residência um retrato de Adolfo Hitler.** [grifo nosso].³⁶⁹

Há uma troca extensa de documentação entre as delegacias e a Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Nacional, na qual se esquecem completamente da resolução da portaria nº 128, para embasar a argumentação sobre a existência ‘profana’ de uma fotografia de Hitler. Outro ‘exagero de eficiência’, que constitui nosso segundo exemplo, cometido pela DOPS/PR foi apontado por Freya Schrappe, quando a mesma teve a casa revirada por investigadores.

A polícia da ordem política fez uma vistoria na casa, na ausência do meu marido. Vasculharam tudo. Mexeram em tudo, abriram as gavetas e levaram a máquina fotográfica de meu marido, uma Rolley Flex. E o que chamou a atenção é que eu tinha umas almofadas bordadas, não sei se era cruz, o que era, mas com as cores vermelho, preto e dourado, que eram as cores [da bandeira] alemã. Eles levaram aquela almofada.³⁷⁰

Essas ações motivadas pela ignorância dos inspetores e investigadores da DOPS/PR auxiliavam na criação de uma situação de medo e transformavam o comportamento cotidiano das pessoas. Casos de total ineficiência da lógica de segurança, que foram também relatados por Boschilia no Boletim Informativo da Casa Romário Martins, publicado em outubro de 1995³⁷¹, como das duas senhoras idosas de origem judia que foram presas por que falavam iídiche em público e foram confundidas pelos oficiais que não faziam a mínima diferença de como soava o idioma

³⁶⁹ Despacho do delegado Regional de Paranaguá à secretária do Interior, Justiça e Segurança Pública do Paraná – 3 de novembro de 1943 – DEAP/PR – Fundo DOPS – Marta Maria Luiza Müller

³⁷⁰ Freya Schrappe. Depoimento a Roseli Boschilia. Curitiba, 1º de junho de 1995. Apud BOSCHILIA, 1995, p. 10.

³⁷¹ Por sinal, foi a leitura do mesmo que fomentou a nossa pesquisa anterior e a atual como um desdobramento

alemão de outros idiomas estrangeiros; ou ainda, quando um grupo de alunos e freiras do Colégio Sion foram detidos por serem acusados de escalar o morro do Anhangava para ouvir irradiações nazistas.³⁷²

Essas situações ‘anedóticas, em que nos parece evidente que existe uma divergência na balança do que é efetivamente real e daquilo que apenas não passa de especulação barata, servem para justificar também a própria existência da DOPS/PR. Em alguns momentos a atuação fragmentada e confusa conduz-nos a uma conclusão de que para a DOPS/PR justificar a ação por meio de uma quantidade relevante de casos seria mais importante que a elucidação de um caso na qual efetivamente o sujeito infrinja ou viole a segurança nacional.

Entre os prontuários que foram analisados nessa pesquisa, há outros nomes que se definem simpáticos à causa de Hitler, mesmo diante da adversidade da repressão como Arthur Hermann Staude, Carlos Tiggers, Conrado Nye, Emil Morhroff, Ernest Minjon, Henrique Boekelheide, Herbert Hebmüller, Kurt Maeckelburg, Werner Ricken. Não arrolaremos caso a caso, uma vez que o nosso intuito é mostrar que havia um procedimento de manutenção dessa fidelidade entre os alemães filiados, mas que não era um método generalizado, como mostraremos adiante. O medo tem função dupla nos momentos de contato dos alemães com o regime de governo; alguns não optam pelo confronto e procuram evitar a prisão adotando práticas que diminuam sua importância para a polícia política.

4.3 INVEJA, MEDO, ÓDIO E DENÚNCIAS ANÔNIMAS, ESTRUTURANDO REDES DE DELAÇÃO: A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL COMO ÁLIBI PARA A AGRESSÃO³⁷³

“Toda cultura, toda classe, todo século constrói seus próprios álibis para a agressão. E cada um desses estratagemas defensivos tem sua história”³⁷⁴. Partiremos dessa premissa apontada pelo historiador Peter Gay para pensarmos as relações agressivas que emergem em meio ao cotidiano paranaense em relação aos indivíduos de origem germânica durante o período de adesão do Brasil na Segunda Guerra

³⁷² Situações debatidas por BOSCHILIA, 1995, p. 10-11

³⁷³ Algumas partes do debate, que está proposto nesse capítulo, foram previamente realizadas no artigo **A atuação da DOPS/PR na institucionalização da repressão aos alemães no Paraná durante o Estado Novo: Paixões, sentimentos e política**, publicado no Dossiê Paixões Políticas, da Revista Espaço Plural em 2015.

³⁷⁴ GAY, Peter. **O Cultivo do Ódio**. 1ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Col. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. Volume 03, p. 43.

Mundial, entre 1942 e 1945. Com a eclosão do conflito mundial a balança estabelecidos/outsideiros sofreu um desequilíbrio; a quebra da neutralidade brasileira frente à disputa de poder entre os Aliados e o Eixo foi o ponto culminante. A partir de janeiro de 1942, a situação se tornou inteiramente desfavorável aos alemães. Estes passaram da condição de cidadãos já estabelecidos e participantes da conjuntura social, política e econômica do Paraná para estrangeiros e agentes subversivos pró-Eixo.

O Estado-Nação não ama a alteridade. Seu ideal, felizmente nunca atingido na totalidade, é que todos os homens sejam semelhantes, fundidos numa massa graças à identificação mútua; o homem deve alienar sua liberdade natural para poder viver.³⁷⁵ Observamos que a DOPS/PR colaborou de modo efetivo para que a população participasse das campanhas do governo pela nacionalidade, principalmente na construção e idealização desse outro subversivo. Poderíamos asseverar que não é interessante para o Estado fomentar a sustentação de grupos distintos, uma vez que a Nação exige comprometimentos uniformes, contudo, a manutenção da lógica da suspeição tornou-se uma ferramenta contributiva para um imaginário do estado protetor.

Tornar homogênea a população é utópico, porém desejável aos controladores do Estado Novo. Diante da impossibilidade do controle total – digno de regimes totalitaristas – a meta possível era alcançar ao menos o alinhamento da maior parte possível da população ao regime, adequando-a para realizar ações conjuntas contra os ‘inimigos do verdadeiro Brasil brasileiro’. A ação da população era principalmente vinculada ao que conhecemos como lógica da desconfiança³⁷⁶, isso é, auxiliar a polícia política através de denúncias que ajudavam a localizavam esses “infratores”, mantendo um sistema de alerta frequente e constante vigilância. O alcance dessas agressões pode ser evidenciado de maneira diferente em cada grupo.

O que o alvo da agressão pode sentir como golpe injustificável, o agressor pode defender, com sinceridade, como sendo essencial para a sobrevivência. Um ato de agressão é uma transação, e a maneira como é julgado depende, obviamente da perspectiva dos participantes.³⁷⁷

³⁷⁵ ENRIQUEZ, Eugène. O judeu como figura paradigmática do estrangeiro. In: KOLTAL, Caterina (org.). **O estrangeiro**. São Paulo: Escuta/FAPEESP, 1998, p. 47

³⁷⁶ DOPS. **A Lógica da Desconfiança**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça/Arquivo Público do Estado, 1996.

³⁷⁷ GAY, Peter. **O Cultivo do Ódio**. 1ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Col. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. Volume 03, p. 14.

Não estamos preocupados em justificar a perseguição ou ratificar a suspeição exagerada que recaiu sobre o indivíduo de origem germânica, mas apresentar um conjunto de álibis que foram criados para legitimar essas ações. Muitos realmente não tinham um juízo formado sobre o que estava acontecendo e se balizavam justamente pela imprensa e pela xenofobia institucionalizada, na medida em que não possuíam uma dimensão exata dos desdobramentos de suas denúncias. Entretanto, acreditavam que os obstáculos imaginários da nação deveriam ser combatidos e recebiam toda a carga de ódio advinda dos ressentimentos. Essa carga é oriunda de emoções que perpassam a inveja, o ciúme, o rancor e a vingança, sentimentos ruminados e que culminam em ações individuais e coletivas de violência, de negação do outro e até mesmo de morte.

Esses álibis podem se tornar facilmente generalizações dentro de determinados contextos históricos, como é o caso do projeto de nacionalização, que, apoiado pela polícia política e pela imprensa vinculada aos desejos do Estado permitiu o surgimento de uma rede de intrigas que envolvia esses sujeitos de origem germânica. As ações sem uma dinâmica definida atendem a ideia que:

“A estigmatização, como aspecto da relação entre estabelecidos e outsiders, associa-se muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão.”³⁷⁸

Eugène Enriquez percebe que essa estigmatização é um mecanismo da própria estranheza implícita ao ser humano, da necessidade de ter que compreender o outro e necessariamente ser compreendido e da absoluta incerteza da aceitação do outro.

Todo encontro com o outro é semeado de obstáculos. [...] O outro é sempre suspeito, geralmente com razão, de querer nos invadir, introduzir-se em nosso interior, usufruir-nos, tornar-nos culpados, provocar-nos vergonha, a dúvida, em uma palavra, de ocupar o lugar do diabólico.³⁷⁹

Peter Gay entende que essas contendidas tendiam a ser mais ferozes quando uma nação entrava em choque com outra, principalmente no afloramento desses sentimentos hostis, porém, o autor chama nossa atenção para o fato de que

³⁷⁸ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L.; **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 35.

³⁷⁹ ENRIQUEZ, Eugène. O judeu como figura paradigmática do estrangeiro. In: KOLTAI, Caterina (org.). **O estrangeiro**. São Paulo: Escuta/FAPESP, 1998, p. 37.

[...] sentimentos agressivos não são idênticos a atos agressivos, os sentimentos muitas vezes são inconscientes, bem abaixo da fronteira da percepção, ao mesmo tempo causa e consequência de conflitos internos encobertos³⁸⁰

As indagações do filósofo Bronislaw Baczko em relação à construção de uma imaginação social em tempos de guerra também são pertinentes para o nosso debate:

Em qualquer conflito social grave – uma guerra, uma revolução – não serão as imagens exaltantes e magnificentes dos objectivos a atingir e dos frutos da vitória procurada uma condição de possibilidade da própria acção das forças em presença? Como é que se podem separar, nesse tipo de conflitos, os agentes e os seus actos das imagens que aqueles têm de si próprios e dos inimigos, sejam estes inimigos de classe, religião, raça, nacionalidade, etc.? Não são as acções efectivamente guiadas por estas representações; não modelam elas os comportamentos; não mobilizam elas as energias; não legitimam elas as violências?³⁸¹

A dificuldade em traçar panoramas para o afloramento de sentimentos reativos num período de conflito bélico parece-nos a maior até aqui encontrada, para não cairmos na generalização de que todos os movimentos hostis e as agressões reais ou simbólicas que foram impetradas contra indivíduos de origem germânica são únicas e exclusivas problemáticas do estado de guerra. A fim de articular outras dimensões explicativas embasadas nos desdobramentos desses sentimentos no cotidiano, procuraremos debater com Norbert Elias, Robert Solomon, Peter Gay e Pierre Ansart.³⁸² Intelectuais que apostam na prática social como a reunião de modo ordenado dos comportamentos individuais voltados para finalidades comuns e supõem uma estrutura complexa de designação, de integração significativa, de valores e necessita de um código coletivo e interiorizado, que tem como principal força uma ideologia, seja ela religiosa, mítica ou política.

A ação da população frente a essas questões parece revestir-se de um sentido de civilidade absoluta e as denúncias passam a exercer um papel de dominação dentro da sociedade. A intriga – o popular mexerico ou fofoca – torna-se uma válvula de escape para esses sentimentos de agressão. A prática da delação –

³⁸⁰ GAY, Peter. **O Cultivo do Ódio**. 1ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Col. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. Volume 03, p. 13.

³⁸¹ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995, p. 298.

³⁸² ANSART, Pierre. **Ideologias, Conflito e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 6.

verdadeira ou inventada – faz parte do conjunto de ações realizadas para manter os grupos de origem imigrante em situação desfavorável. A reflexão de Elias e Scotson se aplica ao nosso caso, se pensarmos que

O grupo estabelecido sente-se compelido a repelir aquilo que vivencia como uma ameaça a sua superioridade de poder [...] e a sua superioridade humana, a seu carisma coletivo, através de um contra-ataque, de uma rejeição e humilhação contínuas do outro grupo. A circulação de fofocas depreciativas [blame gossip] e a autoimagem maculada dos *outsiders* podem ser consideradas traços constantes desse tipo de figuração. [...] Dentre os aspectos mais reveladores da estratégia dos grupos estabelecidos figuram a imputação aos outsiders como motivo de censura, de algumas de suas próprias atitudes usuais, as quais, no caso deles, frequentemente são motivo de louvor. ³⁸³

Cabe-nos perguntar se nesse momento não tivemos exatamente um uso exagerado dessa rede de intrigas para o benefício próprio ou para o escoamento dessas invejas e rancores por parte da população nacional.

As práticas cotidianas foram alteradas e abriram um vasto campo para que revanchismos e intrigas fossem realizados. Muito aquém dos conflitos étnicos, do perigo alemão, estavam as vinganças pessoais, as quais iam desde o mais simples boato até a grave acusação de ser simpatizante da Alemanha nazista e discutido abertamente contra o Brasil e seus governantes. [...] O clima de guerra instaurada na sociedade curitibana trouxe uma realidade de interações sociais completamente novas, alterando as antigas relações cordiais entre a população luso-brasileira e os imigrantes diversificados que habitavam a capital paranaense. A guerra – próxima ou não – aflorou o sentimento de identidade nacional, tornando claras as alteridades existentes naquela sociedade. ³⁸⁴

Uma denúncia levava a uma série de desdobramentos que nem sempre saiam de acordo com o desejo do denunciante. Os fatores que regulam essas agressões, de acordo com Peter Gay, são pautados na construção de “*outro conveniente*”, isto é, a descoberta de que estranhos são acometidos de graves defeitos que permitem que tenhamos pensamentos e atos hostis em relação a eles.

De certa forma, Peter Gay aponta que, diante de situações contraditórias, o ser humano procura criar ferramentas que permitam externar esses ressentimentos. A criação de um “outro conveniente” alinha-se à ideia de uma “instrumentalização

³⁸³ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L.; **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 45.

³⁸⁴ PEREIRA, Márcio J. **Politizando o cotidiano**: Repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. 196 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Maringá, 2010, p. 154.

política do preconceito contra os alemães, [...] o próprio DOPS passa a se popularizar, entre as pessoas comuns, como um serviço de defesa da nação brasileira”.³⁸⁵

Para Peter Gay: “Através dos séculos, os políticos vêm explorando esse traço humano sabendo que o ódio pode ser cultivado com um propósito, eles constroem inimigos para promover a concórdia interna.”³⁸⁶ Essas formas de ação se baseiam em uma regulação dessa balança de sentimentos, ‘quanto maior o amor por si mesmo, maior o direito de odiar o Outro’.³⁸⁷

Essas ações condicionam ambos os grupos, alterando suas formas de convivência e as relações de poder. A mudança de hábito é perceptível no grupo germânico, seja na forma de aceitação da coerção ou na resistência - vejamos dois exemplos distintos do que acabamos de argumentar. Na primeira situação nos deparamos com o depoimento de Hilda Krueger, dona de casa, nascida no Brasil e casada com um alemão que estava detido na Ilha das Flores. A mesma após vasta averiguação da DOPS foi colocada em liberdade, porém sua estrutura familiar e suas relações sociais foram bruscamente afetadas, conforme Auto de Declaração prestada a DOPS em 15 de julho de 1942.

Ao ser posta em liberdade tive que desfazer meu lar, construído com tanto carinho, pois meu esposo seguiu a Ilha das Flores e tive que voltar com meus filhos novamente a casa de meus pais. Lá comecei a ter uma vida bem retraída; sahia pouco, vivia somente para meus filhos. Quando o Brasil entrou em guerra com a Alemanha e Itália, cortei todas as minhas amizades que tinha com senhoras alemãs. Pois não queria em absoluto dar motivo algum que pudesse me comprometer.³⁸⁸

Esses álibis para agressão não são frutos apenas da “*turba nacionalista*”, o DOPS/PR aplicou largamente a lógica de suspeição desde as classes mais baixas de investigadores e delatores de bairros até os oficiais mais qualificados como o próprio delegado. Alguns casos de denúncias são interessantes para se pensar esses processos, como o do padeiro alemão radicado em Palmas, Adolfo Ulbricht³⁸⁹, detido após uma denúncia de populares que o viram em estado de total embriaguez dando vivas à Alemanha, mesmo sabendo que estava proibida qualquer alusão aos países

³⁸⁵ BREPOHL, Marionilde D. A criminalização da raça: A xenofobia institucionalizada. In: **Anais do V Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, 2004, p. 12.

³⁸⁶ GAY, Peter. **O Cultivo do Ódio**. 1ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Col. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. Volume 03, p. 76.

³⁸⁷ Idem

³⁸⁸ Auto de declaração de Hilda Krueger em 15 de julho de 1942- Pastas Individuais – Arquivo Público do Estado do Paraná.

³⁸⁹ Folha de anotações e antecedentes de Adolfo Ulbricht - DEAP/PR – Fundo DOPS/PR

do Eixo; ficou detido por dois dias, mas a conduta pouco sóbria de Ulbricht era conhecida até pelo delegado que o soltou depois de repreendê-lo quando já estava sóbrio.

Alberto Nizar, alemão e carpinteiro, também foi denunciado por transeuntes em Paranaguá, por conversar com mais dois outros em alemão, na ocasião da chegada da polícia só o mesmo foi detido, de acordo com o relatório do 1º tenente Emílio S. do Valle.

Comunico a V. Excia. que, foi recolhido a Cadeia Pública desta cidade, o indivíduo, que se diz alemão, de nome ALBERTO NIZAR, por ter no sábado último, dia 11, sido encontrado falando com mais dois homens que conseguiram se escapar, em idioma alemão, na via pública, desrespeitando assim, a letra "a" da Portaria nº 30, de 28/42. Esse indivíduo não tem ninguém por si, nesta cidade e não tem recursos para sua subsistência, continuando na Cadeia, a disposição de V. Excia.³⁹⁰

Ainda de acordo com o delegado, o referido sujeito não tinha posses, não possuía residência fixa, vivendo próximo a estrada de ferro. Valfrido Pilotto solicitou o envio do mesmo a Curitiba para que fosse devidamente detido, fato que ocorreu em 23 de abril do mesmo ano. A transgressão da portaria nº 30, potencialmente era o 'crime' mais relatado por populares a DOPS/PR, principalmente a alínea 'a', que tratava da proibição do uso de idiomas estrangeiros em locais públicos. Bruno Hindelmann, alemão residente em Curitiba, também foi detido pelo mesmo motivo, de acordo com o despacho do inspetor de plantão, ele fora detido por meio de uma denúncia feita a um oficial do Corpo de Bombeiros – o que nos chama atenção para a falta de clareza da população sobre as divisões da Polícia Militar e Civil – que não fez contato com a DOPS/PR, executou a detenção do mesmo e de mais um e acompanhou-os até a delegacia. De acordo com o despacho.

O referido foi preso junto a um outro elemento Hugo Orstraich. [...] os quais se achavam falando o idioma alemão na Praça Senador Correia em frente ao prédio nº 527 e também por terem desacatado com palavras ofensivas a um cidadão brasileiro que por ali transitava, motivo pelo qual foram os mesmos recolhidos ao xadrez.³⁹¹

Não temos informações precisas sobre a soltura de Hindelmann, mas ele não apresentava grandes evidências que o tornassem 'digno de nota', uma vez que a pasta do alemão é muito desguarnecida de informações e documentos. Ao contrário

³⁹⁰ Comunicação de prisão da Delegacia Regional de Paranaguá – 13 de abril de 1942 – DEAP/PR – Fundo DOPS/PR – Alberto Nizar

³⁹¹ Despacho informativo do Inspetor de Plantão ao delegado Valfrido Pilotto – 04 de abril de 1942 – DEAP/PR – Fundo DOPS/PR – Bruno Hindelmann

da pasta de Conrado Nye, comerciante alemão que até 1942 residia em Caiobá, no litoral, quando fora arrolado em um processo do Estado contra Julio Brand – figura conhecida do NSDAP no Brasil - e fora obrigado a se retirar do litoral em 1942, passando a residir na capital do Paraná.

Após três meses de residência na capital, Conrado Nye, do mesmo modo que Ulbricht, fora denunciado por populares que o viram completamente embriagado discutindo com brasileiros e falando em alemão no bar Palmital; passou do dia 30 ao dia 31 de dezembro de 1942 detido e, após uma longa conversa com o delegado, foi liberado. Pouco mais de uma semana, encontrava-se novamente detido pela DOPS/PR, por dirigir palavras ofensivas ao cônsul da Inglaterra – país aliado – Sr. Harry Blass Gomm; ficou detido por cerca de 20 dias. A denúncia em questão, partiu do próprio Consulado Britânico, uma vez que a esposa do cônsul se sentiu ultrajada pela tentativa de Nye abraçar o cônsul enquanto dava vivas a Hitler e à Alemanha.³⁹²

Embora tenha ficado mais de um ano longe dos ‘holofotes’ da polícia política, em julho de 1944, fora novamente denunciado, agora com mais gravidade e por uma maior quantidade de pessoas. Não se tem certeza, mas a denúncia pode ter partido do próprio filho de Nye ou de um hóspede que acompanhou o ocorrido. Além da esposa de Nye, Lydia Schauffert Nye, outras cinco testemunhas foram convocadas para prestar depoimento.

Uma delas, testemunha ocular dos acontecimentos no Hotel Caiobá, de propriedade de Conrado Nye, se identificou na delegacia como Brasileiro de Souza, 3º sargento do Exército, que reside aos fundos do referido estabelecimento e ouviu perfeitamente – segundo o mesmo – as palavras proferidas em voz alta e nítida por Conrado Nye:

[...] BRASILEIROS, VOCÊS SÃO TODOS UNS FILHOS DA PUTA. ISTO TUDO NÃO HÁ DE SER NADA, QUANDO A ALEMANHA GANHAR A GUERRA VOCÊS VÃO VER UMA COISA. SE O BRASIL EXISTE É POR QUE AQUI, NO BRASIL, EXISTEM ALEMÃES. BRASILEIROS, VOCÊS SÃO TODOS UNS MISERÁVEIS. A ALEMANHA HÁ DE GANHAR A GUERRA CUSTE O QUE CUSTAR. [grifo do autor]³⁹³

O referido sargento, avisou que tinha um amigo pessoal residente no hotel e que havia visto todo o ocorrido, o cabo do Exército, Clotário Silveira, foi convocado

³⁹² Informativo Parte nº 41 – Chefia da Divisão de Investigação- 09 de janeiro de 1943 – DEAP/PR – Fundo DOPS/PR – Conrado Nye

³⁹³ Auto de declarações prestadas por Brasileiro de Souza – 26 de julho de 1944 – DEAP/PR – Fundo DOPS – Conrado Nye

para depor e disse que estava a cerca de 20 metros no terraço do hotel e que presumia que Conrado se dirigia à esposa na cozinha; também alegou que ouvia muitas frases incisivas, mas desconectadas e que no momento da prisão do mesmo, não sabia dizer se estava ou não embriagado. Das frases que ouviu, destacou:

ATÉ AGORA OS BRASILEIROS VIVERAM A CUSTAS DOS ALEMÃES. OS BRASILEIROS SÃO TODOS UNS FILHAS DA PUTA. O GETULIO E O ROOSEVELT SÃO MANOBRADOS POR SCHURCHIL, O QUAL PERTENCE À INGLATERRA, TERRA DE JUDEUS. HITLER É UM HOMEM QUE DEUS MANDOU AO MUNDO PARA GOVERNAR A TERRA. EU SOU ALEMÃO E TENHO ORGULHO DE SER ALEMÃO, NÃO QUERO QUE MISTUREM OUTRA RAÇA COM A MINHA. [...] [sic] [grifo do autor]³⁹⁴

Fica perceptível o ódio em relação à raça brasileira, tida por alguns alemães como raça inferior. Chama-nos especial atenção a declaração da esposa Lydia, que confirma o suposto relacionamento ilícito do esposo com o NSDAP, fato que nos causa dúvidas por não sabermos se trata de uma verdade de um ressentimento matrimonial,

Desde quando a declarante casou com Conrado leva uma “vida de cachorro”, por ser o mesmo excessivamente genioso, principalmente quando Conrado está em estado de embriaguez, estado este que é, por assim dizer, o normal, pois bebe quase que cotidianamente; que quando bebe um pouco de mais, Conrado fica que é uma “fera”, quer matar a declarante, diz nomes feios e ofende a Deus e todo mundo; que, para manter sua família, a declarante tem um pequeno hotel, nesta Capital, à rua José Bonifácio, 116, denominado Caiobá, pois seu marido é um vagabundo refinado, vivendo sempre a custa do trabalho da declarante, tanto assim que a declarante, a partir desta data, vai abandoná-lo definitivamente, por considera-lo um intruso; [...] confirma por tudo e em tudo, isto é, que Conrado ameaçou de matar a declarante, e que enquanto a isso procurava fazer, dizia que iria para a Alemanha logo que Hitler ganhasse a guerra; [...] sabe que Conrado é fervoroso adepto do nazismo; que quando se passou os fatos que acaba de narrar Conrado estava um pouco alcoolizado.³⁹⁵

Conrado Nye apresentou sua defesa, um dia depois dos primeiros depoentes e um dia antes da esposa. Em sua oportunidade, negou veementemente, inclusive culpa a esposa por não saber interpretá-lo bem (fato muito comum nas denúncias de violência contra mulheres, desqualificar o discurso da mesma, negando a ela um local de fala). De acordo com Nye:

Nega haver feito qualquer referência ao Brasil, pois nunca teve e não tem interesse algum em falar mal dos brasileiros, e que se assim procedesse falaria dos seus próprios filhos que são brasileiros natos; que; com referência

³⁹⁴ Auto de declarações prestadas por Clotário Silveira - 26 de julho de 1944 – DEAP/PR – Fundo DOPS – Conrado Nye

³⁹⁵ Auto de declarações de Lydia Schauffert Nye – 28 de julho de 1944 - DEAP/PR – Fundo DOPS – Conrado Nye

a política, o declarante afirma nunca ter tomado parte em partido de qualquer natureza, que, igualmente, nega haver dito que se a Alemanha vencesse a guerra, mataria a sua esposa, seguindo, logo após, para a Alemanha; **que esse fato foi mal interpretado pela sua esposa, Lydia Schanfert Nye, pois o declarante apenas dissera que, visto haver sempre incompatibilidade de gênio entre ambos, resolveria, qualquer dia, por termo à sua existência, ou então iria para a Alemanha, logo que acabasse a guerra, com isso querendo dizer que abandonaria sua esposa para nunca mais vê-la;** [...] esclarece ainda o declarante, que nessa ocasião estava um tanto “tocado”, pois havia ingerido, naquela tarde, diversos copos de vinho e alguns cálices de cachaça, sem contudo haver perdido completamente o juízo, isto é, sabia perfeitamente o que estava fazendo, [...] que a passos largos tudo o que se passou foi unicamente pelo fato de, como já disse, o declarante não se quadrar com sua esposa que é excessivamente geniosa. [grifo nosso]³⁹⁶

Outro subterfúgio muito utilizado para tentar escapar ou amenizar a gravidade de atos violentos praticados contra mulheres e também em delitos ou crimes era alegar embriaguez, a ponto de evocar uma suposta irracionalidade provocada pelo efeito etílico no sangue. Porém, no caso de Nye, a desculpa não o liberou de dois meses de detenção, ficando detido até 22 de setembro de 1944.

Uma última denúncia que gostaríamos de destacar é a que coube ao alemão Heinrich Kocher. Veio por meio de uma carta, assinada por ‘um brasileiro’, em 08 de abril de 1942, enviada diretamente ao chefe de Polícia, capitão Fernando Flores:

Cumpre-me, como brasileiro, levar ao conhecimento de v.s. que nesta cidade a ação da Polícia é deficiente, senão nula, no que diz respeito a vigilância aos súditos do eixo, porquanto, como é sabido, o Norte do Paraná está enfeitado desses elementos, sobrepunjando alemães e japoneses, cujos ditos têm ainda a liberdade de discutirem assuntos de guerra, com fanatismo sem par, chegando mesmo a ofender o governo brasileiro. Um desses casos acaba de se dar em plena via pública, ficando impune o “eixista”. [...] Outro indivíduo que ao meu ver merece mais severa vigilância é o nazi Henrique Koch, que há tempos atrás tinha um estabelecimento comercial e em 1937 fechou-o, levando desde essa data uma vida misteriosa aos nossos olhos, cujo prédio de sua propriedade não mais abriu suas portas. Se a polícia farejasse esse prédio talvez encontrasse alguma surpresa, pois esse alemão foi ou inda é, chefe da colônia alemã aqui. [...] Saudações, UM BRASILEIRO.³⁹⁷

Essa carta mostra um descontentamento do ‘brasileiro’ em questão, que aparece como um revanchismo até mesmo para a DOPS/PR. O delegado regional de Londrina, responsável pelos ocorridos em Rolândia escreveu um ofício, informando que a ação não passa de um disparate, garantindo que tudo está sobre o controle da delegacia regional e que não passa de um caso de inveja.³⁹⁸

³⁹⁶ Auto de declarações de Conrado Nye – 27 de julho de 1944 - DEAP/PR – Fundo DOPS – Conrado Nye

³⁹⁷ Denúncia anônima de “Um brasileiro” ao Chefe da Polícia do Estado do Paraná – 08 de abril de 1942 - DEAP/PR – Fundo DOPS – Heinrich Kocher

³⁹⁸ Ofício nº 227 da Delegacia Regional de Londrina – 20 de abril de 1942 -

A inveja é outro sentimento perceptível em alguns relatos, um dos motivos causadores é a insatisfação com o êxito profissional de alguns alemães. Esse sentimento também coloca os grupos em choque, parecendo que o alemão tira o emprego do brasileiro, ao ocupar um espaço que não o pertence. No caso do filho de alemães, Carlos Exfeling, detido na cidade litorânea de Antonina, essa carga emotiva fica evidente nos motivos apresentados pelo investigador ao justificar sua detenção.

[...] o mesmo é filho de alemães, casado com uma alemã, empregado da empresa Matarazzo, tem livre acesso aos navios, é inteligente e se traja bem, recebendo cerca de CR\$ 800,00 ao mês, o que potencialmente o torna passível de suspeita e de necessária sindicância.

A inveja também atinge os grandes industriais e motiva as agressões e depredações a estabelecimentos de indivíduos de origem germânica. No caso da Imprensa Paranaense, Max Schrappe é enfático ao destacar que

As pessoas têm certa tendência de pensar o pior dos outros, principalmente daqueles que, com seu trabalho obtiveram sucesso. E nem vale a pena tentar explicar a inviabilidade das acusações, pois isso só acaba aumentando o diz-que-diz. Infelizmente, algumas vezes na vida tive de sofrer com esse tipo de boato causado pela inveja.³⁹⁹

Diante dessas situações percebemos que “[...] ao espírito totalitário da DOPS interessava adentrar aos recônditos do pensamento dos indivíduos, criminalizando-os com o que encontrava por lá [...]”⁴⁰⁰ logo, haveria oposições à medida que a delegacia ao representar o Estado também não compreendia a dinâmica em que esses cidadãos estavam inseridos.

Ao tratarmos das resistências em relação à repressão podemos citar exemplos abertos de manutenção dos signos de pertença. É o caso do comerciante alemão Kurt Maeckelburg, que ao ser detido pela DOPS alegou ter pertencido ao partido Nazista e que mesmo este permanecendo na ilegalidade em nada alterou seu pertencimento e sua afeição pelas causas de Hitler⁴⁰¹, fato que simplesmente tornava evidente a manutenção dos seus sentimentos e que automaticamente o tornava culpado diante do sistema imposto pela polícia política.

Sobre esses entreveros, Elias e Scotson apontam que muitas questões podem trazer à tona o embate entre grupos estabelecidos e outsiders.:

³⁹⁹ SCHRAPPE, Max. **Max Schrappe** – Minha Vida. Tradução Warner Ergon Schrappe. 1 ed. São Paulo: Clemente e Gramani Editora, 2008, p. 84.

⁴⁰⁰ ATHAIDES, Rafael. **As paixões pelo sigma**: Uma história das afetividades políticas no fascismo brasileiro. 297 p. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, 2012, p. 159.

⁴⁰¹ Auto de declaração de Kurt Maeckelburg - Pastas Individuais – Arquivo Público do Estado do Paraná

No fundo, porém, todas são lutas para modificar o equilíbrio do poder; como tal, podem ir desde os cabos-de-guerra silenciosos que se ocultam sob a cooperação rotineira entre os dois grupos, num contexto de desigualdades instituídas, até as lutas francas pela mudança do quadro institucional que encarna esses diferenciais de poder e as desigualdades que lhes são concomitantes. **Seja qual for o caso, os grupos outsiders (enquanto permanecem totalmente intimidados) exercem pressões tácitas ou agem abertamente no sentido de reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior, ao passo que os grupos estabelecidos fazem a mesma coisa em prol da preservação ou aumento desses diferenciais** [grifo nosso].⁴⁰²

Percebemos que o “outro conveniente”, objetivado nesse período, necessita atender a alguns requisitos básicos que ferem justamente as individualidades e liberdades dos sujeitos. Esse outro precisa figurar de forma que sua permanência não comprometa o grupo – no caso a nação – na obtenção dos seus objetivos.

Diante desse quadro adverso, em que ao mesmo tempo são criados álibis para a agressão, e a repressão passa pela política aparelhada por meio da DOPS, criam-se meios e artimanhas para atender os casos específicos que exigem um tratamento fora da esfera oficial, como pedidos extraoficiais de “alemães” influentes em relação à política repressiva e à ação da polícia política.

Esse jogo de interesses talvez nos permita defender uma espécie de “democracia da sociabilidade”, em que os indivíduos ou grupos agem de acordo com suas motivações pessoais dentro de uma convivência cambiante. Dessa forma as relações não são tão truncadas e se configuram dentro de um contexto específico. Porém, Georg Simmel aciona algumas ideias para não nos deixar cair em generalizações. Para o autor, que é um dos debatedores do conceito, é necessário entender o jogo de cenas. Primeiro, porque o próprio conceito se auto elimina, uma vez que “[...] ninguém pode em principio encontrar sua satisfação à custa de sentimentos alheios totalmente opostos aos seus”. Segundo, porque a própria artificialidade imposta nesse jogo de relações é preponderante, dado que a condição do indivíduo o leva naturalmente a obter as vantagens que julga necessárias para o seu sucesso.

Em um exemplo prático nesse contexto esperaríamos que a sociedade analisasse toda a conjuntura para eleger as ações em relação à comunidade de origem germânica. Observando sua participação social, suas influências no quadro

⁴⁰² ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L.; **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 37.

político e comercial para determinar democraticamente como se dariam essas relações sem prejudicar nenhum lado, porém diante de uma conjuntura adversa quando as questões são de ordem coletiva e tendem a prejudicar o grupo social onde o indivíduo pertence, outra solução é tomada,

Quando se trata dos outros, isto permite todas as generalizações abusivas. O artigo definido identificador permite reduzir um conjunto coletivo a uma personalidade cultural única, apresentada geralmente de forma depreciativa⁴⁰³

O que temos é uma interposição de sentimentos que se desdobram em sentidos iguais e contrários, em certos momentos de maneira verticalizada entre os grupos e indivíduos num plano pessoal ou não oficial. Por exemplo, a ética não permite denunciar o vizinho de tantos anos apenas por ele ser de origem alemã ou quando determinados favores são prestados na clandestinidade para liberar algum preso político ou trocá-lo de lugar com alguém de menor importância ou um familiar, para que este voltasse a ocupar sua posição nos negócios. Ao mesmo tempo, a ética se insere num plano horizontal dentro de uma linearidade do aparelho repressivo, dessa forma a lógica da suspeição desejada pelo Estado é atingida acima de qualquer questão pessoal.

Dentro dessas forças, a eleição dos álibis e a regulação de um “outro conveniente” ora ultrapassam as questões nacionais, ora se materializam no campo do julgamento pessoal e essas divergências que ultrapassam o campo da racionalidade eclodem nas práticas afetivas dentro do organismo político que tornam a história paranaense, das décadas de 1930 e 1940 períodos profícuos para abordagens vinculadas às dimensões da afetividade e das paixões, não só na política, mas na história enquanto um todo.

Em suma, são pequenas amostras do potencial percebido na documentação analisada, e isso nos leva a entender que colocar o outro em condição de humilhação servia a dois propósitos distintos, sendo o primeiro de ordem política, criar um álibi, um motivo para que a população se envolvesse e se preocupasse mais em combater os estrangeiros “eixistas” do que com as medidas autoritárias tomadas pelo governo varguista; o segundo de cunho pessoal, permitiu aos brasileiros - por meio das denúncias, delações e discursos vexatórios contra os indivíduos de origem germânica

⁴⁰³ CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002, p. 189.

– que exteriorizassem seus sentimentos reativos como o ódio, a inveja e a repugnância ao outro estrangeiro.

4.4 A VERGONHA COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE SOCIAL: NACIONAIS E ESTRANGEIROS NA MIRA DA POLÍCIA POLÍTICA

A vergonha é um dos sentimentos que nos chamam a pensar sobre suas peculiaridades e sobre qual o papel que esse sentimento tem na construção histórica. Concordamos com Goudsblom⁴⁰⁴, quando o sociólogo holandês, alerta-nos que podemos perceber que todos os sentimentos, inclusive a vergonha e a humilhação possuem história. Diferentes povos em momentos históricos distintos experimentaram a vergonha por razões diferentes, bem como essas experiências de vergonha que são vividas em diferentes aspectos, dado a condição social, classe ou grupo, seja ele estabelecido ou *outsider*.

Temos convicção acerca da diferença do trabalho realizado pela psicologia social e pela história ao registrar as emoções, entendemos que não estamos medindo reações em tempo real, expressões faciais ou reações corporais. Grosso modo, estamos lidando com uma documentação datada, produzida com um determinado fim, em que elementos de grupos distintos se rivalizavam dentro de uma mesma estrutura social, documentação que foi produzida por uma instituição policial/política, cujos acusadores e indiciados também eram sensíveis às pressões tanto sociais quanto ideológicas.

Qual nosso intuito com essa discussão? Inicialmente, entender porque a vergonha se manifesta e quais estratégias são adotadas para lidar com a possibilidade de humilhação pessoal ou coletiva; entender o papel que a vergonha possui enquanto sentimento reativo que pode alterar bruscamente as formas de convivência cotidiana. O sentimento em si será por nós analisado dentro de um contexto histórico e recorte temporal específico, para podermos compreender se a mesma foi utilizada como dispositivo consciente de controle social durante a fase mais aguda do Estado Novo brasileiro, nos anos em que o país efetivou sua participação na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados.

⁴⁰⁴ GOUDSBLOM, Johan. A vergonha como dor social. In: GEBARA, Ademir & WOUTERS, Cas (orgs). **O controle das emoções**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009, p. 48.

Gostaríamos de discutir minimamente qual nossa perspectiva do conceito de vergonha. De acordo com Elias,

O sentimento de vergonha é uma exaltação específica, uma espécie de ansiedade que automaticamente reproduz na pessoa em certas ocasiões, por força do hábito. Considerado superficialmente, é um medo de degradação social ou, em termos mais gerais, de gestos de superioridade de outras pessoas. Mas é uma forma de desagrado ou medo que surge caracteristicamente nas ocasiões em que a pessoa que receia cair em uma situação de inferioridade não pode evitar esse perigo nem por meios físicos diretos nem por qualquer forma de ataque.⁴⁰⁵

Importante ressaltar que a vergonha surge de uma determinada consciência, seja ela da violação de uma condição social, de uma regra de convívio ou pelo sentimento de pertença a um determinado grupo, “não teríamos uma sensação de vergonha se não tivéssemos consciência, e a própria surge no contexto de violação de tabus.”⁴⁰⁶ Esses tabus em geral são impostos, associados a práticas circunstanciadas e também a leis outorgadas por instituições ou corpos institucionais na busca de uma condição ou causa. Em nossa proposta a vergonha será percebida dentro de uma configuração social, que por sinal está ligada a um projeto político amplo desenvolvido por Vargas e seus asseclas durante o Estado Novo.

A tendência natural é tratarmos da vergonha de um determinado indivíduo diante de uma situação, analisando os casos individualmente, porém, enfatiza Barbara Rosenwein, as emoções também são,

[...] instrumentos de sociabilidade, elas não apenas são socialmente construídas e sustentam e reforçam sistemas culturais, mas também agem sobre relações humanas em todos os níveis, da conversa íntima entre cônjuges a relações globais.⁴⁰⁷

Dessa forma, podemos aceitar que as emoções são marcas sociais e podem ser instrumentalizadas em estudos sem tornar seu uso contraditório,

Nenhum desses usos instrumentais das emoções contradiz seus muitos outros papéis, ainda que ao mesmo tempo: muitas vezes, as emoções têm funções e significados sobredeterminados. [...] Se uma emoção é a reação padrão de um grupo específico em certas situações, a questão não deveria ser se ela está ou não traindo o verdadeiro sentimento, mas por que uma norma prevalece sobre outra.⁴⁰⁸

⁴⁰⁵ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**, tradução brasileira de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. 2, 1993, p.242.

⁴⁰⁶ WALTON, Stuart. **Uma história das emoções**. Trad. Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 252.

⁴⁰⁷ ROSENWEIN, Barbara H. **História das emoções: Problemas e métodos**. Trad. Ricardo Santiago. São Paulo: Letra & Voz, 2011, p. 37.

⁴⁰⁸ ROSENWEIN, 2011, p. 38 – 39

A vergonha conta com sentimentos colaborativos, no caso do medo, que é o par que a confere uma de suas reações menos desejadas, uma vez que o medo é diferente do constrangimento, sentir vergonha por ter transgredido uma regra social pode gerar o constrangimento, agora o par vergonha-medo traz um sentimento cujas implicações são mais onerosas aos elementos do grupo.

O conflito expressado no par vergonha-medo não é apenas um choque do indivíduo com a opinião social prevalecente: seu próprio comportamento colocou-o em conflito com a parte de si mesmo que representa essa opinião. É um conflito dentro da sua própria personalidade. Ele mesmo se reconhece como inferior. Teme perder o amor e respeito dos demais, a quem atribui ou abrituiu valor.⁴⁰⁹

Essas implicações são ainda maiores quando existem prerrogativas institucionais ou políticas de Estado, que restrinjam a ação de determinados elementos ou grupos sociais. Ainda de acordo com Elias,

Isso também explica por que o medo de transgredir as proibições sociais assume mais claramente o caráter de vergonha quanto mais perfeitamente as restrições externas foram transformadas, pela estrutura da sociedade, em autorrestrições, e quanto mais abrangente e diferenciado se tornou o círculo de autorrestrições onde se manifesta a conduta da pessoa.⁴¹⁰

A sociedade passa a ser um campo aberto de possibilidades emocionais: ora relações sociais são pautas emocionais, bem como os sentimentos individuais podem ter desdobramentos sociais; o Estado exige, o estado de exceção obriga. Nessa relação conturbada, de anomia constitucional enxergamos duas dimensões para pensarmos a questão da vergonha como dor social, são eles: a solidariedade, no eixo horizontal e a hierarquia, no eixo vertical das relações sociais. O primeiro está muito mais condicionado à afeição, à acolhida e à animosidade, o segundo com o respeito e com o desprezo.

Cabe-nos avisar que esses fenômenos não ocorrem organizadamente um após o outro, são diacrônicos e sincrônicos, permitem-nos não sufocar a análise em uma pauta dicotômica, como as premissas eliasianas recomendam. Pensar a vergonha fora do conflito solidariedade/hierarquia. Goudsblom conseguiu captar essa máxima de Elias ao tratar da vergonha como dor social, uma vez que entende que tanto aquele que “envergonha o outro” como punição, pode ser socialmente

⁴⁰⁹ ELIAS, 1993, p. 242

⁴¹⁰ ELIAS, 1993, p. 242 -243

envergonhado, como expiação por algum ato social que infringe determinada norma de conduta. Para o autor,

A vergonha ocorre quando os laços de solidariedade e hierarquia são danificados. Isso é sempre desagradável e doloroso. A dor física ocorre quando há algo de errado com o corpo; é um sinal, um aviso de que o corpo está ferido. Em um sentido similar, a vergonha é um sinal de que há algo errado numa figuração social. A dor social difere da dor física no sentido em que trabalha como uma via de duas mãos. No ato de ficar envergonhado, as mensagens da dor são trocadas. Outros ativamente ‘envergonham’ alguém.⁴¹¹

Em sua Teoria dos Processos Civilizadores, Elias procurou apresentar por meio de um episódio específico como a vergonha possui balizas e fronteiras que são permeáveis e que ora se retraem, ora se deslocam. Buscaremos a partir de agora, tal qual Elias, dar exemplos de como a vergonha se manifesta e ocorre ao delimitarmos dois grupos distintos socialmente, os paranaenses [carisma] e os indivíduos de origem germânica [desgraça] no Paraná entre 1942 e 1945.

Alguns casos em que o indivíduo é exposto à vergonha, podem conduzi-lo à melancolia, à depressão crônica. Porém, nosso intuito é pensar na vergonha que os indivíduos de origem germânica são expostos durante o processo repressivo da adesão do Brasil na Segunda Guerra; vale ressaltar que poderíamos enxergar essas situações de conflito como inerentes à situação bélica, mas procuramos evidenciar que houve certo desagrado generalizado em relação ao elemento germânico que não era fruto apenas do embate em que os países estavam envolvidos.

Os alemães eram encarados como causas de si mesmos e de seu ímpeto colonizador; calçadas não podiam mais ser compartilhadas, com vizinhos de origem germânica, como relata Freya Schrappe “comecei a sentir que certas amigas minhas evitavam me cumprimentar na rua, porque eu era casada com um homem que estava na lista negra”⁴¹². Estar nas listas negras organizadas por países como Inglaterra e Estados Unidos era uma vergonha não só pessoal, mas que transcendia as gerações. No caso da família Schrappe, tradicionais em Curitiba por serem os proprietários da Gráfica Paranaense, ficaram marcados pela inclusão da empresa na lista de não desejados pelo Brasil e por seus aliados. Para além, da perda de clientela em massa e das dificuldades financeiras enfrentadas pelos sócios, uma grande luta foi travada até mesmo depois do final da guerra, para que o nome da família fosse

⁴¹¹ GOUDSBLOM, 2009, p. 56

⁴¹² BOSCHILIA, 1995, p. 7

limpo, para que a vergonha de ser reconhecidos publicamente como amigos de Hitler e defensores do nazismo não resistisse à próxima geração.

Ao analisar os documentos da DOPS/PR, percebemos que a situação vivida por esses indivíduos de origem germânica era de uma sujeição forçada. Havia aversões, mas diante da ação da polícia política pouco podiam fazer; em raros relatos conseguimos retirar excertos que tratassem de visões menos compelidas a suplicar a liberdade ou negociar a condição de suspeição empregada pela polícia política.

Oscar Schrappe Sobrinho apela inclusive ao então governador do Estado, Moyses Lupion, para que o mesmo use de seu cargo e prestígio político para eliminar essas informações vergonhosas vinculadas ao nome da família e da empresa fundada por seu pai.

No ano de 1943, durante o conflito mundial e em pleno período discricionário do Estado Novo, no qual de nada valiam os direitos fundamentais da pessoa humana, e quanto a polícia política, os peticionários foram “fichados” na Delegacia de Ordem Política e Social, da Secretária do Interior e Justiça do Estado, pelo simples fato de serem descendentes de alemães, muito embora nenhum processo regular contra eles tivesse sido instaurado, pelo que não houve ensejo de exercitarem o legítimo direito de defesa. O “prontuário policial em relação aos peticionários é uma peça característica daquela época – de negação democrática, em que a exaltação e paixão política perturbava o sereno exame dos fatos. Assim, as anotações policiais se resumem em recriminar fatos de natureza íntima e familiar dos peticionários, como a de terem sido criados em ambiente germânico, casando com senhoras descendentes de alemães, como se isso fora crime. [...] O fato de terem os peticionários afeto à pátria de seus ancestrais, cultuando sua língua, literatura e arte, não é motivo para que se deduza que desrespeitam a sua pátria, que é a brasileira, em cujo seio nasceram, se educaram e trabalham, dia a dia, para sua grandeza e prosperidade, [...] Hoje, passada aquela fase da paixão política e bélica, o mundo democrático volta-se justamente para a Alemanha, procurando através sua indústria, ciências, artes e civismo, um forte aliado para conter o expansionismo soviético, e ninguém vê nisso um delito [...] Além disso, a preocupação que os peticionários sempre demonstraram com referência àquele “prontuário” policial, preocupação essa de natureza essencialmente moral e patriótica, bem demonstra a sua formação cívica e poderá ser levada em conta de seu profundo apego à sua nacionalidade. Por essas razões, Senhor Governador, os infra-assinados vêm solicitar a V. Excia. que se digne mandar cancelar o aludido “prontuário”, que se encontra nos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social, por ser medida de serena Justiça. [sic] ⁴¹³

O pedido de apagamento dessas memórias da prisão e da perseguição étnica e política se dá em virtude de um sentimento de necessidade de justiça, de reparação, bem como a tentativa de mitigar essa memória vergonhosa, fator que também perpassa pelo debate do caráter e integridade do nome familiar. Existe a necessidade

⁴¹³ Carta Petição de Oscar Schrappe Sobrinho ao governador Moyses Lupion – DEAP/PR – Fundo DOPS – Oscar Schrappe Sobrinho

de manipular a memória coletiva a fim de isentar os envolvidos e a empresa de um passado manchado pela prisão e pela vinculação à lista negra.

Um caso muito parecido é o que ocorre com Herbert Hebmüller, alemão que solicita a revogação de seus arquivos na DOPS/PR, principalmente os que tratam de sua prisão provisória por ser filiado ao NSDAP. A negativa do Instituto de Identificação sobre o pedido de cancelamento do prontuário de Herbert Hebmüller é muito preciosa para pensarmos os aspectos de como a vergonha também assume um poder de controle por parte do Estado,

[...] suspeito de exercer atividades nazistas, requer agora, a V. Excia., a anotação do silêncio dessa sua prisão provisória. Suspeitar é imaginar com certas bases, pelo que talvez, o INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO, repartição competente, jamais destruirá os seus assentamentos a respeito a condição individual do requerente. Porém, **a identificação não constitui vexame, mas, - como bem diz o próprio regulamento do referido Instituto – é apenas um meio de segura informação pessoal, indispensável nas administrações públicas, em garantia da própria segurança individual,** mormente naqueles tempos. [grifo nosso]⁴¹⁴

Esse cancelamento nunca foi realizado, essa memória de vergonha não seria facilmente esquecida. A DOPS/PR mantivera-se irredutível à não concessão desse pedido, impossibilitando juridicamente que o mesmo obtivesse qualquer benesse pelo desaparecimento dos arquivos. De acordo com Walton, a dinâmica social da vergonha é muito complexa, inclusive pode ser enviesada pelos aspectos jurídicos.

Ser apanhado num erro moral ou jurídico é sentir sua intensidade corrosiva, ainda mais porque o perpetrador é duplamente culpado; do próprio ato e de tentar escondê-lo. E a vergonha pode ser imposta de dentro, por uma ato que parece aos outros não ter objetivamente defeito moral. Em um grau menor, ela pode ser sentida em isolamento, quando a evidência e as consequências de um ato culpável não vêm à luz.⁴¹⁵

Essa manutenção da condição vergonhosa pelo delegado da DOPS/PR é uma prática útil para a consolidação de um controle social que se autorregula, pelos exemplos dados, por 'esses elementos estigmatizados pela vergonha'. A sociedade percebe esses exemplos e os evita não somente o sujeito, mas as práticas parecidas, uma vez que também não desejam ser colocados em situação vexatória semelhante. O posicionamento de Stuart Walton é precioso para pensarmos a publicização da vergonha.

⁴¹⁴ Parecer do Instituto de Identificação sobre o pedido de cancelamento do prontuário de Herbert Hebmüller – 23 de agosto de 1948 – DEAP/PR – Fundo DOPS/PR – Herbert Hebmüller

⁴¹⁵ WALTON, 2007, p. 259

A aplicação intencional da vergonha mediante a humilhação pública de criminosos e malfeitores tem sido praticada em sistemas de jurisprudência desde os tempos antigos. Ela apela ao desejo da massa da sociedade e de suas instituições por ser uma expiação perfeita, resumida no ditado de que a justiça não só deve ser feita, mas ser vista em ação.⁴¹⁶

A manutenção da culpa pública é como uma insígnia simbólica da vergonha, uma marca, um estigma que serve de aviso para toda a sociedade. Diferentemente dos castigos físicos praticados nos pelourinhos, onde marcas eram estabelecidas sobre a pele do suposto culpado, é a lembrança da humilhação que viverá e deverá ser suportada por aqueles que forem submetidos à vexação pública. "É a lembrança da humilhação suportada que viverá, durando insuportavelmente na mente muito depois de o momento ter passado". (WALTON, 2007, p. 264)

Em alguns casos a vergonha é geracional, sendo transmitida para outros elementos da família após a morte daquele que fora vexado. Vejamos o caso de Hans Garbers, comerciante alemão que era um proeminente partidário do NSDAP no Paraná, fomentando atividades de arrecadação de verbas e doando dinheiro próprio para campanhas diversas dentro do partido. Sob o mesmo pairava a alegação de ter construído uma grande casa de pedra na serra da Graciosa, para que o mesmo pudesse ocultar 'nazistas perniciosos' durante o entre guerras e também quando o cerco foi se fechando contra os alemães durante a Segunda Guerra Mundial.

Em entrevista concedida em 2010, um dos filhos de Hans Garbers procurou desfazer a visão negativa que ainda pairava sob a figura do pai, tendo o mesmo falecido em maio de 1942, quando acabara de sair da detenção da DOPS/PR, gravemente enfermo e se recolhendo em casa, mas sob vigilância ativa dos agentes. O mesmo fora arrolado em uma série de denúncias que envolviam outros membros do Partido Nazista; travara em vida uma batalha involuntária contra a DOPS/PR, um ano antes do seu falecimento um de seus sócios colocara uma tabuleta com dizeres alemães, para contratar um colaborador para a livraria, fato que ganhou tônus e levou ambos a serem designados por um dos jornais mais importantes da cidade como impatriotas.

Após a morte do pai, a família acreditava que a suspeição diminuiria sobre a família e tendo o filho mais novo, Hans Klaus Garbers, ainda com 18 anos assumido as responsabilidades do pai em uma condição 'diferenciada', uma vez que o mesmo era nascido no Brasil. Porém, pairava sob o pai mesmo falecido o estigma de alemão

⁴¹⁶ WALTON, 2007, p. 259

subversivo e ex-membro do NSDAP; restava a casa misteriosa e a fortuna considerável da família Garbers, fatores que não seriam descartados tão facilmente pela polícia política de Ribas.

Os Garbers, mesmo na ausência do patriarca, passariam por mais um momento de tensão com a DOPS/PR, uma vez que três inspetores foram enviados para uma varredura na residência da família. De acordo com Osvaldo Scaramella que redigiu o relatório, nem Sidon Keinert, nem Denizart Pockrandt encontraram nada de relevante e que compromettesse a viúva de Garbers e sua família.⁴¹⁷ O vínculo indelével com a Alemanha impediu inclusive que o filho obtivesse - como qualquer outro brasileiro - sua Carteira de Reservista, haja vista que pelos indicativos da DOPS/PR, o mesmo, embora nascido aqui, não era digno de tão estimada honra, alistar-se no Exército Brasileiro.

Para Claudia Rezende e Maria Claudia Coelho, esse tipo de humilhação originada pela vergonha,

Parece, no calor das circunstâncias ser eterna, ou seja, o sujeito nunca se poderá livrar, e que por isso parece-lhe insuportável; o sentimento vem de fora para dentro, é algo que 'toma conta' do sujeito, que se vê como objeto de uma experiência emocional.⁴¹⁸

No caso da família Garbers, ao buscar a figura histórica do filho pós-falecimento do pai, percebemos que há grande ressentimento em relação à vinculação do nome da família com o nazismo. Isso fica evidente em todas as entrevistas concedidas pelo mesmo à imprensa paranaense e nos escritos que foram veiculados em Curitiba quando veio a falecer em 2014; a maioria das reportagens apresentava como 'errônea' e nunca comprovada⁴¹⁹ a relação do pai Johannes com o nazismo, e alguns jornalistas ressaltavam que Hans e a família sobreviveram a um 'processo cultural forçado'⁴²⁰, que durante o governo Vargas colocara inúmeras famílias alemãs sob a lógica da suspeição.

⁴¹⁷ Relatório Parte nº 1422 – Osvaldo Scaramella - - DOPS/PR, Pront. 1839, Top. 379, fl. 2, DEAP/PR.

⁴¹⁸ REZENDE, Claudia Barcellos & COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. Coleção FGV de Bolso. Série Sociedade & Cultura, p. 88

⁴¹⁹ 'Preservacionista e gestor cultural, Garbers era o "imperador" de Curitiba'. Texto escrito por Aroldo Murá para o Diário da Indústria e Comércio de Curitiba, publicado em 24 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.diarioinduscom.com/preservacionista-e-gestor-cultural-garbers-era-o-imperador-de-curitiba/> Último acesso em: 07 de setembro de 2016.

⁴²⁰ Reportagem veiculada na Gazeta do Povo em 2008 sobre a forma que o governo Vargas conduziu o processo de nacionalização durante o Estado Novo. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/um-processo-cultural-forcado-b73qkcnp9beqib9ifwa8tw95a> Último acesso em: 07 de setembro de 2016.

A vergonha, embora não tenha sido descrita e divulgada enquanto tal, entre os estratos da polícia política paranaense como procedimento padrão, foi em nossa análise, amplamente utilizada como ferramenta coercitiva nos anos agudos da Segunda Guerra Mundial. Exercer pressões que conduzissem a uma espécie de vergonha induzida era a ação inicial. Entretanto, o que era vislumbrado era um resultado em longo prazo, um processo cujo objetivo era manter um estado de controle, em que a vergonha induzida seria gradativamente substituída pelo auto indiciamento, e as pessoas experimentariam a confissão pública da vergonha como reconhecimento de seus possíveis erros diante da pátria. A confissão falsamente conduz a uma esperança de absolvição, bem como 'andar na linha' permite ao cidadão verificar as condutas alheias e, quando necessário for, agente ativo do aparelho repressivo.

Elias alega que nenhuma sociedade pode sobreviver sem algum tipo de controle de comportamento e que uma das formas de moldá-lo é incutir o medo e criar ansiedades, sentimentos que podem ser o simples medo de ter traído a Deus, de ter falhado com a lei, de perder o emprego ou de não ser mais percebido como 'estabelecido' em sua comunidade. O que denotamos em todo esse processo é que o medo, na maioria das vezes, constitui no condutor perfeito para o sentimento de vergonha, seja ela no âmago da constituição psicológica da pessoa, forçando a expiação de dentro para fora; seja no âmbito público, pressionando o sujeito de fora para dentro.

A DOPS/PR, em sua pequenez estrutural foi responsável pela canalização da proposta varguista da aceitação da nação a qualquer custo. Sua proposta de trabalho baseada na lógica da suspeição e no envolvimento da sociedade como parte vigilante da sociedade recorda-nos a expressão utilizada por Georg Simmel em seu artigo '*Faithfulness and gratitude*', publicado em 1964. Nesse artigo o sociólogo alemão discorre sobre uma 'memória moral', resultado do sentimento de gratidão em favor da solidez dos laços sociais, isto é, a gratidão por fazer parte desse grande projeto do "Brasil brasileiro", impede ações sociais contrárias ao Estado e contribui na disseminação de uma atitude coerente e engajada de manutenção dos vínculos sociais.

Esse sentimento de pertença ao grupo estabelecido [carisma] irá conseqüentemente se desdobrar em um profundo desejo de retribuição. Representado no Paraná pela adesão dos paranaenses ao regime autoritário de

Vargas, na manutenção da ordem, na definição de inimigos que perturbam a consistência homogênea do tecido social e no afastamento desses por meio de uma clara divisa social entre paranaenses/estabelecidos/carisma e indivíduos de origem germânica/outsideiros/desgraça.

Como Elias bem enfatizou na conclusão do Processo Civilizador, o medo é um dos fatores mais importantes para a estruturação da sociedade, pois é ele um dos canais mais relevantes na transmissão das funções psicológicas individuais. Nesse sentido, entendemos que a vergonha é a força propulsora adjacente ao medo, que restringe as ações emancipadoras, colocando o sujeito *sub judice* da sociedade que o acolhe e que, portanto, teve papel fundamental como dispositivo de controle social, como agente de manutenção de uma sociodinâmica da estigmatização e condicionante para a afirmação da configuração social, tal qual nós a conhecemos.

4.5 PODE O RESSENTIMENTO PERTURBAR O CONVÍVIO COTIDIANO?

Buscamos durante toda pesquisa encontrar fontes que nos permitissem articular o ressentimento das ações que se desdobraram no Paraná durante a Segunda Guerra Mundial contra indivíduos de origem germânica; trilhamos um caminho complexo a fim de apurar na documentação reunida pela DOPS/PR pistas que nos indicassem uma resposta para a pergunta proposta no subtítulo desse capítulo. O que ocorre ao apresentarmos esse debate na pesquisa é que chegamos a duas interpretações distintas acerca do poder do ressentimento nas relações que foram estabelecidas entre brasileiros e germânicos no Paraná; essas interpretações estão mais ligadas ao debate interpretativo do próprio conceito de ressentimento do que efetivamente aos fatos históricos que analisamos.

A primeira é pautada nas reflexões psicanalíticas que entende o ressentimento como a inibição de uma reação, isto é, imaginar que aquele que sofre agressão física ou psicológica não é capaz de responder tal agressão, nessa perspectiva ele deriva da impotência, da consciência que existe uma fraqueza em relação ao outro que não pode ser sanada, embora seja desejada. Essa abordagem do ressentimento passivo colocaria completamente abaixo qualquer tentativa de perceber esboços da ação do mesmo na história, seria contra factual e sumariamente contestável. Portanto, adotaremos a segunda, que Pierre Ansart entende por uma tarefa infinitamente mais delicada ao historiador, interpretar o ressentimento como

uma progressão de hostilidades emocionais, tratando-o como ativo ao atravessar a distância entre a inércia e a violência aprovada e encorajada.⁴²¹

Apropriar-se do ressentimento historicamente demandou algumas escolhas e alguns aprofundamentos necessários para que não caíssemos na tentação de abandonar qualquer indício racional dos acontecimentos oriundos da política brasileira em relação aos imigrantes considerados eixistas durante a Segunda Guerra Mundial para nos debruçar sobre teorias emocionais, cuja subjetividade não é contemplada pelo *corpus* de documentação por nós analisado. O filósofo Thomas Brudholm entende-o como um marcador de resistências, um re-sentir necessário para que determinado evento não caia no esquecimento⁴²², já a psicanalista Maria Rita Kehl apresenta-nos uma definição na qual o mesmo resulta de um conjunto de sentimentos reativos:

O ressentimento é um afeto, ou uma constelação de afetos — composta de ira, inveja, amargura, desejos de vingança, queixas melancólicas —, que desperta reações ambivalentes. [...] o ressentimento é condenado moralmente, tal qual a inveja, como uma disposição mesquinha. É um afeto que "não ousa dizer seu nome". Não queremos nos reconhecer como ressentidos, mas isso não impede que manifestações camufladas do ressentimento sejam muito bem acolhidas e mesmo valorizadas socialmente.⁴²³

Essa constelação afetiva designada por Kehl, potencialmente foi percebida no que o filósofo Max Scheler denomina de conjunção maligna⁴²⁴ que seria a soma do rancor, desejo de vingança, raiva, maldade, ciúmes, inveja e malícia, cujo predominante é o desejo de vingança. Para o autor existe uma indicação clara de que a palavra ressentimento indica uma reação, do contrário não poderia ser encarada como sentimento reativo. "O ressentido é um vingativo que não se reconhece como tal"⁴²⁵

Grosso modo, o ressentimento é fruto de um conglomerado de outros sentimentos, que sozinhos foram possíveis de serem captados e contextualizados

⁴²¹ ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004, p. 29.

⁴²² BRUDHOLM, Thomas. **Ressentiment's Virtue**: Jean Améry and the refusal to forgive. Philadelphia: Temple University Press, 2008.

⁴²³ KEHL, Maria Rita. O ressentimento camuflado na sociedade brasileira. In: **Novos Estudos**, n 71, março 2005, p. 163-180, São Paulo, CEBRAP, p. 163.

⁴²⁴ SCHELER, Max. **L'homme du ressentiment**. Paris: Gallimard, 1958, p. 14-15.

⁴²⁵ KEHL, 2005, 164

como apresentamos anteriormente, como a inveja, a vergonha, o ódio etc. Para dar conta de estabelecer um vínculo com a história, realizamos um recuo tático, ou melhor, optamos por analisá-lo como sintoma social, tal qual fez Monica Grin, quando buscou refletir sobre o direito ao ressentimento.⁴²⁶

O ressentimento, nessa perspectiva, é tomado mais como uma emoção coletiva, do que individual, que produziria impacto negativo e perturbador para o mundo público. [...] Em sua versão coletiva, o ressentimento seria negativo por possuir um componente potencialmente explosivo representando uma ameaça à estabilidade da ordem social.⁴²⁷

Ainda buscando explicações para o ressentimento na sua dimensão coletiva, encontramos uma assertiva de Norbert Elias.

Esse ressentimento surge quando um grupo outsider socialmente inferior, desprezado e estigmatizado, vê-se pronto a exigir a igualdade não apenas legal, mas também social, quando seus membros começam a ocupar na sociedade majoritária as posições que lhes eram antes inacessíveis ou seja, quando começam a entrar diretamente em competição com os membros da maioria enquanto indivíduos socialmente iguais.⁴²⁸

Já discutimos anteriormente a situação paradigmática do indivíduo de origem germânica no Paraná, o que nos impossibilita precisar quando os mesmos estão ocupando um *establishment*, ou quando se valem de uma condição de *outsiders* para obter benesses ou passarem por vítimas diante das condicionantes impostas pelo Estado. Arendt, já alertava em 1958 sobre como o ressentimento e a capacidade de não conceder perdão inviabiliza a comunidade, uma vez que para que a mesma exista se faz necessária a reciprocidade, que é inviabilizada pela orientação para a vingança que está impregnada no ressentimento. De acordo com a autora o ressentimento impede a capacidade de 'estar e agir com outros'⁴²⁹

A resposta afirmativa para nossa questão inicial precisa necessariamente partir do entendimento do papel do Estado na consolidação dessa emoção. Recordemos, os teutos foram convidados a vir ao Brasil ainda no século XIX, junto ao convite inúmeras promessas de um padrão melhor de vida e condições de igualdade social, de trabalho e política. O Estado seria, ou deveria ser, o mediador das disputas

⁴²⁶ GRIN, Monica . Reflexões sobre o direito ao ressentimento. In: GRIN, Monica, ARAUJO, Maria paula e FICO, Carlos. (Org.). **Violência na História: Memória, Trauma e Reparação**. 1ed.Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, p. 127-141

⁴²⁷ GRIN, 2012, p. 127 - 128

⁴²⁸ ELIAS, Norbert. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001, p. 136.

⁴²⁹ ARENDT, Hannah. A condição humana. Trad. Roberto Raposo. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

de interesses que a inserção desses teutos causaria na sociedade brasileira, organizar não só os espaços geográficos que ocupariam, mas a recepção às famílias, o ensino do idioma nacional, os processos de integração entre as partes, evitando enquistamentos e fechamentos culturais como ocorreram com as comunidades germânicas no sul do Brasil.

Arriscamos concordar com Maria Rita Kehl, quando alega que caberia ao Estado, inclusive o monopólio dos meios para o exercício da violência se essa for necessária, de modo a garantir a convivência pacífica e intermediar a resolução de conflitos entre os cidadãos.⁴³⁰ Se em algum momento essa foi uma função destinada à DOPS/PR, asseveramos que longe de abrandar os ânimos, a instituição tratou de utilizar-se desse descontentamento entre as partes para seu próprio favorecimento, uma vez que contava com a população para abastecer a entidade com denúncias; não podemos deixar de enfatizar que a estrutura de vigilância da DOPS/PR era diminuta frente à amplitude territorial que deveria cobrir.

Sabemos que a DOPS/PR se valia de um conjunto de ações de mobilização que já estavam em andamento na comunidade paranaense, como as medidas de racionamento, os exercícios de blecaute e inúmeras campanhas que visavam o alinhamento nacional à política de Vargas.

Esse medo foi determinante para o surgimento de aliados da polícia política, pois, devido a ele, expandiu-se a ideia de que o inimigo podia ser qualquer um, inclusive 'seu vizinho'. Esses 'aliados' realizavam constantes denúncias, parte efetivas, parte infundadas, efetuadas por motivo de inveja, ciúme ou disputas de poderes locais. Contudo, esses comportamentos mostraram a participação da população na repressão realizada pela DOPS e a eficácia no tipo de comprometimento social com a guerra que o Estado varguista desejava.⁴³¹

No caso de um regime autoritário tal qual vigorava no Brasil, as expectativas populares recaem geralmente sobre o líder, uma vez que é ele quem tem o poder de resolver os problemas que assolam a pátria, afastar os perigos e manter todos sob a proteção do Estado. "O monopólio pelo Estado do papel de avalista da igualdade de direitos transforma os indivíduos de bárbaros guerreiros em cidadãos cordatos,

⁴³⁰ KEHL, 2005, p. 167

⁴³¹ ATHAIDES, Luciana Agostinho Pereira. **A DOPS paranaense frente à Ação Integralista Brasileira durante o Estado Novo (1937-1945): do "atentado contra o regime" à "associação nazi-integralista"** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, 2015, p. 43.

dependentes de proteção e temerosos de castigos. ”⁴³² Nesse caso, o ressentimento social teria origem nos casos em que a desigualdade é sentida como injusta, onde existem um pressuposto de igualdade política, de acordo com David Konstan “tal sentimento também emerge entre classes que perderam, ou estão perdendo, sua posição historicamente privilegiada. ”⁴³³

O ressentimento social irá se manifestar na insatisfação desses grupos para quem as promessas de igualdade de direitos entre todos os sujeitos não se cumpram como esperado. As medidas restritivas impostas aos imigrantes de origem eixistas ‘colaboraram’ para a manutenção da soberania nacional e feriram os princípios de igualdade em que cidadãos brasileiros, de ascendência germânica, acreditavam ter garantidos. Logo, constituíam ações legais, mas com duplo entendimento, prevalecendo o desejo do Estado e não da comunidade alemã.

O caso do brasileiro Albino Carlos Krueger, parece-nos satisfatório para exemplificar esse tipo de sentimento. O mesmo foi detido em 22 de abril de 1942, por supostas ofensas a uma comissária da Cruz Vermelha Brasileira. O brasileiro era proprietário de uma das casas comerciais que foram depredadas em Curitiba, após o comício de 18 de março de 1942. Em seu depoimento relata que

[...] os prejuízos decorrentes das depredações sofridas pela sua casa comercial, durante o comício da noite de dezoito de março próximo passado, quando foram quebrados os vidros das portas da casa comercial, o vidro de uma vitrine e três vidros do escritório; [...] **que o declarante disse haver ficado muito sentido com aquelas depredações, pois sempre se julgara bom brasileiro**, e como estivesse um tanto nervoso talvez tenha dito às aludidas senhoras mais alguma coisa que às ofendesse, mas não se recorda porque possa ter dito. [grifo nosso]⁴³⁴

Embora seja brasileiro, é possível perceber que Krueger se sentiu impotente diante do ocorrido e que embora uma situação não esteja vinculada a outra, possivelmente se perguntou como era suficientemente patriota para contribuir com as campanhas da Cruz Vermelha e não para ser defendido das agressões realizadas durante o protesto popular? Se o avalista dessa igualdade é o Estado, nada mais lógico que os indivíduos esperem proteção e garantias.

⁴³² KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. 4.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 284 – 285.

⁴³³ KONSTAN, David. Ressentimento: história de uma emoção. . In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004, p. 67.

⁴³⁴ Auto de declarações de Albino Carlos Krueger – 23 de abril de 1942 – DEAP/PR – Fundo DOPS/PR

Outro brasileiro nato que questiona o posicionamento da DOPS/PR e de seu delegado é Herbert Ruhle, funcionário da Companhia Telefônica Paranaense que foi detido por exercer atividades nazistas em 12 de março de 1942, permaneceu cerca de 50 dias detido, sendo liberado diretamente por um pedido do interventor estadual Manoel Ribas. A insatisfação de Ruhle é justificável por um quesito básico, o fato de ser brasileiro o desqualificava para ser filiado ao NSDAP e essa informação era de conhecimento da delegacia, que por meio do Ofício nº 623 solicitou o desligamento dele do quadro de funcionários da Companhia Paranaense.

[...] simpatizante do NSDAP (Partido Nacional Socialista dos Operários Alemães) e ligado aos maiores daquele partido, Alberto Blum e Bennevit. Não se filiou ao partido por ser brasileiro. [...] pelas suas fortes ligações anteriores com os chefes nazistas da Cia. Telefônica, não é elemento de confiança para voltar a trabalhar naquela empresa. [...] Sendo a Cia Telefônica Paranaense, uma empresa cujos serviços são de interesse público e muito de perto se prendeu a medidas de segurança nacional, solicito a V. Excia. fique notificada a aludida Cia. a não mais permitir continuem, aqueles súditos alemães, a pertencer ao quadro de funcionários e a ter ingresso nas diversas dependências daquela Cia.⁴³⁵

Herbert Ruhle ainda consegue buscar explicações legalmente; seus questionamentos são pontuais, mas muito importantes para pensarmos que alguns sujeitos eram detidos e prontuários, mas não se satisfaziam apenas em passar pela vexação sem uma explicação plausível.

A indignação produzida por uma injustiça nem sempre gera ressentimento; pode ser a expressão direta de recusa de uma situação considerada humilhante ou degradante, ou de recusa do desrespeito ao princípio igualitário.⁴³⁶

A falta de reconhecimento de Ruhle, como brasileiro nato e a associação degenerativa de sua figura a seu pai, que figurou entre os afiliados do NSDAP quando o mesmo era permitido no Brasil, implica de alguma forma na ideia que a política paternalista de Vargas assumia 'filhos e filhas prediletos'. Não seria nenhuma novidade que alguns se ressentissem pela ausência de provas desse amor paternal pelos filhos do Brasil.

Poderíamos apresentar outros exemplos de não cumprimento de promessas que foram feitas às famílias alemãs desde o início do processo de colonização, terras que foram vendidas com localizações erradas, terras impróprias para o plantio, falta de estrutura de saneamento, saúde e educação, que faltavam também aos nacionais,

⁴³⁵ Ofício nº 623 - 04 de maio de 1942 – DEAP/PR – Fundo DOPS/PR – Herbert Ruhle

⁴³⁶ KEHL, 2005, p. 169

a fim de justificar a origem de ressentimento social, como resposta negativa a esses procedimentos que não foram realizados pelo Estado e/ou pelos agentes da imigração. Porém, vamos nos deter a pensar sobre os elementos 'alemães' nesse processo.

Sobre os alemães, Norbert Elias apresenta uma tese, da qual podemos nos apropriar, respeitando os devidos contextos. O autor alega que existe uma grande dificuldade germânica em lidar com um passado prestigioso, o que os conduzia com maior sujeição ao ressentimento, principalmente por terem a consciência muito forte do 'nós' e de seu próprio valor individual enquanto alemães, mesmo diante das oscilações históricas que a Alemanha passaria desde a unificação. Recordamos que os alemães experimentaram a grandeza sem limites, proporcionada pela vitória em quatro conflitos bélicos até que ao final da Primeira Guerra Mundial se depararam com o fracasso e a humilhação extrema, enfatizada nos acordos do Tratado de Versalhes.

No Paraná, já atentamos para isso. Os alemães passaram por um processo de inversão de valores, no sentido que tinham para a sociedade nacional; dessas mudanças,

Um profundo ressentimento pode surgir [...] sobretudo entre aqueles que têm impressão de que seu status está ameaçado, que creem ter perdido valor, que não sentem mais em segurança.⁴³⁷

Geneviève Koubi nos auxilia a entender a dinâmica do ressentimento que tem o pertencimento a um grupo consonante ou dissonante do Estado como origem. Seu aspecto social nasce quando "as histórias individuais são confrontadas com o conhecimento da história do grupo, com a apreensão do Estado de implantação, com seu processo e suas orientações, todas as histórias reunidas na história."⁴³⁸ Nesse sentido, estamos buscando tratar a sociedade não como um universo sem historicidade em que cada grupo estaria distante dos outros, protegidos dos riscos de dissolução cultural ou de violências físicas e simbólicas, estamos considerando os embates fronteiraços da convivência social, as articulações políticas e as interpenetrações culturais entre os grupos.

Embora alguns autores, como Maria Rita Kehl, entendam que o ressentimento é exatamente a contraposição do político, desconsiderar essa ligação, nos conduziria a simplificar em uma resposta negativa a nossa pergunta inicial. Poderíamos também

⁴³⁷ ELIAS, 2001, p. 151

⁴³⁸ KOUBI, 2004, p. 536

estabelecer um diálogo com a ideia do direito à diferença, mas essa não seria uma solução para o debate. Longe de encerrá-lo apenas daria mais contraste, haja vista que a proteção – ou suposta proteção - da minoria em geral se baseia na preservação e na conservação dos elementos essenciais dessa cultura minoritária, fato que não era visível na política brasileira pós Estado Novo.

A dissociação, seja social, política ou jurídica, pode levar ao aparecimento de ódios e violências por parte da sociedade dominante, e a história da negação da minoria se repete, confirma-se, ela pode também suscitar rebeliões e motins por parte da sociedade minoritária, e o esquema da divisão, da separação, mostra-se necessário, e, assim, recomeça o ciclo da exclusão, da classificação comunitária, da divisão étnica.⁴³⁹

Ao serem classificados como subversivos, nazis, quinta coluna, eixistas etc., emanava o sentimento de injustiça entre os indivíduos de origem germânica, principalmente pelo caráter relativizador dessas tratativas, que colocavam todos sob a lógica da suspeição. Não estamos estabelecendo aqui uma defesa aos alemães, apenas recordando que todo tipo de prática discriminatória é perigosa, seja ela praticada com o aval do Estado ou não.

Quanto mais o ressentimento for consistente, denso, intenso, mais essas pretensões endurecerão, firmar-se-ão e se reforçarão, às vezes em detrimento da paz social e civil, até com risco de prejudicar a paz no mundo. [...] A aversão e a inimizade de uns suscitam a irascibilidade e a hostilidade. [...] Em face desses sentimentos, inscrevem-se as incertezas de um direito de minorias, de um direito cujo objetivo é justamente conter, comprimir, impedir sua implosão.⁴⁴⁰

Intencionávamos no início da pesquisa realizar um debate específico sob a figura do delegado Valfrido Pilotto, buscando atrelar a sua pessoa a uma forma de ressonância do ressentimento entre nacionais e estrangeiros, mas não avançamos para além do que já foi produzido⁴⁴¹. Entretanto, consideramos a figura do delegado muito impactante, primeiro por ele ser um sujeito pragmático, que atuou contra imigrantes e descendentes e nunca deixou clara sua própria ascendência ítalo-germânica; segundo, pela insistência do mesmo, em alguns casos, fazendo

⁴³⁹ KOUBI, 2004, p. 543

⁴⁴⁰ KOUBI, 2004, p. 545 - 546

⁴⁴¹ Luciana Agostinho e Angelo Priori, historiadores realizaram recentemente indagações sobre a figura do delegado Valfrido Pilotto, imaginávamos avançar de onde partiram os mesmos, porém a diminuta quantidade de fontes, para além daquilo que o próprio delegado escreveu, não nos permitiu avançar e ante a possibilidade de apresentar dados repetidos com outra interpretação, decidimos deixar para outro momento esse diálogo com a figura pessoal do delegado.

prevalecer suas vontades sob a bandeira de um nacionalismo exacerbado e da ética operacional.

Vale ressaltar que de acordo com o delegado, foi sua conduta moral e cívica que conduziram a DOPS/PR a um patamar tão elevado de atuação, pois,

Gritei alarme ao então capitão Fernando Flores e ao próprio sr. Manoel Ribas. O secretário de Segurança Pública e o interventor federal tiveram conhecimento, a cru, em palavras um tanto pretas, de que a obra a empreender era muito mais ampla e profunda do que se supunha. E precisávamos espaço, e precisávamos muita autoridade e muito recurso. [...] Ambos ampararam a pretensão do delegado.⁴⁴²

Essa autonomia que o delegado tinha era realmente impressionante, escrevia bilhetes com ordens específicas a cada agente dando instruções, inclusive para não obter confrontos desnecessários, como é o caso da prisão do brasileiro Karl Roderich Raeder, o delegado foi específico na Ordem de Serviço nº 71:

Germanófilos ferrenhos – reuniões noturnas presumivelmente de elementos nas imediações depois das 11 horas da noite [...] necessário agir com máxima cautela e muita diplomacia, **a investigação precisa ser bastante hábil para evitar um fracasso, ou provocar um escândalo desnecessário.** Trata-se de gente de aparente boa situação. [grifo nosso]⁴⁴³

Nesse caso o brasileiro ficou detido cerca de 20 dias e por conta da sua detenção teve a vaga de tesoureiro do Aero Club do Paraná revogada e foi expulso do clube. Em outros momentos o delegado mostra-se totalmente desfavorável a qualquer tipo de abono, carta de recomendação ou arquivamento de documentos que possam contrariar sua percepção patriótica e a idoneidade da DOPS/PR enquanto instituição que visava promover o combate a toda e qualquer vicissitude malévola ocasionada por grupos contrários à nação. Essa posição ficou clara nos pedidos de retirada de provas dos processos de Max Schrappe, Bernard Meyer, Gustav Gaase. Entre outras coisas, alegava o delegado que mesmo com o final do confronto bélico os esforços não podiam diminuir, para que não se repetissem jamais na história do Paraná o mesmo tipo de conduta considerada belicosa pela DOPS/PR.

Por fim, entendemos que o ressentimento teve papel importante nos desdobramentos históricos ocorridos no Paraná entre nacionais e estrangeiros, mas não conseguimos desatrelar o mesmo do viés político. Embora ele se origine da combinação entre promessas não cumpridas e a passividade que elas promovem, ao

⁴⁴² PILOTTO, Valfrido. **Registros muito pensados**. Curitiba: Mundial, 1949, p. 147 -148

⁴⁴³ Ordem de Serviço nº71 – Seção de Investigação – 02 de maio de 1942 – Karl Roderich Raeder – DEAP/PR – Fundo DOPS

contrário do que se esperavam os ressentidos políticos não abriram mão da sua condição de agentes de transformação social, aguardando pacatamente direitos e benesses por parte do Estado. Em nosso caso, da figura paternalista de Vargas, os alemães utilizaram todos os meios possíveis, desde a negociação diplomática a cobrança de favores políticos para se verem livres do jugo da DOPS/PR e de seus sectários.

“Se o ressentimento é o avesso da política, só pode ser curado pela retomada do sentido radical da ação política. O ato político implica sempre o risco de desestabilizar a ordem.”⁴⁴⁴ Portanto, só conseguimos enxergar o ressentimento nesse contexto político e social, que nos permite avançar – mesmo que brevemente – por uma história que é permeada de subjetividades.

⁴⁴⁴ KEHL, 2005, p. 180

CONSIDERAÇÕES FINAIS

‘Toda pesquisa científica requer paciência, autodisciplina e uma inesgotável capacidade de se aborrecer’.

Terry Eagleton

Ao finalizar um trabalho de pesquisa, tal qual nos propusemos, ao contrário do que muitos imaginam, não podemos apresentar os resultados como um fim em si mesmo, como uma conclusão que determina os resultados efetivos de uma hipótese anteriormente levantada. O que temos em mãos, ao longo de quatro anos de pesquisa são informações que nos permitem responder algumas perguntas e, ao mesmo tempo, levantar outras questões que nos colocam em dúvida sob quão efetivas são as respostas encontradas na documentação escolhida.

Intentamos buscar meios que nos permitissem não só articular o fato de que a institucionalização da repressão, a partir da Delegacia de Ordem Política e Social no Paraná, foi fundamental para que ocorresse uma mudança de tratamento social, político e econômico em relação aqueles que eram considerados 'elementos subversivos', bem como, para que se organizassem em categorias bem definidas 'os inimigos da nação'. Percebemos que a DOPS/PR foi fundamental para alicerçar a perseguição primeiro aos comunistas, depois – impelidos pelo Projeto de Nacionalização impetrado durante o Estado Novo – combater os partidários do Integralismo, do círculo estadual do Partido Nazista (NSDAP/PR) e, por fim, no período por nós analisado, os grupos de origem estrangeira, cujos países constituíam as forças do Eixo, a partir do rompimento declarado pelo Brasil em agosto de 1942.

O papel da polícia política não acabaria em 1945 com o final da Segunda Guerra Mundial, sabemos que ela se modificou ao curso de um período democrático que se estendeu até 1964, quando a democracia foi violentamente vitimada por um golpe militar. O novo estado de exceção daria a DOPS/PR uma nova dinâmica, com maiores recursos e agentes para que se colocasse novamente em curso um projeto de manipulação dos medos em busca de um comprometimento com o Estado.

Essa DOPS/PR, foi protagonista, em nosso entendimento, de um processo de mobilização social, que estava além das suas atribuições legais. Entendemos que a DOPS/PR foi politicamente importante na aproximação da população paranaense aos desejos de alinhamento social do Estado Novo. Essa delegacia pequena e pouco estruturada, como nos mostrou Luciana Agostinho Athaides, com poucos agentes e recursos, alcançou resultados abrangentes na contenção do que entendiam se tratar de agentes perigosos à Segurança Nacional.

A figura incisiva de Valfrido Pilotto à frente da DOPS/PR se revelou muito importante para que a mesma conseguisse condições mínimas de funcionamento. Consideramos crucial o trabalho de articulação entre as delegacias regionais, a boa

circulação de informações com as demais instâncias da Segurança Pública no Paraná e a insistência particular do delegado na manutenção da polícia política, permitindo o seu aparelhamento, mesmo que diminuto, mas substancial para que a mesma não se desmantelasse.

Quando nos propusemos a refletir sobre o comportamento de indivíduos de origem germânica no Paraná, o trabalho de Rafael Athaides constituiu um elemento importante para que entendêssemos minimamente o funcionamento do Partido Nazista que aqui se instalou e como essa presença dos agentes do Nacional-socialismo desencadeariam situações adversas dentro da comunidade germânica. Essas reflexões nos permitiram promover um debate cujas prerrogativas eram entender como o Nacional-socialismo e o germanismo se constituíram em problemáticas, que foram por nós analisadas sob a perspectiva dos assédios políticos.

Antes de nos aproximarmos dessas ‘comunidades cindidas’ no Paraná, buscamos entender por quais motivos muitos alemães tentaram a sorte no Brasil, deixando uma Alemanha recém unificada para construir um ideal de vida alemã em outros países, como Estados Unidos, México, Argentina, Chile e Brasil. Evidenciamos que esses alemães tinham características variadas e que fizeram parte de projetos distintos de imigração, uma vez que muitos embarcaram com toda a família, outros aventuraram-se individualmente, enquanto alguns vieram motivados por companhias de imigração, que alardeavam pela Europa as vantagens de ‘colonizar’ o Brasil.

Se não encontramos meios de asseverar que o alemão possuía um certo fascínio pelo novo, empenhamo-nos em exemplificar como a imigração para o Brasil foi percebida por famílias migrantes como a de Christian Hermann Strobel, como a pressão de sair de sua pátria foi abrandada pelo pensamento juvenil entusiasmado de Jacob Alois Friederichs, que veio ao Brasil atrás do mesmo sucesso que o irmão lhe relatara em cartas. Aproveitamos a oportunidade para discutir como as práticas de atração de imigrantes europeus para o Brasil se constituíam em condições desfavoráveis de estabelecimento no país em muitos casos, a omissão de informações, a sujeição a baixos salários, as condições difíceis de vida e a prática que tornava o imigrante sem capital em um endividado permanente.

Iniciamos ainda um debate, que se desdobraria ao longo do texto, sobre a condição do alemão laborioso e honesto que foi construída ainda no século XIX. Como procuramos evidenciar, a honestidade, adjetivo comum dado aos alemães, nunca foi uma exigência contratual, mas era uma das qualidades que os agentes ressaltavam

para obter terras e contratos em que pudessem empregar imigrantes de origem germânica. Essa ideia do alemão como 'imigrante ideal' do século XIX foi desconstruída no capítulo primeiro. Em suma, destacamos que a crença em uma complementação financeira e do patrimônio fundiário, baseada na perspectiva, mais ou menos ilusória, da impossibilidade de não se ter êxito no Brasil e a constituição de uma estratégia formal de resistência à possibilidade de proletarização, foram os aspectos que mais influenciaram a ideia de "fazer a América" por parte desses alemães.

Perguntávamo-nos, antes de iniciar essa pesquisa quando o alemão teve sua imagem laboriosa e honesta colocada em xeque? Pergunta que restara da nossa pesquisa anterior, ao concluir que houve um enfrentamento exagerado da polícia política frente a esses alemães, diante dos 'possíveis perigos reais' que eles poderiam ter ocasionado. Dessa forma, procuramos retomar o debate não só acerca da presença de elementos de origem imigrante no Brasil no século XIX, mas também sobre a mudança da percepção desses imigrantes pelos intelectuais do IHGB no início do século XX.

Procuramos mostrar que essa insatisfação que se formou em torno da presença dos indivíduos de origem germânica, não foi um 'fruto' colhido pela rivalidade bélica do Brasil com a Alemanha e sim um constructo que se consolidou a partir da percepção dessas comunidades como enquistadas, pela relação dos nacionais com os alemães na Primeira Guerra e com a demasiada insistência dos agentes do pangermanismo e depois do Nacional-socialismo, que buscavam incessantemente colocar os alemães em destaque, muitas vezes, em posição culturalmente superior em relação aos brasileiros.

Apresentar o alemão atrelado a uma ideia de indesejabilidade, foi uma maneira que encontramos para entender como se constituíram as primeiras leis e normativas nacionais para a contenção e organização dos processos migracionais. Encontramos em 1907 e 1913 as primeiras tentativas de avaliar, classificar e expulsar estrangeiros indesejados do país. As discussões trazidas por Lená Cordeiro de Menezes e Fábio Koifman foram relevantes para organizarmos os movimentos em busca desse imigrante ideal, que coincidiu com a repressão e a expulsão de estrangeiros que não eram considerados capazes de se submeter completamente à cultura brasileira.

O Paraná nesse contexto já era considerado um dos estados mais tocados pela presença imigrante, de origem étnica variada, que de certa forma são entendidos por nós como estabelecidos, ocupando lugares importantes no cenário social, político e econômico no Estado, principalmente na capital Curitiba. Esses mecanismos de seleção dos imigrantes também tiveram papel preponderante no Paraná, e ajudaram a reforçar a hierarquia entre as populações, cujo objetivo era transformar o sujeito imigrante em 'nacionalizado', isto é, completamente integrado a sociedade nacional.

Será a Primeira Guerra que fornecerá um retrocesso nessa dinâmica, uma vez que, a participação brasileira ao final da guerra como fornecedor de suprimentos aos países que lutavam contra a Alemanha, abriu precedentes para que essas comunidades 'integradas' entrassem em choque. Durante a Primeira Guerra, evidenciamos que a comunidade alemã não virou as costas ao chamado patriótico, realizando campanhas e fazendo doações vultuosas às instituições alemãs envolvidas no conflito. Essa particularidade comportamental, potencialmente acirrou os ânimos e repercutiu muito mal na imprensa paranaense, afinal, seria difícil para boa parte da sociedade brasileira ter clareza sobre o que estava acontecendo em âmbito mundial, considerando a atividade da comunidade alemã antipatriótica e uma afronta ao país que os acolhera.

A pesquisa da historiadora Pamela Fabris também foi preciosa para entendermos como esses primeiros *meetings* contestatórios ocorreram no Paraná, buscando através do protesto popular, vingar os afundamentos de navios mercantes brasileiros pela Alemanha na costa do Atlântico. Nesse momento encontramos o medo e a raiva como agentes motivadores dos protestos, medo de serem bombardeados pela Marinha Alemã, de um ataque aéreo pela fronteira com a Argentina ou ainda, a infiltração do pensamento germanista no Brasil. A existência desses protestos, ocorridos ainda no período da Primeira Guerra, permitiu-nos entender como o germanismo seria o próximo problema a ser enfrentado pela comunidade alemã.

Mostramos que o *Deutschtum* não permitiu coesão em nenhum dos grupos, tanto no grupo nacional como no grupo alemão. A insistência dos agentes pangermanistas dificultou ainda mais as relações entre brasileiros e descendentes de alemães. Catalizadas pela Grande Guerra, essas emoções e sentimentos que emergiram entre as comunidades distintas, foram guardadas e lembradas em outro

momento de aliciamento da comunidade germânica, a atuação proselitista dos partidários da NSDAP no Paraná na década de 1930.

Tratamos, tanto o *Deutschtum* como o Nacional-socialismo, como formas de assédio político e para tal empreitada nos valem dos escritos de Pierre Ansart, Claudine Haroche e Geneviève Koubi, para apresentarmos casos em que o assédio foi agente condicionante na constituição do alemão como imigrante indesejado no Brasil. Ao adotar o assédio como estratégia esses agentes tornaram a situação ainda mais conflituosa, acreditamos que se tivesse ocorrido um processo de cooptação mais brando, tanto a repressão, quanto a violência – simbólica ou não – contra esses indivíduos de origem germânica seriam mais amenas e moderadas, com menor empenho por parte da polícia política em marginalizar o alemão da sociedade nacional, tornando-o um *outsider*.

Em seguida, executamos um exercício mais focado em esmiuçar de maneira linear e cronológica a atuação desses indivíduos considerados nocivos à segurança nacional pela polícia política. Tomamos alguns dossiês como exemplos para serem arrolados, optando por analisar de maneira mais ampla, onze indivíduos, que consideramos pontos-chaves para embasar nosso argumento interpretativo sobre os sentimentos encontrados na documentação. Grosso modo, o que intentamos, ao trazer Michel Foucault para o debate, foi construir uma pequena prosopografia, investigando características que nos permitissem realizar um estudo coletivo de um grupo de ‘atores’ que nos permitiu elencar uma série de informações que, justapostas e encaminhadas, deram suporte para que avançássemos rumo ao debate dos sentimentos nesse recorte espacial e temporal, da década de 1940 no Paraná.

Para atrelar os sentimentos nessas histórias de vida, questionamo-nos: como esses sujeitos se posicionavam diante da polícia política ao serem interrogados e como e para quem apelavam quando sentiam que a justiça lhes faltava? Dessa forma, realizamos pontos de reflexão sobre o papel do carisma dos líderes, da obediência dos seguidores, excertos de sujeitos que, mesmo diante do revés da prisão, se afirmavam nazistas ou simpatizantes de Hitler.

Preocupados em entender como alguns indivíduos conseguiam benesses e tratamento diferenciado diante da polícia política, apresentamos trechos onde relatamos queixas diretamente ao chefe da nação, solicitando seu auxílio para resolver problemas particulares e de familiares presos. Essas situações de predileção por determinados nomes ou famílias, permite-nos alegar que o lugar social e

econômico ocupado por esses imigrantes constituía um capital simbólico que permitia que eles, mesmo em situação de vulnerabilidade do ponto de vista político, pudessem recorrer às autoridades brasileiras no sentido de salvaguardar a sua liberdade.

Já ao final, enfatizamos o papel da inveja, do ódio, da vergonha, do medo e do ressentimento na construção de um panorama não favorável aos indivíduos de origem imigrante oriundos de países que combatiam pelo Eixo. Nossa grande questão foi entender como a Segunda Guerra tornou-se um álibi perfeito para agressões contínuas aos sujeitos e/ao patrimônio 'alemão'. E a pergunta: pode o ressentimento perturbar o convívio cotidiano? Foi uma das questões mais intrigantes que encontramos durante toda a pesquisa.

Por fim, acreditamos que essa pesquisa se aventurou em uma vertente pouco comum da historiografia para tratar da documentação da polícia política, entendemos que ao lidar com as afetividades e procurar explorar a questão dos sentimentos nessa documentação, conferimos um outro olhar – possível – para a História Política. Como resultado, encontramos sentimentos reativos que foram muito relevantes na construção dessa dinâmica social estabelecida entre brasileiros e indivíduos de origem germânica, entre os mais destacados, gostaríamos de enfatizar o papel da vergonha e da inveja, sentimentos que são passíveis de historicidade e que determinaram muitas condutas tanto na comunidade germânica como nas práticas da polícia política, que auxiliados por delatores, que nem sempre agiam de maneira ética, aproveitando o momento conturbado para 'acertar contas' ou para praticar o revanchismo contra sujeitos, potencializou as investigações e as prisões.

O ressentimento, que desde o início foi o foco principal dessa pesquisa, foi o sentimento mais difícil de 'extrair da documentação aqui analisada. A dificuldade que tivemos para explorar este sentimento, evidenciado no discurso narrativo na maior parte das vezes, de modo subliminar, ao mesmo tempo que nos frustrou de certa forma, permitiu também que pensássemos em outras possibilidades de análise. Se o ressentimento não foi tão declarado como desejávamos, o assédio político, o medo de sentir-se vexado e a obediência ao líder, surgiram como elementos que conferiram nova dinâmica à pesquisa e reforçaram a ideia de que a proposta de um estudo dos sentimentos na história, não descarta o político, o econômico e o social, pelo contrário, aponta para novas possibilidades de agregar as dimensões simbólicas e afetivas aos campos tradicionais acima citados.

Em suma, evidenciamos que os sentimentos como ódio, medo, vergonha, inveja e o ressentimento, compuseram sim, um conjunto de condicionantes afetivas que tiveram papel relevante em todos os campos que dividiam a fronteira entre brasileiros e indivíduos de origem germânica, fosse esse campo político, social ou econômico. Também foi possível perceber que, o aparato repressivo da polícia política, estruturada pela DOPS/PR, delegacias regionais, agentes e delatores, constitui-se em um veículo propulsor do ressentimento entre ambos os lados, uma vez que, ficou evidente no decorrer da pesquisa como essa DOPS/PR, apequenada e com pouca estrutura, se mostrou efetiva na coerção dos agentes que consideravam subversivos, bem como, estruturaram uma 'política do medo' que agia diretamente na população que se preocupava com a possibilidade de ter a vida 'manchada' pela prisão.

Como todo trabalho de pesquisa, restou-nos inúmeras 'outras indagações', que o tempo e as fontes disponíveis não oportunizaram responder, porém, são essas dúvidas que nos motivam a acreditar que existe muito trabalho a ser realizado na historiografia paranaense, principalmente no que tange as décadas de 1930 e 1940. Ainda, que minimamente possibilitamos um debate sobre a importância de agregar os sentimentos nas futuras pesquisas sobre a História do Paraná, conferindo um novo olhar ao simbólico, ao afetivo e ao papel dos sentimentos na construção histórica, dando ênfase ao processo que a consolida e não simplesmente aos fatos que a constituem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABECK, Helmuth. **A colaboração germânica no Paraná nos últimos 50 anos (1929 –1979)**. Curitiba: Casa Romário Martins, 1980.

ABRANTES, Visconde de. Memórias sobre os meios de promover a colonização. **Revista de Imigração e Colonização**, ano II, 2/3, 1941, p. 832 – 891.

ANSART, Pierre. Das identidades de ofício à identidade de classe: um devir paradoxal? In: SEIXAS, J.; BRESCIANI, M.; BREPOHL, M. (Orgs.). **Razão e Paixão na Política**. Brasília: UnB, 2002.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

ANSART, Pierre. **Ideologias, Conflito e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ANSART, Pierre. **La gestion des passions politiques**. Lausanne, L' Age d'homme, 1983.

ANSART, Pierre. Os assédios políticos. In: BRESCIANI, Maria Stella & SEIXAS, Jacy (orgs). **Assédio moral**: desafios políticos, considerações sociais, incertezas jurídicas. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 125 – 138.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Trad. Roberto Raposo. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

ATHAIDES, Luciana Agostinho Pereira. **A DOPS paranaense frente à Ação Integralista Brasileira durante o Estado Novo (1937-1945)**: do “atentado contra o regime” à “associação nazi-integralista” Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, 2015.

ATHAIDES, Rafael. **As Paixões pelo Sigma: Afetividades Políticas e Fascismos**. 297 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2012.

ATHAIDES, Rafael. **O Partido Nazista no Paraná (1933 – 1942)**. Maringá: EDUEM, 2011.

AULICH, Werner. **Alemães no Paraná**: estudo histórico e caracterológico. Curitiba: Comissão de festas do Grupo Étnico Germânico do Paraná, 1953

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995.

BALHANA, Altiva Pilatti. & PINHEIRO MACHADO, Brasil & WESTPHALEN, Cecilia. **Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização**. In: Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1967.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Arquivos policiais de extintos regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, v. 1, p. 173-194, 2009.

BECKER, Jean-Jacques. **O Tratado de Versalhes**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BERTONHA, João Fábio. **A Primeira Guerra Mundial**: o conflito que mudou o mundo (1914-1918). Maringá: EDUEM, 2011.

BERTONHA, João Fábio. Imigrantes em tempos de guerra: estrangeiros no Brasil durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918. In: PÁTARO, Cristina; HAHN, Fábio

e MEZZOMO, Frank. (Org.). **Instituições e sociabilidades**: religião, política e juventudes. 1ed.Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2013, p. 165-181.

BIEHL, João Guilherme. A guerra dos imigrantes: o espírito alemão e o estranho Mucker no Sul do Brasil. **Psicanálise e colonização**, p. 148-168.

BOSCHILIA, Roseli. Cores da Cidade: Riachuelo e Generoso Marques In: **BOLETIM Informativo da Casa Romário Martins (1996)**. Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, 23 (110).

BOSCHILIA, Roseli. **Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos. A mulher no espaço fabril curitibano (1940 – 1960)**. Curitiba: Artes & Textos, 2010.

BOSCHILIA, Roseli. O cotidiano de Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. In: **BOLETIM Informativo da Casa Romário Martins (1995)**. Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, 23 (107).

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** de 16 de julho de 1934.

BRASIL. **DECRETO nº 16.761**, de 31 de dezembro de 1924.

BRASIL. **DECRETO Nº 4.247**, DE 6 DE JANEIRO DE 1921.

BREPOHL, Marionilde D. A criminalização da raça: A xenofobia institucionalizada. In: **Anais do V Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, 2004.

BREPOHL, Marionilde Surgimento de uma cultura politizada: O Pangermanismo no Brasil. In: BRESCIANI, Stella (org). **Jogos da política**: Imagens, representações e práticas. São Paulo: ANPUH Marco Zero, 1992.

BREPOHL, Marionilde. **Alemanha, mãe-pátria distante**; utopia pangermanista no sul do Brasil. 1993. 320 p. Tese de Doutorado (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

BREPOHL, Marionilde. **Imaginação Literária e Política**. Os Alemães e o Imperialismo.1880/1945, Uberlândia: EDUFU, 2010.

BREPOHL, Marionilde. **Pangermanismo e Nazismo**: a trajetória alemã rumo ao Brasil. Curitiba: SAMP, 2014.

BREPOHL, Marionilde. Racismo no Sul do Brasil: Heranças de um mito. **História**, São Paulo, v. 131, n. 129, p.165-178, ago. 1994.

BRESCIANI, Maria Stella; ANSART, Pierre. Apresentação. In: BRESCIANI, M.; BREPOHL, M. (Orgs.). **Razão e Paixão na Política**. Brasília: UNB, 2002.

BRUDHOLM, Thomas. **Ressentiment's Virtue**: Jean Améry and the refusal to forgive. Philadelphia: Temple University Press, 2008.

BRUNN, Gerhard. **Deutschlandundbrasilien**: 1889 – 1914. Koln: Böhlau, 1971.

CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência** - A Policia na era Vargas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Brasil, um refúgio nos trópicos**. São Paulo: Estação Liberdade Ltda, 1996.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o DOPS e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CARVALHO, Augusto. **Estudo sobre a colonização e emigração para o Brasil**. Porto: Typographia do Comércio, 1874.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- DOPS. **A Lógica da Desconfiança**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça/Arquivo Público do Estado, 1996.
- DREHER, Martin N. 190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: Esquecimentos e lembranças. 2 ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Trad. Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Reimpressão. Lisboa: Edições 70, 2014.
- ELIAS, Norbert. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**, tradução brasileira de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. 2, 1993.
- ELIAS, Norbert. **Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L.; **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ENRIQUEZ, Eugène. O judeu como figura paradigmática do estrangeiro. In: KOLTAL, Caterina (org.). **O estrangeiro**. São Paulo: Escuta/FAPESP, 1998.
- FABRIS, Pamela Beltramin. **“Nós, os selvagens, não referenciamos os símbolos kaiserianos”: Conflitos em torno de uma identidade germânica em Curitiba (1890-1918)**. 2014. 250p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba
- FABRIS, Pamela Beltramin. Bárbaros, 'boches', 'atrevidos': estigmatização dos 'alemães' durante a Grande Guerra em Curitiba. In: PRIORI, Angelo et al (Org.). **A história do Paraná revisitada**. Maringá: Eduem, 2014. p. 65-90.
- FEST, Joaquim. **Hitler**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1974.
- FISCHER, Güdrun. **Abrigo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- FUGMANN, Wilhein. **Os alemães no Paraná – Livro do Centenário**. Tradução de Francisco Lothar Paulo Lange. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2008.
- GAY, Peter. **O Cultivo do Ódio**. 1ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Col. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. Volume 03.
- GERALDO, Endrica. A "lei de cotas" de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cadernos Ael**, Campinas, v. 15, n. 27, p.173-209, 2009. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/view/157>. Acesso em: 17 maio 2016.

- GERTZ, Rene. **O Fascismo no Sul do Brasil: Germanismo, nazismo e integralismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GERTZ, René. **O Perigo alemão**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- GIARD, Luce. Um caminho não traçado. In: CERTEAU, Michel. **A história da psicanálise**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. (Coleção História & Historiografia; 3).
- GODOY, Norton. Somos todos um só. Revista ISTOÉ. São Paulo: n.1520 nov. /1998, p. 127-134.
- GOUDSBLOM, Johan. A vergonha como dor social. In: GEBARA, Ademir & WOUTERS, Cas (orgs). **O controle das emoções**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009.
- GRIN, Monica. Reflexões sobre o direito ao ressentimento. In: GRIN, Monica, ARAUJO, Maria Paula e FICO, Carlos. (Org.). **Violência na História: Memória, Trauma e Reparação**. 1ed.Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- GUIMARAES, L. M. P. As fontes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a problemática da imigração: breves considerações. In: Elda Evangelina Gonzalez Martinez; Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos et alii. (Org.). **História da imigração: possibilidades e escrita**. 1ed.São Leopoldo: OiKós/ Editora Unisinos, 2013, v. 1, p. 124-138.
- HANDELMANN, Gottfried Heinrich. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.
- HAROCHE, Claudine. Do insidioso ao explícito: a constituição dos fatos do assédio moral. In: BRESCIANI, Maria Stella & SEIXAS, Jacy (orgs). **Assédio moral: desafios políticos, considerações sociais, incertezas jurídicas**. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 125 – 138.
- HAROCHE, Claudine (2008). **A condição sensível: formas e maneiras de sentir no Ocidente**. Rio de Janeiro: Contracapa.
- IOTTI, Luiza Horn (org). **Imigração e Colonização: Legislação de 1747 – 1915**. Porto Alegre: EDUCS, 2001.
- KEHL, Maria Rita. O ressentimento camuflado na sociedade brasileira. In: **Novos Estudos**, n 71, março 2005, p. 163-180, São Paulo, CEBRAP.
- KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. 4.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941 – 1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- KONSTAN, David. Ressentimento: história de uma emoção. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.
- KOSERITZ, Carl von. **Imagens do Brasil**. Ed. da USP, Ed. Itatiaia, 1980.
- KOSMINSKY, Ethel Volfzon. **Rolândia, a terra prometida: judeus refugiados do nazismo no norte do Paraná**. Dissertação (mestrado em História), USP, São Paulo, 1984.
- KOUBI, Geneviève. Sentimentos: do pertencimento à ilusão da solidariedade. In: BRESCIANI, M.S & NAXARA, M. (orgs). **Memória e (Res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

- KOUBI, Geneviève. Variáveis da noção de assédio. In: BRESCIANI, Maria Stella & SEIXAS, Jacy (orgs). **Assédio moral: desafios políticos, considerações sociais, incertezas jurídicas**. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 125 – 138.
- LE BON, Gustave. **Psicologia de las multitudes**. Buenos Aires: Albatros, 1952.
- LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional – Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- LIFTON, Robert J. **Thought Reform and the Psychology of Totalism**. New York: Norton, 1961.
- LIMA, Solange de. **O "Perigo Alemão": A comunidade teuta e a DOPS em Curitiba**. 2009. 37 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em História, Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.historia.ufpr.br/monografias/2009/2_sem_2009/solange_lima.pdf>. Acesso em: 24 maio 2016.
- LINDHOLM, Charles. **Carisma: Êxtase e perda da identidade na veneração ao líder**. Trad. Carlos Augusto Costa Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.
- LOUREIRO, Isabel. **A Revolução Alemã, 1918-1923**. São Paulo: Edit. Unesp, 2005.
- LUCAS, Taís Campelo. Nazistas pelo mundo: a organização para o exterior do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães DOI 10.5216/o.v12i2.18348 DOI 10.5216/o.v12i2.18308. **Opsis**, Catalão/go, v. 12, n. 2, p.281-307, 20 dez. 2012. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/o.v12i2.18348>. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/18348#.WHPDIFUrLIU>>. Acesso em: 09 jan. 2017.
- MAINKA, Peter Johann. **Rolândia no Norte Do Paraná (1932-1945) – Uma Colônia Alemã entre Hitler e Vargas**. Anais Eletrônicos do IV Congresso Internacional de História da Universidade Estadual de Maringá, 2009, p. 1157 – 1170. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/798.pdf> Acesso em: 17 maio 2016.
- MARSCHALK, Peter. **Deutsche Überseewanderungim 19. Jahrhundert**. Stuttgart: Ernst Lettverlag, 1973.
- MARTÍNEZ, Elda Evangelina González et al. **História da Imigração: Possibilidades e Escrita**. São Leopoldo: Oikos/Editora da UNISINOS, 2013.
- MASKE, Wilson. Brasil e Alemanha: Imigração e imperialismo (1871 – 1918). Passo Fundo-RS: **História Debates e Tendências**. v. 14, n. 1, jan. /jun. 2014, p. 182 – 192.
- MELLO, Lucius de. **A Travessia da Terra Vermelha: uma saga dos refugiados judeus no Brasil**. São Paulo: Novo Século, 2007.
- MENEZES E SOUZA, J. C. **Theses sobre a colonização do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.
- MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890 – 1930)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.
- MORAES, L. E. **Ein Volk, ein Reich, ein Führer! A Seção Brasileira do Partido Nazista e a Questão Nacional**. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: Investigações em psicologia social**. Trad. Pedrinho Guareschi. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP, 2004.

NADALIN, Sergio Odilon. Reconstituir famílias e demarcar diferenças: virtualidades da metodologia para o estudo de grupos étnicos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 2007. 24(1):05-18, jan/jun.

NADALIN, Sergio Odilon; BIDEAU, Alain. Como luteranos alemães tornaram-se brasileiros? [Um ensaio metodológico]. In: **Boletim de História Demográfica**, Ano X, nº 29, julho de 2003. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd29/nadalin.pdf.

OBERDIEK, Hermann lark. **Fugindo da morte: imigração de judeus alemães para Rolândia-PR na década de 1930**. Londrina: UEL, 1997.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs) **O tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano volume 2), p. 325-326.

OLIVEIRA, Márcio de. A cidade de Curitiba e os imigrantes alemães durante a Primeira Guerra Mundial, uma análise da imprensa local. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 23, n. 2, p.175-202, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/56989>>. Acesso em: 17 maio 2016.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.30-45, jun. 2009.

PARADA, Mauricio. **Formação do mundo contemporâneo: O século estilhaçado**. Petrópolis/RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2014. (Série História Geral)

PELLANDA, Ernesto. **A colonização germânica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Barcelos, Bertaso & Cia, 1924.

PEREIRA, Márcio J. **Politizando o cotidiano: Repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial**. 196 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Maringá, 2010.

PEREIRA, Márcio Jose. Os imigrantes de origem alemã no Paraná: debate sobre a presença teuta no Estado. In: PRIORI & BERTONHA (orgs). **Imigração e colonização: Conflitos pela terra no Paraná e São Paulo entre os séculos XIX e XX**. Guarapuava: Editora da UNICENTRO, 2015.

PILOTTO, Valfrido. **Registros muito pensados**. Curitiba: Mundial, 1949.

PORTO, Aurélio. **O trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Est. Graf. S. Terezinha, 1934.

PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: Primeiras aproximações. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p.305-324, jul. 2005

QUEIROZ, Tito Henrique Silva. Guerra e imprensa: as guerras mundiais e a imprensa brasileira. **Comum**, v. 14, n. 33, p. 21-57, 2011.

RAISON, J. P. Migração. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, p. 488 – 517.

RAMINELLI, Ronald. Um alemão na Terra dos Canibais: A experiência de Hans Staden no Brasil fascinou os europeus e serviu de modelo para relatos de aventuras. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 18, mar/2007.

RAMOS, Jair de Souza. Dos Males que vêm com o sangue: As representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 1920. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (orgs). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

REIS, Cacilda Estevão dos. **Os caminhos para a civilidade: ideais da imigração europeia nos discursos da elite política brasileira (1846 – 1888)**. 2004. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) UEM – UEL, Maringá.

RENK, V. Elenita. Aprendi falar português na escola - o processo de nacionalização das escolas de imigrantes no Paraná. In: **V Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2008, Aracaju. Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação. Aracaju: Universidade federal do Sergipe, 2008.

REZENDE, Claudia Barcellos & COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. Coleção FGV de Bolso. Série Sociedade & Cultura.

RICHTER, Klaus. **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do Interior de Joinville e Blumenau**. Florianópolis: Ed. da UFSC, Ed. da FURB, 1986.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Norbert Elias: Historiador y crítico de la modernidad. **Revista Diálogos**, DHI/UEM, Maringá, n 2, p. 1-27, 1998.

ROSANVALLON. Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010,

ROSENWEIN, Barbara H. **História das emoções: Problemas e métodos**. Trad. Ricardo Santiago. São Paulo: Letra & Voz, 2011.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a comarca de Curitiba**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **História da Alimentação no Paraná**. Curitiba, Juruá Editora, 2007.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCHELER, Max. **L'homme du ressentiment**. Paris: Gallimard, 1958.

SCHMIDT, João Pedro. Cultura Política Alemã: Autoritarismo secular e construção democrática recente. **Barbarói**: Santa Cruz do Sul, v. 16, 2002, p. 93 – 108.

SCHRAPPE, Max. **Max Schrappe – Minha Vida**. Tradução Warner Ergon Schrappe. 1 ed. São Paulo: Clemente e Gramani Editora, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: **História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade**. São Paulo: Companhia das letras, 1998. p. 182.

SEYFERTH, Giralda. A Liga Pangermânica e o Perigo Alemão no Brasil: Análise sobre dois discursos étnicos irredutíveis. In: **História: Questões e Debates**. Ano 10; n. 18 e 19; jun-dez de 1989, Curitiba.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (orgs). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Porto Seguro – BA, 2008. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/mesas_redondas/trabalhos/MR%2012/giralda%20seyferth.pdf. Último acesso em: 21/12/2015.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981

SILVA ROCHA, J. História da Colonização no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. **Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão**: A história de uma liderança étnica (1868 – 1950). São Leopoldo: Oikos, 2006.

SORRENTINO, Lucas Martins. **Panorama crítico de algumas obras literárias e científicas sobre os imigrantes alemães e descendentes escritas entre 1900-1945**. 2012. 89 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SOUZA, Regina Maria Schimmelpfeng. Deutsche Schule, a Escola Alemã de Curitiba: Um olhar histórico (1884 – 1917). Curitiba, 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná.

STECA, Lucinéia Cunha & FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná**: Do século XVI à década de 1950. Londrina: EDUEL, 2002.

STROBEL, Gustav Hermann. **Relatos de um Pioneiro da Imigração Alemã**. Curitiba: Editora Lítero-técnica, 1987.

SUTIL, Marcelo S. **O espelho e a miragem**: ecletismo, moradia e modernidade na Curitiba do início do século. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

TAVARES BASTOS, A. C. **Os males do presente e as esperanças do futuro** – Estudos Brasileiros. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.

TENNIEL, John. Drowning the Pilot. **Punch**, 29/03/1890. Disponível em: http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_image.cfm?image_id=1691, último acesso em 08/01/2016

TORO, José Bernardo. O que é mobilização social. In: TORO, J. B. & WERNECK, N. M. D. **Mobilização Social**: Um modo de construir a democracia e a participação. UNICEF, 1996.

TRUDA, Francisco Leonardo. **A colonização alemã no rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typolgraphia do Centro, 1930.

VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Editora SENAC, 2000.

VILAR, Pierre. A formação burguesa e a passagem do feudalismo ao capitalismo. In SANTIAGO, Theo. **Do feudalismo ao capitalismo**: uma discussão histórica. Trad. João Baptista Machado. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

WALTON, Stuart. **Uma história das emoções**. Trad. Rytá Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2007.

WILLENS, Emilio. **A aculturação de alemães no Brasil**. Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1980.

WOORTMANN, E.F. -. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo: HUCITEC/ EdUnB, 1995.

ZAWADZKI, P. O ressentimento e a igualdade: contribuição para uma antropologia filosófica da democracia. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.).

Memória e (res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

**DOCUMENTOS DO
ARQUIVO PÚBLICO DO
PARANÁ**

Dossiês pessoais da Delegacia de Ordem Política e Social

- Abilio Holzmann – Prontuário: 006, Topografia. 273
- Adolfo Ulbricht – Prontuário: 63, Topografia. 276
- Alberto Blum – Prontuário: 100 e 100a, Topografia. 279
- Alberto Nizar – Prontuário: 111, Topografia. 279
- Alberto Rosner – Prontuário: 113, Topografia. 279
- Albino Carlos Krueger – Prontuário: 121, Topografia. 280
- Alfredo Andersen – Prontuário: 171, Topografia. 283
- Arthur Hoffmann- Prontuário: 492, Topografia. 301
- Arthur Staud – Prontuário: 493, Topografia. 301
- Arthur Staude – Prontuário: 493, Topografia. 301
- Bernardo Meyer – Prontuário: 576, Topografia. 305
- Bruno Hindelmann – Prontuário: 602, Topografia. 307
- Carlos Ferreira – Prontuário: 652, Topografia. 310
- Carlos Ruprecht – Prontuário: 674, Topografia. 311
- Carlos Tigges – Prontuário: 690, Topografia. 312
- Carlos Toedter – Prontuário: 691, Topografia. 312
- Clemente Bannach – Prontuário: 770, Topografia. 316
- Conrado Nye – Prontuário: 784, Topografia. 317
- Dustin Krueger Hoffman – Prontuário: 930, Topografia. 324
- Eduardo Kampmann – Prontuário: 973, Topografia. 327
- Emil Mohrhoff – Prontuário:1050, Topografia. 331
- Erich Bueckmann- Prontuário:1081, Topografia. 333
- Erich Finmann – Prontuário:1082, Topografia. 334
- Erich Heinze – Prontuário: 1083, Topografia. 334
- Ernest Minjon – Prontuário: 1094, Topografia. 334
- Ernesto Hirsch – Prontuário: 1103, Topografia. 335
- Eugen George – Prontuário: 1143, Topografia. 337
- Francisco Schwass Jr. – Prontuário: 1280, Topografia. 345
- Franz Koch – Prontuário: 1300, Topografia. 346
- Frederico Kobs – Prontuário: 1310, Topografia. 347
- Frederico Ludke – Prontuário: 1312, Topografia. 347
- Frederico Rauch – Prontuário: 1315, Topografia 347

Friedrich e 116 outros – Prontuário: 1321, Topografia. 347
Fritz O. Friechter – Prontuário: 1325, Topografia. 347
Gaspar Ernst e Henrique Koecher – Prontuário: 1341, Topografia. 348
Gasper Meyer – Prontuário: 1342, Topografia. 248
George Fillies – Prontuário: 1352, Topografia. 349
Godofredo Luemberger – Prontuário: 1397, Topografia. 352
Guilherme Fischer – Prontuário: 1414, Topografia. 353
Guilherme Willy Roettger – Prontuário: 1427, Topografia. 353
Guilherme Wodinger – Prontuário: 1429, Topografia. 354
Gustav Alfred Sjöblom – Prontuário: 1436, Topografia. 354
Gustavo Gaase – Prontuário: 1441, Topografia. 354
Hans Benevitz – Prontuário: 1460, Topografia. 355
Hans Henrich Martin Prueter – Prontuário: 1465, Topografia. 356
Hans Homfaldt – Prontuário: 1468, Topografia. 356
João Werner Buerger – Prontuário: 1915, Topografia. 383
Hans Zischler – Prontuário: 1473, Topografia. 356
Heins Ehlert – Prontuário: 1487, Topografia. 357
Heinz Treutler – Prontuário: 1492, Topografia. 357
Heiz Franz Arthur Zimer – Prontuário: 1488, Topografia. 357
Helmut Jung – Prontuário: 1253, Topografia
Henrique Boekelheide – Prontuário: 1528, Topografia. 359
Henrique Carlos Schmitz – Prontuário: 1530, Topografia. 360
Henrique Klein – Prontuário: 1538, Topografia. 360
Henrique Marquart – Prontuário: 1541, Topografia. 360
Herbert Hebmuller – Prontuário: 1554, Topografia. 361
Herbert Ruhe – Prontuário: 1559, Topografia. 361
Hilda Krueger – Prontuário: 1581, Topografia. 363
Horst Udo Knopff – Prontuário: 1599, Topografia. 364
Hubert Wingen – Prontuário: 1602, Topografia. 364
Ilse Dorothea Raacke – Prontuário: 1635, Topografia. 366
Ilse von Oertzen – Prontuário: 1640, Topografia. 367
João Garbers – Prontuário: 1839, Topografia. 379
José Gottlieb Helfenberger – Prontuário: 2100, Topografia. 394
José Muhl – Prontuário: 2161, Topografia. 398

Josef Macho – Prontuário: 2230, Topografia. 402
Julio Brand – Prontuário: 2248, Topografia. 403
Kurt Boiger – Prontuário: 2303, Topografia. 407
Kurt Mackelburg – Prontuário: 2305, Topografia. 407
Kurt Robert Obersterllers – Prontuário: 2306, Topografia. 407
Marta Maria Luiza Muller – Prontuário: 2679, Topografia. 430
Max Alfredo Beyer – Prontuário: 2700, Topografia. 431
Max Schrappe – Prontuário: 2709, Topografia. 431
Olmiro Schimtd – Prontuário: 2948, Topografia. 447
Olof Suderack – Prontuário: 2939, Topografia. 446
Oscar Schrappe Sobrinho – Prontuário: 2977, Topografia. 448
Oscar Shcrappe – Prontuário: 2976, Topografia. 448
Oscar Witt – Prontuário: 2977, Topografia. 488
Osvaldo Nixdorf – Prontuário: 3001, Topografia. 450
Osvaldo Segismundo – Prontuário: 3003, Topografia. 450
Otto Braun – Prontuário: 3024, Topografia. 452
Otto Hering – Prontuário: 3029, Topografia. 450
Otto Hoffmann – Prontuário: 3030, Topografia. 452
Otto Hoffmann – Prontuário: 3030, Topografia. 452
Otto Kurt Stammer – Prontuário: 3034, Topografia. 452
Otto Oberdiak – Prontuário: 3035, Topografia. 452
Paulo Augusto Rockel – Prontuário: 3056, Topografia. 454
Paulo Eckwert – Prontuário: 3074, Topografia. 455
Pedro Fuss – Prontuário: 3138, Topografia. 459
Ricardo Kempfer – Prontuário: 3266, Topografia. 467
Valdemar Grummt – Prontuário: 3656, Topografia. 489
Walter Bach – Prontuário: 3685, Topografia. 491
Werner Hoffmann – Prontuário: 3704, Topografia. 492
Werner Ricken – Prontuário: 3707, Topografia. 492
Willy Winkens – Prontuário: 3729, Topografia. 493

Pastas Temáticas da Delegacia de Ordem Política e Social

Nome do Dossiê Temático	Número	Topografia
Ação Integralista Brasileira	007	001
Aero Club do Paraná	0018	2
Arcebispado de Curitiba	0037	6
Associação dos Ex-Combatentes da FEB	0072	10
Associação dos Profissionais Motoristas	0097	12
Atividades Nazistas no País	124	15
Atividades Nazistas no sul do Brasil e Alfred Andersen	125	15
Censura Postal	183	21
Centro Carnavalesco de Curitiba	193	22
Centro Cívico Major Sucupira	194	22
Centro cultura Brasil EUA	197	22
Centro Curitibano Repórter	199	23
Centro Paranaense Feminino de Cultura	210	24
Clube Concórdia	236	25
Colégio Alemão	239	2
Comício de 18-03-1942	254	27
Companhia Força e Luz do Paraná	299	32
Companhia Telecomunicações do Paraná	298	32
Consulado Alemão	353	41
Consulado Americano	354	41
Consulado da Itália	358	41
Coordenação Mobilização Econômica	385	44
Cruz Vermelha	396	45
Delegacia Regional de Antonina	4791	
Delegacia Regional de Castro	4831	
Delegacia Regional de Paranaguá	584A	65
Delegacia Regional de Paranaguá	584C	65
Delegacia Regional de Rolândia	618A	70
DOPS - documentos antigos	0780a	89

DOPS - documentos antigos	0780b	89
DOPS - móveis e utensílios	806	96
Empresas sob intervenção	913	112
Estrangeiros expulsos do país	948a	115
Exército de Salvação	955	117
Hospitais	1097	132
Incêndio no cais de Paranaguá	1032	135
Investigações do Meio Esportivo	1174	140
Jornal Correio do Paraná	1197	142
Jornal Diário da Tarde	1205	143
Liga de defesa nacional	1284	150
Liga dos Jovens Patriotas	1285	150
Ministério da Justiça	1344b	159
Ministério da Saúde (Trabalho)	1352	160
Ministério do Exército	1334	156
Ministério do Exército (Antigo)	1333	156
Movimento dos Anti Nazistas Alemães no Brasil	1379	163
Nazismo – informes da delegacia e fotografia	1428	168
OAB	1440b	170
Penitenciária Central do Estado	1554	188
Pensão Kreutz	1555	188
Propaganda Nazista	1609	195
Rede Ferroviária	1692a	202
Revista Idéia	1712	206
Secretária de Segurança Pública (Antiga Chefatura de Polícia)	1747	209
Secretaria do Interior e Justiça	1743	209
Serviço de Rádio Telegráfico	1774	212
Sindicato das Indústrias da Panificação e Confeitarias de Curitiba	1871	221
Sociedade Civil Tiro ao Alvo	2174	239
Sociedade Cooperativa dos Fornecedores de Leite de Curitiba	2176	239

Sociedade Cultural Física Jahn	2178	239
Telepar	2252	249
União beneficente educativa alemã	2292	257
União Cultural Brasileira	2294	257
União Nacional dos Estudantes	2310	259

ANEXOS

POLÍCIA CIVIL



PARANÁ

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

PRONTUÁRIO Nº 1.606



Registo Geral
N.

Photographia tirada no mez de de 19.....

Nome GUILHERME (WILLY) ROETTGER Vulgo

QUALIFICAÇÃO	MARCAS PARTICULARES
Filhode <u>JOSE ROETTGER</u>	
e de <u>ANDRIETA ROETTGER</u>	
Nacionalidade <u>Alemã</u>	
Naturalidade: <u>Alemanha</u>	
Localidade: <u>Oberhausen</u>	
Edade: <u>16-7-1903</u> Annos	
Estado Civil: <u>casado</u>	
Profissão atual: <u>Marcineiro</u>	
Sabe ler e escrever? <u>Sim</u>	

Residencia atual: IRATI - Rua Benjamin Constant, s/n

Residencias anteriores

Nomes das pessoas que conheceme as respetivas residencias:

Nomes dos inspetores que o conhecem:

ANEXO 1 Capa de Prontuário - Guilherme Roettger

DATA			FOLHA DE ANOTAÇÕES E ANTECEDENTES
DIA	MÊS	ANO	
			Nazista ardoroso, pertencente ao núcleo de União da Vitória. Irmão de Eugênio Klein, que foi chefe do núcleo referido e hoje se encontra na Alemanha, para onde seguiu antes da guerra. Henrique Klein, a despeito de ser brasileiro, foi servir no exército alemão, durante a guerra 1914-18, tendo sido condecorado por duas vezes, uma em 1917, e a outra já pelo governo nazista, também em virtude de haver servido naquela conflagração. Não nega ser simpatizante da causa hitlerista e de desejar a vitória da Alemanha. Viajou em 1938, com sua esposa, pela Alemanha.
28	10	42	Procedente de União da Vitória, foi recolhido, juntamente com sua esposa, Geny Klein, à Casa de Detenção.
22	12	42	É solta Geny Klein, por ordem da S.I.J.S.P.
30	3	43	Ultimado o inquérito, são remetidos os autos ao T.S.N. (Vide neste pront., cópia do relatório do inq., tradução de seus documentos referentes às condecorações, 2as. vias dos autos de declarações suas e de sua esposa, 2as. vias de autos de apreensões e ofícios respectivos, arquivados de nos 1 a 20)
19	5	1943	Por ordem do Exmo. Sr. Interventor Federal foi posto em liberdade. Arquivada a informação prestada por Henrique com referência as pessoas constantes da fotografia.
20	5	1943	Foi feito o auto de entrega de objetos e dinheiro que havia deixado nesta D.O.P.S. por ocasião da detenção (vide cópia do auto anexo).
4	11	1943	Por sentença do T.S.N. foi condenado a 3 anos de prisão grau médio das penas previstas no inciso 18, Decreto-Lei 431 (vide cópia do mandado anexo).
22	11	1943	Sentença absolutórias do T.S.N. na apelação 1723, do processo 3.367, de Genny Klein (vide cópia do ofício 6385 anexo).
24	11	1943	Com o tel. nº 9 a D.R. de União da Vitória comunica a detenção de Henrique Klein (vide cópia anexa).
29	11	1.943	Deu entrada na Penitenciária do Estado, afim de cumprir a pena que lhe foi imposta pelo T.S.N.
11	12	1943	Com o of. nº 530 a D.R. de União da Vitória encaminhava a esta DOPS o material apreendido na residência de Klein (vide of. e arrolamento anexo).

✓

CP-15A

14

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

AUTO DE BUSCA E APREENSÃO .-

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e quarenta e dois, nesta Cidade de Curitiba, estando presente o Senhor Doutor Valfrido Piloto, Delegado de Ordem Política e Social, foi efetuada a detenção, para averiguações de caráter politico-social de GUSTAVO GAASE, que se achava em sua própria residência, á rua Inácio Lustoza numero mil e vinte e quatro, tendo a autoridade mandado apreender, na presença das testemunhas infra assinadas, os seguintes objetos pertencentes a Gustavo Gaase, e que se achavam na aludida residência:- um mapa da Alemanha; sete quadros pequenos com fotografias de militares alemães; nove revistas alemãs de propaganda nazista, intituladas "Die Brücke - A Ponte"; um livro intitulado "O Esplendor da Alemanha", escrito por Silveira de Menezes; um livro intitulado "A Alemanha deslumbrante"; um livro intitulado "Figuras Contemporaneas"; um livro escrito em alemão intitulado "Deutschland - Alemanha"; um livro alemão, intitulado "Zum Endkampf gestellt - Escorado para o combate final"; um livro escrito em alemão intitulado "Wir Deutsche in der Welt - Os alemães no mundo"; um livro escrito em alemão, intitulado "Sieg in Polen - Vitoria na Polonia"; um livro escrito em alemão, intitulado "Gestapo"; um livro intitulado "Hitler"; um livro escrito em alemão, intitulado "Amtlicher Führer - Guia Oficial"; um livro intitulado "Paul Von Hindenburg"; um livro escrito em alemão, intitulado "Hitler wie ihn Keinel Keunt - Hitler como ninguem o conhece"; "Der Sieg im Osten - A vitoria no Oeste" também escrito em alemão; um livro alemão, intitulado "Grossdeutschland - A Alemanha Grande"; um livro alemão intitulado "Deutsche Luftfahrt - Aviação Alemã"; cento e sessenta e duas revistas alemãs, de propaganda nazista, intituladas FM-Zeitchrift, e um radio receptor marca "Mende" numero de serie cincoenta mil setecentos e quarenta e nove. Em seguida nada mais havendo a tratar, mandou a autoridade encerrar este auto, que, depois de lido e achado conforme vai devidamente assinado. Eu, *Albino Labatut*, Escrivão, que datilografei e subscrevi.

Valfrido Piloto
Gustavo Gaase
Albino Labatut

ANEXO 3 Auto de busca e apreensão - Gustavo Gaase



Estado do Paraná



26

COPIAAUTO DE DECLARAÇÕES PRESTADAS POR HILDA KRUGER

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e quarenta e dois, nesta cidade de Curitiba, na Delegacia de Ordem Política e Social, onde presentemente, digo, presente se achava o Senhor Doutor Valfrido Piloto, Delegado respectivo, comigo escrivão de seu cargo, abaixo declarado, compareceu HILDA KRUGER, com trinta e sete anos de idade desquitada, natural de Ponta Grossa, Estado do Paraná, domestica, residente nesta Capital á Rua Inacio Lustosa, numero mil e vinte e quatro sabendo ler e escrever, e sendo perguntada disse: que, a declarante nasceu na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, sendo filha legitima de Evaldo Kruger e Cristina Kruger, o primeiro nacido em Morretes, deste Estado e a segunda nacida em Brusque, Estado de Santa Catarina; que são filhos legitimos daquele casal, alem da declarante, os seus irmãos Elisa Ayre, casada com o súdito inglês, Mhon Walter Darnoc, de quem se separou ha oito anos e se acha atualmente residindo na Capital do Estado de São Paulo, trabalhando para a empresa Momsen & Companhia; Regina Gaensly, casada com Arnoldo Gaensly, natural desta Capital, aonde reside atualmente á rua Simão Bolívar numero tresentos e sessenta e um; Germano Kruger, natural de Ponta Grossa, onde exerce as funções de Chefe da Locomoção da Rede Viação Paraná-Santa Catarina, casado com Elirida Nau mann, natural, so wie parece á declarante, da Alemanha; Paulo Kruger, natural de Ponta Grossa, casado com Trudt Bredendieck, natural de Buenos Ayres, o qual se acha atualmente residindo na Capital de São Paulo, onde é gerente da filial da Anglo-Mexican; Lothario Kruger, natural de Ponta Grossa, casado com Mausi Hatschpach, nacida em Curitiba e ambos residentes em Porto Alegre, onde ele trabalha no ramo de representações comerciais Irmgard Buchholtz, conhecida tambem pelo alcunha "Nuna", casada com Gustavo Buchholtz, ela nacida em Ponta Grossa, ele natural da Alemanha, ambos residindo em companhia dos pais da declarante, á rua João Negrão numero quinhentos e trinta e sete, em virtude de se achar atualmente desempregado, por ter sido dispensado da firma Brand & Companhia, com sede em Paranaguá, onde trabalhava como gerente e a qual estava procedendo a liquidação final dos seus negocios, em vista de figurar na "lista negra" não podendo, destarte, prosseguir no seu ramo comercial; que a declarante, mais ou menos, no ano de mil novecentos e vinte e tres, casou-se civilmente e religiosamente com Jacob Hoffmann Sobrinho, nesta Capital, natural de Ponta Grossa e descendente de pais russos; que, desse matrimonio a declarante teve dois filhos; Dustin Kruger Hoffmann, atualmente com dezoito anos de idade, nacido nesta Capital, solteiro, reservista do Exército Brasileiro, o qual trabalhou no Consulado Alemão, nesta Cidade, des-

COPIA

fls.2.

Estado do Paraná

27

de mil novecentos e quarenta (1940) até meados de janeiro do corrente ano, fazendo o serviço de continuo, pequenas traduções dos noticiários da agência "Transocean", do português para o alemão; Winyfred Kruger Hoffmann, com dezesseis anos de idade, solteira, natural desta Cidade; que no ano de mil novecentos e trinta e quatro, a declarante desquitou-se legalmente de seu marido Jacob Hoffmann Sobrinho, na Cidade de Ponta Grossa, ficando em poder da declarante os seus filhos Dustin e Winyfred, sendo que aquele desquite foi amigavelmente; que, depois de quatro anos de seus desquite, a declarante passou a viver maritalmente com Gustavo Gaase, natural de Hamburgo, Alemanha, e que se achava a vinte e dois anos no Brasil; que, Gustavo Gaase desde ha treze anos que vem, na qualidade de viajante, trabalhando para a firma Quimica Bayer Ltda., onde a declarante conheceu-o, por tambem ali trabalhar naquela época; que, a declarante reconhece como sendo de sua autoria a carta da tilografada, endereçada a Ilse Beck, que neste momento lhe é exibida e a qual foi apreendida pelo Serviço de Censura da Policia Civil e dos Correios desta Capital; que, a declarante digo, que a destinatária em questão, é brasileira, natural de Blumenau, casada com o súdito alemão Werner Beck, matrimonio este realizado no Brasil, achando-se a primeira atualmente em Stuttgart, Alemanha, e o segundo lutando na atual guerra ao lado do exercito Alemão; que, a declarante conheceu Ilse Beck ao po em que o marido desta, Werner Beck, era gerente da Chimica Bayer, nesta Capital, de cuja firma a declarante era secretária; que, finalmente, a devoção que a declarante tem para com a Alemanha, é justamente por ter nas suas veias o sangue alemão. E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, mandou a Autoridade encerrar este auto, que depois de lido e achado conforme vai assinado pela Autoridade, testemunhas que presenciaram este ato e comigo, (a)Glaucio Guiz, Escrivão que datilografei e subscrevi.(aa) Valfrido Piloto - Hilda Kruger - Benedito Soares Nascimento - Pedro Natal - Glaucio Guiz.- Confere com o original.-Curitiba, 11 de Março de 1942.-

JR/F

Profissionais Liberais e Artesãos

Nome	Profissão	Nacionalidade	Data Nascimento	Data Processo	Idade	Local de Nascimento	Endereço	Cidade	Formação	Local Formação	No Brasil desde	Filiação USJ/P	Fólio de Antecipação e Antecedentes	Auto de Apreensão Declaração	Cartas em Aberto	Cartas Trabalhadas	Resenhas	Íones mencionados nos autos	Fotos
Adolfo Mincit	Padeiro	Alemão	21/05/1911	23/03/1942	30	Sachsen - Alemanha	Grup do Canjani	Palmas				NÃO	SM	NÃO	NÃO	NÃO			
Alvaro Blum	Serrador	Brasileiro	01/01/1891	11/01/1943	52			Itaranga			II	NÃO	SM	NÃO	NÃO	SM			
Alvaro Nazar	Capoteiro	Alemão	05/04/1901	13/04/1942	41		Travessa da Estrada de Ferro	Paranaguá				NÃO	SM	NÃO	NÃO	NÃO			
Arthur Hermann Staude	Professor	Alemão	31/12/1880	27/12/1938	48	Alemann - Alemanha		Curitiba			1936	NÃO	SM	NÃO	NÃO	NÃO			
Carlos August	Padeiro	Alemão	26/04/1889	10/12/1942	43	Hemsstadt - Alemanha	Rua André Rebouças, 38	Curitiba			1925	NÃO	SM	NÃO	NÃO	NÃO			
Dion Zepin	Advogado	Brasileiro	31/07/1912	26/03/1942	29	São Paulo - Brasil	Rua Estrela Baix, 21	Curitiba			II	NÃO	SM	NÃO	NÃO	SM			
Eduardo Kampmann	Gravador	Alemão	25/05/1881	16/08/1942	61	Düsseldorf - Alemanha	Rua Cândido Souza Franco, s/n	Curitiba			1921	NÃO	SM	NÃO	NÃO	NÃO			
Erich Buehmann	Engenheiro	Alemão	04/05/1906	06/05/1944	38	Muenchen - Alemanha	Rua 1º de Maio, 1273	Busque			1934	NÃO	SM	NÃO	NÃO	NÃO	SM		
Ernesto Hirst	Engenheiro	Alemão	29/01/1902	31/08/1942	40	Strasbourg - Alemanha		Santo Antônio de Palma				NÃO	SM	NÃO	NÃO	SM	Guilherme Maerzmann		
Francisco Bernardo Tholl	Conselheiro de Negócios	Alemão	13/05/1889	01/01/1939	49	Heidelberg - Alemanha		Itai				NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO			SM
Godofredo Leimbacher	Médico	Suço	01/01/1884	16/05/1942	58	Ursensbach - Suíça	Avenida Ubalino do Amaral, 106	Curitiba			1913	NÃO	SM	NÃO	NÃO	NÃO			NÃO
Guilherme Will Roediger	Marceneiro	Alemão	16/07/1903	16/04/1942	38	Oberhausen - Alemanha	Rua Benjamin Constant, s/n	Itai				SM	SM	NÃO	NÃO	SM	NÃO		SM
Guilherme Wönlger	Mecânico Industrial	Brasileiro					Rua Alfredo Penteado, 81	Wenceslau Braz			II	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SM	Alves de Carvalho, Pedro Etrigan Marques, Ilário Bastos	NÃO
Gustavo Casse	Vendedor Representante	Alemão	20/04/1906	11/02/1942	35	Hamburgo - Alemanha	Rua Irlanio Lustosa, 1024	Curitiba			1920	SM	SM	NÃO	NÃO	SM	Mozes do USJ/P		NÃO
Hans Bennewitz	Engenheiro	Alemão		27/07/1938	39	Aschersleben - Alemanha	Travessa Maurício, 68					SM	SM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO		NÃO
Hans Werner Burger	Barcário	Brasileiro	28/04/1906	07/03/1942	35	Porto Alegre - Brasil	Rua André de Barros, 963	Curitiba			II	NÃO	SM	SM	NÃO	NÃO	NÃO		SM
Heinrich Koeber	Artista Plástico	Não Informada		20/04/1942								NÃO	NÃO	NÃO	SM	SM			SM
Henrique Boehleheide	Mecânico	Alemão	16/01/1901	05/05/1942	41	Erfurt - Alemanha	Rua Lisonde do Rio Branco, 57	Curitiba			1923	SM	SM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	Waldemar Gurnit, Américo Beberides, Arthur Hoffmann	NÃO
Henrique Jaquart	Alfaiate	Brasileiro	15/01/1898	19/12/1942	44	Curitiba - Brasil	Rua Reiff, 4	Curitiba			II	NÃO	SM	NÃO	NÃO	SM			NÃO
Herbert Heimler	Eletricista	Alemão	03/05/1906	05/01/1942	35	Eerm - Alemanha	Rua Desembargador Motta, 1947	Curitiba			1929	SM	SM	SM	NÃO	NÃO	NÃO		NÃO
Joseph Mierho	Serralheiro	Austriaco	29/12/1907	08/01/1942	34	G Seggau - Austria	Sem residência fixa	Curitiba			1936	NÃO	SM	SM	NÃO	NÃO	NÃO		NÃO
Karl Robert Oberstler	Vendedor Representante	Alemão	14/08/1909	10/02/1944	34	Tilsit - Alemanha	Rua Julia Wanderley, s/n	Porta Grossa				NÃO	SM	SM	NÃO	SM	NÃO		SM
Max Alfredo Befer	Barcário	Naturalizado	02/06/1892	05/01/1942	50	Flaese - Alemanha	Rua Simão Bohrer, 127	Curitiba			1920	NÃO	SM	SM	NÃO	NÃO	NÃO		NÃO
Otto Kurt Stamm	Farmacêutico	Brasileiro	06/04/1916	03/02/1942	23		Rua Treze de Maio, 381	Curitiba			II	NÃO	SM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO		SM
Paulo Augusto Roedel	Professor	Brasileiro						Campanário-III			II	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SM	NÃO		NÃO
Paulo Erich Edwert	Eletricista	Alemão	19/12/1885	07/05/1942	52	Eerm - Alemanha	Rua Tagaro Res, 553	Curitiba				NÃO	SM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO		NÃO
Ricardo Kempfer	Dentista	Naturalizado	20/08/1898	14/01/1942	44	Gulesberg - Alemanha		Londrina				SM	SM	SM	NÃO	NÃO	NÃO		NÃO
Waldemar Gurnit	Dentista	Brasileiro	07/05/1902	14/09/1942	40		Rua Riarhah, 319	Curitiba			II	NÃO	SM	NÃO	NÃO	SM	NÃO		NÃO
Werner Ruten	Religioso	Alemão	19/12/1897	06/05/1942	45	Kelaid - Alemanha	Rua Cândido Souza Franco, 80	Curitiba			1924	SM	SM	SM	NÃO	NÃO	NÃO		NÃO

ANEXO 5 Tabela Prosopográfica por Categorias de Análise

Industriais e comerciantes

Nome	Profissão	Nacionalidade	Data Nascimento	Data Processo	Idade	Local de Nascimento	Endereço	Cidade	Formação	Local Formação	No Brasil desde	Filiado ao NSDAP	Folha de Anotações e Anexamentos	Auto de Apreensão	Auto de Declaração	Cartas em Trânsito	Testemunhas	Nomes mencionados nos autos	Fotos
Alberto Borne	Comerciante	Alemão	29/07/1839					Curitiba			1833	SM	SM	NÃO	NÃO	NÃO	SM	Erich Schlemm	NÃO
Aluísio Carlos Kueger	Comerciante	Basileiro	20/01/1910	22/04/1942	32	Curitiba	Rua São Francisco, 27	Curitiba			N	NÃO	SM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO		NÃO
Arnur Hoffmann	Comerciante	Basileiro	01/04/1908	22/10/1942	34	Curitiba	Rua Paraguassu, 23	Curitiba			N	NÃO	SM	SM	NÃO	SM	NÃO	Henrique Ilgauer	NÃO
Bernardo Meyer	Industrial	Alemão	21/10/1886	22/12/1942	57		Rua José Loureiro 553	Curitiba			1811	-	SM	SM	NÃO	NÃO	NÃO	Fritz Rummer	NÃO
Karl Georg Tiggers	Comerciante	Alemão	17/10/1915	01/02/1942	26		Rua João Manoel, SM	Curitiba			-	-	SM	SM	NÃO	NÃO	NÃO	Gustavo Adolfo Tigger, Theodor Lorenz	NÃO
Conrado Nye	Comerciante	Alemão	21/11/1891	18/05/1940	49	Papenburg - Alemanha	Rua José Bontifácio, 116	Curitiba			-	-	SM	NÃO	SM	NÃO	NÃO	Brasileiro de Souza, Lyda Scarianer Nye, Odílio Silveira, Darpan Bertol Pallucci	NÃO
Eugen George	Industrial	Alemão	21/07/1891	27/07/1938	47	Possdan - Alemanha	Avenida Vvente Machado, 615	Curitiba			-	-	SM	SM	NÃO	SM	NÃO		SM
Emílio Jose	Comerciante	Alemão	17/03/1897	03/08/1942	45	West-Hebode - Alemanha	Rua Baldino Tapes, 104	Ponta Grossa			-	-	SM	SM	SM	NÃO	NÃO		NÃO
Erich Henze	Comerciante	Alemão	19/08/1898	17/04/1942	58	Werrar - Alemanha	Rua Conselheiro Garak, 346	Curitiba			1917	SM							
Erich Finram	Comerciante	Alemão	01/07/1895	01/07/1943	38	Dasselhof - Alemanha		Curitiba				SM	SM	NÃO	NÃO	SM	SM	Alino Raschenbörfer	NÃO
Federico Raich	Industrial	Alemão	22/11/1874	15/03/1942	68	Lutcherdtmurd - Alemanha	Rua Duque de Caxias, 531	Curitiba			-	-	SM	NÃO	NÃO	SM	NÃO	Heinrich Kocher, Frank Wladhausa	NÃO
Gaspar Ernest	Industrial	Suço	01/01/1890	20/08/1942	52	Baden - Suíça	Sada de Camê	Camê			1820	NÃO	SM	SM	SM	NÃO	NÃO		NÃO
Guilherme Filles	Comerciante	Alemão	04/04/1913	23/04/1942	29	Oelnhausen - Alemanha	Avenida Bael, 1546	Curitiba			1831	SM	SM	SM	SM	SM	NÃO		SM
Guilherme Aluísio Fischer	Industrial	Alemão	10/11/1897	14/10/1940	43	Rodach-Coburg - Alemanha	Avenida Bael, 1182	Curitiba			-	-	SM	NÃO	SM	NÃO	NÃO		NÃO
Hans Galters	Comerciante	Alemão	12/12/1878	01/02/1942	65	Hamburgo - Alemanha	Rua General Carneiro, 886	Curitiba				SM	SM	SM	SM	NÃO	NÃO	Edmundo Kaehler	SM
Henrique Carlos Schmitz	Comerciante	Alemão	24/08/1880	10/02/1942	62	Eltzhausen - Alemanha	Rua Celestino Junior, 4	Franaguá			-	-	SM	SM	NÃO	NÃO	NÃO	Guilherme Kruss, Frederico Sakrami, Ricardo Kluer	NÃO
Guilherme Raabe	Comerciante	Alemão	11/08/1886	05/05/1942	57	Hamburgo - Alemanha	Rua Sete de Setembro, 2780	Curitiba			1813	NÃO	SM	SM	SM	NÃO	SM	Hans Salzig, Ruzala Garzug	SM
Ilse Von Oertzen	Comerciante	Alemão	28/08/1904	11/02/1942	37	Hamburgo - Alemanha	Avenida Vvente Machado, 615	Curitiba			-	-	SM	NÃO	NÃO	SM	NÃO		SM
Jose Gottlieb Heberberger	Comerciante	Suço	01/01/1892	14/07/1944	52	Wienhur - Suíça	Rua Inácio Lustosa, 776	Curitiba			-	-	SM	NÃO	NÃO	NÃO	SM	Juan Heberger	NÃO
Karl Robert Faeder	Comerciante	Basileiro	06/08/1911	02/08/1942	30	Curitiba	Rua Cázar, 807	Curitiba			N	NÃO	SM	SM	SM	NÃO	NÃO		NÃO
Kurt Böger	Industrial	Alemão	11/06/1909	05/03/1942	32	Yrsel - Iugoslavia	Rua Duque de Caxias, 638	Curitiba			1829	SM	SM	SM	SM	SM	SM	Muitos nomes ligados an NSDAP	NÃO
Kurt Maackeburg	Comerciante	Alemão	14/03/1888	13/07/1942	56	Krengsberg - Alemanha	Rua Barão do Rio Branco, 36	Curitiba			1811	SM	SM	SM	SM	NÃO	NÃO	Gustavo Schlie, Roberto Fischer, José Efrizol	NÃO
Max Schrappe	Industrial	Alemão	01/01/1873	27/07/1938	65		Rua Comendador Araújo, 731	Curitiba			-	-	SM	SM	SM	NÃO	NÃO		NÃO
Odo Aluísio Sudraak	Industrial	Basileiro	12/08/1910	19/04/1943	32	Lageado - RS	Concordia	União da Vitória			N	NÃO	SM	SM	SM	NÃO	NÃO		NÃO
Oscar Schrappe Stornho	Industrial	Basileiro	07/06/1907	14/12/1951	44	Jornille - SC	Avenida Getúlio Vargas, 2754	Curitiba			N	NÃO	SM	NÃO	SM	NÃO	NÃO		NÃO
Otto Braun	Comerciante	Naturalizado	26/07/1884	25/10/1940	56	Possdan - Alemanha	Rua Tapajós, SM	Curitiba			1907	NÃO	SM	SM	SM	SM	NÃO	Muitos nomes ligados an NSDAP	NÃO
Willy Winckers	Comerciante	Alemão	08/03/1902	20/02/1942	39	M. Götzbach - Alemanha	Rua Francisco Rocha, 37	Curitiba			1824	SM	SM	NÃO	SM	NÃO	NÃO		SM

INDUSTRIA E COMERCIO

Funcionários Estratégicos

Nome	Profissão	Nacionalidade	Data Nascimento	Data Process	Idade	Local de nascimento	Endereço	Cidade	Formação	Local Formação	No Brasil desde	Filiado ao NSDUP	Folha de Anotações e Antecedentes	Auto de Apreensão Declaração	Caras em Alegria	Caras Traduzidas	Resenhas	Homens associados nos autos	Fotos
Alberto Blum	Gerente Cia Telefônica	Alemao	20/01/1902	20/01/1944	42	Magde - Alemanha	Rua Adalfr 19	Curitiba	Coimbra		1922	SM	SM	NAO	NAO	SM	NAO	NAO	NAO
Alberto Bissler	Delegado de Cero Azul	Brasileiro		30/01/1942	42			Cerro Azul			N	NAO	NAO	NAO	SM	SM	Basso, Reinhold Basso, entre outros	NAO	
Alfred Andersen	Vice Consul Alemão	Alemao	24/04/1895	08/01/1942	47		Rua Doutor João Negrão, 517	Curitiba					SM	NAO	SM	NAO	NAO	SM	
Carlos Ferreira	Coronel	Brasileiro	01/01/1897	03/07/1942	55			Curitiba			N	NAO	SM	NAO	NAO	NAO	NAO	NAO	
Carlos Custódio Ernesto Emilio Thiedler	Tecnico Eletrico Mecânico	Alemao	05/04/1898	08/01/1942	53	Solau - Alemanha	Rua Francisco Rocha, 37	Curitiba				SM	SM	NAO	NAO	NAO	NAO	NAO	
Otens Heinz Barnath	Electricista	Alemao	22/02/1922	03/01/1942	20	Thiemann - Alemanha		Curitiba					SM	NAO	SM	NAO	NAO	SM	
Dustin Krueger Hoffmann	Voluntario Consulado Alemão	Brasileiro	01/01/1924	18/08/1942	18	Curitiba	Rua João Lúscia, 1024	Curitiba			N	NAO	SM	NAO	NAO	NAO	Hilda Krueger, Alfred Andersen, Gustavo Gasse, Walter Zimmermann	NAO	
Ernest Mirny	Electricista Cia Telefônica	Alemao	24/11/1911	24/04/1942	30	Berlin - Alemanha	Rua Ilho Pequeno, 130	Curitiba			1920	SM	SM	NAO	NAO	NAO	NAO	NAO	
Fritz O. Fischer	Empregado Comercial Cia Telefônica	Alemao			0			Curitiba				SM	NAO	NAO	NAO	NAO	NAO	NAO	
Hans Herron Mann Puerer	Metalurgico Cia Telefônica	Alemao	30/12/1890	01/01/1942	52	Neu-Berentberg - Alemanha	Rua Duque de Caxias, 413	Curitiba			1912	NAO	SM	NAO	SM	NAO	Alfred Andersen, Kientz, Helmueler, Otto Braun, Brhe, Treuler	NAO	
Heinz Ehler	Secretario Consulado Alemão	Alemao	27/08/1914	04/01/1940	25	Berlin - Alemanha	Rua Treze de Maio, 311	Curitiba					SM	NAO	NAO	NAO	NAO	SM	
Heber Rube	Electricista Cia Telefônica	Brasileiro		12/01/1942	42	Curitiba	Avenida Joz Gubernio, 332	Curitiba			N		SM	SM	NAO	NAO	Alberto Burt, Ernest Mirny, Otto Thuschke, Terho Göttsch	NAO	
Julio Brand	Vice Consul Alemão	Paraguaiense	01/01/1904	20/05/1941	37	Darmstadt - Alemanha		Faramajá					SM	NAO	NAO	SM	Conrado Iye	SM	
Werner Heinrich Wilhelm Hoffmann	Funcionario de Consulado Alemão	Alemao	21/04/1908	27/06/1938	28	Berlin - Alemanha	Rua João Lúscia, 287	Curitiba			1932	SM	SM	NAO	SM	SM	Muitos nomes ligados ao NSDUP	SM	

Agricultores e lavradores

Nome	Profissão	Nacionalidade	Data Nascimento	Data Processo	Idade	Local de Nascimento	Endereço	Cidade	Formação	Local Formação	No Brasil desde	Filiado ISDUP	Folha de Anotação e Adesões	Auto de Apreensão	Auto de Declaração	Cartas em Alçada	Cartas Traçadas	Testemunhas	Nomes mencionados nos autos	Fotos
Emil Hornoff	Lavrador	Alemão	30/11/1893	11/04/1942	39	Hanover - Alemanha	Sol de Jan (Zona Rural)	Foz de Iguaçu			1939	140	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	140	Walter Zimmerman	140
Hans Hornfeldt	Agricultor	Alemão	24/02/1892	10/12/1940	48	Berlin - Alemanha	Rua São Vicente de Paula, 6	Curitiba				SIM	SIM	140	SIM	140	140	140		140
Helmuth Jung	Lavrador	Alemão	01/01/1911	05/07/1939	28	Lorendau - Alemanha	Zona Rural	Roraima			1935	140	SIM	140	SIM	SIM	SIM	140	Otto Braun	SIM
Herrnrich Andreas Klein	Lavrador	Brasileiro	10/05/1894	28/01/1942	48	São Paulo - SP	Colônia Amazonas	Limão da Vitória			N	SIM	SIM	SIM	SIM	140	140	SIM	Gerny Klein, Olf Sudbrack, vários	SIM
Oswald Nicorff	Agricultor	Alemão	07/08/1902	28/08/1942	40	Setlin - Alemanha	Posto de Inimã do Estado	Roraima			1932	SIM	SIM	140	SIM	SIM	SIM	SIM	Vários nomes ligados ao ISDUP	SIM
Otto Hering	Agricultor	Alemão		05/05/1942	42	Weselnitz - Leipzig - Alemanha	Guarania	Terenos Soares			1934	140	SIM	SIM	SIM	140	140	140		140
Otto Cierdeck	Lavrador	Alemão	01/01/1902	28/12/1944	42	Hanover - Alemanha	Rua Emílio de Menezes, 511	Parнас			1944	140	SIM	SIM	SIM	140	140	140		140

Outros

Profissão	Nacionalidade	Data Nascimento	Data Processo	Idade	Local de Nascimento	Endereço	Cidade	Formação	Local Formação	No Brasil desde	Filiado ao NSUP	Fólio de Adopção e Antecedentes	Auto de Apreensão	Auto de Declaração	Cartas em Alemão	Cartas Traduzidas	Resenhumas	Nomes mencionados nos autos	Fotos
Desconhecida	Alemão	.	04/04/1942	.	.	.	Cornéia				.	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	Hugo Cristóvão	NÃO
Músico	Alemão	13/01/1883	13/02/1942	49	Ouden - Alemanha	Via Guarã, 16				1924	.	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO		NÃO
Motorista	Alemão	03/08/1890	19/03/1942	52	Strasburg - Alemanha	Ponto Almeida	União da Vitória				SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO		NÃO
Desconhecida	Não informada		08/07/1942	42		Telheiro Soares	Fazendinho				.	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO		NÃO
Desconhecida	Alemão		28/02/1941	41			Cornéia				.	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO		NÃO
Pastor Presbitero	Alemão	24/03/1903	30/01/1939	35	Ochtroum - Alemanha		Rocanda			1933	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO		NÃO
Marreiro	Alemão	29/09/1919	09/01/1942	22	Kiel - Alemanha	Sem residência fixa	Cornéia			1939	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	Josef Ilabro	NÃO
Dona de casa	Brasileiro	01/01/1905	11/02/1942	37	Ponta Grossa - PR	Rua Inácio Lustosa, 1024	Cornéia			N	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	Gustavo Gaeze, Alfred Andersen	SIM
Marreiro	Alemão	20/03/1912	15/04/1942	29	Halle - Alemanha	Sem residência fixa	Cornéia			1939	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO		SIM
Estudante	Brasileiro	10/10/1925	05/08/1942	16	Rio de Janeiro - RJ	Rua Sete de Setembro, 2700	Cornéia			N	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	Hans Selting, Ruzala Garzug	SIM
Hoteleira	Alemão		13/01/1944	44	Strimmsdorf - Alemanha	Rua Doutor Leocádio, 87	Paraguaiá				NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO		NÃO
Paete	Alemão	04/10/1910	25/03/1943	32	Efresberg - Alemanha	Rua Senador Pinheiro Machado, 511	Ponta Grossa			1940	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM		NÃO
Marreiro	Alemão	28/12/1920	30/01/1942	21	Hamburgo - Alemanha	Sem residência fixa	União da Vitória			1940	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO		NÃO

Minha opinião sobre Hitler

I – Minha opinião sobre Hitler

II – Idem sobre o Partido Nacional Socialista Alemão e a tarefa a que se propoz com referência ao III Reich.

III – Idem sobre a Infiltração nazista no Brasil. Refere-se com especialidade, sobre a infiltração dos Estados do Sul, no Paraná, nas sociedades alemãs dessa capital.

IV – Idem sobre a campanha de nacionalização encetada, há anos, pelos governos da República e do Estado.

V – Idem sobre a proibição do funcionamento da Ação Integralista Brasileira.

VI – Idem sobre a política externa do Brasil. Particulariza aprecia em torno a nossa política inter-americana, a nossa cooperação aos Estados Unidos, e a ação do Ministro Oswaldo Aranha.

VII – Idem sobre a Inglaterra, o povo inglês, a ação atual do governo inglês.

VIII – Idem sobre a França como potência de 1ª grandeza. Detalhar apreciação sobre a sua invasão pela Alemanha, a ação do general de Gaule e a do governo de Vichy.

IX – Idem sobre a Polônia.

X – Idem sobre a Holanda, a Bélgica, a Grécia, a Áustria e a Iugoslávia.

XI – Idem sobre a aliança Alemanha-Japão-Itália.

XII – Idem sobre a agressão dos japoneses aos EE. UU.

XIII – Idem sobre Churchill e Roosevelt.

XIV – Idem sobre o povo judaico e a perseguição que lhe move o nazismo. (DOPS/PR, Pront. 0452, Top. 299, Fl. 9, DEAP/PR).

Minha opinião sobre as perguntas abaixo

18 / 8

- I) -Minha opinião sobre Hitler-
 - II) -Idem sobre o Partido Socialista Alemão e a tarefa a que se propoz com referência ao III Reich-
 - III) -Idem sobre a infiltração nazista no Brasil. -efe-1--se com especialidade, sobre a infiltração nos Estados do Sul, no Paraná, nas sociedades alemãs desta capital.
 - IV) -Idem sobre a campanha da nacionalização encetada, há anos, pelos governos da República e do Estado.
 - V) -Idem sobre a proibição do funcionamento da Ação Integralista Brasileira.
 - VI) -Idem sobre a política externa do Brasil. Particulariza apreciações em torno á nossa política inter-americana, á nossa cooperação aos Estados Unidos, e a ação do Ministro Oswaldo Aranha.
 - VII) -Idem sobre a Inglaterra, o povo Inglês, a ação atual do Governo Inglês.
 - VIII) -Idem sobre a França como potencia de 1ª grandeza. Detalhar apreciações sobre a sua invasão pela Alemanha, a ação do General de Gaulle e a do Governo de Wichy.
 - IX) -Idem Idem sobre a Polónia.
 - X) -Idem Idem sobre a Holanda, Belgica, Grecia, Austria e Yugoslavia.
 - XI) -Idem Idem sobre a aliança Alemanha-Japão-Italia.
 - XII) -Idem sobre a agressão dos Japoneses aos EE.UU.
 - XIII) -Idem sobre Churchill e Roosevelt.
 - XIV) -Idem sobre o povo Judaico e a perseguição que lhe move o nazismo.
- Minha opinião sobre HITLER é que seja este um doente mental com propositos de grandezas que desejando ser um emulo de Napoleão pensou dominar o mundo, levando a sua patria a desgraça, a fome e a ruina.
- Com referência ao Partido Nacional Socialista Alemão, sou de opinião de que o mesmo seja identica a uma religião criada por Hitler sendo ele um ente supremo, aquem todo povo alemão deve obedecer e venerar e a quem presta um solene juramento de assim proceder e que para mim se traduz em loucura e fanatismo.

Com referência a infiltração nazista no Brasil é que tenha sido a mesma infiltrada por agentes vindos especialmente para nossa terra para esse fim, infiltrando-se mais para o sul, por conveniência de serem nos Estados de Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, onde acham-se localizadas em maiores números as colônias alemãs, tornando-se assim mais fácil as suas tarefas. Quanto as sociedades alemãs desta capital nada posso dizer por quanto apesar de socio de duas delas só as frequentavas em dias de bailes.

Sou de opinião que sobre a campanha de Nacionalização encetada há anos pelos Governos da Republica e do Estado, foram de bom alvitre, pois as maiorias das famílias alemãs aqui já radicadas não procuravam encinar a seus decedentes os nossos modos de vida, nossa historia e nossa lingua, mais sim, os modos de vida, a historia, e a lingua alemã e bem como infiltrar-lhe ensinamentos a obdecer a Hitler e seus seguidores.

Quanto ao partido da Ação Integralista, sou e toda vida fui de opinião contraria ao mesmo, pois apesar de ser uma exploração éra o partido Nacional Socialista Alemão, chefiado por um brasileiro degenerado que foi Plinio Salgado. Nunca fiz parte da Ação Integralista Brasileira.

Sou de opinião que a politica externa do Brasil acha-se em nivel igual a de todos os paizes Democratas, bem como a politica inter-Americana, e, quanto a nossa cooperação aos Estados Unidos, sou de opinião que não poderiamos agir de outra forma, pois apesar de provocados pelos alemães, somos Americanos. Sobre a ação do Ministro OSVALDO ARANHA, acho que têm o mesmo elevado bem alto o nome do Brasil e do Governo Brasileiro nas missões que lhe são afeitas.

Sou de opinião que a Inglaterra é um paiz essencialmente Democratico e que assim sendo só nos compete estar ao seu lado para todos os efeitos, e que seu povo têm demonstrado serem uns verdadeiros lutadores, e que têm noção de sua liberdade; quanto a ação do atual Governo Inglez, têm sido improfiqua em seus atos, demonstrando que combaterá até a victoria final pelo seu ideal que é a liberdade e a Democracia.

Sou de opinião que a França foi sempre uma das maiores potencias do mundo, quanto a sua invasão pela Alemanha deve-se ao germe do nazismo infiltrado em seu Governo, em suas forças armadas, e em suas fabricas, e finalmente a traição de seus dirigentes, que eram assecclas de Hitler.

Quanto ao General de Gaulle foi o unico que demonstrou e têm demonstrado ser patriota, pois apesar de sua patria invadida pelos Gangster de Hitler, formou a França livre, e com um punhados de heróis esta combatendo ao lado da Democracia, pela liberdade de sua patria; sobre o Governo de Wichy, acho que o mesmo esta sobre a pressão de Hitler e portanto sujeito as vontades deste.

Sou de opinião que a Polonia foi a maior sacrificada pela guerra e pelos ladrões de terras que são os alemães, pois foi a primeira nação visada e invadida per Hitler e seus facinoras, e que sua ivasão foi a maior barbaria registada até hoje na Historia de um povo civilizado. Sou de opinião que a Holanda, a Belgica, a Grecia, a Austria e a Yugoslavia, foram nações que nem tiveram oportunidade de resistencia, pois apesar de pequenos, não estavam preparados para uma guerra, digo, para repelir um assalto a mão armada do qual foram vitimas.

Sou de opinião que a triplice aliança entre a Alemanha-Japão-Italia, foi feita procurada pela alemanha, que vendo a sua má situação tratou de procurar aliados, achando em Italia e Japão loucos que o seguissem. Sou de opinião que a agressão do Japão aos Estados Unidos foi uns dos patos com a alemanha para provocar a entrada da America do Norte na conflagração, evitando assim que a America auxiliasse os aliados com mantimentos e material bélico.

Sou de opinião que tanto CHURCHILL como ROOSEVELT, são dois grandes homens, e que levão os aliados a vitoria final.

Sou de opinião que o povo Judaico já são por natureza uns enjeitados pelo mundo inteiro mais que tenho livre direito de viver, quanto a perseguição sofrida pelos mesmos pelo nazismo, acho que fáz parte das horripilantes barbarias déssa ceita imunda composta de fanaticos com um chefe supremo que é Hitler.

Curitiba, 5 de novembro de 1942.

Henrique Marguardt

20
/